



RELATÓRIO
RODADAS DE DISCUSSÃO
DE TEMAS ESTRATÉGICOS
CONTRIBUIÇÕES AO PPA 2008-2011



Salvador - Junho 2007

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Jaques Wagner

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

Ronald Lobato

**SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS
ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA**

José Geraldo dos Reis Santos

DIRETORIA DE ESTUDOS

Edgard Porto

EQUIPE TÉCNICA

Anna Luiza Sapucaia, Antonio José Cunha Carvalho de Freitas, André Pomponet, Célia Regina Sganzerla, Djalma Ferreira, Poliana Peixinho, Thomaz Araripe, Vilmária Ribeiro

REVISÃO ORTOGRÁFICA

Luis Fernando Sarno

CAPA

Júlio Vilela

DESIGN GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Carla Piaggio

Este documento expõe as opiniões pessoais (algumas de Governo) apresentadas pelos participantes das 10 rodadas de discussões de temas estratégicos promovidas pela SEI. Todas foram gravadas, as transcrições revistas e suas inserções neste relatório foram autorizadas pelos palestrantes. A síntese de cada seção ficou sob a responsabilidade de um relator, que ressaltou, a sua maneira e estilo, os aspectos mais importantes, com vistas a sua inclusão neste relatório.

Acompanha este relatório CD audiovisual com conteúdo das apresentações em Powerpoint.



Sumário

	Apresentação	5
1	Entrevistas	7
	Mapa estratégico do desenvolvimento	
	Entrevista com Ronald Lobato	7
	Transformar o social em vetor de desenvolvimento econômico	
	Entrevista com Geraldo Reis	13
2	Visão transversal em cartogramas e textos	17
	2.1 Análise setorial	18
	2.1.1 Indústria, comércio e serviços na Bahia	19
	2.1.2 Agricultura na Bahia	22
	2.1.3 Infra-estrutura para o desenvolvimento	27
	2.1.4 A rede de cidades, territórios de identidade e o desenvolvimento na Bahia	31
	2.1.5 Desenvolvimento social: combate à pobreza, trabalho, emprego e renda	34
	2.1.6 Questão ambiental e o turismo na Bahia ..	35
	- Questão ambiental	35
	- Turismo	37
	2.1.7 A saúde na Bahia	39
	2.1.8 Informação e conhecimento para o desenvolvimento da Bahia	41
	2.1.9 Educação e cultura na Bahia	43
	- Educação	43
	- Cultura	44
	2.1.10 Justiça e segurança pública na Bahia	45
	2.2 Síntese	46

3	Rodadas de discussão	53
3.1	I Rodada	54
	Programação	54
	Relatórios	57
	Transcrição das apresentações	83
3.2	II Rodada	127
	Programação	127
	Relatórios	131
	Transcrição das apresentações	163
3.3	Estatística dos participantes	245
3.4	Participantes	247
3.5	Clipping	252



Apresentação

A SEI tem como suas mais importantes diretrizes nesta gestão, “produzir e disseminar informações e conhecimentos que subsidiem a reflexão e intervenção dos agentes governamentais e a sociedade civil” no processo de desenvolvimento da Bahia.

Isso significa dizer que além da produção de pesquisas e estatísticas oficiais, a entidade passa agora a direcionar suas atividades no sentido de contribuir com análises de processos sociais e econômicos, com suas interações com o ambiente natural, de forma a gerar conhecimentos indispensáveis à discussão sobre as mais variadas visões de políticas de desenvolvimento.

Nesse sentido, a SEI, em diálogo com a Seplan, não poderia deixar de estar presente nas discussões que darão subsídios à formulação do PPA 2008-2011, tanto para oferecer suporte científico-metodológico às discussões, como para fortalecer as suas linhas de estudos e pesquisas exigidas para os próximos anos.

Com tais objetivos, foram realizadas dez “rodadas de discussões da SEI”, como ficou reconhecida pelos participantes, com vistas a permitir debates de temas estratégicos que perpassam as funções de todas as secretarias e órgãos do Governo do Estado. Foram abordados desde a dinâmica dos aspectos sociais, com seus equipamentos de apoio, até as questões ambientais resultantes do processo de ocupação do território, passando pelas análises da produção e da circulação de mercadorias e de capitais (com ênfase na logística) em todas as regiões da Bahia.

Obteve-se, durante pouco mais de 40 dias, aproximadamente 40 horas de discussão, com a presença de 400 pessoas em todos os eventos (cerca de 210 pessoas fixas) de praticamente todas as secretarias do Governo da Bahia.

Em cada rodada de discussão houve a participação de representantes do governo e da sociedade (normalmente de estudiosos dos assuntos), onde os resultados foram registrados por relatores, trabalhando com auxílio de transcrições das gravações realizadas.

O formato deste relatório expressa os objetivos dos debates, quais sejam o de motivar um processo em curso de discussão de políticas de governo. Isso significa dizer que a busca pela fidedignidade da discussão e a celeridade demandada pelo processo de planejamento exigiu um relatório com um tom coloquial, predominando o caráter da informalidade e sem utilizar-se dos rigores de normalizações típicas de publicações institucionais.

Convém ressaltar que as idéias aqui contidas não necessariamente representam opiniões finais e completas de Governo, pois ainda são visões exploratórias ou simplificadas, não tendo o caráter definitivo em suas conclusões. Mas representam uma fase de um processo que poderá vir a dar suporte a futuras decisões governamentais ou de outros agentes envolvidos com o desenvolvimento da Bahia.

Os resultados de todos esses processos estão apresentados neste relatório em quatro partes.

Na primeira parte encontram-se as entrevistas do secretário do Planejamento do Estado, Ronald Lobato, que comenta as diretrizes gerais do Mapa estratégico do desenvolvimento, e do diretor geral da SEI, Geraldo Reis, que aborda os desafios das alterações de rumo do desenvolvimento da Bahia, bem como o papel das informações e do conhecimento nesse contexto.

Na segunda parte é apresentado um esforço de Visão transversal em formato próximo da infografia, para reforçar uma linguagem direta, de cunho gerencial, ressaltando os aspectos estratégicos de maneira clara, por temas e por seus espaços territoriais. Esse trabalho foi realizado pela equipe técnica da Diretoria de Estudos Especiais da SEI e apresenta algumas análises para cada tema setorial discutido, oferecendo, como conclusão, uma síntese que aborda todas as questões de forma transeitoral. Nesse momento, apresenta-se uma “costura” das questões mais estruturantes das discussões e chama-se a atenção para novas demandas de estudos e pesquisas voltadas para o aprofundamento de informações e conhecimentos indispensáveis ao processo de desenvolvimento.

Na terceira e última parte, são apresentadas informações detalhadas de todas as Rodadas de discussão, desde as programações, aos relatórios, transcrições das apresentações, estatística dos eventos e um clipping com as notícias mais relevantes dos eventos.

Com isso, a SEI espera ter cumprido nesta etapa com o seu papel de gerador e difusor de informações e conhecimento, com a finalidade de contribuir sempre com as transformações necessárias ao desenvolvimento da Bahia.



1 Entrevistas

Mapa estratégico do desenvolvimento Entrevista com Ronald Lobato¹

Até 31 de agosto, o Governo do Estado deve encaminhar o Projeto de Lei do Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 à Assembléia Legislativa, definindo diretrizes e metas da administração pública para o período. Tornar legal o instrumento de planejamento governamental será a conclusão de um longo processo de debate que foi iniciado ainda na transição de governo, com a construção do Mapa Estratégico da Bahia. Concebido em um sistema-processo aberto a ajustes, o mapa traz os conceitos e objetivos do modelo de desenvolvimento proposto para o Estado e serviu de base para as discussões do PPA Participativo. De forma sintética, apresenta uma visão de futuro para a Bahia apoiada em princípios da governança solidária e construída a partir de um conjunto de desafios e ações setoriais para atingir o desenvolvimento econômico sustentável. A SEI entrevistou Ronald Lobato, secretário do Planejamento, que explicou o modelo proposto e falou sobre a elaboração do PPA. Confira.

¹ Secretário do Planejamento do Estado da Bahia.

SEI - Fale um pouco sobre os princípios da governança solidária que estão na base do modelo de desenvolvimento proposto pelo governo Wagner.

Ronald Lobato - O governo Wagner foi eleito para promover uma alteração radical no modelo de desenvolvimento econômico e de gestão de governo. Significa dizer, enquanto modelo de gestão, que temos princípios que precisam orientar a ação do governo e que são essenciais, não só para o desenvolvimento articulado, ético, filosófico, como também porque garante eficiência e eficácia. Princípios como os de transparência, ética, controle social, democracia, participação, diálogo social, efetividade, transversalidade, regionalização e descentralização são os que precisam estar presentes em todas as ações de governo, mas que também comportam ações específicas voltadas para esses mesmos princípios. A criação da Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional, a Sedir, só para ilustrar, é uma consequência do fato de que nós pensamos em atuar sobre a Bahia como um todo. Precisamos agir sobre as áreas mais atrasadas do ponto de vista socioeconômico, o que decorre daí, por exemplo, a prioridade que damos ao semi-árido. Com relação à questão da ética, a criação, igual ao que foi feito em Brasília, de uma controladoria – Controladoria Geral da União (CGU) –, que é um esforço maior no sentido de ver a licitude, a correção da prática de governo. São princípios que serão consolidados através da promoção de diretrizes e programas específicos.

SEI – Esses princípios refletem um objetivo, uma visão de futuro que está expressa no mapa estratégico. Onde o governo pretende chegar?

RL - Nós temos um estado que é particularmente destacado pela sua concentração de renda, tanto entre classes e segmentos sociais, quanto por territórios, como também no que diz respeito aos indicadores sociais: analfabetismo, saúde pública e assim por diante. A questão da nossa situação social dramática precisa ser invertida

e, para ser revertida, não basta uma melhor eficiência, é preciso perseguir um novo modelo. E esse novo modelo, que está no nosso planejamento estratégico, é baseado, estruturado, em termos de uma visão de futuro, que pensa em construir um sonho, que é uma sociedade com qualidade de vida superior medido – porque temos que medir a evolução das ações de governo em relação a todos os nossos objetivos, como também o nosso eixo de desenvolvimento – pela educação, saúde, trabalho, emprego e melhor distribuição de renda. Para esse efeito, estamos não só desenvolvendo esse conceito, como também adaptando-o às práticas legais de governo.

SEI - E as diretrizes estratégicas preveem ações setoriais articuladas?

RL - Nós fizemos uma adaptação do planejamento estratégico que foi construído na transição e que permitiu ao governador, por exemplo, convidar os secretários para executar um plano de governo, o que é inédito. O governador não convidou os secretários para construir seus planos e o plano de governo ser um somatório de planos setoriais. O governo tem um plano estratégico que se aprofunda em aspectos setoriais, que, entretanto, de acordo com um dos princípios de gestão, tem que ter uma abordagem transectorial. Queremos chegar ao território, ao município, articulando educação, saúde, infra-estrutura, assistência social, promoção de negócios, da sociedade e do emprego, resgate da população de menor poder aquisitivo. Tudo tem que estar articulado e isso não é fácil, mas é o desafio que o governador pretende enfrentar ao longo desses quatro anos. Enfim, temos uma proposta muito forte no que diz respeito a mudar o modelo de desenvolvimento socioeconômico, como também o modelo de gestão da prática de governo. E mais: como entre os princípios que temos que garantir estão, além do controle social, a democracia, a participação e o diálogo social, o governador não vai querer governar sozinho. Ele acredita, piamente, que

na medida em que consigamos envolver a sociedade, os objetivos de governo têm que ser os da sociedade. Teremos resultados muito mais significativos e, portanto, uma qualidade de gestão bem superior.

SEI – Como surgiu a divisão dos territórios de identidade e por que o governo optou por essa divisão?

RL – Veja, o governo anterior, inclusive em dezembro, fez uma proposta de regionalização baseada em princípios ortodoxos. E cada especialista que se volta a estudar a territorialidade da Bahia, a regionalização do estado, provavelmente, vai fazer uma proposta de acordo com o seu olhar. Diante desse impasse, optamos por dividir a Bahia em territórios de identidades, que é uma tecnologia, em princípio desenvolvida pelo IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura), que é uma instituição vinculada à OEA (Organização dos Estados Americanos), e adotada também pelo movimento da agricultura familiar e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Eles vinham trabalhando nessa direção, sem participação do Governo da Bahia, no desenvolvimento dos territórios de identidade. O conceito que norteia é o da geografia humana, que tem a ver com o sentimento que as pessoas têm de pertencimento a um determinado território. Ou seja, em vez de analisarmos apenas a questão da divisão político-administrativa, a geografia, hidrovias, bacias hídricas, a questão da qualidade do solo etc, e de cada um desses aspectos resultar numa organização diferente, a gente pergunta às pessoas: a que território você pertence? E ela vai dizer. Assim como na cidade você pergunta: em que bairro você está? Muitas vezes a pessoa diz que mora num bairro que não é exatamente o bairro que o mapa administrativo da cidade indica. Portanto, o conceito de pertencimento para aferição do bairro, por parte da população, é da população. Não é do burocrata, nem do técnico, nem do geógrafo que chega e estabelece a variável sem considerar essa questão. Como para nós um dos prin-

cípios básicos é o da participação da sociedade, nos pareceu duplamente recomendável utilizar esse conceito, porque queremos envolver a sociedade. E, como a sociedade entende que aquele é o seu território, fica mais fácil mobilizá-la para discutir e aprofundar seu pensamento sobre o que está acontecendo no seu território. De fato, isso está ocorrendo, o PPA Participativo tem sido um sucesso, para nossa surpresa. A sociedade está discutindo para valer, com pertinência, responsabilidade e consistência, o programa de governo e não listas de projetos e despesas pontuais. A Bahia foi dividida em 26 territórios de identidade, o que também é um sistema-processo, assim como o nosso mapa estratégico. Definir os perímetros dos territórios é um sistema-processo. Por exemplo, o município de Barra, que estava incluído no território do Velho Chico, reivindica que pertence ao território da Bacia do Rio Grande. Se a população do território acha isso, eles são senhores dessa definição geográfica. Felizmente, isso não é uma determinação legal, é apenas uma norma interna de governo, portanto a gente pode ser muito ágil nessas retificações. Há territórios que se subdividiram em três, mas temos que avaliar se, efetivamente, é possível. Temos uma dificuldade: como o governo quer dar voz a todos os territórios, e dar voz aos territórios significa que é preciso acompanhar o que está acontecendo em todos esses lugares – não para determinar, mas para acompanhar mesmo, para dialogar com a sociedade e ver o que ela de fato pensa –, a gente, provavelmente, vai ter um problema mais adiante, de trabalho, de recursos humanos. A tarefa de realizar o PPA Participativo tem sido exaustiva para os funcionários do governo, de todas as secretarias que estão envolvidas no processo, mas particularmente, aqui, da Seplan. Tem sido exaustivo conseguir realizar, nos finais de semana, essas reuniões nos 26 territórios. Isso, num prazo de um mês e meio. Uma tarefa hercúlea, a qual a gente tem se dedicado com grande entusiasmo.

SEI - Quais são as prioridades territoriais e quais ações dirigidas a cada uma dessas regiões?

RL – Como identificamos a questão da concentração territorial, da renda, da produção e da qualidade de vida, definimos como prioritário o território do semi-árido, que não é um território, é a região do semi-árido, e na região do semi-árido tem diversos territórios. O semi-árido é uma escolha óbvia para quem tem preocupações sociais, pois a região concentra os piores IDH's, qualidade de vida ruim, dificuldades de desenvolvimento de propostas auto-sustentáveis. A segunda prioridade é a Região Metropolitana de Salvador. Por isso mesmo, resolvemos que a Bahia, ao invés de ser um estado voltado para o desenvolvimento autárquico, isolado do país, tem que ser vista como um portal de articulação. Veja, a Bahia é o único estado que se articula com três regiões nacionais. Temos fronteiras com o Centro-Oeste, o Sudeste e o Nordeste. Significa dizer que podemos e devemos ser uma das alternativas de articulação da economia global com o continente sul-americano. Tem projetos antigos, como o do professor Vasco Neto, que defendia uma ferrovia que vai da Baía de Camamu, do Baixo-Sul e Sul, ao Pacífico. Essa é uma visão estratégica fenomenal que nunca foi aproveitada. Até foi incluída no Pelt (Programa Estadual de Logística de Transportes da Bahia – Pelt Bahia) do governo anterior, mas foi incluída como ferrovia baiana, numa percepção modesta da visão fantástica do professor. Na realidade, quando ele fez esse estudo, estava pensando na Bahia relacionada com o Brasil, com o continente e com o Pacífico. É uma visão estratégica, de longo prazo, digna de ser perseguida. Não vamos construir essa ferrovia nesse governo, mas teremos esse projeto como norte: a articulação com o mundo e com o continente, com o continente e com o mundo, no dia longínquo em que estivermos chegando ao Pacífico.

SEI – A terceira prioridade é a região cacauera.

RL - A região cacauera foi um aprendizado dessa participação com a sociedade, quando já estávamos no governo. Quando descobrimos, a pedido do pessoal da região, que podíamos e devíamos atender ao pedido deles. Eles desenvolveram um modelo de desenvolvimento territorial sem a participação do governo. Lá, há grandes e pequenas empresas, cooperativas, assentamentos, e eles definiram modelos de desenvolvimento para o território deles e para o Baixo Sul. Significa dizer que eles têm uma proposta de convivência das diversas culturas, percebem que a monocultura é algo que não deve prevalecer. O projeto deles tem uma visão múltipla. Tem aquicultura, projeto de seringa, de preservação da Mata Atlântica, de turismo ecológico e histórico, caminhos para o objetivo de turismo, educação da família, criação de animais, e tudo isso envolvendo a sociedade, com pouco apoio do governo. A gente pode e deve contribuir para essa iniciativa da sociedade local. Fizemos também, sob a liderança da Secretaria da Agricultura, em parceria com o Ministério da Agricultura, um plano de desenvolvimento sustentado para a Região do Cacau. E quando a gente fala Região do Cacau, estamos nos referindo exatamente a um plano de desenvolvimento do cacau. É um plano de desenvolvimento para a região, mas que dá muita importância para a questão do cacau também. Porque o cacau, apesar da decadência e da vassoura-de-bruxa, ainda é uma das principais fontes de recursos tributários da Bahia. E por conta da sociedade, os produtores, alguns deles, estão conseguindo desenvolver, em parceria com a Unicamp e com outras instituições, métodos de manejo que praticamente eliminam a influência da vassoura-de-bruxa. Trata-se de um produto que emprega muita gente, que preserva a Mata Atlântica, que pode e deve ser preservado e incentivado, mas em paralelo com todas as outras iniciativas.

SEI – O mapa estratégico já passou por alguns ajustes. Ele está em constante aprimoramento?

RL - É um sistema-processo, em que as pessoas vão criticando, formulando. Agora, de vez em quando, a gente tem que consultar o governador, pedir a chancela dele. Batemos o martelo com o governador no final da transição, e foi isso que serviu como orientador do programa de governo. Batemos o martelo na mensagem que foi enviada à Assembléia Legislativa, assim como agora, depois desse PPA Participativo, com certeza, vamos propor muitas adaptações. Tem coisas menores que não precisam da chancela dele, mas quando a mudança é de conteúdo, é necessária. Por exemplo, temos aqui, agora, nos macro objetivos, a proposição *fortalecer as identidades culturais*. Essa proposição representa uma mudança fundamental que só desenvolvemos, só percebemos, quando discutindo os eventos de sucesso do desenvolvimento dos municípios de menor poder aquisitivo, pior situação de IDH e de indicadores sociais. Foi aí que descobrimos que eles deram certo porque utilizaram a cultura como aglutinador, catalisador dessas múltiplas ações produtivas, sociais etc. Não a cultura *stricto sensu*, mas a cultura *lato sensu*, de como aquela comunidade vê a sua história, de como ela se articula no processo produtivo, de como ela se articula com as autoridades, de como eles se articulam entre eles, de como, enfim, eles conseguem preservar seu passado, modificando, no sentido de que não vamos crescer através de um modelo pastoral, artesanal, como Rômulo Almeida chamava essa alternativa ácida e criticamente. Porque se quisermos fazer criação de cabra no modelo pastoral, talvez consigamos dar uma cabra, duas cabras, resolver o problema de alimentação da família, das crianças. Isso é muito bom, mas é pouco para que essa comunidade avance em direção a um conforto e à qualidade de vida mínima, contemporânea com o século XXI.

SEI – Agregando valor, tecnologia?

RL - Isso. Por exemplo, o que acontece nos municípios de Pintadas, Valente... Eles pegam essa alternativa histórica para a qual estão preparados e envolvem isso com o adensamento da cadeia produtiva. Ou seja, eles criam cabra sim, mas com tecnologia que preserva a pele para que o couro possa ser bem aproveitado, eventualmente beneficiado. Temos que avançar nesse sentido. Temos que ter o matadouro certo, o criatório, o frigorífico, o resfriador. A cabra que fornece o leite tem que ser de boa qualidade para que a gente possa transformar esse leite em queijo de qualidade, e é por isso que Pintadas, sem participação nenhuma do governo anterior, mas com algum apoio do Governo Federal, está com relações externas com cinco países da Europa. Isso é possível com sisal, com a cabra, com criatório de peixe, com as frutas típicas. Coisas que já estão aí, que já estão acontecendo. É uma série de iniciativas e temos que dar escala a elas. Outra questão importantíssima e fundamental é o fato de que articulamos essas ações de incentivo à agregação de valor por parte da sociedade em pequenos empreendimentos com os grandes projetos estruturantes. Como, por exemplo, nossa iniciativa, aquela a que me referi de entender a Bahia como um portal de relação entre o mundo e o continente, tem projetos de rodovia, que é a BR-242, que é uma coisa fundamental num curtíssimo prazo; a questão do resgate do rio São Francisco para o ano que vem. Já há estimativa de que a calha do rio permita de novo o comboio de chatas com um maior porte e o resgate de uma plataforma multimodal no porto de Juazeiro; a articulação de seis quilômetros que faltam, só seis quilômetros, entre o porto de Juazeiro e a ferrovia Centro-Atlântico, que vai de Juazeiro até Aratu. Enfim, esse conjunto de coisas articuladas e articulando o pequeno, médio e grande produtor. Porque um dos grandes problemas da Bahia é o fato de que nossa estrutura é basicamente industrial e pior, na estrutura industrial,

mas do que em outros estados, temos uma indústria voltada para setores básicos e de insumos intermediários de capital intensivo, que empregam pouca gente em relação ao capital investido. Nada contra esses empreendimentos estruturantes. Nosso esforço vai ser no sentido de fazer com que esses empreendimentos de portes estruturantes estejam articulados com médios e pequenos empreendimentos. De uma forma ou de outra. Minimamente através da infra-estrutura, como, por exemplo, se construirmos a ferrovia Oeste-Leste e resgatarmos a BR-242 por conta desses grandes projetos, resgatarmos a ferrovia de Juazeiro para Aratu, estaremos com um processo de implantação de rodovias vicinais articulando esses pequenos empreendimentos, que já não serão tão pequenos porque eles estarão articulados em rede, para utilizar essa rede que só é viabilizada através dos grandes empreendimentos. A gente não viabilizaria nunca, em termos de custo/benefícios, uma ferrovia ou uma rodovia de qualidade para atender, mesmo com aglomeração, a questão do leite de cabra a ser exportado para a Europa. Então, é uma visão sistêmica, integrada, uma situação de foco nos pequenos, mas é uma visão que não é doutrinária, que tem perspectiva, filosofia, política, ideologia, mas que está disposta a aprender com a realidade, com a prática da sociedade e com a prática do governo.

SEI – O mapa estratégico e o PPA contribuem para garantir a coerência da gestão?

RL - Queremos que todos os programas, projetos e atividades do governo estejam no PPA. Uma necessidade, porque queremos ser criativos, mas também garantir que só aconteça no Governo da Bahia o que estiver no PPA. Uma coisa que acontecia muito no governo anterior é que a relação entre as diretrizes e a lista de projetos era tênue. Era pouco clara. E a gente chega agora, no

final do PPA anterior, e descobre que algumas diretrizes, cumpriram dela 17%, 23%. A maior parte aconteceu não exatamente de acordo com o PPA. Então, esse mapa é para garantir, entre outros objetivos, a coerência entre o planejado e o executado.

SEI – Como está acontecendo o PPA Participativo?

RL - O PPA está participativo não somente em relação à sociedade, mas também em relação à máquina do governo. Estamos discutindo o PPA em diversas reuniões de trabalho, com as secretarias, indo e vindo, aprofundando, corrigindo e utilizando isso para corrigir a nossa própria visão de Seplan sobre o que é a ação de governo. Na realidade, estamos desenvolvendo essas duas vertentes, a do PPA Participativo de governo, a do PPA Participativo com a sociedade e aí, a Seplan vai fazer a articulação dessas duas linhas de trabalho para apresentar em julho, ao governador, algo que será o resultado desse trabalho. O governador vai fazer as modificações que entenda necessárias e irá apresentar o documento à Assembléia Legislativa. Agora, através do PPA Participativo, alguns deputados já estão acompanhando e nós estamos à disposição deles para discutir com a Assembléia até mesmo antes dos prazos legais. Ou seja, pode ser um PPA Participativo até na minuta, com os deputados, coisa que é realmente inédita. O que está acontecendo na Bahia é inédito, inclusive em relação a outros estados também, porque sempre se ficou muito na liturgia da consulta. Nós, não, estamos indo além da liturgia. Estamos, efetivamente, recolhendo a opinião da sociedade. Isso vai entrar num processo de avaliação, de priorização. Eles mesmos sugeriram prioridade para os programas. Claro, somos governo, o governador recebeu 3 milhões e 200 mil votos e não pode abrir mão da sua obrigação de decidir, levando em consideração todas as corporações.

Transformar o social em vetor de desenvolvimento econômico

Entrevista com Geraldo Reis²

Os desafios para promover o desenvolvimento econômico da Bahia com equidade social, conciliando o crescimento do PIB com a melhoria geral da qualidade de vida da população, estiveram no centro das discussões das Rodadas de Temas Estratégicos. Harmonizar economia e interesses sociais também foi pauta desta entrevista com o diretor geral da SEI, Geraldo Reis. O sociólogo - e mediador dos debates entre os representantes das secretarias setoriais - comenta como algumas ações e investimentos em áreas interrelacionadas, a exemplo da indústria, agroindústria, logística, rede de cidades e novas tecnologias, podem contribuir para incentivar grandes e pequenos produtores, sem perder de vista as carências da população. Conheça também um pouco sobre a SEI e os novos projetos da instituição.

SEI - Tendo em vista a proposta do governo de mudar o perfil de desenvolvimento em relação ao que vinha sendo feito anteriormente no Estado, quais são os desafios para o desenvolvimento da Bahia?

Geraldo Reis - Eu considero que o novo governo do Estado da Bahia tem um grande desafio pela frente, que é o desafio de inverter a lógica do desenvolvimento econômico, social e territorial do Estado. Acho que esse grande desafio pode ser sintetizado da seguinte forma: como compatibilizar uma inserção competitiva da economia baiana no mercado nacional e no mercado global com um processo de diminuição das desigualdades sociais e regionais e, ao mesmo tempo, com desconcentração econômica. Então, na minha opinião, essa seria uma síntese dos desafios que estão postos para o novo governo.

SEI - Em linhas gerais, qual era a estratégia de desenvolvimento anterior?

GR - Como todos sabem, a experiência recente de desenvolvimento econômico e social do Estado da Bahia foi ancorada nos grandes empreendimentos e em algumas regiões específicas. Então, podemos falar da petroquímica na Região Metropolitana de Salvador e, mais recentemente, da indústria automotiva, a Ford, especificamente; turismo no

² Diretor geral da SEI.

Litoral Norte e Litoral Sul; o pólo de fruticultura no entorno do eixo Juazeiro-Petrolina, já no Estado de Pernambuco; o pólo produtor de cereais e grãos no Oeste da Bahia, mais especificamente no entorno de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães; a celulose no Extremo-sul. Então, de uma forma geral, a âncora do modelo de desenvolvimento que estava sendo implementada estava exatamente nesses pólos, que, por sua vez, do ponto de vista espacial, se situam em extremos do nosso território, o que já é algo bastante trabalhado na literatura que trata da questão do desenvolvimento. É também característica do Estado da Bahia e consequência desse modelo de desenvolvimento uma alta concentração econômica e um alto grau de desigualdades sociais. A estratégia de desenvolvimento econômico e social implementada até agora tem focado as chamadas "ilhas dinâmicas" da nossa economia. Ao mesmo tempo em que foram focados os grandes investimentos, não se enfrentou alguns problemas estruturais da nossa sociedade, como, por exemplo, a questão do semi-árido, que, como todos sabem, representa 69% do nosso território e 48% da nossa população.

SEI - E como é possível conciliar competitividade econômica e inclusão social?

GR - O novo governo não pode abrir mão desses grandes empreendimentos já existentes, importantes para o crescimento econômico e do PIB, mas que, por natureza, não têm um caráter de geração de empregos e de distribuição de renda. Como montar, por exemplo, uma estratégia de desenvolvimento econômico que contemple a permanência dos grandes empreendimentos, mas que abra a possibilidade para a constituição de uma nova densidade econômica e social, moderna, contemporânea e que aponte para a melhoria da qualidade de vida e a diminuição das desigualdades sociais? Nesse sentido, o governo Wagner aponta algumas pistas. Ao propor enfrentar o problema do semi-árido, o governo está se colocando

com essa perspectiva. Ao apoiar programas, como Água Para Todos e Luz Para Todos; ao considerar o peso econômico que têm alguns programas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família, as aposentadorias; ao fazer intervenções de caráter produtivo como, por exemplo, o incentivo ao biodiesel e a criação de uma logística específica que facilite a circulação da pequena produção rural nos grandes corredores de transporte, o governo pode constituir, a partir daí, uma estratégia de transformar o social em um novo vetor de desenvolvimento econômico no Estado da Bahia.

SEI - Desenvolver o social para repercutir na economia?

GR - O governo tem apontado com a possibilidade de induzir a agregação de valor em algumas cadeias produtivas como, por exemplo, a da caprinocultura, da ovinocultura, da produção de laticínios, do mel, da cachaça. E isso se casa com o esforço da constituição de uma rede de APL's (Arranjos Produtivos Locais) em várias regiões do Estado da Bahia. Então, nesse sentido, pode-se trabalhar o incentivo ao pequeno empreendimento urbano e rural, mas tentando fazer uma vinculação, tentando integrar essa economia dos pequenos empreendimentos a essa rede de mercado mais ampla - a rede de mercado não apenas de consumo interno, mas inclusive visando os mercados nacional e internacional. Assim, quando nós falamos da possibilidade de tornar a esfera do social um novo vetor de desenvolvimento econômico, nós estamos falando do social enquanto uma dimensão produtiva e uma dimensão de políticas que visam a melhoria da qualidade de vida da população. Como, por exemplo, as políticas de educação e saúde pública; as medidas que serão implementadas visando a diminuição do analfabetismo no nosso Estado; as medidas que podem ser implementadas visando a disseminação e o espraio do ensino superior através das nossas universidades estaduais e da criação de novas universidades federais no interior do Es-

tado. Essas medidas podem significar não apenas melhoria da qualidade de vida, ganhos do ponto de vista de cidadania, mas os recursos vinculados a essas áreas, educação e saúde, eles são significativos e capazes de impactar as economias dessas regiões e localidades.

SEI - Como o sr. vê a estruturação da rede urbana e o papel da logística nesse novo governo?

GR - Em sintonia com essa estratégia de transformação do social num vetor de desenvolvimento econômico, cabe lembrar o papel de estruturação da rede urbana, da rede de cidades do nosso Estado. Ao pensarmos uma estratégia de desconcentração econômica e espacial do desenvolvimento da Bahia, não devemos confundir essa estratégia de desconcentração com estratégia de fragmentação. Daí a importância do governo ter a clareza da necessidade de contribuir para uma estruturação mais equilibrada da nossa rede urbana. Nesse caso específico, ganham importância as chamadas "cidades pólo" da Bahia, que são importantíssimas para a distribuição de bens e serviços para as comunidades regionais. Dentro dessa lógica, cabe ao governo pensar na estruturação de um kit básico de equipamentos e serviços públicos adequados a determinados portes de cidades. Então, há cidades que demandam certos equipamentos de saúde, educação e segurança. Há outras cidades que têm o papel de capitais regionais, há que se pensar na possibilidade de dotá-las de equipamentos mais amplos como, por exemplo, aeroportos, centro de convenções e, ao mesmo tempo, pensar na infra-estrutura social das grandes, médias e pequenas cidades como, por exemplo, a questão de água potável, o saneamento básico. Portanto, eu creio que, dessa forma, o governo compatibiliza uma preocupação social com o reforço da logística em nosso Estado, uma logística que, também, precisa ser invertida, fazendo com que a Bahia não seja apenas um caminho da relação econômica entre Centro-Sul

e Nordeste, mas abrindo uma interconexão entre o Leste e o Oeste do nosso país. Daí a importância, já bastante comentada, da ferrovia Leste-Oeste. Sabendo compatibilizar investimentos e atração de investimentos para essa logística, com esse caráter; sabendo compatibilizar os grandes empreendimentos com os pequenos e médios; sabendo fomentar os novos arranjos produtivos locais; estruturar a rede de cidades; enfim, sabendo implementar políticas de inclusão social e ao mesmo tempo incorporar essas políticas de inclusão social como alavancadoras do desenvolvimento, eu creio que o governo do Estado da Bahia poderá ser bastante inovador em relação aos outros estados, porque não correrá o risco de haver estratégias de pequenos empreendimentos se contrapondo aos grandes, nem uma estratégia exclusiva de incentivo ao mercado interno em detrimento do mercado externo. Então, é uma estratégia cujo foco continua sendo a preocupação com o social, mas que é uma estratégia contemporânea e que leva em consideração as transformações econômicas, sociais, políticas e culturais da nossa época.

SEI - Uma outra área é a do conhecimento e da informação. De que forma esse segmento pode colaborar para o desenvolvimento desse novo Estado que está sendo discutido?

GR - Como eu disse anteriormente, se trata de uma estratégia de desenvolvimento comprometida com a inclusão social, mas uma estratégia contemporânea tem que, necessariamente, considerar o papel da informação e do conhecimento como elementos estruturantes. E quando nós falamos do papel do conhecimento e da informação, nós não estamos nos referindo, apenas, aos grandes empreendimentos que utilizam tecnologia intensiva, mas estamos falando de dimensões que são necessárias a toda e qualquer escala econômica. Então, quando se trata de uma indústria de ponta com tecnologia intensiva, é óbvia a importância do conhecimento e da informação. Mas, mes-

mo nos pequenos empreendimentos, cada vez mais, a informação e o conhecimento se tornam imprescindíveis. Até porque nós não estamos falando mais do pequeno empreendimento rural ou urbano como algo isolado. Nós estamos tentando trabalhar a idéia de pequenos empreendimentos que estejam permanentemente buscando agregar valor ao seu produto. Então, quando nós falamos, por exemplo, da cadeia produtiva da caprinocultura, nós estamos falando da criação de uma caprinocultura criada em bases modernas. Ainda que uma caprinocultura a partir de pequenas propriedades e pequenos produtores. Sintetizando, a informação e o conhecimento passam a ser determinantes nessa nova estratégia de desenvolvimento econômico e social.

SEI - De que forma a SEI pode colaborar para a promoção de um ambiente propício a essas discussões?

GR - É necessário que fique bastante claro a questão da função e do papel da SEI. Porque não compete à SEI, dentro da estrutura de governo, formular políticas públicas e muito menos executá-las. Por um lado, compete à SEI produzir dados e informações que possam subsidiar a formulação dessas políticas públicas pela Secretaria do Planejamento ou pelo conjunto das setoriais e, ao mesmo tempo, cabe à SEI, a exemplo das rodadas de discussões que organizou e realizou, fomentar a discussão, induzir à reflexão e problematizar esses dilemas e desafios que estão colocados para o desenvolvimento do nosso Estado. Então, a SEI é um espaço privilegiado para a interlocução acerca dos parâmetros, dos dilemas de uma nova estratégia de desenvolvimento econômico e social para o Estado da Bahia.

SEI - Quais são os projetos da instituição para esta nova gestão?

GR - Em primeiro lugar, nós estamos nos estruturando e tentando equacionar certos

gargalos para termos condições de melhor contribuir com o governo do Estado da Bahia e com a sociedade. Nós estamos reestruturando a SEI do ponto de vista organizacional; estamos realizando seleção e concurso público para novos quadros técnicos e novos pesquisadores. Estamos tentando atualizar tecnologicamente as nossas diretorias, sobretudo, na área de georreferenciamento e geoprocessamento, inclusive com um trabalho de atualização cartográfica do Estado da Bahia e aquisição de novas imagens de satélites. Estamos tentando aproximar sub-setores, como a biblioteca, setor de informática e a Coordenação de Disseminação de Informações, no sentido de que esses três sub-setores se constituam em um único setor e que passe a ser, não a atividade meio na estrutura da SEI, mas a atividade fim da SEI, que é a produção e a disseminação de informação e conhecimento. Acho que, à medida que consigamos avançar nessa esfera de reorganização da instituição, nós poderemos continuar contribuindo da melhor maneira para essas reflexões e para subsidiar a formulação dessas políticas públicas. Vale lembrar, também, as nossas publicações, que refletem mais ou menos as nossas pesquisas e nossos estudos. E temos pela frente alguns estudos desafiadores como, por exemplo, a movimentação da pobreza no Estado da Bahia e a eficácia de alguns serviços públicos e sociais no Estado, sobretudo, nas áreas da educação, saúde e segurança. E temos também alguns estudos mais específicos, mas não menos importantes. Por exemplo, pretendemos realizar um seminário e lançar uma revista Análise & Dados sobre os dilemas e desafios vivenciados atualmente pela petroquímica na Bahia. Então, esse é um exemplo de como estaremos contribuindo para a reflexão dos gargalos de uma nova estratégia para o desenvolvimento econômico e social do nosso Estado.



2

Visão transversal em cartogramas e textos

Aproximando-se da técnica da infografia como maneira de trabalhar com os aspectos mais estruturantes e apresentá-los de maneira mais clara e direta, optou-se por utilizar uma linguagem que alia desenho e texto esquemático, porém com capacidade de expressar as questões e seus espaços com fácil entendimento. Buscou-se, com isso, oferecer material para discussão em menor tempo de trabalho e com um formato gerencial capaz de oferecer informações e conhecimentos para a tomada de decisões, em forma de cartogramas e textos esquemáticos. Numa fase posterior, quando as discussões alcançarem um nível capaz de consolidar os programas e os projetos de forma mais consistente e detalhada, tal formato poderá avançar para textos e mapas dentro dos padrões e normas preestabelecidas.

2.1. Análise setorial

Tomando por base os relatórios e as transcrições de cada rodada de discussão, a equipe técnica da Diretoria de Estudos Especiais da SEI fez um esforço de análise setorial, de maneira a identificar quatro aspectos importantes nas informações apresentadas em cada secção.

Em primeiro lugar, foram apresentados os problemas mais relevantes identificados em cada tema, como forma de enaltecer os aspectos de diagnósticos mais importantes a serem solucionados, e em quais regiões ou territórios eles ocorrem de forma espacial, do ponto de vista de uma estratégia de desenvolvimento.

A seguir, também de forma esquemática, identificam-se as Ações Estratégicas que parecem ter maior sustentação e lógica diante das informações disponíveis para o processo de desenvolvimento da Bahia, das discussões efetivadas e das ênfases dos expositores.

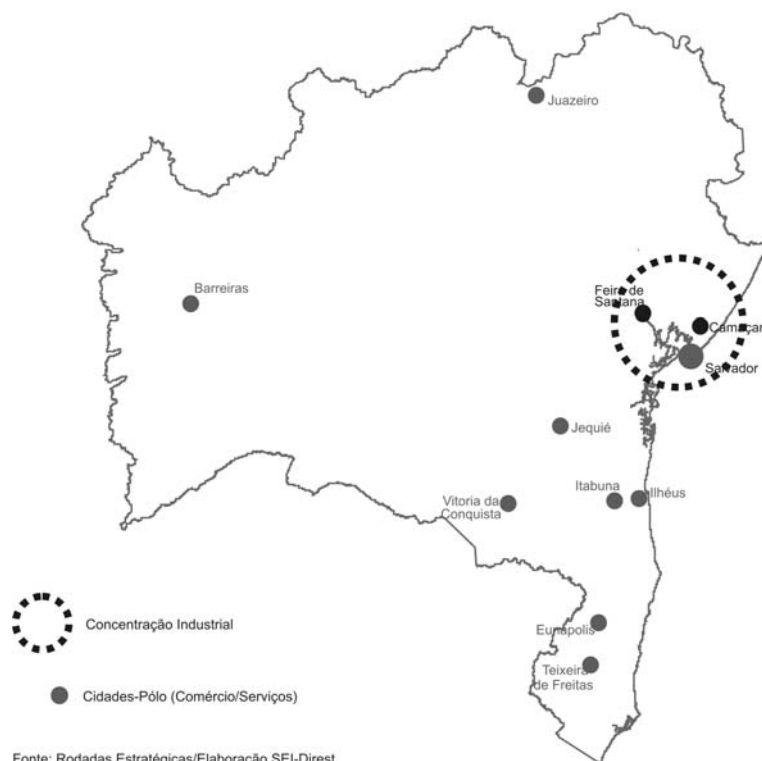
Como análise e deduções da equipe Diretoria de Estudos Especiais da SEI, criaram-se ambientes de discussões internas e formularam-se algumas conclusões sobre o processo, enfatizando aspectos estratégicos para a tomada de decisões e lacunas nos procedimentos de construção das Ações Estratégicas setoriais.

Ainda em função dessas discussões internas, mais especificamente das lacunas identificadas, a equipe da Diretoria de Estudos Especiais da SEI concebeu novos temas de estudos e de pesquisas que representam importantes iniciativas para dar novos subsídios à formulação de políticas públicas no estado da Bahia.

2.1.1 Indústria, comércio e serviços na Bahia

Cartograma 1

Indústria, Comércio e Serviços na Bahia



Problemas Relevantes

1. Os pólos dinâmicos da economia baiana estão concentrados nas bordas do território e não estabelecem relações entre si, desempenhando atividades basicamente voltadas para a oferta de produtos para os mercados externos. As atividades mais relevantes são a produção de papel e celulose no Extremo Sul, o cultivo da soja no Oeste nos moldes do agronegócio e, mais recentemente, a fruticultura irrigada no Vale do São Francisco.
2. Os investimentos industriais estão fortemente concentrados na Região Metropolitana de Salvador (RMS), organizados basicamente na produção de bens intermediários, principalmente dos setores químico, petroquímico e, no setor de bens finais, do ramo automotivo. Normalmente, os mercados consumidores desses produtos estão localizados fora da Bahia e as atividades são desempenhadas por empresas de grande porte.
3. A economia local apresenta uma expressiva concentração na distribuição

de rendimentos, o que reforça a exclusão social. Os níveis mais elevados de rendimentos encontram-se na Região Metropolitana de Salvador, com destaque para a capital, embora haja uma acentuada desigualdade na distribuição desses rendimentos. 75% das famílias baianas recebem no máximo três salários mínimos.

4. A Bahia apresenta o setor industrial como parcela significativa do PIB estadual. A avaliação é que esse fato representa um retrocesso, já que os países desenvolvidos ou em fase de desenvolvimento avançado apresentam destaque nos setores de comércio e serviços. A economia baiana pode estar vivendo um processo de “achinesamento”.
5. O setor industrial, inclusive o automotivo, apresenta uma tendência declinante em relação à geração de empregos, o que torna a política de atração de indústrias não estratégica para a absorção de mão-de-obra.
6. Há elevada variação no tamanho das empresas dedicadas às atividades industriais na Bahia. Grandes empresas exportadoras que utilizam tecnologia de ponta coexistem com pequenos e médios empreendimentos espalhados pelo território.
7. O comércio exterior da Bahia é bastante concentrado em um conjunto limitado de produtos (químico, petroquímico, automotivo, metalúrgico, papel e celulose e soja). Caso as principais empresas dos setores químico, petroquímico e automotivo sejam excluídas do setor de exportação, a economia baiana torna-se basicamente primário-exportadora. Essas grandes empresas são as responsáveis pelo fluxo exportador da Bahia.
8. A indústria e a agricultura dependem da base local de serviços para o desenvolvimento de suas atividades. Portanto, o setor se constitui como relevante para a geração de empregos.

9. Alguns segmentos que podem ser considerados estratégicos para o desenvolvimento da Bahia: educação (superior e profissionalizante), serviços de saúde, comércio, turismo de eventos e negócios, administração pública e serviços prestados a empresas.

Ações Estratégicas

1. O Estado deve gerar e coordenar a economia baseada em redes. Essa ação em redes permitirá a construção de uma estrutura logística que promoverá a desconcentração da atividade industrial. Caso contrário, os investimentos no setor permanecerão concentrados na Região Metropolitana de Salvador.
2. Priorizar a rede logística e de transportes.
3. Articular investimentos privados em modelos de cooperação interfirmas, o que significa atrair e montar a cadeia produtiva.
4. Articular os Arranjos Produtivos Locais (APLs), dando-lhes suporte para a formalização empresarial (adoção de métodos mais profissionais de gestão). Um dos sustentáculos dessa política é a organização dos pequenos empresários através de cooperativas.
5. Ofertar educação, treinamento e apoio governamental para indústrias intensivas em recursos.
6. Adoção de uma visão alternativa que entenda o setor de serviços como infra-estrutura das atividades industrial e agro-industrial.
7. Expansão das universidades estaduais, extensões de universidades federais em cada cidade pólo, Cefets, escolas técnicas etc.
8. Municipalização plena da saúde e pactuação intermunicipal para prestação de serviços, com ênfase na atenção básica (Programa de Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde).
9. Desenvolvimento de serviços empresariais e redes de serviços empresariais.

Conclusões

1. A expansão da oferta e da demanda nos setores de comércio e serviços encontra limitações em relação à oferta de mão-de-obra, no baixo nível de qualificação dos trabalhadores, principalmente nas cidades de médio e pequeno portes.
2. As grandes transformações por que passou a economia mundial nas últimas décadas, no fenômeno que ficou conhecido como globalização, reduziram a capacidade do Estado de elaborar políticas industriais. O Estado, contudo, deve manter o foco nas políticas de interação entre as empresas.
3. Para promover o desenvolvimento industrial, o Estado deve priorizar investimentos no setor de logística.
4. Fortalecimento das cidades pólo para que haja uma mais intensa interiorização dos serviços.
5. A Bahia enfrenta, atualmente, certa indefinição de políticas capazes de promover a descentralização industrial.

2.1.2 Agricultura na Bahia

Cartograma 2.1

Agricultura na Bahia



Aspectos Relevantes

1. O Estado da Bahia possui a maior população rural do Brasil, cerca de 33% da população total do Estado. O Agronegócio baiano, a partir de 2000, imprimiu forte dinâmica nas economias regionais, participando, em 2006, com cerca de 28% na composição do PIB baiano e com praticamente 27% das exportações do Estado.
2. Dentre os segmentos de destaque nos últimos anos, o de "papel e celulose" desponta na primeira colocação nas exportações, chegando a faturar mais de 700 bilhões de dólares em 2006, seguido do "complexo soja", que exportou pouco mais de 270 bilhões de dólares. O segmento de "cacau e suas preparações" alcançou os 200 bilhões de dólares.
3. Em termos de Valor Bruto da Produção (VBP), entre 1990 e 2003, atingiu 15,3 milhões de reais em 2006. A soja é a cultura com maior participação no VBP, cerca de 27% do total, seguida da fruticultura.

4. No ranking nacional dos produtos vegetais o Estado aparece na primeira colocação na produção de manga, mamão, coco-da-baía, sisal, cacau, mamona e guaraná. O Estado é o segundo maior produtor de mandioca, banana, algodão e laranja, e o terceiro de cebola. Participa ainda como quarto maior produtor nacional de café, uva, abacaxi e reflorestamento.
5. Na produção animal, o frango de corte teve destaque, saindo de pouco mais de 19 mil toneladas em 1990 para 202 mil toneladas em 2006.
6. A política de vacinação contra a febre aftosa, programa de erradicação da doença, é um dos grandes trunfos do segmento pecuário, mantendo o estado livre de focos nos últimos 10 anos.
7. Entre 2003 e 2006, o acesso ao crédito rural no Estado praticamente duplicou, demonstrando forte dinâmica e crescimento das atividades. O setor do agronegócio tem grande papel na consolidação das principais cidades pólo baianas: Juazeiro, Paulo Afonso, Luis Eduardo Magalhães/Barreiras, Formoso/Bom Jesus da Lapa, Valença, Ilhéus/Itabuna, Feira de Santana, Mucugê, Maracás, Guanambi, Eunápolis/Teixeira de Freitas.
8. Os grandes desafios do setor do agronegócio seriam: a infra-estrutura para escoamento da produção; a inserção competitiva da produção familiar nos mercados tradicionais e o conseqüente aumento da renda no campo; a inserção do semi-árido nos circuitos do desenvolvimento sustentável; a consolidação dos agriclusters potenciais (fomento à ampliação das áreas de irrigação; implementação das ações de defesa agropecuária, de rastreabilidade e certificação de produtos); e, por fim, a definição de estratégias para “driblar” as políticas protecionistas dos mercados internacionais.
9. Representa 40% da produção no campo e é responsável por sete de cada dez empregos gerados nos estabelecimentos rurais, além de se constituir no setor responsável pela produção da maioria dos produtos que compõe a cesta básica alimentar. Cerca de 84% da mandioca produzida, 67% do feijão, 58% da produção de suínos e 40% das aves e ovos, e praticamente 50% do milho são fornecidos por esse setor da atividade agropecuária. Dos quase 700.000 estabelecimentos rurais do Estado, mais ou menos 90% são classificados como familiares. Destes, 77% utilizam mão-de-obra exclusivamente familiar. Dos mais de 2,5 milhões de ocupados na agricultura, praticamente 85% estão na agricultura familiar.
10. A adoção dos Territórios de Identidade como regionalização padrão para o planejamento pretende articular e integrar as setoriais e suas políticas com as demandas sistematizadas pelas instituições gestoras de cada território.
11. Os grandes desafios são: a questão fundiária, o desgaste e a erosão dos solos do Cerrado, o endividamento da lavoura cacaujeira e a situação dos assentamentos.
12. Existem problemas com a relação entre a agricultura familiar e os grandes mercados pela incapacidade desse setor para agregar valor ao produto e ter escala.
13. Necessidade de implementar infraestrutura logística específica para o setor.

Cartograma 2.2

Agricultura Familiar - Principais Programas



Ações Estratégicas

1. Transformação e/ou beneficiamento de produtos na obtenção de óleos vegetais para escala de mercado.
2. O etanol.
3. A implementação das atividades de resfriamento e congelamento.
4. O beneficiamento de fibras vegetais.
5. Há necessidade, ainda, de investimentos em pesquisa, biotecnologia, na produção de mudas e sementes; de uma maior eficiência da defesa sanitária e, principalmente, da promoção de infra-estrutura logística para viabilizar a comercialização da produção, aumentando a competitividade do setor.
6. Programa Bio-sustentável, envolvendo oito Territórios de Identidade: Irecê, Chapada Diamantina, Recôncavo, Litoral Norte-Agreste de Alagoi-
nhas, Nordeste II, Portal do Sertão, Baixo Sul e Sul. Serão 100.000 agricultores beneficiados e uma nova matriz energética instalada em bases sustentáveis no Estado.
7. UNIATER, programa de Universalização da ATER para a Agricultura Familiar na Bahia, tem como metas, até 2010, assistir 600.000 agricultores familiares, elevar a renda média das propriedades e aplicar ao ano 700 milhões de reais em créditos do PRONAF. O UNIATER tem abrangência estadual.
8. Sertão Produtivo, programa de Desenvolvimento das Principais Cadeias Produtivas do Semi-árido Baiano, tem como meta 200.000 famílias com sistemas produtivos aperfeiçoados, em sistemas de policultivos, verticalizados e integrados ao mer-

- cado. Todos os territórios da região têm prioridade.
9. Programa SEMEANDO, de produção de sementes, pretende atingir, até 2010, a produção de 1.200 toneladas de sementes/ano e implantar viveiros de produção de mudas de espécies florestais e frutíferas por território, além de estabelecer base de distribuição nos municípios. O programa é de abrangência estadual.
 10. SECAF (Sistema de Comercialização) pretende implementar serviços voltados para dar apoio a processos de comercialização dos produtos da agricultura familiar. Todos os territórios são prioritários.
 11. Produzindo e Preservando a Mata Atlântica tem como metas ampliar a renda de 100.000 famílias; renovar 150.000 hectares de cacau; recuperar, ampliar, inserir e articular em processos de verticalização, nos territórios, 200.000 hectares de culturas; implantar 80.000 hectares de dendê em produção comercial; ampliar e organizar a produção de hortigranjeiros voltados para o abastecimento de Salvador, das grandes cidades da Bahia e Região Metropolitana; diversificar a matriz produtiva; criar um pólo supra-territorial de produção de chocolates, licor, geléia e outros derivados voltados para o mercado estadual, nacional e internacional; consolidar 5 pólos de produção de frutas dinamizados – Vale do Rio das Contas, Baixo Sul, Sul, Extremo Sul, Recôncavo –, um pólo de produção de derivados da mandioca, um pólo supra-territorial de comercialização de flores tropicais, um pólo, no Recôncavo, de produção de horticultura, um pólo supra-territorial de negociação e comercialização de produtos da agricultura familiar e 5 pólos de produção de leite e derivados; e, por fim, será preciso articular a indústria e a produção nos sistemas agroindustriais de elevado valor agregado que exijam grandes inversões de capitais. Prioridade: territórios Recôncavo, Baixo Sul, Sul, Extremo Sul, Rio de Contas e Vale do Jiquiriçá.
 12. São Francisco – Produzindo e Recuperando a Bacia Hidrográfica do RSF contempla 45.000 famílias, todas envolvidas com o programa de recuperação de pastagens em SAF – Sistema Agro-Florestal, 15.000 por território. Para implementar as ações será preciso estabelecer parcerias para recuperação produtiva e sustentável dos perímetros irrigáveis. Prevê-se a implantação de três novos pólos de agroindustrialização, um por território, vinculados às atividades agrícolas e pecuárias desenvolvidas. Dar-se-á foco na articulação entre indústria e produção nos sistemas agroindustriais de elevado valor agregado que exigem grandes inversões de capitais. Serão implantados, ainda, um pólo de produção de derivados da mandioca, um pólo supra-territorial de negociação e comercialização de produtos da agricultura familiar, articulado com a rede estadual, e cinco pólos de produção de leite e derivados. Os territórios contemplados são Velho Chico, Irecê, Sertão do São Francisco e Itaparica.

Conclusões

1. A Seagri dá ênfase a dois pólos ou estratégias no seu planejamento. De um lado, o agronegócio, com os seus pólos tradicionais e consolidados e, ainda, os recém implantados, que devem ser apoiados principalmente na oferta crescente de serviços de logística e infra-estrutura de transportes. O setor visa os mercados internacionais (*commodities*), as exportações. No outro pólo tem-se a agricultura familiar, ampla maioria dos estabeleci-

mentos agropecuários e das ocupações no campo. A estratégia de intervenção parece estar alinhada com as dinâmicas locais ou dos territórios. O setor deve produzir alimentos para o consumo e abastecer os mercados internos. Como parte das estratégias, a política de comercialização da produção deve articular a produção familiar com cidades de maior porte; deve considerar os mercados institucionais, promovendo o fortalecimento da economia solidária.

2. O programa do Biodiesel mostra certa transição entre o papel da agricultura familiar e o papel do setor patronal na medida em que insere o setor na cadeia do agronegócio de biocombustíveis, ou seja, é um programa que cria os maiores "links" entre grandes negócios e pequenos produtores. É necessário, contudo, aprofundar os estudos e diagnósticos sobre esse setor tendo em vista a necessidade de políticas e investimentos específicos.
3. O Bio-Sustentável, Mata Atlântica e São Francisco são programas que possuem regionalizações definidas. Diferentemente, o UNIATER, o Sertão Produtivo, o SEMEANDO e o SECAF serão definidos de acordo com as demandas específicas dos Territórios de Identidade.
4. Proposta de criação de selos ambientais como estratégia de agregação de valor com ênfase no associativismo, nos sistemas agroflorestais, na produção orgânica, enfim, na transição para sistemas agroecológicos. Faz-se necessário ainda rever e aperfeiçoar o Zoneamento Econômico-Ecológico, como também definir novas áreas prioritárias. Há pre-

ocupação também com a adoção dos transgênicos por parte dos pequenos produtores e as possíveis e desconhecidas conseqüências ambientais e sociais associadas ao tema.

5. Ainda com relação à questão ambiental, a expansão das áreas de eucalipto e os desdobramentos da política do Biodiesel são colocados como de suma importância para o debate sobre planejamento e sustentabilidade das estratégias de intervenção, principalmente com relação à agricultura familiar. A "modernização" da agricultura nas bases da Revolução Verde vem sendo questionada mundialmente e sistematicamente abandonada. A Seagri não pode e não deve ver, por exemplo, o aumento do consumo de agrotóxicos e maquinário pesado como avanço do setor.

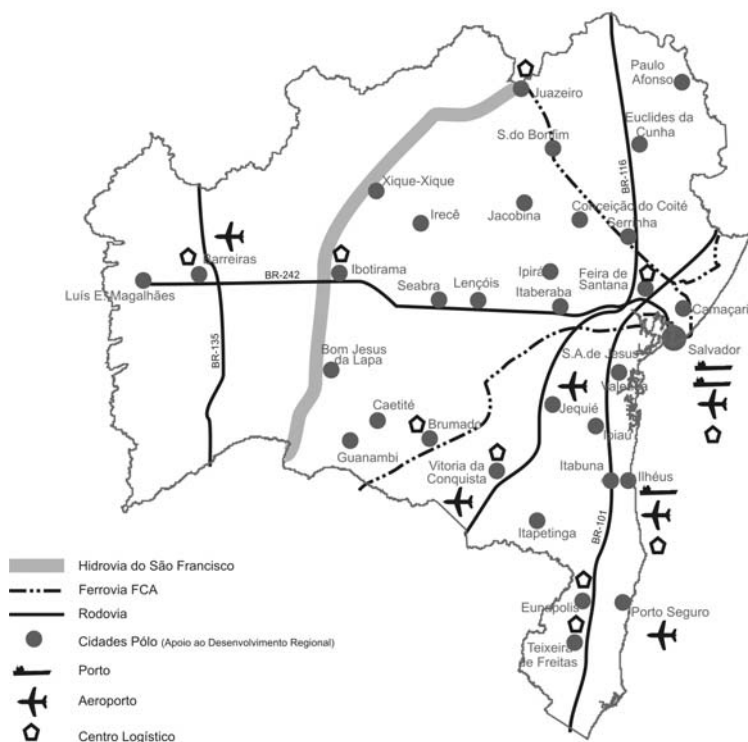
Estudos Propostos

1. É preciso aprofundar estudos sobre a diversidade sociocultural e a concentração de renda (econômico) que conformam o semi-árido baiano e o próprio Estado. Ou melhor, é preciso que se conheçam os "semi-áridos" da Bahia para que se implementem políticas públicas adequadas às realidades dessa região.
2. Situação Fundiária e Agricultura Familiar no Estado.
3. É possível espacializar mais os temas prioritários da agricultura?
4. Como as cidades podem apoiar a agricultura familiar?
5. Qual o melhor modelo para a agricultura do Estado? Como integrar e adequar pequenos e grandes negócios?

2.1.3 Infra-estrutura para o desenvolvimento

Cartograma 3.1

Sistema Multimodal de Transportes na Bahia



Fonte: Apresentação SEPLAN/Elaboração SEI-Diret

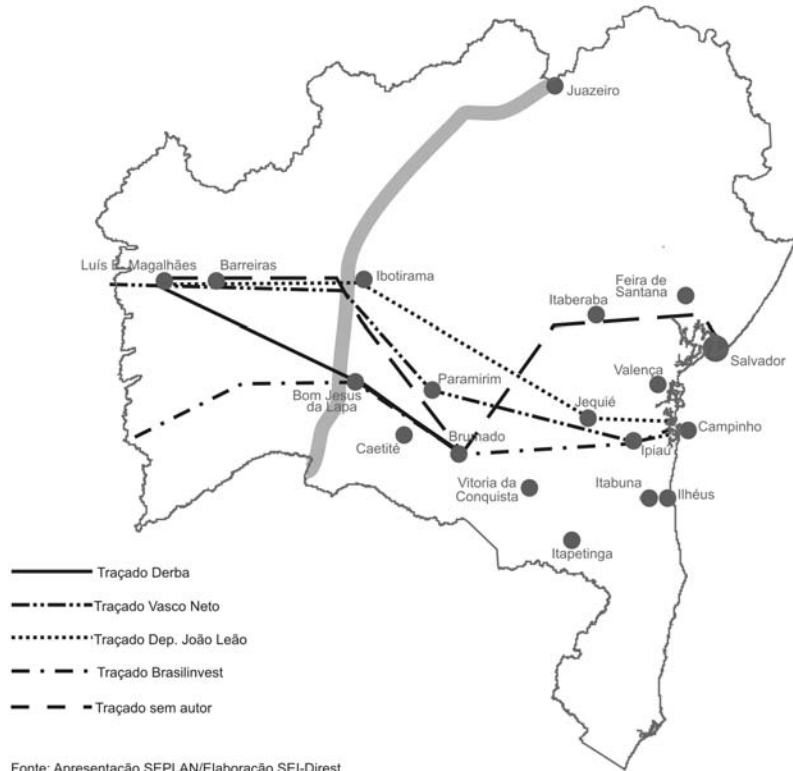
Problemas Relevantes

1. Adoção do PELT (Programa Estadual de Logística de Transportes), elaborado na gestão anterior, considerado um instrumento técnico de planejamento, um grande “portfólio” de projetos na área de infra-estrutura de transporte, com uma abordagem de logística de longo prazo.
2. Os pólos de carga do Estado são as regiões de produção expressiva que precisam de escoamento eficiente. A estratégia é envolver todos esses pólos numa malha logística adequada para o seu pleno desenvolvimento.
3. Foram identificadas algumas disfunções fundamentais no sistema de transportes na Bahia que precisam ser enfrentadas pelo atual governo:
 - Concentração de 92% no modal rodoviário;
 - Ausência de equipamentos de integração intermodal (centros logísticos, acessos ferroviários, terminais hidroviários etc.);
 - Sucateamento e baixa densidade da malha ferroviária;
 - Problemas operacionais na Hidrovia do São Francisco;

- Excessiva concentração nos eixos de integração Norte-Sul;
- Subutilização do transporte marítimo de cabotagem.

Cartograma 3.2

Ligação Ferroviária Leste-Oeste - Traçados Alternativos



Ações Estratégicas

1. A Ferrovia Bahia-Oeste é o grande projeto da Secretaria de Infra-estrutura no que se refere a transportes:
 - A idéia é o fortalecimento da Bahia como alternativa de integração leste-oeste no Brasil, melhorando a articulação do semi-árido à economia, por meio de uma nova ferrovia, de alta capacidade, entre Brumado e a cidade de Porto Nacional, no estado do Tocantins, articulada a um novo porto que permita a operação tanto de cargas agrícolas quanto de minério, cujo projeto faz parte do Plano Nacional de Viação. A proposta da Bahia

está de acordo com discussões em curso no Ministério do Planejamento, no sentido do resgate de eixos de circulação leste-oeste do país, ao invés da continuidade do estímulo aos eixos de ligação norte-sul. A ocorrência do minério de ferro em Caetité é uma novidade que pode viabilizar a ferrovia com boas taxas de retorno.

- É uma estratégia ligada à movimentação importante de cargas, que exige um sistema portuário de altíssima qualidade, para o qual a Bahia possui as alternativas da Baía de Todos os Santos, complexo portuário de grande magnitude, a Baía de

- Camamu, que tem restrições de ordem ambiental, e o porto de Ilhéus.
- A solução ferroviária é uma estratégia de longo prazo, prioridade que não significa exclusividade e que não descarta uma solução hidroviária ou o reforço às ligações rodoviárias, um sistema multimodal, para melhoria do transporte de cargas e de pessoas na Bahia, contemplando o pólo de cargas do oeste.
2. A hidrovía do Rio São Francisco é uma solução intermediária, implicando na recuperação do rio para navegação e no projeto da plataforma multimodal de Juazeiro (hidrovía, ferrovia e rodovia), já elaborado, com empresas internacionais interessadas em comprar a operação do sistema, mas dependendo ainda de negociação. Há uma demanda do Governo da Bahia junto ao Governo Federal no sentido da revitalização da ferrovia Juazeiro-Aratu, componente da FCA, controlada pela Vale do Rio Doce, que não manifesta interesse no trecho.
 3. Investimentos nos Grandes Eixos Rodoviários da Bahia, para sua recuperação e aumento de sua capacidade de tráfego. Neste sentido, reforça-se a importância da Região Metropolitana, para onde convergem os principais eixos rodoviários no Estado. Muitos deles já figuram no PAC.
 - BR-116/324 - Salvador - Divisa BA/MG.
 - BR-101 Nordeste - RN/PB/PE/AL/SE/BA – Duplicação e adequação da capacidade entre a Divisa Sergipe/Bahia e o entroncamento com a BR-324 (Feira de Santana).
 - BR-135 - Divisa Piauí/Bahia e Divisa Bahia/Minas Gerais.
 4. Revitalização do Sistema Ferroviário, por meio da recuperação da malha ferroviária na Bahia e solução para gargalos ferroviários tradicionais:
 - Implantação do Contorno Ferroviário S. Félix – Cachoeira, em execução;
 - Implantação de contornos ferroviários em Santo Amaro, Candeias e Alagoinhas;
 - Implantação de acessos ferroviários no Porto de Juazeiro, entre o Porto Dias Branco e o Canal Portuário, em Madre de Deus, no Porto de Salvador, indicado no PELT, e em Feira de Santana, indicado no PELT;
 - Implantação de uma ligação ferroviária entre Camaçari e Aratu.
 5. O sistema portuário será objeto das seguintes intervenções:
 - PORTO DE SALVADOR: construção do novo Terminal de Contêineres;
 - Via Portuária entre o Porto de Salvador e a BR-324, obra em execução em parceria com a Prefeitura do Salvador e Governo Federal, ligando o Porto, a Estrada da Rainha e o Acesso Norte (BR-324);
 - PORTO DE ARATU: Ampliação do Terminal de Granéis Líquidos e o aumento da capacidade do Terminal de Sólidos, indicados no PELT para 2008;
 - PORTO DE ILHÉUS: construção de Novo Berço, em 2008, Implantação de Retroárea, em 2008, e Implantação do Terminal de Cruzeiros Marítimos, em 2011.
 6. O sistema aeroportuário será objeto das seguintes intervenções:
 - Ampliação do Aeroporto de Salvador, com implantação de nova pista, em 2008, e construção de novos fingers, indicada pelo PELT, para 2011;
 - Readequação do acesso ao Aeroporto de Salvador;
 - Novo Aeroporto de Porto Seguro e novo Aeroporto de Ilhéus, diante da impossibilidade de ampliação dos atuais aeroportos e da importância das regiões turísticas coman-

- dadas por essas cidades;
- Os aeroportos estaduais, com prioridade para Jequié, Barreiras e Vitória da Conquista, serão objeto de intervenção do Governo do Estado, tendo em vista o crescimento da aviação regional.
7. Criação de Centros Logísticos Integrados, em cidades estrategicamente situadas no território do estado: centros para manipulação, distribuição e agregação de valor às cargas em trânsito, possibilitando a intermodalidade e a redução nos custos de transporte e distribuição, a geração de emprego e renda pela atração de agentes de distribuição regional para o estado e a disponibilização de serviços de logística, aduaneiros e fito-sanitários.
- LEM - Barreiras
 - Ibotirama
 - Feira de Santana
 - Conquista
 - Brumado
 - Juazeiro
 - Salvador
 - Ilhéus Itabuna

- Teixeira de Freitas
- Eunápolis

Conclusões

1. As propostas articulam os grandes negócios e não consideram as PME's, havendo necessidade de articular a logística para o estímulo às PME's, principalmente do semi-árido.
2. Preocupação em articular os extremos da Bahia e integrar o semi-árido.
3. Necessidade de associar a logística com a cadeia do biodiesel (São Francisco) e o investimento em agricultura familiar do Vale do São Francisco, notadamente a hidrovia.
4. Necessidade de identificar possibilidades de interação ente os eixos de transporte, as cidades e os investimentos ou pólos de incremento da agricultura familiar no semi-árido.
5. Os investimentos em transportes devem buscar a indução da ocupação do território.

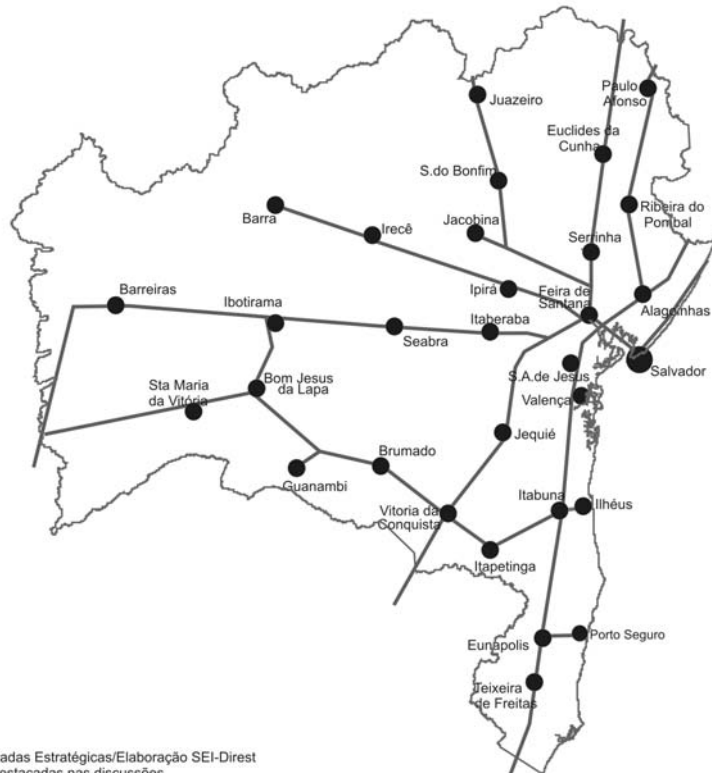
Estudos Propostos

Padrões de ocupação do território baiano (urbano e rural).

2.1.4 A rede de cidades, territórios de identidade e o desenvolvimento na Bahia

Cartograma 4

Rede de Cidades da Bahia*



Problemas Relevantes

1. RMS e entorno são responsáveis por 59% do PIB e cada um dos pólos dinâmicos responde por cerca de 4% do PIB; juntos, somam 73% do PIB estadual.
2. 25 municípios concentram 42% da população e 75% do PIB do Estado.
3. Apenas dois municípios (Salvador e Feira de Santana) possuem população acima de 500.000 habitantes.
4. Forte concentração da atividade econômica em poucos municípios localizados na RMS e região litorânea,

com baixo dinamismo da região central do estado.

5. Apenas 10 municípios registram uma população entre 100.000 e 300.000 habitantes, não formando uma rede urbano-industrial e de serviços integrada, com agravamento dos problemas sociais.
6. A falta de estrutura das cidades de fronteira faz com que os estados vizinhos atraiam os investimentos destas cidades.

Ações Estratégicas

Em relação ao Desenvolvimento Urbano:

1. Áreas prioritárias de ação
 - Cidades Pólo;
 - Cidades com menor IDH;
 - Semi-Árido;
 - RMS.
 2. Instrumentos e Gestão Participativa para o Desenvolvimento Urbano – por meio da Política de Desenvolvimento Urbano da Bahia, da criação do Conselho de Cidades e da realização de Conferências das Cidades III e IV;
 3. Fortalecimento da Rede de Cidades – por meio do estudo da Rede de Cidades da Bahia, quanto à hierarquia e papéis e da implantação de projetos estruturantes em cidades pólo com mais de 100.000 habitantes e em cidades pólo de menor porte do Semi-árido; do estudo das cidades como apoio à produção; e do planejamento e Gestão Metropolitana.
 4. Revitalização de Centros de Cidades – por meio de Plano de Ação Integrada do Centro de Salvador e do Plano de Reabilitação do Centro de Camaçari.
 5. Mobilidade Urbana e interurbana – por meio do Projeto do Trem Regional entre Salvador e Alagoinhas e dos Estudos da Mobilidade na RMS e Entorno e da Mobilidade Regional no Semi-Árido.
 6. Fortalecimento da Gestão Municipal - Assessoramento e Capacitação Técnico-institucional, apoio ao Planejamento e Gestão Territorial, à Implantação de Infra-estrutura e Equipamentos Urbanos e Comunitários e à Gestão compartilhada, com a formação de consórcios públicos.
 7. Articulação Intersetorial para o Desenvolvimento Urbano - participação em atividades conjuntas com outras secretarias e órgãos municipais, estaduais e federais ou em conselhos.
- Em relação ao Desenvolvimento Regional:
1. Construção de uma Política de Desenvolvimento Territorial do Estado, conduzida pela Seplan, por meio de uma transetorialidade construída no contato com as outras secretarias.
 2. A base dessa política será a identidade de cada território a partir da sua complexidade interna em termos culturais, sociais, físico-territoriais, a coesão territorial e a participação social, ainda a ser construída na maioria dos territórios, ressaltando-se o caso dos territórios do Sisal e do Baixo Jacuípe, onde a participação já é forte.
 3. Suas diretrizes são:
 - Redução de desigualdades econômicas e sociais inter e intra-territoriais;
 - Preservação/Conservação do patrimônio natural e cultural;
 - Integração entre o urbano e o rural;
 - Promoção da cooperação entre o setor governamental e empreendedores privados;
 - Promoção do acesso aos bens e serviços públicos;
 - Garantia do direito à Cidade.
 4. Seus objetivos estratégicos:
 - Integração dos territórios estagnados e deprimidos economicamente;
 - Ordenação territorial do Estado da Bahia;
 - Promoção da desconcentração espacial das atividades econômicas e sociais, com prioridade de ações no Semi-árido;
 - Modificação das relações políticas entre o local e o estadual;
 - Adoção das metas do milênio;
 - Fortalecimento das identidades locais.
 5. Os Instrumentos da política são os Territórios de Identidade, com seus Conselhos de Desenvolvimento Territorial e seus Planos de Desenvolvimento Territorial, além do estímulo à formação dos Consórcios Públicos e a Pactos Territoriais de Desenvolvimento, e a extensão do Zoneamento Econômico-Ecológico no estado.

6. Criação de um Fundo de Desenvolvimento Territorial e de um Observatório Territorial, envolvendo outras secretarias, universidades, sociedade civil, com o objetivo de geração de informações sobre os territórios.

Conclusões

1. Necessidade de uma visão mais integrada com outros programas de governo para focar uma política de desenvolvimento urbano, com definição dos papéis das cidades.
2. Preocupação com a superposição de funções entre Sedit / Seplan / Serin, principalmente na avaliação de políticas.
3. Há coerência entre o que se pensa para o territorial e o urbano, com ênfase na transterritorialidade. O desafio é a articulação e a construção de políticas sem superposição de ações, a transformação desse princípio em realidade.
4. Necessidade de interação entre os projetos de logística e as cidades pólo.
5. Necessidade de interação entre os projetos de agricultura familiar e as cidades (Programas Biodiesel, São Francisco e Mata Atlântica da Seagri).
6. A questão do semi-árido já era reconhecida no estado, sendo necessário

o detalhamento das formas de sua abordagem pelo novo governo: consideração da heterogeneidade da região central do estado (70% do território e 50% da população), definição de mecanismos legais e orçamentários para garantir a sua prioridade na ação do governo, necessidade de indução de uma hierarquia urbana na região, de elevação do nível de serviços e infra-estrutura e de criação de uma capital regional.

7. Determinar os papéis estratégicos de cada território para o desenvolvimento da Bahia evitando-se o “parochialismo” da visão isolada por territórios.
8. Muitas intervenções têm uma espacialização maior do que o território e muitas políticas setoriais têm lógicas particulares, tornando difícil ater-se sempre à lógica do território.
9. Necessidade de determinação da escala de cada política, adaptando-se lógicas já estabelecidas em função da adoção dos territórios de identidade como base para a política regional.

Estudos Propostos

Padrões de ocupação do território baiano (urbano e rural).

2.1.5 Desenvolvimento social: combate à pobreza, trabalho, emprego e renda

Problemas Relevantes

1. As agências internacionais (BID, BIRD etc.) têm papel decisivo na formulação de políticas de combate à pobreza.
 2. As políticas sociais e de combate à pobreza deixaram de ser universais e foram introduzidos os princípios da focalização e da equidade; essas políticas devem internalizar a lógica de desenvolvimento que se espera construir no estado.
 3. A pobreza é complexa e possui diversas dimensões, não sendo, portanto, responsabilidade de uma só secretaria de estado e sim de uma decisão de governo.
 4. Há a necessidade de se estudar e conhecer melhor os efeitos do aumento real do salário mínimo no processo de combate à pobreza. Na Bahia, este aspecto é de suma relevância. A Bahia, por ser espacialmente e socialmente muito desigual, demanda políticas diferenciadas em regiões específicas.
 5. A pequena produção desempenha um papel estratégico no combate à pobreza. Entretanto, há o problema da escala/mercados, ou seja, não cabe nos grandes sistemas de comercialização e da agricultura familiar, que possui potencialidade na Bahia, mas o pequeno produtor baiano é descapitalizado.
2. Serão desenvolvidas ações de apoio à micro e pequena empresa, ações transversais de gênero e etnia, políticas públicas para a juventude e fomento ao desenvolvimento local.
 3. Criação de Centros Públicos de Economia Solidária para criar espaços multifuncionais em territórios estratégicos com o intuito de potencializar a economia solidária por intermédio de ações de formação de empreendimentos, crédito, comercialização, criação de redes locais e/ou setoriais, cadeias produtivas, na vertente do desenvolvimento local.
 4. Incubadoras Públicas de Empreendimentos Populares para estimular a formação de empreendimentos populares e solidários por meio da assessoria de incubadoras a serem geridas por prefeituras ou consórcios municipais.

Ações Estratégicas

1. As ações da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre) serão norteadas pela Agenda do Trabalho Decente preconizada pela OIT.

Conclusões

1. Não foram apresentadas metas quantificadas ou indicadores que permitissem o acompanhamento objetivo das ações. Há necessidade de serem definidos os mecanismos de avaliação dos programas e ações na área de combate à pobreza, emprego e renda.

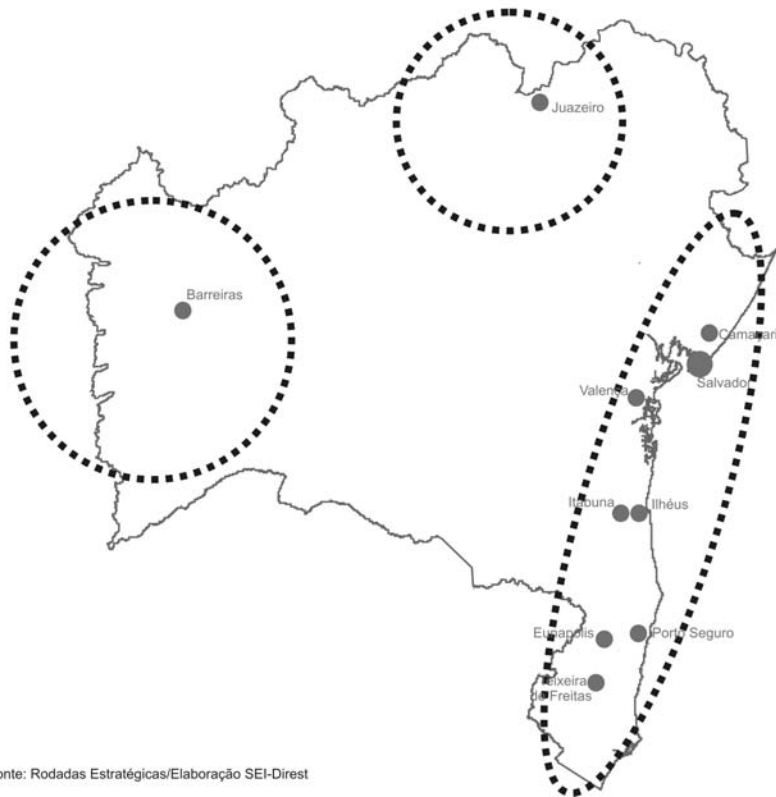
Estudos propostos

Existe a necessidade de desenvolvimento de estudos para a promoção da integração territorial e social entre as regiões do Estado da Bahia, consolidando seus elos econômicos.

2.1.6 Questão ambiental e o turismo na Bahia

Cartograma 6.1

A Questão Ambiental



– QUESTÃO AMBIENTAL

Problemas Relevantes

1. A concentração populacional e das atividades econômicas nas regiões do Litoral, Oeste e Norte provocam uma sobrecarga em seus ecossistemas.
2. Existe dificuldade de controle sobre demandas produtivas globais (turismo de massa, silvicultura, carcinicultura, agronegócios) que implicam no uso intensivo dos recursos naturais.

3. A geração de empregos no setor é relativamente menor que no setor industrial, de base tecnológica.
4. Ausência de diretrizes nacionais para a ocupação e exploração de cultivos extensivos em biomas, especialmente na caatinga e no cerrado.

Ações Estratégicas

1. Zoneamento indutivo: instrumento de caráter técnico, político e jurídico destinado a favorecer o uso mais equânime do espaço geográfico e dos recursos naturais.

2. Plano Estadual do Meio Ambiente – Lei 10.431/Dez 2006 – visa estabelecer mecanismos de integração da política de proteção à biodiversidade e aos recursos hídricos com as demais políticas setoriais.
3. Fortalecimento do poder municipal para definir políticas ambientais de âmbito local, como Planos Diretores e Estudos de Impacto Ambiental para licenciamento.
4. Incentivo aos colegiados para que atuem no planejamento do território.
5. Criação de sistema de informações para gestão das unidades de conservação.

Conclusões

1. A compatibilização do desenvolvimento socioeconômico com a conservação ambiental exige uma ação integrada entre as instituições governamentais para discutir as políticas de desenvolvimento em consonância com o equilíbrio ecológico.
2. As ações integradas devem priorizar as regiões: Metropolitana, Litoral, Norte e Oeste.
3. Não foram explicitadas políticas de educação ambiental para economia de recursos naturais e redução da geração de resíduos.
4. Não foram estabelecidos padrões de qualidade ambiental para o estado.
5. Não foram feitas referências a espaços de preservação ambiental (reservas).
6. Não foram explicitadas ações de incentivo à produção de tecnologias voltadas para a melhoria da qualidade ambiental.

Principais Zonas Turísticas



Fonte: Rodadas Estratégicas/Elaboração SEI-Diret

– **TURISMO**

Problemas Relevantes

1. Presença de empreendimentos hoteleiros em Porto Seguro, Morro de São Paulo e no Litoral Norte que funcionam como enclaves, desvinculados da atividade produtiva local.
2. Deficiências na regulação, fiscalização e gestão de serviços públicos e privados devido ao ordenamento do solo insuficiente, à certificação insuficiente e ao desalinhamento Institucional.
3. Subdimensionamento da qualificação profissional e empresarial.
4. Insuficiência e inconsistência de indicadores e de estatísticas.
5. Falta de saneamento.
6. Deficiências de infra-estrutura de equipamentos, principalmente nos aero-

portos de Ilhéus, Porto Seguro e Salvador, bem como nos portos e terminais rodoviários.

7. Deterioração do patrimônio histórico.

Ações Estratégicas

1. Atração e qualificação do fluxo turístico visando maior permanência, maior gasto médio e maior efeito multiplicador.
2. Qualificação da atração de investimentos em função do fluxo.
3. Fomento à produção associada ao turismo.
4. Densificação da cadeia produtiva do turismo no Estado, priorizando regiões e APL's.
5. Qualificação profissional/empresarial.
6. Interiorização do turismo no estado através de efetivação de roteiros não

- desenvolvidos, novos roteiros articulados à segmentação e turismo rural.
7. Novas prioridades estratégicas:
 - Baía de Todos os Santos;
 - Chapada Diamantina;
 - Rio São Francisco.
 11. Desenvolvimento e qualificação dos produtos com prioridades para:
 - Melhoria da gestão no Centro Histórico/Pelourinho;
 - Ordenamento do solo, produção associada, aeroporto e renovação de equipamentos em Porto Seguro;
 - Melhor marketing e aeroporto na Chapada Diamantina;

- Melhor segurança, saneamento e produção associada em Valença e Morro de São Paulo;
- Implantação de serviços de atendimento ao turista em Salvador e RMS.

Conclusões

1. Falta qualificar o mercado de atração turística.
2. Falta foco na qualificação desse mercado.
3. A política de atração turística deve articular-se com as políticas cultural e de preservação do meio ambiente, bem como com os demais projetos de desenvolvimento do Estado.

2.1.7 A saúde na Bahia

Cartograma 7

Oferta de Serviços de Média e Alta Complexidade



Fonte: Rodadas Estratégicas/Elaboração SEI-Direct

Problemas Relevantes

1. Os indicadores de saúde do Estado da Bahia se situam nas piores posições da região Nordeste. Os gastos públicos com saúde, também, são os menores da região Nordeste.
2. Existe uma precarização da força de trabalho decorrente do tipo de contrato dos profissionais, feito através de cooperativas, fundações e empresas devido à política existente de terceirização da rede própria. A inexistência de processos licitatórios para contratação de serviços privados também foi observada. Há, ainda, a inadequada cooperação técnica e financeira aos municípios, e a conseqüente fragilidade das gestões municipais.
3. O Estado da Bahia ainda tem, hoje, um dos menores financiamentos per capita do País.
4. Os pólos regionais, principalmente aqueles que investiram no processo de municipalização e aumentaram a capacidade instalada pública, não conseguiram um aumento proporcional no financiamento. Nos últimos anos, especialmente em 2003, hou-

ve uma dispersão dos recursos e, com isso, um esvaziamento dos principais pólos.

5. Fragilidade dos mecanismos de controle, de avaliação e auditoria.
6. Forte política clientelista e assistencialista no setor saúde.
7. Sérias desigualdades regionais quanto à oferta de serviços de média e alta complexidade, com grande concentração da maioria desses serviços em Salvador e Recôncavo e uma incipiente oferta nas regiões de Feira de Santana, Vitória da Conquista, Itabuna e Juazeiro. As demais áreas apresentam uma carência absoluta de serviços.
8. Falta de capacidade de gestão de serviços que têm uma dinâmica mais ampla. Há ausência de cooperação efetiva, técnica e financeira que gera fragilidade na gestão municipal de saúde.

Ações Estratégicas

1. Reorientação para o desenvolvimento da infra-estrutura, melhoria dos recursos humanos e recursos materiais.
2. Fortalecimento da gestão pública com a revisão do conceito de privatização dos serviços de saúde.

3. Melhoria da gestão solidária entre o Estado e os Municípios e a microrregionalização dos serviços de saúde.
4. Novo modelo que destaca uma política de promoção da saúde, com a ampliação das ações de prevenção de doenças e agravos (alimentação, atividade física, prevenção e controle do tabagismo, redução da morbi-mortalidade por causas externas, promoção de desenvolvimento sustentável) no lugar do assistencialismo.
5. Regionalização da atenção especializada ambulatorial e hospitalar, assegurando recursos estaduais e federais para realização de investimentos em infra-estrutura com o objetivo de aumentar a capacidade instalada nos pólos regionais.

Conclusões

1. Não foram abordadas as questões relativas à territorialização dos problemas de saúde no Estado da Bahia.
2. A gestão de saúde tem um recorte territorial próprio: Dires – Diretorias Regionais de Saúde.

Estudos Propostos

Relação entre a oferta e a demanda de serviços de saúde no Estado da Bahia.

2.1.8 Informação e conhecimento para o desenvolvimento da Bahia

Cartograma 8

Localização das Universidades Estaduais



Fonte: Rodadas Estratégicas/Elaboração SEI-Diret

Problemas Relevantes

1. Altas taxas de analfabetismo (32%) e analfabetismo funcional (52%) no Estado.
2. Baixo índice de acesso a computadores pela população do estado (12%) e à Internet (a Bahia ocupa a 20ª posição no País).

Ações Estratégicas

1. Rede de Empreendedorismo que visa estimular ações pioneiras na área de ciência, tecnologia e inovação no âmbito estadual.

2. Apoio à Pesquisa e a Formação de Talentos cuja ação principal se dá através da Fapesb, viabilizando a qualificação de pessoal de nível superior (Iniciação Científica) e pós-graduação (Mestres e Doutores) através de bolsas de estudos.
3. Tecnologia Industrial Básica, envolvendo metrologia, normatização e marcas e patentes.
4. Parque Tecnológico com a definição de uma área de concentração de centros de pesquisa com o objetivo de atrair empresas de todas as áreas de conhecimento e países.

5. Na área de tecnologias sociais podem ser citados os Programas:
- Inclusão Sócio-Digital, que financia e implanta centros de informática para a população em geral;
 - CERTAA – Centro de Desenvolvimento de Tecnologias Assistivas e Acessibilidade, em fase de implantação, no bairro da Ribeira, cujo objetivo é desenvolver tecnologias para a inclusão social de pessoas deficientes;
 - Popularização da Ciência, que leva à população as condições materiais e ensinamentos suficientes para que uma parcela significativa dos conhecimentos científicos possa ser absorvida através de experiências simples e de baixo custo. Envolve vários subprogramas, tais como:
 - CVTs – Centros Vocacionais Tecnológicos, considerados imprescindíveis para melhorar a performance do Estado da Bahia no campo do desenvolvimento científico e tecnológico, como também para criar as condições para a geração de emprego e renda e para a inclusão social. É um instrumento de educação permanente, complementar ao ensino regular. Ao oferecer oportunidades de estudos e pesquisas em laboratórios específicos, estará favorecendo o preparo profissional dos estudantes, facilitando o seu ingresso no mercado de trabalho e contribuindo para o desenvolvimento do setor produtivo local;
 - Museus de Ciência e Tecnologia, que envolve tanto a recuperação do museu existente na Uneb como a implantação de novos;
 - Laboratórios, da mesma forma que o anterior, tanto para a recuperação como para a implantação;
 - Conferências Regionais no Âmbito do Estado, com a promoção e participação em eventos de divulgação científica (conferências, fóruns, feiras etc.);
 - RETEC – Rede de Apoio aos Municípios do Estado da Bahia (prefeituras e ONGs), com informações ágeis e precisas a respeito de programas e informações de interesse municipal.
6. Busca de Instituições Públicas como parceiras prioritárias (as escolas estaduais e as federais):
- Quanto à Universidade Federal, foi criado um núcleo multiinstitucional de inovação tecnológica, implantado em 2005, reunindo Cefet, Uefs, Senai e Simatec, com recursos oriundos do CNPq;
 - Quanto às Universidades Estaduais, essas instituições deverão consolidar-se como instituições interiorizadas, cobrindo todo o território do Estado da Bahia e promovendo a inclusão social de jovens, em sua maioria pobres e negros, além de dedicar-se principalmente à formação de professores com a finalidade de fortalecer a educação básica no Estado.

Conclusões

1. É necessário investimento de cerca de 10 a 15 bilhões no orçamento de ensino para ampliação das vagas e atendimento da demanda para a universidade.
2. É necessário investimento no ensino técnico e de formação profissional para aqueles que não desejam entrar na universidade.

2.1.9 Educação e cultura na Bahia

– EDUCAÇÃO

Problemas Relevantes

1. A idéia principal é estimular uma educação que valorize, além do conhecimento formal, as artes e a cultura. A educação deve ser vista como um direito e não apenas como capacitação.
2. A alfabetização de adultos é, também, um direito.
3. Espera-se uma educação mais democrática, com respeito à diversidade étnica e tendo a tecnologia como instrumento de qualificação do ensino e da pesquisa.
4. Pretende-se valorizar a realidade juvenil, com o objetivo de tornar a educação mais atrativa e reduzir a evasão escolar.
5. Foram destacadas as necessidades de recuperar a qualidade da escola pública e torná-la um espaço cultural da comunidade; de valorizar os profissionais de educação; da valorização humana e do meio ambiente; e do estímulo a uma cultura de não-violência nas escolas, visando a redução dos casos de agressão que fazem hoje parte da rotina nas escolas públicas.

Ações Estratégicas

1. Acesso e permanência na escola com qualidade – o acesso pode ser medido com indicadores de matrícula. O desafio é a garantia de permanência com qualidade. A proposta é rever o sistema seriado, a relação entre os conteúdos programáticos, idade do aluno e sua evolução psicomotora. Na elaboração dos conteúdos serão levados em conta a cultu-

ra local, o estímulo à realização de pesquisa e investigação e a construção de conhecimento para além da simples repetição. O uso de tecnologia de meios de comunicação e informática será fundamental.

2. Alfabetização como um direito de todos – a meta do governo é reduzir pela metade o analfabetismo de jovens e adultos, estimado num contingente de 1,9 milhão de pessoas de 10 anos ou mais de idade.
3. Gestão Democrática, em rede, com participação social – intercâmbio com as escolas e universidades públicas no contexto de melhoria da gestão da educação básica. Conta-se com a colaboração das universidades estaduais na realização de pesquisas e propostas em gestão.
4. Educação profissional e tecnológica – existem hoje cerca de cinco mil vagas no ensino profissionalizante no estado da Bahia. Pretende-se ampliar para cerca de vinte e cinco mil vagas durante os próximos quatro anos. Para tanto, existe o projeto de abertura de novos Cefet, com o apoio federal, e de políticas de redução da defasagem idade-série, para liberação de vagas.
5. Fortalecimento da educação superior – fortalecer a relação da universidade pública com o ensino básico. Estimular estudos para a definição da identidade na região, sobre temas como recursos físicos, ambientais, humanos e estrutura da economia, por exemplo.

– CULTURA

Problemas Relevantes

1. Pretende-se valorizar a grande diversidade cultural da Bahia, nas dimensões simbólica, econômica e de cidadania. Para tanto, serão implementadas ações integradas e em articulação com a sociedade.
2. As chamadas “idéias-força” que nortearão essas ações são: descentralização territorial, democratização do acesso, atuação transversal, centralidade econômica da cultura e reafirmação da identidade e da diversidade.
3. Os principais objetivos são: fortalecer o papel estruturante da cultura no planejamento de políticas públicas, a descentralização de políticas e dos meios de acesso a bens e serviços culturais, o desenvolvimento da economia da cultura e a formação e qualificação de gestores.

Ações Estratégicas

1. Em relação aos programas de incentivo à cultura, as ações estão voltadas para a reformulação da lei do Fazcultura, a reformulação do Fundo de Cultura do Estado da Bahia, que tem recursos previstos em orçamento, e a implementação de uma agência de microcrédito, com o apoio do Desenvolvimento da Bahia e do Sebrae. Também existe a iniciativa de alinhamento ao projeto federal de “tickets culturais”, em que

há o estímulo para que as empresas facilitem o acesso à cultura para seus empregados.

2. A Secretaria da Cultura tem realizado, através de convênio de cooperação técnica com a SEI, ações com vistas a construir um sistema de indicadores culturais, assim como de estudos especiais e temáticos em cultura. Pretende-se também criar uma linha editorial em temas da Cultura e realizar um mapeamento das expressões culturais por territórios de identidade da Bahia.
3. Uma linha de trabalho da Secretaria da Cultura é a Cultura Digital, cujas metas são a criação e o fortalecimento de portais de música, vídeo, áudio e textos na Internet, assim como a criação do Portal de Cultura da Bahia e o incentivo institucional à cultura digital.
4. Na linha de descentralização da cultura, sobretudo para além da Região Metropolitana de Salvador, será realizada a II Conferência Estadual de Cultura e estimulada a instalação dos Centros de Cultura, com representações culturais de todos os territórios do estado.

Estudos Propostos

Relação entre a oferta e a demanda de serviços de educação no Estado da Bahia.

2.1.10 Justiça e segurança pública na Bahia

Problemas Relevantes

1. O município de Salvador é uma das capitais com os maiores problemas no andamento de processos na justiça e, também, onde a criminalidade tem crescido de forma mais acentuada.
2. O fato de, aproximadamente, 93% dos homicídios não serem solucionados é o exemplo da série de deficiências da justiça. Em quaisquer indicadores analisados no Estado da Bahia, nota-se um quadro de exclusão e precariedade.
3. A pobreza não é causa de violência e, sim, fator contribuinte para a violência.
4. As condições físicas, de saúde, de alimentação, de higiene, enfim, qualquer aspecto que a gente considera para a população carcerária é estarrecedor. Há uma fragilidade, portanto, muito grande dos vários elos desse sistema penal que extrapolam a própria Secretaria e que decorre de toda uma desarticulação, uma ausência, uma fragilidade, uma omissão de vários segmentos do Estado.
7. As políticas públicas brasileiras relativas à segurança pública sempre foram, de uma forma geral, soluções pragmáticas e de curto prazo. A política de segurança tem que estar articulada com educação e saúde.

Ações Estratégicas

1. O desafio da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos é articular-se com um conjunto de outras políticas de outros órgãos do Governo do Estado e do Governo Federal no sentido de iniciar um processo de reversão do

quadro atual; a política de segurança não pode ser isolada, sendo inútil se buscar na segurança o que não se realiza na educação, saúde, na proteção à vida e à sociedade.

2. Reativar e fortalecer os Conselhos de Direito, mudando a postura do Estado com relação a estes conselhos e ao reconhecimento de sua importância, criando um diálogo com a segurança pública para reverter a cultura existente da violência, da turbulência e do desrespeito.
3. Construção de um sistema de informação em direitos humanos.
4. Construção efetiva de um Plano Estadual de Direitos Humanos em consonância com o programa nacional, construído pelos conselhos, pelas diversas regiões do Estado, garantindo a representatividade de vários segmentos sociais, da sociedade civil, das universidades, das entidades que atuam na defesa e garantia de direitos.
5. Implementação de Balcões da Cidadania e Direitos Humanos, com a preocupação em ouvir e encaminhar denúncias.

Conclusões

1. Trabalhar com direitos humanos é um desafio de governo que requer uma articulação com as diversas esferas do Estado, no âmbito do executivo, do legislativo e do judiciário. Ou seja, sem articulação institucional e políticas sociais eficazes não haverá resultados positivos.

Estudos Propostos

Criação de um sistema de indicadores de direitos humanos.

2.2 Síntese

Metodologia da articulação temática e territorial

A partir das análises das discussões de cada tema abordado, a equipe técnica da Diretoria de Estudos Especiais da SEI (Direst/SEI) fez um esforço para tentar encontrar as convergências, lacunas e complementariedade dos conteúdos das propostas das secretarias e órgãos setoriais. Deu-se uma grande ênfase ao recorte territorial, com a finalidade de compreender os enlaces das ações e suas respostas aos problemas colocados pela grande heterogeneidade regional da Bahia.

Os resultados expressam uma visão parcial das discussões, pois se buscou ressaltar as questões mais estruturantes, tanto do ponto de vista do tema como do território, e que mais atraísse a atenção para a necessidade de articulações gerais e específicas entre programas e projetos setoriais, como forma de contribuir com a formulação das estratégias de desenvolvimento para o estado da Bahia.

Assim, são apresentadas as conclusões no formato Cartograma - Texto-Síntese com duas abordagens: a primeira constituída de uma série de Ações Transversais resultantes das análises dos projetos apresentados durante a discussão, em que a equipe da Direst/SEI agregou deduções importantes da "costura" de temas e sua espacialização; a segunda constitui Questões Pendentes e consideradas estratégicas, segundo identificação efetuada pela equipe técnica da Direst/SEI sobre o resultado das discussões de projetos e ações setoriais.

Ações transversais

De maneira geral, pode-se sintetizar as ações transversais em duas abordagens articuladas:

A primeira é constituída de projetos voltados para os grandes negócios - visto sua identificação com importantes porções do território do estado e, por conseguinte, também com maior capacidade de estruturação de todo o espaço baiano -, facilmente relacionados a programas específicos. Para esse caso, as ações estratégicas são anunciadas de per si e analisados os seus efeitos associados (transversalmente), com recorte territorial.

A segunda consiste no reconhecimento e tratamento de programas e projetos voltados para os pequenos e médios negócios, que se apresentam de forma dispersa em todos os municípios da Bahia. Nesses casos, foi considerado que o foco das suas ações, em que pesem serem prioritárias, deverá ser definido nas discussões de cada Território de Identidade. O que coube, para este caso, foi salientar a necessidade de atenção para os espaços territoriais onde, prioritariamente, pequenos e médios negócios podem estar associados aos grandes negócios, tirando proveito da oferta de infra-estrutura e de mercado consumidor, principalmente nas maiores cidades da Bahia.

1 - Bahia como alternativa de integração Leste-Oeste do Brasil

Em termos gerais, é ressaltada a importância do tema da logística de transporte para o desenvolvimento da Bahia, tal como ocorre com o PAC do Governo Federal, voltado para o desenvolvimento nacional.

Desse ponto de vista, tal estratégia cumpre várias funções, desde o convencimento da necessidade de inflexão na política nacional que não previa esta alternativa, passando pela atração de fluxos de exportação e importação de mercadorias pelo interior do Estado (o que atrai investimentos para portos, aeroportos, centros de distribuição, cidades que representam nós logísticos, etc.) e alcançando o objetivo de reduzir desigualdades regionais no interior da Bahia.

Fica explícito que tal articulação deve ocorrer com a construção de uma ferrovia, que será articulada com um sistema multimodal dentro do estado da Bahia. Esse sistema é formado basicamente por um conjunto de rodovias estruturantes, pelas ferrovias existentes, pela Hidrovia do rio São Francisco e por um conjunto de equipamentos distribuídos por uma rede principal de cidades da Bahia (Mapa-Síntese).

2 - Articulação Leste-Oeste com integração do semi-árido baiano

A estratégia consiste em aproveitar a passagem de vias de articulação Leste-Oeste, ligando as regiões mais desenvolvidas da Bahia, e induzir o desenvolvimento dos seus arredores na região do semi-árido baiano. Existem cidades-pólo que devem assumir o papel de centro de oferta de infra-estrutura para o desenvolvimento regional e, ao mesmo tempo, irradiar esse desenvolvimento, ampliando-o para um raio territorial mais amplo. Como veremos a seguir, cada uma dessas cidades e seus territórios de desenvolvimento assumem papéis e funções diferenciados em porte e em oferta de equipamentos sociais e de logística regional.

3 - Convergência multimodal para Salvador-Feira de Santana

É visível o reforço do modelo do sistema multimodal de transporte com tendência de convergência de fluxos para a região de Salvador e Feira de Santana. Isso é explicado pelos investimentos realizados e consolidados há décadas, tanto no sistema viário e equipamentos de apoio quanto na concentração de população e na qualificação urbana nas proximidades da metrópole. Entretanto, parece haver uma possibilidade de criação de um novo vetor de exportação/importação em algum porto ao sul da metrópole, o que poderá significar um deslocamento de infra-estrutura urbana de apoio. Isso, necessariamente, estará dependendo de negociações para a construção da Ferrovia Leste-Oeste, o que depende de variados fatores, entre eles os investimentos na mineração de Caetité e seus estudos de viabilidade.

4 - Os grandes projetos mostram ações diferenciadas no semi-árido

Em que pese o princípio pré-estabelecido de prioridade de investimentos na região do semi-árido, foram apresentados diagnósticos e ações estratégicas que mostram uma região com graves problemas sociais, que ocorrem, entretanto, com distinções em intensidade, a depender de cada um dos seus subespaços.

É visível, após a montagem dos grandes projetos apresentados, que os investimentos no semi-árido terão uma heterogeneidade de porte e de territórios. Fica exposta, de forma acentuada, a concentração de grandes projetos na agricultura familiar na Chapada Diamantina e na região do rio São Francisco, seguida da região Nordeste. De maneira aproximada, as ações em infra-estrutura de escoamento da produção tendem a se concentrar na Hidrovia do São Francisco, na parte central da Chapada Diamantina e na região Sudoeste da Bahia.

Diante disso, pressupõe-se que sejam exigidos esforços para tirar proveito das potencialidades expressas pelos novos investi-

mentos, o que deverá exigir articulações importantes entre as secretarias e órgãos governamentais (federalis, estaduais e municipais).

Essa, sem dúvida, será uma ação prioritária, com caráter transectorial e com a combinação de programas distintos, indispensável na montagem do PPA 2008-2011.

5 - Definição de papéis diferenciados de cidades-pólo: apoio ao agronegócio; à logística; aos serviços públicos de educação e de saúde; à gestão administrativa territorial etc.

É importante ressaltar que durante a fase de diagnóstico foram identificados papéis distintos entre as cidades-pólo na Bahia. Com os novos investimentos a serem realizados, tais papéis serão reforçados, em algumas cidades-pólo, e em outros casos haverá uma alteração de papéis e funções.

Tais repercussões carecem de uma análise específica, porquanto isso vai definir ações diferenciadas para cada nível hierárquico de cidades-pólo. É importante salientar a necessidade de que seja dada prioridade aos estudos para investimentos estruturantes nas cidades que terão seus portes incrementados, face à absorção de novas funções, notadamente quanto à logística de transportes.

6 - Integração entre as cidades pólo e o sistema multimodal de transportes estruturantes

O modelo multimodal de transporte exposto para a Bahia, segundo os grandes projetos apresentados, dá ênfase às maiores cidades da Bahia, enquanto lócus com funções importantes de apoio de infra-estrutura para os fluxos de passagens e para a ampliação do desenvolvimento do seu território mais imediato.

Isso demandará estudos locais para definir a relação entre os novos investimentos em equipamentos de logística e a estrutura urbana existente. É importante compreender que a atração de novos fluxos de mercadorias e de pessoas demandará espaços

com características diferenciadas daqueles exigidos pelo porte e papel anteriormente desempenhado por essas cidades. Para esses novos espaços, novas demandas ocorrerão, cujas características irão depender dos investimentos a serem atraídos para o local. Isso vai mudar o caráter de cada estudo de cada cidade, cujo porte das alterações vai demandar metodologias distintas de implementação. Mas é importante considerar que em praticamente todos os casos deve-se adotar uma visão estratégica para o desenvolvimento.

7 - Discussões nos Territórios de Identidade focarão as prioridades locais em políticas públicas

Os grandes projetos ou ações, de caráter estratégico, foram identificados de forma clara, assim como os seus espaços de realização. Os pequenos e médios negócios, cujo estímulo é prioritário para o Governo da Bahia, foram apresentados, em sua grande maioria, como atividades a serem desenvolvidas em todo o território baiano. Isso pode ser explicado pela falta de informação e conhecimento que se tem sobre essas atividades, assim como também se pode considerar que o pequeno e o médio porte desses negócios exigem sempre ações dispersas territorialmente, com possibilidade de focar suas políticas em planos ou projetos locais.

Nesse sentido, compreende-se que os pequenos e médios negócios, com grande ênfase na agricultura familiar, devam exercer o seu grau de prioridade com ações a serem definidas na escala dos Territórios de Identidade.

Pressupõe-se que cada Território de Identidade possa discutir o foco das políticas e relacionar as ações com os desafios apresentados para que cada qual exerça um papel importante para o desenvolvimento da Bahia. Esses papéis deverão ser construídos em dois sentidos: a comunidade apresenta suas demandas regionais e o Executivo Estadual constrói as expectativas para o

desenvolvimento de cada território, à luz das questões estratégicas. Os resultados dessas discussões garantem um equilíbrio das políticas de desenvolvimento local e no âmbito estadual e nacional.

8 - Integração entre as maiores cidades (em população e concentração de comércio e serviços), com os centros logísticos, aeroportos, portos etc.

Entre as cidades-pólo, é possível identificar algumas delas com características especiais: são as cidades que se constituem como uma espécie de nó logístico, atraindo fluxos de caráter estadual ou nacional e internacional.

Tais cidades concentram os maiores contingentes de população e encontram-se numa posição estratégica de articulação da Bahia com outros estados ou com outros países. Dessa forma, prioritariamente, essas cidades têm que ser estudadas com métodos específicos de abordagem, voltados para uma visão de rede urbana, rede de fluxos de mercadorias, rede de equipamentos de logística. Trata-se de uma rede com característica de atração de serviços de apoio à logística regional, com a presença de equipamentos de porte macro regional e constituídos de forma integrada a outros equipamentos localizados fora do âmbito local.

Questões pendentes

1 - Articulação entre os grandes negócios e os de porte médio e pequeno

Em que pese as observações iniciais de que ficou implícito nas discussões que os grandes negócios são mais aparentes, tanto no diagnóstico quanto na formulação de políticas com recorte territorial, e que o foco dos pequenos e médios negócios deverá ser definido nas discussões dos Territórios de Identidade, há lacunas na apresentação de uma conceituação sobre as articulações entre os grandes e pequenos e médios negócios.

Ao apresentar o desenho com os grandes projetos, identificá-los como estraté-

gicos e relacioná-los territorialmente - produção, redes de circulação, cidades pólo etc. -, torna-se necessário definir como todos esses elementos podem induzir potencialidades para a agricultura familiar, para as atividades de comércio e de serviços de apoio às atividades agrícolas ou de cunho urbano. Como, por exemplo, pode-se aliar a produção agroindustrial com a pequena produção de apoio, seja de caráter de consumo local ou macro regional? Como estimular as potencialidades diferenciadas das atividades de pequeno porte dos setores de comércio e de serviços nas cidades onde vão convergir fluxos induzidos pela multimodalidade? Como isso poderá ocorrer de forma diferenciada para as cidades de porte médio, grande ou pequeno?

Enfim, os projetos estruturantes apresentam demandas por atividades econômicas de portes variados, a depender do local e das características de produção, e isso é um aspecto estratégico para irradiar espacialmente o desenvolvimento.

2 - Políticas pouco focadas nos Territórios de Identidade não contemplados pelos grandes projetos

Ao serem definidos os grandes projetos, de forma espacial, fica exposto um considerável número de Territórios de Identidades que não estão incluídos no processo, na ossatura dos fluxos socioeconômicos. Compreende-se que é impossível equalizar espacialmente o desenvolvimento na sociedade capitalista, mas se a intenção é reduzir as desigualdades regionais, torna-se necessário apresentar as ações estratégicas para os territórios não incluídos nos projetos, de forma a produzir meios de inclusão social e econômica.

Isso, de forma geral, foi apresentado nos projetos de agricultura familiar, embora as propostas tenham se reduzido a idéias de ações genéricas, sem foco definido em temas, em oportunidades conhecidas ou baseados em levantamentos de informações

já trabalhadas, com possibilidades de se transformarem em programas efetivos e diferenciados para cada território.

3 - Necessidade de identificação das características de problemas sociais (pobreza, principalmente) e seus territórios como forma de focar as políticas "universais" em saúde, educação, transferências de renda, apoio à produção etc.

Como decorrência ou possível caminho alternativo para a solução da questão anterior, ressaltam-se aqui as limitações das abordagens apresentadas até o momento, fruto de deduções das discussões.

As duas abordagens inferidas - grandes projetos espacializados em redes e os recortes dos Territórios de Identidades - constituem posturas importantes, embora pareçam ser insuficientes para responder aos problemas, alguns deles de enfrentamento prioritário.

Dessa forma, a Bahia é sempre vista na sua totalidade, o que é importantíssimo, ou em uma redução territorial, como se fosse um conjunto de minis-Bahia. A lógica, portanto, é de redução do porte territorial, baseada em pertencimentos, seja de uma unidade político-administrativa - a Bahia, os baianos, a baianidade etc. -, seja de uma subparcela dessa "unidade", caracterizada por agrupamentos de interesses de políticas (ou de uma política) de desenvolvimento local. No primeiro caso, os limites parecem mais rigorosos, consolidados e resistentes a alterações constantes, por serem fruto de coalizões geopolíticas de larga complexidade de fatores e de processos, em escalas nacional e internacional. No segundo caso, os processos são dinâmicos e com menor resistência temporal, o que traz sempre grandes possibilidades de alterações em seus limites para refletir territórios de novos "pertencimentos" resultantes de pactos políticos.

Mas é preciso compreender que, em ambos os casos, os limites territoriais baseados em critérios político-institucionais não explicam tudo. A espacialidade da econo-

mia, com seus fluxos de capitais, mercadorias e, por decorrência, de pessoas (que do ponto de vista econômico são também um fator importante), se apresenta com uma certa autonomia. Por decorrência, os denominados aspectos sociais (problemas na área da saúde, educação etc.) também estão espacializados em função de fatores muito mais vinculados a aspectos da acumulação capitalista do que por limites definidos por políticas conjunturais ou por atos administrativos legais. Mas também é preciso reconhecer que todos os movimentos estão articulados e que, de certa forma, refletem-se territorialmente.

De uma forma ou de outra, os problemas sociais apresentam-se com territorialidades específicas para cada caso, embora seja possível identificar quadros gerais de diferenciação entre regiões. Por exemplo, constata-se que há uma territorialidade na Bahia definida como resistente a alterações no quadro de pobreza das famílias, entre 1991 e 2000, ou que há territorialidades distintas para problemas de doenças crônicas dos vários tipos, ou que há territorialidades próprias para definir quadros de pessoas analfabetas ou de crianças fora da escola. Todas essas territorialidades, entretanto, não necessariamente coincidem com limites dos Territórios de Identidades e constituem subespacialidades da Bahia.

Dessa forma, torna-se necessário criar outras abordagens de diagnósticos dos problemas, sem se restringir a limites político-institucionais pré-definidos. Torna-se indispensável identificar as territorialidades dos problemas para conformar programas focados em temas e em seus espaços específicos.

Isso quer dizer que determinadas políticas universais podem não solucionar partes significativas dos problemas, porquanto elas são vistas por meio de olhares que não apreendem a realidade.

4 - Montagem de um quadro de desafios para os Territórios de Identidade

De uma maneira geral, as políticas de-

vem refletir demandas sociais intrínsecas a determinados Territórios de Identidade e outras tantas demandas determinadas pelo processo de desenvolvimento em escala mundial ou regional. Os programas mais adequados para uma dada realidade política serão construídos a partir das ponderações sobre as demandas locais, regionais e mundiais de forma articulada, com maior ou menor foco sobre a sua abrangência territorial, a depender do caso. Assim, fica compreendido nas discussões que o processo de concertação nos Territórios de Identidade oferecerá subsídios para a formulação das políticas de desenvolvimento para a Bahia, mas, também, num processo dialético, os Territórios de Identidade terão desafios importantes a serem enfrentados para contribuir com o processo de desenvolvimento do estado da Bahia que, em última instância, é a abrangência do conjunto dos seus subespaços.

Isso significa dizer que, ao mesmo tempo em que as discussões ocorrem nos territórios, elas também se desenvolvem em instâncias supra-territoriais, fazendo com que o diálogo torne-se indispensável entre todos os níveis.

Do ponto de vista da espacialização identificada para os grandes projetos, desenvolvidos numa instância supra-territorial, restam demandas aparentemente significativas para serem respondidas pelos distintos Territórios de Identidade, o que poderá trazer subsídios importantes para os debates em cada um dos Territórios. Da mesma forma que as discussões específicas de cada loca-

lidade podem ajudar a focar as políticas a serem construídas no PPA 2008-2011 e ajustar os projetos estruturantes na Bahia.

Para completar o quadro, será indispensável a agregação de informações e de conhecimentos sobre os problemas sociais e suas espacialidades peculiares, para juntar-se ao processo de discussão e criar um quadro propício à montagem dos programas e das atividades do próximo PPA.

5 - Gestão transetorial

Ganha importância estratégica a construção de um modelo de gestão transetorial capaz de buscar eficiência e eficácia nas ações de cada órgão ou secretaria e, principalmente, em um conjunto dessas unidades que devem viabilizar programas comuns territorialmente.

Tal modelo poderá ser concebido considerando as diretrizes de governo em suas relações com a sociedade, mas também por meio de um grande esforço de integração das ações das unidades orçamentárias, buscando as convergências para os investimentos em cada localidade.

Isso coloca a necessidade de adoção de uma gestão territorial, entendida como as fases de planejamento, acompanhamento e avaliação (montagem conjunta de programas comuns a vários órgãos e secretarias), construídas com a participação das unidades envolvidas em cada caso, sobre um recorte territorial, buscando compatibilizar a qualidade, o tempo, o local e a articulação dos meios e resultados a serem alcançados.



3 Rodadas de Discussão

3.1 I RODADA

Programação

20 de março

Tema: **INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS NA BAHIA**

- a) Setores e espaços competitivos e as possibilidades de descentralização industrial
- b) Porte e qualidade dos serviços e seus espaços
- c) Papel das concentrações de comércio e de serviços na metrópole, nas cidades de porte médio e nas pequenas cidades da Bahia
- d) Investimentos em indústrias, comércio e serviços e as demandas por infra-estrutura

Expositor 1

Antônio Celso Alves Pereira Filho

Superintendente da Sicm - Visão estratégica da Sicm

Expositor 2

Hamilton Ferreira

Professor Adjunto da Ufba - Setores e espaços estratégicos da indústria na Bahia

Expositor 3

Paulo Henrique Almeida

Superintendente de Cultura - Setores e espaços estratégicos do comércio e dos serviços

Relator

Vítor Lopes

Gerente da Desenbahia

22 de março

Tema: **AGRICULTURA NA BAHIA**

- 1. Estratégia setorial e espacial para as ações na agricultura familiar
- 2. Elementos de infra-estrutura de produção e comercialização dos produtos gerados pela agricultura familiar
- 3. Papel das cidades no apoio a produção agrícola de pequeno porte
- 4. Possibilidades de associação em cadeias entre as atividades de pequeno, médio e grandes portes
- 5. Estratégias para a agroindústria e novas oportunidades de negócios

Expositor 1

José Mário Carvalhal

Diretor de Política e Economia Agrícola da Seagri - Visão estratégica da Secretaria de Agricultura (SEAGRI)

Expositor 2

Rogério Pinto

Diretor Suaf/Seagri - Visão estratégica e especial para as ações na agricultura familiar

Relator

Jackson Ornelas

Coordenador Seplan

28 de março

Tema: **INFRA-ESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO**

1. Eixos principais de circulação intermodal e suas articulações com outras regiões do Brasil
2. Portos e aeroportos prioritários
3. Energia e comunicações para a descentralização do desenvolvimento na Bahia
4. Equipamentos e serviços de transportes de apoio à produção e circulação do desenvolvimento das regiões da Bahia
5. Vias de escoamento para a agricultura familiar

Expositor 1

Ronald Lobato

Secretário de Planejamento - Coesão territorial e articulação nacional e internacional da produção na Bahia

Expositor 2

Cleyton Miranda Barros

Superintendente de Transportes - Visão estratégica da Secretaria de Infra-estrutura (SEINFRA)

Expositor 3

Silvano Ragno

Superintendente de Energia e Comunicações - Plano de Ação da Seinfra

Relator

Antônio Alberto Valença

Assessor Especial Seplan

29 de março

Tema: **A REDE DE CIDADES, TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE E O DESENVOLVIMENTO DA BAHIA**

- a) Hierarquia da rede de cidades e seus papéis no desenvolvimento regional
- b) Qualificação das cidades enquanto infra-estrutura para o desenvolvimento regional
- c) Estratégia de atração de fluxos de pessoas e investimentos para as cidades da Bahia
- d) O papel da metrópole no desenvolvimento da Bahia
- e) A política (transversal) de Territórios de Identidade: articulando secretarias (ações e programas) no território

Expositor 1

Maria das Graças Torreão

Superintendente de Desenvolvimento Urbano da Sedur - A rede de cidades, territórios de identidade e o desenvolvimento da Bahia - Visão estratégica da Sedur

Expositor 2

Benito Juncal

Diretor de Planejamento Territorial da Seplan - Papel da rede urbana e dos territórios de identidade na estruturação do desenvolvimento na Bahia

Relator

Antônio Cunha

Técnico da Diretoria de Estudos Especiais / SEI

20 de março

Tema: **Indústria, comércio e serviços na Bahia**

Relator: **Vitor Lopes**

Expositor 1

Antônio Celso Alves Pereira Filho

Superintendente da Sicm - Visão estratégica da Sicm

Expositor 2

Hamilton Ferreira

Professor Adjunto da Ufba - Setores e espaços estratégicos da indústria na Bahia

Expositor 3

Paulo Henrique Almeida

Superintendente de Cultura - Setores e espaços estratégicos do comércio e dos serviços

Diagnóstico/constatações

- Economia Baiana é muito concentrada, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista social e espacial. Muito se fala em descentralização, mas nada foi feito com esse objetivo, pelo contrário, as políticas implementadas (atração de grandes empresas) acirraram o processo de concentração. A concentração da renda reforça a exclusão social.
- Nunca houve uma política específica para comércio e serviços, estes setores sempre estiveram a reboque da indústria.
- O modelo adotado (política fiscal favorável para atrair empreendimentos) não contemplou os aspectos sociais (os indicadores mostram isso). A Ford, por exemplo, compra a grande parte

de seus componentes fora do estado e assim não gera grandes impactos na malha produtiva e consequentemente maiores efeitos sobre o emprego e a renda.

- Hoje a economia depende muito do setor de serviços e comércio. Contudo, o comércio é muito sacrificado devido à elevada carga tributária. Os expedientes da antecipação tributária e da substituição tributária têm penalizado muito os comerciantes. Dados disponíveis mostram que 60% de tudo que é comercializado na Bahia provém de outro estado. Isso acaba encarecendo o produto final e reduzindo a competitividade das MPEs baianas. A maior parte dos estados do sul do país não tem antecipação tributária.
- Um outro problema do comércio baiano é a estrutura de capital. As empresas do setor não têm acesso a financiamentos.
- Os investimentos estrangeiros – que estão aumentando na atual conjuntura – são comumente concentrados em setores intensivos em capital, não contribuindo para distribuição da renda e inclusão social.
- A nova lei da pequena empresa traz alguns avanços, porém muitos retrocessos, é preciso estar alerta para a sua implementação e seus impactos na economia baiana, que tem o Sim-

bahia como programa de simplificação tributária.

- Com respeito à inserção da economia baiana no contexto nacional e internacional, é preciso levar em conta as tendências do comércio internacional (hoje o comércio exterior acompanha o IED). Como aliar economias com recursos escassos diante dessas tendências? É preciso fazer uma análise setorial para definir as diretrizes para a inserção da economia baiana.
- Constata-se uma pequena participação da Bahia no comércio exterior brasileiro. Retirando-se a Petrobras, o COPEC, a Caraíba Metais e a Ford, a economia baiana é primário-exportadora.
- A idéia de integração de cadeias produtivas funciona para algumas empresas, para outras não, pois tem empresa que prefere externalizar a manufatura. A infra-estrutura e a logística são fundamentais.
- A economia mundial atualmente vive um processo de transição para uma economia pós-industrial, dada a grande importância que o setor de serviços vêm assumindo ao longo do tempo. A título de exemplo, a CVRD está se transformando em empresa de serviço, já que o valor do frete é superior ao valor do ferro transportado (e a empresa está entrando no ramo de transporte).
- A indústria atual é fragmentada e prestadora de serviço.
- As transferências constituem hoje um lado importante da economia capitalista e é resultado da financeirização do sistema. O poder das transferências na economia moderna é muito grande. A título de exemplo, constata-se que a empresa de calçado Ramarin impacta menos na cidade de Jequié que o programa Bolsa Família.

- A Bahia vai "acompanhado" a China, ou seja, uma hiper expansão do PIB industrial e uma atrofia do setor serviços. As economias modernas incorporam mais serviços, inclusive atuam na "exportação" de serviços.
- Os serviços não crescem a reboque da indústria. Os serviços sociais, por exemplo, são modernos e dinâmicos.

Proposições

- Ressaltou-se a necessidade da Sicom trabalhar de forma articulada a indústria, a mineração, o comércio e os serviços. Os processos não devem ser estanques. Tomando-se como exemplo o ferro de Caetité, é preciso maximizar os efeitos desse segmento em toda a economia regional.
- É importante pensar a Bahia com cidades médias a fim de distribuir melhor a atividade econômica e a renda.
- Estimular as MPEs baianas, procurando identificar os gargalos existentes e ver as oportunidades que existem (o Sebrae deve ser parceiro nesse processo).
- Com o intuito de não perder os investimentos estruturantes ou impactantes, o Programa Desenvolve está sendo reestruturado, mas não deve tirar a competitividade da economia baiana. Os custos de logística e infra-estrutura são muito grandes e, portanto, é preciso uma compensação.
- Minas Gerais incluiu no seu Planejamento Estratégico a expansão da infra-estrutura de telefonia celular. O estado aprovou investimentos de R\$ 200 milhões para a inclusão de municípios mais pobres na telefonia celular. O benefício é que além da inclusão de pessoas (que terão direito a mais um serviço), há geração de receita para o estado. A Bahia poderia fazer algo semelhante.
- Em relação ao comércio, constatou-se que o "saber acumulado" está

preservado na secretaria, o que é preciso é tirar isso das estruturas, colocar para os agentes e retro-alimentar. Assim sendo, as ações a serem implementadas para o setor devem levar em conta as entidades representativas e que têm conhecimento, a exemplo da ACB, Federação e Confederação do Comércio, CDL, Sindicatos Lojistas. A Sicm estará reunindo estas entidades para discutir o assunto.

- Constatou-se que para desconcentrar a economia é preciso estimular comércio e serviços e melhorar o desempenho das MPEs, aliando-se aos grandes empreendimentos.
- O setor mineral pode ser um importante vetor de desenvolvimento regional, sobretudo para o semi-árido.
- Uma inserção externa da economia baiana poderia ser tentada, trabalhando pedaços de cadeias produtivas, explorando as nossas vantagens competitivas. Não teríamos vantagem em reproduzir cadeias existentes em São Paulo, por exemplo.
- Com respeito a baixa qualificação da mão-de-obra baiana, seria interessante adotar a estratégia da China e Coreia que empregaram mão-de-obra desqualificada e foram qualificando no processo de expansão e diversificação econômica.
- “É preciso fazer política para pobre”. O Estado deve criar externalidades para facilitar o investimento privado focado em segmentos geradores de emprego e renda.
- Aventou-se a possibilidade de se implementar Zonas de Planejamento Estratégico (ZPE) como uma estratégia

de desenvolvimento regional.

- É importante articular políticas produtivas com políticas tecnológicas.
- Deve-se estimular uma economia baseada em redes.
- Priorizar investimentos na rede de logística e transportes.
- Articular os investimentos privados em vários modelos institucionais de cooperação interfirmas.
- Articular os APLs com formalização das atividades empresariais.
- Melhoramento da qualificação (educação e treinamento).
- Focalizar o apoio do governo estadual na difusão de tecnologias para a indústria intensivas em recursos disponíveis (matéria-prima e trabalho).
- É preciso explorar as potencialidades de serviços nas diversas regiões do estado, com o intuito de interiorizar o desenvolvimento com o fortalecimento das cidades médias. Assim, algumas cidades já têm algumas vocações que podem ser exploradas, a exemplo de educação e saúde em Conquista, comércio varejista estruturado e shopping center (Ex. Itabuna), *business service* em algumas cidades, dentre outras.
- Incluir no Plano Diretor das cidades as mudanças nas feições urbanas provocadas pelas intervenções nas áreas de comércio e serviços.
- Melhorar a rede de hotelaria nas cidades do interior, inclusive com espaços para eventos, centros de convenções etc.
- Atrair empresas de serviços especializados.
- Fazer um cadastro das organizações de serviços na Bahia.

22 de março

Tema: **Agricultura na Bahia**

Relator: **Jackson Ornelas**

Diagnóstico/constatações

Agronegócio

Expositor 1

José Mário Carvalho

Diretor de Política e Economia Agrícola da Seagri - Visão estratégica da Secretaria de Agricultura (SEAGRI)

O agronegócio ajudou a conformar as cidades pólo e a consolidar os principais pólos agroindustriais, como: Juazeiro, Paulo Afonso, Luiz Eduardo Magalhães/Barreiras, Formoso/Bom Jesus da Lapa, Valença, Ilhéus/Itabuna, Feira de Santana, Mucugê, Maracás, Guanambi e Eunápolis/Teixeira de Freitas.

O Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio foi estimado em R\$ 27,5 bilhões e o da agropecuária em R\$11,9 bilhões (2006).

Na formação do Valor Bruto da Produção (VBP), os grãos entram com 27%, as frutas com 16%, a pecuária com 11%, a silvicultura com 5%, a avicultura com 4%, a extração de produtos vegetais com 4%, a produção leiteira com 3%, a hortifloricultura com 1%, e as outras lavouras com 25%.

A importância do segmento elevou-se a partir de 2000. Atualmente, o agronegócio é responsável por US\$ 1,7 bilhão de produtos exportados.

A produção de grãos já atinge R\$ 5,6 bilhões, a produção de manga representa 32% da produção do Brasil e grandes grupos do Sul procuram a Bahia, interessados na produção de citros e álcool. Entretanto a logística é crítica para a competitividade. Em Iraquara, a produção de biodiesel é de 120 milhões de litros/ano, a despeito das precárias estradas. Existem propostas para 151 mil hectares a serem irrigados na produção de etanol. As cinco usinas do setor sucroalcooleiro produzem 97 mil m³ ano de etanol, o que representa 24% do consumo estadual, uma vez que o consumo é de 398 mil m³ ano. Existem, no estado, 600 mil hectares aptos ao cultivo da cana-de-açúcar.

A população rural - (33%) = 4,6 milhões - é a maior do Brasil. A extensão territorial é de 56 milhões de hectares. A área da agropecuária chega a 20 milhões de ha, sendo a área com vegetação natural de 7,2 milhões de ha.

No cerrado, a área disponível é de 5 milhões de ha. A área protegida é de 1,3 milhão de ha (CRA). Os estabelecimentos rurais somam 699 mil unidades (33 milhões de ha).

A distribuição dos municípios, segundo o bioma, é a seguinte: no cerrado, 17 municípios; na Mata Atlântica, 143; e no semi-árido, 257 municípios.

A composição das exportações do agronegócio é apresentada no quadro abaixo:

Exportações do Agronegócio = US\$ 1,7 bilhão (27% do total)

Exportações do Agronegócio	(mil US\$ FOB)		
	2005	2006	Var. (%)
Papel e Celulose	435.362	715.363	65
Complexo Soja	377.174	270.403	-28,3
Cacau e Suas Preparações	224.401	209.561	-7
Algodão e Fibras Têxteis Vegetais	138.352	156.617	13
Couros, Peles e Calçados	96.488	124.767	29
Frutas e Suas Preparações	103.615	115.521	11,5
Café, Chá, Mate e Especiarias	89.054	111.100	24,8

Fonte: Seagri

A evolução recente da produção de grãos é apresentada a seguir:

Produção de Grãos na Bahia 2003-2006	2003	2004	2005	2006*
Algodão Herbáceo (em caroço)	276.360	704.163	819.977	811.163
Amendoim (em casca)	9.405	12.334	7.042	7.699
Arroz (em casca)	31.041	63.369	92.683	19.605
Feijão (em grãos)	356.300	331.121	460.505	333.209
Mamona (em baga)	73.624	114.125	135.394	71.473
Milho (em grãos)	1.216.855	1.610.524	1.614.899	1.991.400
Soja (em grãos)	1.555.500	2.365.290	2.401.200	1.991.400
Sorgo (em grãos)	73.902	109.649	104.196	72.487
Trigo	2.900	3.715	1.915	1.715
Total	3.595.887	5.314.290	5.637.811	5.300.151

Fonte: Seagri

Os principais DESAFIOS DA AGRICULTURA BAIANA estão relacionados com:

- protecionismo mundial;
- modernização da infra-estrutura para o escoamento da produção;
- aumento da renda no campo;

- sustentabilidade do semi-árido;
- inserção competitiva da agricultura familiar na economia de mercado;
- consolidação dos pólos agroindustriais: formação de agri-clusters;
- consolidar a capacidade potencial de irrigação do Estado;
- rastreabilidade e Certificação dos produtos;
- defesa agropecuária.

As principais OPORTUNIDADES para o segmento estão relacionadas com atividades de TRANSFORMAÇÃO, nos setores de:

- óleos vegetais; etanol;
- resfriamento/congelamento; fibras vegetais.

Na produção de INSUMOS:

- biotecnologia; sementes e mudas; defensivos agrícolas;
- implementos agrícolas; máquinas e equipamentos;
- vacinas e medicamentos.

E na prestação de SERVIÇOS:

- consultoria; marketing;
- logística;
- comercialização;
- transporte.

Agricultura familiar

Expositor 2
Rogério Pinto

Diretor Suaf/Seagri - Visão estratégica e especial para as ações na agricultura familiar

A agricultura familiar é responsável por:

- 7 em 10 empregos agrícolas;
- 40% da produção rural;
- maioria dos alimentos;

- 84% da mandioca;
- 67% do feijão;
- 58% dos suínos;
- 49% do milho;
- 40% das aves e ovos;
- 35% dos alimentos que compõem a cesta alimentar.

Os principais Programas de governo propostos têm como objetivo a inserção produtiva, sustentável e cidadã da agricultura familiar na economia baiana.

Principais Programas:

1. Agricultura biosustentável

- 100 mil agricultores com renda ampliada; nova matriz energética instalada em bases sustentáveis;
- 300 mil hectares cultivados com oleaginosas;
- instituições parceiras (Petrobras, Brasil Ecodiesel, IBR, Bom Brasil, MDA, Codevasf);
- o orçamento é assim composto: recursos da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A (EBDA), garantidos com precariedade; recursos da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e Sementes negociados com a Petrobras; recursos em negociação com a Petrobras e a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ) relativos à compensação de Imposto de Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) voltados para insumos, máquinas, equipamentos de ATER, indústrias esmagadoras; recursos negociados com Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) e projeto em fase final de elaboração; negociações em curso com a Bom Brasil relativas a sementes e implementos; necessidade de negociações com as empresas Brasil Ecodiesel e IBR;

- territórios prioritários:
 - Irecê
 - Chapada Diamantina
 - Recôncavo
 - Litoral Norte-Agreste de Alagoí-nhas
 - Nordeste II
 - Portal do Sertão
 - Baixo Sul
 - Sul

2. Programa Uniater - Universalização da ATER para a agricultura familiar na Bahia

METAS 2007 - 2010

- 600 mil agricultores familiares do estado assistidos tecnicamente; renda média das propriedades familiares elevada;
- 700 milhões de reais aplicados em crédito rural do (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) por ano.

Instituições Parceiras: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Empresas de Biodiesel, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), Organizações não Governamentais (ONGs) de ATER, Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR).

- Quadro orçamentário: recursos do orçamento estadual, voltados para ATER na EBDA, garantidos, com precariedade, no orçamento para 2007; recursos de ATER negociados com a Petrobras; valores finais ainda precisam ser definidos; negociações sobre distribuição de trabalho em relação à universalização da ATER abertas com instituições;
- EBDA em negociação com CODEVASF para ATER em perímetros irrigados;
- recursos do orçamento estadual do Fundo de Combate à Pobreza, na ordem de R\$11 milhões, voltados para

vários Projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural (PATER).

- MDA - Subchefia de Assuntos Federativos (SAF) - dispostos a apoiarem programa estadual de universalização da ATER; negociação em curso com CEPLAC relacionada à questão da universalização;
- necessidade de ampliação da base orçamentária.

Este programa é prioritário para todos os territórios.

3. Programa Sertão Produtivo - objetivo de desenvolvimento das principais cadeias produtivas do semi-árido baiano

Incentivo a: caprino-ovinocultura, apicultura, avicultura, suinocultura, sisal, feijão, milho, fruticultura (sobretudo: abacaxi, imbu, citrus, caju, manga, maracujá), café, oleaginosas (biosustentável), mandioca, algodão, cana-de-açúcar.

- 200 mil famílias com sistemas produtivos aperfeiçoados, em sistemas de policultivos, verticalizados e integrados ao mercado; instituições parceiras: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Banco do Nordeste, Codevasf, DRS - Banco do Brasil, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Promo - Centro Internacional de Negócios da Bahia/Apex, CAR, Ministério e Secretaria da Indústria e Comércio, Casa Civil do Estado e Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (SEDES), Ministério e Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.
- Quadro orçamentário:
 - recursos da fonte 28 voltados para o antigo Cabra Forte, com ações em ATER (R\$3,2 milhões), manutenção de investimentos e atendimento a novas demandas (R\$3,6 milhões). Apicultura, com R\$850 mil. Outros, que somam pouco mais de R\$1 milhão; para atender

às demandas da mesma área em relação a 2006, os recursos do orçamento foram diminuindo. Em 2005, a fonte 28 repassou para atividades de fomento a agricultura familiar (R\$ 45 milhões); em 2006, R\$ 40 milhões; para 2007, o orçamento contempla R\$30 milhões; as ações do antigo Cabra Forte sofreram maior corte proporcional. Somente de ATER, em 2006, os recursos foram de aproximadamente R\$ 6,4 milhões, o dobro de 2007; as ações integradas dos programas para o semi-árido dos recursos do orçamento estadual e da fonte 28 não chegam a R\$ 20 milhões. Neste valor estão incluídos os recursos destinados às ações da Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB) e da Bahia Pesca S/A, voltadas para suas áreas específicas;

- o Programa Sertão Produtivo prevê a necessidade de aporte de novos recursos da fonte 28, conforme está descrito nos projetos executivos, voltados para:
 - ação de caprino-ovinocultura - aporte anual de R\$16 milhões até 2010, para investimentos nos territórios, que devem ser complementados com os recursos hoje destinados a ATER;
 - ação de apicultura - aporte de R\$ 2 milhões ao ano, até 2010, conforme projeto executivo;
 - ação de floricultura - aporte de R\$ 2 milhões ao ano, conforme projeto executivo;
 - ação mandiocultura - aporte de R\$ 3 milhões ao ano, conforme projeto executivo;
 - ação fruticultura no semi-árido - aporte de R\$ 5 milhões por ano, até 2010, conforme projeto executivo;

- ação verticalização, embutida nas estratégias de cada ação.
 - ação comercialização - embutida na estratégia geral de comercialização.
 - ação bacias leiteiras no semi-árido - R\$ 2 milhões por ano, conforme projeto executivo.
 - ação sisal - aporte de R\$ 2 milhões por ano, até 2010, conforme projeto executivo; ação cadeias produtivas articuladas com agroindústria de alto valor agregado - R\$ 1 milhão; ação de qualificação em parceria - R\$500 mil por ano, até 2010;
 - ação cadeias produtivas nos micro-climas do semi-árido (café e cana-de-açúcar, para derivados como cachaça, algodão etc.) aporte de R\$ 4 milhões por ano, até 2010, conforme projeto executivo; ação de ampliação da produtividade do trabalho - aquisição de máquinas e equipamentos para associações comunitárias e cooperativas - aporte de R\$ 2 milhões por ano, até 2010; ação água para produção, articulada com o programa Água para Todos e com as ações específicas da caprino-ovinocultura; prioridade - todos os territórios.
- tação de um viveiro de produção de mudas de essências florestais, frutíferas por território e base de produção de distribuição nos municípios (vide Projeto Caprino-ovinocultura);
- Instituições Parceiras: (MDA, Petrobras, Codevasf, Car, Ministério do Meio Ambiente);
 - Quadro orçamentário:
 - no orçamento estadual há apenas R\$ 20 mil para sementes, da fonte 00; em negociação, projetos com:
 - PETROBRAS - relativo a uma ação emergencial para a safra de inverno - abril-junho;
 - CODEVASF - para os perímetros irrigados;
 - Com os R\$ 20 mil se iniciarão ações de produção de sementes no campo experimental de Utinga, plantando 25 ha de mamona irrigada, que produzirão 60 toneladas de sementes;
 - SEDES para aquisição imediata de sementes voltadas para as vítimas da cheia do São Francisco e para atender 10% dos agricultores que irão plantar na safra abril-julho.
 - prioridade - todos os territórios.

4. Programa Semeando - objetivo de produção de sementes

- 2007 - produção de 90 toneladas de sementes no plantio abril-julho voltadas para autoconsumo e distribuição no plantio de novembro e no período agrícola de 2007-2008; sistema de produção de sementes integradas EBDA - Associações de Agricultores em 500 ha de perímetros irrigados, produzindo para a safra 2008; até 2010, atingir a produção de 1.200 toneladas de sementes-ano; implan-

5. Programa Secaf - objetivo de organizar um Sistema de Comercialização

- Média de 5.000 famílias por território, totalizando 125 mil, comercializando seus produtos nos mercados regional, estadual, nacional e internacional, a partir dos empreendimentos conduzidos pelos agricultores, familiares e suas organizações; mercado institucional - Escolas Públicas, Empresa Baiana de Alimentos S/A (EBAL), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) - adquirindo produtos oriundos da agricultura familiar; instituições parceiras: MDA, Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), UNI-

SOL, CONAB, EBAL; quadro orçamentário: na dotação orçamentária colocada à disposição da Superintendência de Administração e Finanças (SUAF), abriu-se uma rubrica de R\$10 mil da fonte 00, voltada para o apoio à comercialização. Desse modo, pode-se fazer parceria com o Governo Federal em torno disso. Há rubricas da fonte 28, na qual pode enquadrar-se essa ação, como a expansão e modernização de centros de comercialização, de modo que se pode ampliar solicitação de aportes de recursos; há a possibilidade de, em parceria com a União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFS), com apoio da Visão Mundial e do MDA, ter R\$1 milhão para desenvolver ações necessárias à criação e firmação da marca da agricultura familiar; em parceria com o MDA, já está em curso a negociação para a instalação de quatro bases de serviços de comercialização, voltadas para dar apoio a processos de comercialização da agricultura familiar; necessidade de articulação com a CONAB; necessidade de precisar melhor as ações com a EBAL; necessidade de aportar recursos para ações da câmara técnica de comercialização; necessidade de recursos voltados para assessoria específica na área de comercialização; prioridade - todos os territórios.

6. Programa Produzindo e Preservando a Mata Atlântica - tem as seguintes metas:

- 100 mil famílias com renda ampliada;
- 150 mil hectares de cacau renovados;
- 200 mil hectares de culturas - mandioca, frutas, culturas industriais (pupunha, cravo, seringueira), inhame, flores -, recuperados, ampliados, inseridos e articulados em processos de verticalização nos territórios;

- 80 mil hectares de dendê em produção comercial, sendo 32 mil subespontâneos e 48 mil implantados; ampliação e organização da produção de hortigranjeiros voltados para o abastecimento de Salvador, das grandes cidades da Bahia e Região Metropolitana; matriz produtiva diversificada estabelecida; um pólo supraterritorial de produção de chocolates, licor, geléia e outros derivados voltado para os mercados estadual, nacional e internacional;
- 5 pólos de produção de frutas dinamizados - Vale do Rio de Contas, Baixo Sul, Sul, Extremo Sul, Recôncavo;
- um pólo de produção de derivados da mandioca; um pólo supraterritorial de comercialização de flores tropicais; um pólo, no Recôncavo, de produção de horticultura; um pólo supraterritorial de negociação e comercialização de produtos da agricultura familiar;
- 5 pólos de produção de leite e derivados dinamizados; articulação entre indústria e produção nos sistemas agroindustriais de elevado valor agregado que exigem grandes inversões de capitais; instituições parceiras: CEPLAC, MDA, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Universidades; quadro orçamentário: na dotação orçamentária da Secretaria há recursos pontuais e insuficientes para as ações; necessidade de, à luz do projeto executivo, disponibilizar mais recursos para as ações nos territórios; fruticultura; mandiocultura; verticalização das culturas; ampliação da produção de cacau clonado; produção de leite; horticultura; flores tropicais; culturas específicas em sub-biomas (inhame, citrus etc.); culturas de alto valor agregado vinculados a agroindústrias de grande inversão de capital (pupunha etc.); dendê;

- MDA apontou que pode colaborar no desenvolvimento do projeto de turismo rural; prioridade: territórios do Recôncavo, Baixo Sul, Sul, Extremo Sul, Rio de Contas e Vale do Jiquiriçá.

7. Programa São Francisco - produzindo e recuperando a bacia hidrográfica do Rio São Francisco - tem as seguintes metas:

- 45 mil famílias envolvidas com o programa de recuperação de pastagens em Sistema Agro-florestal (SAF), 15 mil por território; parcerias para recuperação produtiva e sustentável dos perímetros irrigáveis.
- 3 novos pólos de agroindustrialização implantados, um por território, vinculados às atividades agrícolas e pecuárias desenvolvidas; articulação entre indústria e produção nos sistemas agroindustriais de elevado valor agregado que exigem grandes inversões de capitais; um pólo de produção de derivados da mandioca; um pólo supraterritorial de negociação e comercialização de produtos da agricultura familiar, articulado com a rede estadual;
- 5 pólos de produção de leite e derivados dinamizados; quadro orçamentário: há negociação em curso com a CODESASF - Ministério do Desenvolvimento Nacional, voltada para o apoio a um programa de recuperação das pastagens em sistema agroflorestal, que irá combinar-se com as ações da caprino-ovinocultura; não há recursos específicos na Secretaria de Agricultura e Pecuária (SEAGRI) voltados para esse programa; instituições parceiras: Ministério da Integração Nacional, MDA, CODEVASF, Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Universidades.

Principais observações sobre os programas apresentados:

1. todos os territórios são prioritários, portanto não há prioridades;
2. não explicita a política para os territórios "não apadrinhados", ou seja, territórios que não contam com apoio para o processo de mobilização e organização;
3. não confere prioridade aos territórios do semi-árido;
4. proposta de assistência técnica abrangente, universal, mas com muitos programas ainda setorializados;
5. falta de uma abordagem territorial, como base do planejamento das ações;
6. não aborda preocupações com o associativismo;
7. não menciona preocupações com tecnologia agrícola;
8. não aborda a questão da concentração fundiária - número de ocupações dos sem-terra é a maior do Brasil -; a grande propriedade ocupa 50% das áreas dos estabelecimentos;
9. não aborda o problema da erosão dos solos - de 8 a 10% da área do cerrado; da desertificação e de oitos rios secos;
10. lavoura cacaueteira é responsável pelo endividamento no estado;
11. a lavoura cacaueteira está distante da pequena produção;
12. é pífia a geração de postos de trabalho. Nos 9 % do PIB total, representados pela agropecuária, estão os 623 mil estabelecimentos familiares (90% do total), 38% da área e 45% do valor da produção;
13. baixa agregação de valor;
14. infra-estrutura deficiente - alto custo;
15. questões: A Bahia deve voltar a ser primário-exportadora? A economia não ficaria mais vulnerável? A agricultura é mais vulnerável ao mercado externo do que a indústria?

16. o agronegócio, que representa a agricultura empresarial, tem profundos problemas ambientais que não foram resolvidos, a exemplo da degradação ambiental;
17. há pouca parceria dentro do governo do estado;
18. os assentamentos aparecem pouco na proposta do setor agrícola;
19. também não aparecem as comunidades vulneráveis - indígenas, quilombolas, fundo de pasto;
20. em nenhum momento se mencionou a questão ambiental. A questão ambiental não é um problema e sim um suporte;
21. a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH) trabalha com o Pronaf florestal, mas não está articulada com a SEAGRI;
22. é preciso adotar-se uma atitude de preocupação em relação aos transgênicos;
23. há uma política federal de preservação em áreas sensíveis mapeadas no território nacional.

Propostas:

1. SEMAR está aberta à troca de informações;
2. programa de agricultura biosustentável;
3. preservação do rio São Francisco;
4. estudar a possibilidade de um selo ambiental;
5. ao invés de um selo da agricultura familiar apenas, tentar agregar o componente associativo (comércio socialmente justo);
6. no caso do cacau, a agricultura familiar é que tem a grande oportunidade;
7. dos 16,8 mil cacauicultores, os pequenos são a maioria, e os 200 grandes são a minoria, mas estão endividados, são problemáticos, e sempre se beneficiaram da política de recursos baratos;
8. sistema agroflorestal pode ser sustentável, de alta produtividade e preservando a Mata Atlântica - Cabruca. Os assentados de Ituberá são os únicos cacauicultores que conseguiram selo de qualidade;
9. a região cacauceira só tem chance com os pequenos (menos de 80 arrobas);
10. deve ser incorporada a dimensão ambiental na agricultura familiar; na vertente agroecológica deve ser enfatizada a redução do volume de insumos trazidos de fora da propriedade (químicos);
11. qualificação da agricultura e não apenas quantificação;
12. recolhimento de embalagens de agrotóxicos - é sintoma de agricultura doente, não é indicador de utilização de tecnologia;
13. produtos transgênicos - não é uma questão pacífica; há controvérsias;
14. SEMARH tem muita contribuição a dar;
15. produtos orgânicos têm um forte apelo, principalmente no mercado externo;
16. o modelo de parceria com a Brasil Ecodiesel é contestado no Piauí;
17. reforçar um sistema de parcerias baseado no associativismo;
18. padrão de produção do Oeste é terrível para o meio ambiente? Isto será equacionado a curto prazo? Podemos abrir mão da produção do Oeste hoje?
19. a cana está entrando em todos os lugares;
20. investimentos devem ser relacionados a um conjunto de cidades;
21. considerar custos de aglomeração;
22. É possível espacializar mais os temas prioritários da agricultura?
23. como as cidades podem apoiar a agricultura familiar?
24. a expansão do eucalipto vai ter um limite, ou fica na base do que ocorrer? Há 13 anos aguardamos (Extre-

mo Sul) um pronunciamento do estado. Em 2004 surgiu o Zoneamento Ecológico-econômico (ZEE);

25. é preciso explicitar o zoneamento econômico-ecológico, ampliando de 10 para 16 secretarias no Conselho do ZEE. Cabe definir as novas áreas prioritárias. Está em vigor a nova lei ambiental - que precisa ser regula-

mentada; em dezembro de 2006 foi publicado decreto que simplificou muito o licenciamento ambiental;

26. cabe enfatizar as formas associativas nos territórios;
27. ênfase no fortalecimento da identidade regional;
28. melhoria das condições de vida da população no semi-árido.

28 de março

Tema: **Infra-estrutura para o desenvolvimento**

Relator: **Antônio Alberto Valença**

Expositor 1

Ronald Lobato

Secretário de Planejamento - Coesão territorial e articulação nacional e internacional da produção na Bahia

Na abertura de sua exposição, o Secretário Ronald Lobato destacou a importância de uma reflexão sobre as questões relevantes que favoreceram a construção de uma estratégia de governo, ressaltando que o Grupo de Transição dedicou-se a essa tarefa antes mesmo de janeiro de 2007. Assim, as programações das diversas secretarias devem ser aderentes aos eixos estratégicos do projeto de governo definido pelo Governador, a partir das propostas de sua vitoriosa campanha eleitoral: educação, saúde e geração de trabalho, emprego e renda. E, do ponto de vista territorial, devem ter prioridade as ações no semi-árido e na RMS, esta apontada como o portal de integração do estado com o País, o continente e o resto do mundo.

Em seguida, ressaltou o modelo nacional de desenvolvimento, até então baseado no rodoviarismo, elegeu o eixo Sul-Sudeste-Norte como o mais importante, pois a região Sudeste é a mais dinâmica e a que mais concentra investimentos em infra-estrutura nacional. Hoje, os vetores de desenvolvimento estão sendo deslocados para o Centro-Oeste, num movimento de "desconcentração concentrada", mas o Nordeste não está integrado nesse processo.

Assim, o Ministério do Planejamento vem defendendo a reconsideração da importân-

cia dos eixos Leste-Oeste, posicionamento que contribui para o resgate da importância dos outros modais de transporte e demais regiões do País. Isso poderá se refletir no desenvolvimento da Bahia, pois o Governo do Estado adotou essa estratégia de integração Leste-Oeste, que tem como pontos fortes o potencial de seu complexo portuário (portos da Baía de Todos os Santos, Camamú e Ilhéus) e a implantação da Ferrovia Leste-Oeste, com rampas máximas de até 0,5%. Contudo, o estabelecimento de uma ligação eficiente entre a região Oeste e o Atlântico não deve excluir outras alternativas, envolvendo os diversos modais.

Dentro de uma nova perspectiva da logística nacional, a implantação da Ferrovia Leste-Oeste transforma a Bahia no portal do Centro-Oeste Brasileiro para o Atlântico, oferecerá uma saída para os estados dessa região, oferecendo novas possibilidades de complementação entre as respectivas economias. A diretriz desta ferrovia é a definida pelo eminente professor Vasco Neto, que, num esforço pioneiro, a concebeu como uma articulação entre o Atlântico, na Bahia, e o Oeste do Continente, chegando ao Pacífico, no Peru. Esse Portal da Costa Atlântica contará com o complexo portuário baiano, formado pelos portos da Baía de Todos os Santos e do trecho de litoral compreendido entre o Baixo Sul (Camamú) e Sul da Bahia (Ilhéus).

Como solução de curto prazo para o escoamento dos grãos do Oeste, defendeu a requalificação do eixo rodoviário formado pela BR242 e suas articulações com a BR116

e BR342, assim como a recuperação e modernização do sistema intermodal baseado na Hidrovia do São Francisco, que contempla a Ferrovia Juazeiro-Aratu e toda a malha rodoviária regional. A solução intermodal fortalece, ainda, a imediata implantação da Plataforma Logística de Juazeiro, cujo estudo de viabilidade, realizado com apoio do Governo Espanhol, apresenta números bastante favoráveis.

Diante disso, a proposta de construção de uma ligação ferroviária entre os municípios de Luís Eduardo Magalhães e Brumado, contida no Plano Estadual de Logística e Transportes (PELT), é tímida, inclusive porque visa apenas sua integração com a obsoleta malha da FCA. Apesar disso, essa intervenção alcançou uma elevada taxa de retorno, o que confirma a importância e o potencial da integração Leste-Oeste.

Por outro lado, embora a Bahia não esteja contemplada na proposta de integração Leste-Oeste representada pela Ferrovia Transnordestina, a produção baiana de grãos foi considerada para justificar a viabilidade econômica desse empreendimento.

O fato novo, a respeito de uma ligação ferroviária Leste-Oeste, é a exploração do minério de ferro de Caetité pela BML. Porém, os controladores da BML defendem a construção de um mineroduto, solução desinteressante para a promoção do desenvolvimento devido a fatores como exclusividade de uso e ao impacto ambiental produzido pelo seu elevado consumo de água. Por isso o governo tentará convencer a BML a adotar a solução ferroviária, que implicaria num investimento de aproximadamente R\$1,2 bilhão, contra os R\$350 mil do mineroduto.

A possibilidade de transportar o minério de ferro de Caetité eleva ainda mais a taxa de retorno da solução ferroviária, viabilizando um projeto de concessão ou de PPP. Porém essa questão demanda uma solução muito rápida, pois, de acordo com o Protocolo de Intenções firmado pelos empreendedores com o governo, a exploração do

minério deve ser iniciada num prazo surpreendentemente curto.

No Sul do estado e na região cacaujeira as prioridades em infra-estrutura logística são a construção de novos aeroportos (Ilhéus e Porto Seguro), ampliação, requalificação da rodovia Ilhéus-Itabuna, defesa da duplicação da BR101 em solo baiano e modernização do Porto de Ilhéus.

Com relação à melhoria dos portos baianos, ratificou o propósito do governo em estimular não apenas as exportações, mas também as importações que, além de gerarem empregos, oferecerem vantagens tributárias. Ressaltou ainda que um dos problemas enfrentados pelos exportadores baianos é a baixa frequência de navios, que poderia ser estimulada pelo movimento das importações.

Concluindo sua exposição, o Secretário Ronald Lobato observou que as intervenções em infra-estrutura devem atender a demanda das comunidades do interior, particularmente de regiões produtoras como o Oeste, onde já surgiram movimentos separatistas, e, em seguida, lamentou a falta de projetos para que a Bahia pudesse tirar maior proveito nas negociações de inclusão de ações no PAC, embora destacasse as garantias obtidas pelo Governador Jacques Wagner junto ao Governo da União, quanto ao cumprimento dos prazos de obras e projetos, a exemplo do gargalo da travessia ferroviária Cachoeira-São Félix, do contorno rodoviário de Feira de Santana, de elaboração do Projeto Executivo da Ferrovia Leste-Oeste e do lançamento de editais de concessão para operação em rodovias federais, como trechos da BR324 (Salvador-Feira de Santana) e BR116 (antiga Rio-Bahia). Isso tudo articulado com sistemas logísticos que abranjam estradas vicinais voltadas para o atendimento de Arranjos Produtivos de diferentes escalas.

Concluindo sua exposição, o Secretário Ronald Lobato fez uma exortação à reflexão a respeito das questões por ele apresentadas, na busca das melhores soluções e no mais curto prazo.

Em seguida, ao ser questionado, afirmou que o Gasene é um projeto que interessa à Bahia. Sua implantação implica no transporte do gás da Bolívia para o Sudeste e daí para o Nordeste. A construção desse gasoduto sofreu uma desaceleração temporária, mas o gasoduto do campo de Manati, na região do Baixo Sul, é suficiente para atender a demanda atual da Bahia.

Quanto à competitividade do gás, observou que a Petrobras está estudando uma equalização de preços no território nacional. A estratégia é recuperar a defasagem que ora se registra no preço do gás, o que resultaria em redução de sua vantagem comparativa com outras fontes de energia. Informou ainda que diante de eventuais problemas de suprimento, está sendo estudada a importação de gás por via marítima.

Por fim, tomando como base a declaração da Ministra Dilma Rousseff, concluiu que o Brasil não corre risco de desabastecimento de energia, pois o sistema integrado de transmissão garante a transferência de energia elétrica de regiões com excedentes de produção para as regiões que eventualmente apresentem déficit.

Expositor 2 **Cleyton Miranda Barros**

Superintendente de Transportes - Visão estratégica da Secretaria de Infra-estrutura (SEINFRA)

Em seguida, o Superintendente da SUPET/SEINFRA, Cleiton Barros, iniciou sua exposição, destacando a importância do setor de infra-estrutura de transportes. Afirmou que a infra-estrutura está ligada diretamente ao desenvolvimento, ora como indutora, ora como entrave. Ao defender a integração entre os diversos modais, destacou como prioridade a realização de uma análise do PELT, um instrumento de planejamento de longo prazo, tal como se recomenda para o setor de infra-estrutura de transportes.

Destacou que o planejamento de transportes na Bahia fundamenta-se no levantamento dos principais pólos geradores de cargas: grãos do Oeste; fruticultura em Juazeiro e no Sul do Estado; pólos industriais da RMS; pólo de informática e cacau de Ilhéus; minério de ferro na região de Caetitê; além dos pólos turísticos. A estratégia é envolver todos estes pólos numa malha logística, e para tanto devem ser considerados os fluxos de importação e exportação, os fluxos de integração com outras regiões, os fluxos internos (com destaque para a produção agrícola) e os fluxos de passagem: Nordeste-Sudeste e Nordeste-Centro-Oeste.

Alertou que a matriz de transportes na Bahia é mais distorcida do que a própria matriz nacional, com 92% das cargas sendo transportadas pelo modal rodoviário. Isso se constitui num desafio de competitividade para os modais hidroviário e ferroviário. Contudo, registrou também a insuficiência de equipamentos de integração para a intensificação da intermodalidade.

Ao relacionar os investimentos no modal rodoviário, destacou que estão previstas intervenções nos principais corredores ou eixos rodoviários, e que contam com recursos do PAC as seguintes intervenções: BR116 - BR324; BR116 (Norte) - ponte no São Francisco; BR324 (Norte) - Piauí; BR101 - Feira de Santana, divisa com Espírito Santo; BR135 - Minas Gerais ao Piauí (construção de 234km).

Quanto ao modal ferroviário, salientou que a malha ferroviária baiana, em grande parte já centenária, está sucateada e afirmou que a privatização frustrou a expectativa de novos investimentos devido, principalmente, a deficiências de natureza regulatória. Entretanto, deixou claro que a concessionária FCA (controlada da CVRD) é a responsável pela manutenção da malha, cabendo ao poder público a realização de investimentos necessários à sua expansão.

Nesse segmento, a Ferrovia Bahia-Oeste é o principal projeto formulado pela Sein-

fra. Essa ferrovia visa a interligação do município de Luís Eduardo Magalhães, na região Oeste, a Brumado, na margem da linha sul da FCA. A previsão é de que o primeiro trecho dessa ferrovia, que liga Brumado a Bom Jesus da Lapa, seja inaugurado até o final de 2010, para dar vazão à produção de grãos do Oeste. Essa produção, entretanto, vem sendo considerada para dar viabilidade a outros projetos ferroviários fora do Estado, tais como a Transnordestina e a Norte-Sul. Por sua vez, a FCA vem planejando estender a sua malha a partir do estado de Tocantins visando também absorver a carga do Oeste baiano. Resaltou, todavia, que o Ministério dos Transportes considera a ferrovia Transnordestina um projeto de nexos político e, sendo assim, não comporta uma discussão técnica.

O advento do minério de ferro em Caetité determina a necessidade de um porto no Atlântico para escoamento, pois a malha atual da FCA não tem capacidade para transportar anualmente, além das 10 milhões de toneladas de grãos que já estão previstas, mais 25 milhões de toneladas de minério de ferro. Ademais, a FCA, na condição de controlada da CVRD, é concorrente da BML. A Ferrovia Bahia-Oeste, por sua vez, já está enquadrada no plano nacional de viação (Brumado/Bom Jesus da Lapa/Luís Eduardo Magalhães/Porto Nacional, no Tocantins). Assim, a Ferrovia Bahia-Oeste alcançaria o Centro-Oeste do Brasil. O Superintendente criticou, porém, a construção de um mineroduto de Caetité para o Atlântico, conforme prevê a BML, o qual além de ser de uso cativo para o minério, teria um grande impacto ambiental, pois deverá consumir 1.500 m³/h de água.

Dentre outras ações no setor ferroviário, destacou a maior obra em curso: a construção de 17 km de via, para eliminar o gargalo de Cachoeira-São Félix. Um investimento de R\$134 milhões, com conclusão prevista para 2009. Foram ainda citadas a construção de viadutos sobre a linha (passagens de nível) em Alagoinhas, o ramal de acesso ao

terminal portuário de Juazeiro, a ligação Pólo Petroquímico de Camaçari-Porto de Aratu (20 km) – importante obra incluída no PAC, com início previsto para o segundo semestre deste ano – e a reconstituição do acesso ferroviário ao Porto de Salvador, desativado em 1998 (inclui a reconstrução do trecho Paripe-Mapele, de 8 km), cujos trilhos foram retirados.

No modal hidroviário o destaque é a revitalização da Hidrovia do São Francisco, que reúne, ao mesmo tempo, características de corredor de integração da Bahia com o Nordeste e de corredor de exportação multimodal (rodoviário 200 km - BR242; hidroviário 610 km; ferroviário 550 km - FCA).

Na área portuária, foram relacionadas ações relativas ao Porto de Salvador, como a construção de um novo terminal de contêineres e da Via Portuária, que corresponde a uma via segregada para ligar uma nova retroárea a ser construída na margem da BR324, em Salvador, ao porto – intervenções incluídas no PAC. Quanto ao Porto de Aratu, citou a ampliação dos terminais de Granéis Líquidos e de Granéis Sólidos. Abordou ainda a ampliação e melhoria das condições operacionais do Porto de Ilhéus, inclusive quanto à movimentação de passageiros.

No setor aeroportuário, destacou a ampliação da estação de passageiros do Aeroporto de Salvador, a implantação de uma nova pista de 3.500 m e a adequação do acesso viário às suas instalações, obras que estão incluídas no PAC. Previu, ainda, a construção de novos aeroportos em Porto Seguro e em Ilhéus, destacando que esta é a segunda maior prioridade da Seinfra, abaixo apenas da Ferrovia Bahia-Oeste, além da realização de melhoramentos nos aeroportos de Barreiras, Vitória da Conquista, Jequié, Bom Jesus da Lapa, Senhor do Bonfim e Canavieiras.

Outro destaque foi a implantação de Centros Logísticos Integrados, com o objetivo de proporcionar condições adequadas para o armazenamento, manipulação com agregação de valor e distribuição de mercadorias.

Esses equipamentos devem ser implantados primeiramente em Juazeiro e em Feira de Santana, ressaltando que a Bahia poderia estar perdendo investimentos privados para os estados de Minas Gerais e Pernambuco, que têm sido mais agressivos na implantação desse tipo empreendimento.

Destacou, também, a importância dos investimentos públicos em infra-estrutura de transportes para apoio ao escoamento da produção da agricultura familiar. Com esse objetivo, será recuperada a rede de Residências do Derba para dar apoio à manutenção da malha rodoviária estadual e municipal utilizada pelo segmento da agricultura familiar, disseminado por todas as regiões do estado.

Por fim, o Superintendente da Supet/Seinfra, Cleiton Barros abordou o sistema de transportes na Baía de Todos os Santos, para o qual estão previstas as seguintes ações: melhoria da ação regulatória, particularmente quanto à operação do sistema *ferry boat*; melhoria das condições de acessibilidade às ilhas; e recuperação de toda a estrutura viária.

Expositor 3 Silvano Ragno

*Superintendente de Energia e Comunicações
- Plano de Ação da Seinfra*

O Superintendente Silvano Ragno apresentou as Propostas e Linhas de Ação da sua Superintendência para o período 2007-2010, destacando que o objetivo principal é fazer com que todos os baianos passem a desfrutar de energia elétrica e sinal de TV em suas casas, e de acesso ao telefone público.

No setor de energia elétrica, deu ênfase para as ações de eletrificação rural e para o programa Luz Para Todos. Enfatizou, também, a oferta de energia elétrica como fator de promoção do desenvolvimento, particularmente com relação ao apoio à agricultura familiar e à inclusão social. Conta-se uma correlação entre os baixos índices de IDH e a exclusão elétrica.

Demonstrou que o Governo do Estado tem obtido crescentes ganhos com a aplicação de recursos próprios na execução do Programa Luz para Todos, pois na 1ª etapa a Bahia entrava com 30% do total de recursos investidos, na 2ª etapa com 20% e, agora, na 3ª etapa, com apenas 10%.

Argumentou que nas áreas em que a extensão das redes de distribuição seja considerada antieconômica, devido à grande dispersão das propriedades a serem beneficiadas, serão empregados sistemas fotovoltaicos (energia solar), que apresentam um custo de instalação de aproximadamente R\$ 3 mil, enquanto a ligação de uma casa isolada à rede pode sair por mais de R\$ 50 mil.

As ações de expansão e melhoria da oferta de energia elétrica na zona rural devem contemplar, ainda, iniciativas como a eletrificação da região Oeste e o suprimento de energia à área de influência da barragem do Apertado, em Mucugê, para promoção da agricultura irrigada.

Por sua vez, as ações de eletrificação urbana são realizadas em parceria com a COELBA. Na parte que cabe ao Estado, essas ações serão financiadas através da aplicação dos recursos que foram poupados pelo governo ao renegociar a participação relativa do Estado no Programa Luz para Todos. Com isso, têm sido intensificadas atividades de grande importância, como a substituição das lâmpadas de vapor de mercúrio utilizadas na iluminação pública das cidades do interior por outras de vapor de sódio, que são mais eficientes e mais econômicas.

Ainda nas áreas urbanas, o governo já conseguiu reduzir as perdas de energia nos prédios públicos, seja combatendo o desperdício, seja através de medidas técnicas, seja evitando multas por excesso de demanda. Outra medida que vai proporcionar uma economia de 10% nas contas de energia do poder público estadual é a revisão dos contratos com a COELBA, que juntamente com a redução das perdas nos

prédios públicos deve gerar uma economia total de 30% para o Estado.

No Setor de Comunicações, as principais ações destacadas foram a extensão do sinal da TV Educativa para todos os municípios do estado e a instalação de telefones públicos em localidades com menos de 300 habitantes.

Os debates

Os debates complementaram as exposições, principalmente porque trouxeram mais contribuições para reflexão, como as apontadas a seguir.

Existência de dificuldades de visualização de como se daria a integração dos temas apresentados com o desenvolvimento dos pequenos negócios. Não se percebe como a grande malha de transportes vai interagir com a pequena pecuária (caprinos, ovinos e pecuária mista).

Necessidade de se promover o associativismo, visando aglutinar os pequenos produtores para a formação de agropólos, sendo muito importante para isso a promoção da integração entre as estradas vicinais e a malha viária ligada ao grande negócio.

Que o planejamento das ações de infraestrutura leve em conta o novo conceito de territórios, para que as ações permitam a participação dos seus beneficiários nas discussões. Assim, é necessário o apoio do governo para a estruturação dos territórios, incluindo a formação de consórcios municipais.

Buscar a montagem de um projeto que seja capaz de apontar uma inserção competitiva para o Estado e também atacar as desigualdades sociais e regionais. O planejamento focado apenas nos grandes projetos não resolve a questão do crescimento, bem como não se resolve o crescimento focando apenas os pequenos negócios. Porém é preciso anotar que os grandes projetos fomentam o crescimento das localidades por onde passam. Então, a grande questão é como se conseguir inflexões capazes de permitir também o ataque às desigualdades sociais e às desigualdades regionais. Portanto devem-se procurar fórmulas que ajudem a superar a dificuldade de compatibilizar a inserção competitiva com a redução das desigualdades regionais e sociais. É uma questão de calibragem.

Os investimentos em infra-estrutura são essenciais para desenvolvimento, enquanto as questões sociais exigem ações específicas. Por isso, devemos ter em mente que os grandes projetos de infra-estrutura induzem outras atividades, mas a infra-estrutura isoladamente não produz desenvolvimento.

É preciso usar os investimentos em infra-estrutura como instrumento de política de descentralização da atividade econômica, fortemente concentrada na capital e no seu entorno. Mas é preciso realismo, pois em apenas quatro anos o governo não pode resolver todas as dificuldades existentes.

29 de março

Tema: **A rede de cidades, territórios de identidade e o desenvolvimento da Bahia**

Relator: **Antônio Cunha**

Expositor 1

Maria das Graças Torreão

Superintendente de Desenvolvimento Urbano da Sedur - A rede de cidades, territórios de identidade e o desenvolvimento da Bahia - Visão estratégica da Sedur

Destaque para elementos recentes do tratamento da questão urbana no Brasil, como a Constituição de 1988 e a obrigatoriedade do desenvolvimento urbano no âmbito das políticas públicas municipais, e a criação do Ministério das Cidades, definindo o desenvolvimento urbano como objeto específico de política urbana.

O estado se alinha ao governo federal com a criação da Sedur em 2002, com atribuições de implementar a política nacional de desenvolvimento urbano na Bahia e formular a política estadual, contemplando a habitação, o saneamento, a mobilidade urbana e a gestão.

Traços da rede urbana baiana, a partir da grande concentração econômica na RMS ou em poucos municípios do estado, não havendo uma rede urbano-industrial e de serviços integrada, contribuindo para o agravamento dos problemas sociais.

Conceito de desenvolvimento urbano do Ministério das Cidades, como melhoria das condições materiais e subjetivas de vida nas cidades, com diminuição da desigualdade social e garantia de sustentabilidade ambiental, social e econômica, envolvendo infra-estrutura, serviços e equipamentos urbanos, além da ampliação da expressão social, cultural e política do indivíduo e da coletividade.

Desafios

Os desafios da política de desenvolvimento urbano estadual são:

- Elevar o patamar das cidades baianas - como provedoras de equipamentos e serviços para que atendam às demandas do desenvolvimento econômico com reflexo na redução das desigualdades regionais e à melhoria dos padrões de qualidade de vida da população em geral;
- Reforçar a intercomplementariedade cidade-região - cidades como potencializadoras do processo de desenvolvimento regional econômico e social e o necessário equilíbrio urbano-rural;
- Articular as políticas setoriais - espaço urbano como dimensão integradora, seja de mercado, seja de infra-estrutura, principalmente de aspectos do desenvolvimento humano, individual e coletivo;
- Articular os três níveis governamentais - articulação e integração de esforços e recursos nos três níveis de governo - federal, estadual e municipal;
- Implantar e consolidar o Sistema de Planejamento do Desenvolvimento Urbano da Bahia - instrumentos e democratização da gestão.

As áreas prioritárias de atuação da política estadual, de acordo com o programa de governo, são as cidades pólo, as cidades com menor IDH, a região do semi-árido e a RMS.

Campos de atuação da Sedur

1. Instrumentos e Gestão Participativa para o Desenvolvimento Urbano

- Construção da Política Estadual de Desenvolvimento Urbano;
- Construção de Metodologia de Gestão Participativa, estudar e propor instrumentos e facilidades de participação para as diversas atividades a serem desenvolvidas no âmbito da Sedur, como projetos e estudos, criação de Conselhos e promoção de conferências;
- Criação do Conselho de Cidades da Bahia, como instância de participação da sociedade, na forma de órgão colegiado, para assessorar, estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento urbano e integração das políticas fundiária, de habitação, de saneamento ambiental, de transporte e de mobilidade urbana, bem como acompanhar e avaliar a sua execução de forma continuada;
- Realização da III e IV Conferências das Cidades, como fóruns privilegiados de debate dos problemas e políticas urbanas, em articulação com os níveis federal e municipal, mediante manifestações de vários segmentos e agentes produtores, consumidores e gestores na busca da construção de uma esfera público-participativa.

Mobilidade urbana e interurbana

- Projeto do Trem Regional - projeto de melhorias do sistema ferroviário de transporte de passageiros entre Salvador e Alagoinhas, passando pelos municípios de Simões Filho, Camaçari, Dias D'Ávila, Mata de São João, Pojuca e Catu;
- Estudo da Mobilidade na RMS e Entorno - estudo das dinâmicas econômicas regionais e proposta de melho-

rias de acessibilidade de forma a revitalizar esta região;

- Estudo da Mobilidade Regional no Semi-Árido - estudo das vias de ligação entre os municípios e as cidades pólo regionais visando a melhoria do acesso aos serviços urbanos para a população.

Fortalecimento da rede de cidades

- Estudo da Rede de Cidades da Bahia - identificar e hierarquizar a rede de cidades configurando o papel das cidades nesta rede, como subsídio à formulação de políticas públicas, de forma a dotar estas cidades das bases materiais essenciais ao processamento de atividades produtivas e do atendimento às demandas da população da sua região de influência;
- Implantação de projetos estruturantes em cidades pólo - cidades pólo de cem mil habitantes e mais e cidades pólo de menor porte do semi-árido.
- Cidades Sustentáveis - programa de incentivo e direcionamento de investimentos para tornar as cidades mais sustentáveis, oferecendo melhor qualidade de vida a partir de indicadores considerando as dimensões socioculturais, físico-ambientais e econômicas;
- Estudo das Cidades como apoio à Produção - identificar os aportes urbanos necessários para qualificar as cidades como suporte às atividades produtivas do semi-árido, garantindo a integração e a complementaridade dos programas governamentais de apoio à produção e de infraestrutura urbana, compreendendo que as cidades exercem efeitos determinantes sobre a organização do território regional;
- Planejamento e Gestão Metropolitana - construção de um espaço de articulação e negociação, reafirmando alianças e reconhecendo autonomias, iniciado pelo esforço de construção de

uma agenda compartilhada, onde estejam elencados elementos estruturantes e emergenciais.

Reabilitação de centros urbanos

- Plano de Ação Integrada do Centro de Salvador - articulação dos projetos para o Centro de Salvador, promovidos pelos três níveis de governo, com a participação da sociedade, de forma a criar sinergias e compatibilizar as propostas existentes;
- Plano de Reabilitação do Centro de Camaçari - promoção do acervo existente, melhoria dos espaços e serviços públicos e da mobilidade urbana, integração à dinâmica da cidade e região, desenvolvidos de forma conjunta com o município e a sociedade.

Fortalecimento da gestão municipal

- Assessoramento e capacitação técnica-institucional, com apoio ao Planejamento e Gestão Territorial, à Implantação de Infra-estrutura e Equipamentos Urbanos e Comunitários e à formação de consórcios públicos para estimular a gestão compartilhada.

Articulação intersetorial para o desenvolvimento urbano

- Participação em atividades conjuntas com outras secretarias e órgãos estaduais, com outras secretarias e órgãos federais ou municipais e em conselhos.

Expositor 2

Benito Juncal

Diretor de Planejamento Territorial da Seplan - Papel da rede urbana e dos territórios de identidade na estruturação do desenvolvimento na Bahia

- Registro do processo de discussão da territorialização no âmbito da Secretaria,

principalmente em relação ao PPA, do processo atual de ebulição da participação, principalmente nos territórios rurais organizados, e de contatos com as setoriais, como Cultura e Meio Ambiente, para a construção de uma política territorial para o estado.

- Comentários acerca de mapeamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, do Ministério da Integração, em que se destacam as condições da Bahia, especialmente do semi-árido, por meio de indicadores desfavoráveis quanto a pouca densidade e baixo crescimento demográfico, baixa escolaridade de adolescentes, baixos rendimentos, fraca urbanização.
- Adoção dos Territórios de Identidade pelo novo Governo Estadual, definidos a partir de estudos do MDA e da SEI, considerados como importante base de organização social, destacando-se o fato de que 15 dentre eles já se encontravam em processo de estruturação.
- Discussão da Secretaria com a Comissão Estadual de Territórios/CET e a Comissão Estadual de Agricultura Familiar, considerando-se o processo de divisão territorial do estado para fins de planejamento e gestão como um processo dinâmico, em que se integram outros atores, além da agricultura familiar.
- A intenção é a construção de uma Política de Desenvolvimento Territorial do Estado, conduzida pela Seplan, com as contribuições das demais secretarias.

Os pilares dessa política seriam:

- A Identidade de cada território a partir da sua complexidade interna em termos culturais, sociais, físico-territoriais etc.;
- A coesão territorial;

- A participação social, ainda a ser construída na maioria dos territórios, ressaltando-se o caso dos territórios do Sisal e do Baixo Jacuípe, onde a participação já é forte;
- Transetorialidade, construída no contato com as outras secretarias;
- O dinamismo econômico;
- A equidade social;
- A sustentabilidade.

As diretrizes são:

- Redução das desigualdades econômicas e sociais inter e intraterritoriais;
- Preservação/conservação do patrimônio natural e cultural;
- Integração entre o urbano e o rural;
- Promover a cooperação entre o setor governamental e empreendedores privados;
- Assegurar o acesso aos bens e serviços públicos;
- Garantir o direito à cidade.

E os objetivos estratégicos:

- Integrar os territórios estagnados e deprimidos economicamente;
- Ordenação territorial do Estado da Bahia;
- Promover desconcentração espacial das atividades econômicas e sociais com prioridade de ações no semi-árido;
- Modificar as relações políticas entre o local e o estadual;
- Atingir as metas do milênio;
- Fortalecer as identidades locais.

Os instrumentos da política:

1. Territórios de Identidade

- Conselhos de Desenvolvimento Territorial
- Plano de Desenvolvimento Territorial
- Consórcios Públicos
- Pactos Territoriais de Desenvolvimento;

2. ZEE, concluído no Extremo Sul, Litoral Norte e Oeste;
3. Planejamento participativo;
4. Fundo de Desenvolvimento Territorial, possibilidade ainda em exame;
5. Observatório territorial, com formato ainda em discussão, envolvendo outras secretarias, universidades, sociedade civil, com o objetivo de geração de informações sobre os territórios.

- A idéia é a formação de Conselhos de Desenvolvimento Territorial como instrumentos de condução da política, observando-se as especificidades regionais, como a complexidade da RMS, por exemplo. Esses conselhos elaborariam planos de desenvolvimento territorial, articulados com o planejamento estratégico do governo, evitando-se assim o "paroquialismo" dos territórios.

- Os Consórcios Públicos, criados por lei federal recém aprovada, prevêem a integração de municípios para implantação de políticas públicas comuns. Podem ser um instrumento útil em áreas como os resíduos sólidos, a educação e a saúde.

- A intenção é a construção do PPA por meio de um processo participativo, envolvendo os sujeitos dos territórios.

- Lembrou-se a necessidade de construção de pactos, envolvendo a união, os estados, os municípios e as organizações da sociedade civil, considerando as responsabilidades federativas de todos esses entes.

- Algumas questões foram levantadas quanto à organização do território:

- a posição excêntrica da Bahia com relação à integração da América do Sul;
- a cidade como um território que organiza territórios, as relações interurbanas considerando-se fluxos e redes, no sentido da integração da sociedade, da técnica e da economia no espaço.

- Houve observação quanto à distribuição das cidades estratégicas no território estadual, constatando-se que apenas dois territórios não possuem uma. E questionamentos quanto à forma de trabalhar pequenos e médios centros urbanos, sedes municipais que não são verdadeiramente urbanas, não dispondo dos serviços essenciais, não figurando na política estadual de transportes e infra-estrutura, por exemplo.

Debate

A discussão sobre territórios e cidades tem o atributo de enquadrar os outros temas abordados - indústria, comércio e serviços, agricultura e, principalmente, infra-estrutura e logística.

Questão recorrente

Como compatibilizar a inserção competitiva do estado no mercado nacional e internacional com redução de desigualdades sociais e territoriais? Não só em termos de princípios, mas na coerência entre ações setoriais.

Opção coordenada nas ações para o fim desejado, no sentido de atribuição de diferentes responsabilidades. No mínimo é necessário identificar incongruências entre proposições de secretarias, discutindo-se os juízos de valor subjacentes às proposições surgidas até agora, pois, afinal, não existe técnica neutra.

A integração

- Há coerência entre o que se pensa para o territorial e o urbano, mas o desafio é a articulação e construção de políticas sem superposição de ações.
- Ênfase na transetorialidade, tanto na política urbana quanto na territorial; mas como transformar esse princípio em realidade, no sentido da aproximação entre o discurso e a prática?
- A integração das políticas estaduais é papel da Serin e da Casa Civil. E não

haverá uma superposição entre Seplan e Casa Civil?

- A Casa Civil terá competência de fazer essa integração?
- A Seplan tem o orçamento, poderia buscar a coordenação?
- Não haverá superposição entre a Seplan e a nova Sedir?

As prioridades do novo governo

O projeto do atual governo não é priorizar os pequenos negócios, abandonando os grandes negócios responsáveis pelo crescimento do PIB.

Mas, então, como compatibilizar geração de trabalho, emprego e renda, elevação dos níveis de educação e saúde, com os grandes projetos que dominam o território? Houve crescimento econômico com aumento da desigualdade e queda na capacidade de consumo. A questão atual é como distribuir a riqueza, já que não se justifica tanta pobreza num estado da extensão e da diversidade da Bahia. O economismo característico de nossa prática nesses anos todos e o interesse principal na viabilidade econômica têm grande peso na definição das intervenções a serem realizadas.

O importante no momento atual é não deixar a oportunidade passar e definir o que realmente vai ser importante fazer em quatro anos, para começar um ciclo de mudança que seja sustentável.

Preocupação com a magnitude dos recursos exigidos para os projetos propostos para os quatro anos de governo. Consideração de que os impactos positivos de projetos aparecem em períodos mais largos do que os quatro anos de um governo.

A instância estadual de governo tem cada vez menos atribuições, cada vez menos recursos, exercendo um papel de meio campo entre união e municípios.

A ponta moderna da economia (cerca de 500 empresas) demanda a diminuição do custo Bahia para aumentar sua competitividade, com portos, infra-estrutura, estradas,

ferrovias, hidrovias etc. Os pobres demandam saúde e educação e não há recursos disponíveis no estado, que conta com a boa vontade da União.

O ZEE

Rediscussão dos ZEE realizados no Oeste, no Extremo Sul, e no Litoral Norte. No Oeste foi feito por um consórcio internacional, não considerou territórios, não teve uma abordagem ambiental e não houve participação social. Considerar novo zoneamento ambiental-territorial, a partir de biomas, que pode vir a ser importante como meio de captação de recursos.

A adoção dos Territórios de Identidade

- O novo nesse momento é a adoção dos territórios como instrumento de política regional, já que se escolheu um modelo de desenvolvimento territorial que não foi construído de cima para baixo, que permite um tipo de intervenção que pode ir ao encontro das necessidades de melhoria das condições sociais, combater a falta de visão regional das setoriais, que não fazem esforço para a intervenção regional.
- A adoção dos territórios tem grande vantagem política, no sentido do contato com as raízes, da melhor visualização dos problemas.
- Mas como aliar democracia e eficácia? Há uma preocupação com a fragmentação de demandas, no sentido de que a participação às vezes resulta fragmentada. Os planos de desenvolvimento territorial e urbano não podem ser paroquiais, têm de evitar a falsa participação. O exemplo do programa Faz Cidadão, do governo passado, comprova que a soma de pequenos projetos não levam à emancipação da população.
- Às vezes, as intervenções têm uma espacialização maior do que o terri-

tório, como um hospital regional, um aeroporto, um centro de logística, tornando difícil ater-se sempre à lógica do território.

- A SRH trabalha com bacias hidrográficas e RA das Águas, em escalas maiores que a territorial; o Paraguaçu engloba cinco territórios, uma ferrovia também. Há projetos supra (água) e sub-territoriais (uma APA). Cada política tem sua escala, é necessário sensibilidade para determiná-la, a determinação do calibre de cada política é uma construção delicada e difícil. Vamos viver um período de transição, por exemplo, já tem mais Dires do que territórios, tem que haver boa vontade para adaptações.
- Amarrar políticas nessas estruturas é perigoso, a lógica das políticas setoriais é particular; saúde tem que considerar hierarquia de complexidade de serviços, morbidade, distribuição da população, interconexão entre municípios e não se planeja assim, não há técnicas consolidadas; para o mercado de trabalho não tem sentido trabalhar com município, por exemplo.
- Estabelecer parcerias entre territórios, em alguns casos, gestão de alianças e conflitos.
- Criar representações do Governo Estadual nos territórios, as Casas do Cidadão, facilitando integração de políticas.

O semi-árido

- Como vamos priorizar o semi-árido? Que mecanismos legais e orçamentários, na saúde e na educação, por exemplo, podem garantir essa prioridade?
- O problema do semi-árido já era reconhecido no Estado, essa gestão se propõe a encará-lo e começar a mudar a situação, mas como vai agir para isso?
- O semi-árido não é homogêneo; como abordar as grandes diferenças internas ao semi-árido?

- Precisa, por exemplo, a indução de uma hierarquia urbana no semi-árido, elevação de nível de serviços e infraestrutura, precisa criar um capital regional. A ação do planejamento tem que contrabalançar o desenvolvimento autônomo do mercado
- Em fevereiro foi criado um grupo para elaborar o Plano de Desenvolvimento Territorial do semi-árido - há recursos do PAC, por meio do Ministério da Integração; a questão hídrica é prioridade, a demanda e a oferta no estado.

O observatório

A SDT tem trabalho acumulado para observatório dos territórios rurais desde 2002, quando da construção do Pronaf.

A idéia é a criação de um observatório público não-estatal, o estado sair como indutor, articulando universidades, centros de pesquisa e outras instituições para captação e difusão de informações com imparcialidade, e os territórios têm de indicar o que é importante para eles como informação.

Já se tem densidade de informações econômica, social e ambiental que permite a integração de políticas públicas, mas o estado não articula políticas públicas, não considera a participação da sociedade civil nos territórios.

Síntese parcial do dia

1. Quadro geral

- O princípio geral do novo governo seria uma presença diferente do Estado, a diminuição das desigualdades com participação, a revisão dos grandes negócios sem abandonar o reforço a pequenos negócios.
- O modelo de desenvolvimento adotado dos anos 70 em diante privilegiou a industrialização e o agronegócio, o desenvolvimento exógeno, a concentração espacial da atividade econômica. Hoje a proposta é a inte-

gração em cadeias, o aproveitamento dos recursos naturais, a articulação de diferentes escalas de negócios.

- Necessidade de política tributária para proteger pequenos comerciantes e atacadistas.
- Importância da logística para integração entre negócios e no território nacional.
- Hierarquia urbana para potencializar papel dos serviços, pólos de integração e articulação de pequenos negócios. Necessidade de criar pólos de suporte à agricultura familiar que se distribui em todo o território estadual.
- Implantação de eixos de circulação para integrar a Bahia com outras regiões do Brasil, articulados à rede de cidades e à criação de centros de logística.
- Territórios e cidades, temas estruturais recorrentes: papéis diferenciados dos centros urbanos, reforçar a potencialidade das cidades, redução das desigualdades e integração do território.
- Gestão integrada - integração de políticas públicas.

2. A territorialização

- PPA - alocação de recursos no território; é necessário determinar quais são os espaços onde se vai atuar de forma integrada para pequenos e grandes negócios.
- Determinar papéis estratégicos de cada território para o desenvolvimento da Bahia diante das propostas de desenvolvimento econômico, de infraestrutura etc.
- A RMS é o portal de integração.
- Os territórios devem poder se reconhecer em seus papéis estratégicos. O papel estratégico de cada território tem de ser discutido em escala geral.
- Territórios definem prioridades, pautados nos princípios gerais, e, ao mesmo tempo, alimentam a política do estado: uma via de duas mãos.



Transcrição das apresentações

20.mar/07

Antônio Celso Alves Pereira Filho – Visão estratégica da Secretaria de Indústria e Comércio (SICM)

Eu vim hoje representando o Secretário, com a idéia de dividir com vocês os desafios que nós temos lá na Secretaria – um dos principais órgãos responsáveis por formular as políticas públicas de correção dos problemas na área econômica, identificando muito mais oportunidades do que problemas. E, nesse processo, quanto mais pessoas puderem contribuir, melhor.

Essa iniciativa do Secretário Ronald Lobato é muito bem vinda, e nos ajuda muito, porque sem uma visão macro de onde estamos, para onde queremos levar a economia e a sua população, não conseguiremos nos mover bem. Para isso, precisamos todos da visão do maior número de pessoas possíveis.

Queria agradecer essa iniciativa, antes de tudo. O Geraldo colocou num bate papo que a idéia aqui seria poder externar as preocupações, até porque, em 60 dias de governo, nós estamos aprendendo como melhor trabalhar as informações, como melhor fazer a nossa transversalidade com o programa do governo e encaminhar isso de forma objetiva para virar política pública. Temos alguns pilares construídos, de pensamentos e de idéias, que estão sendo divididos e corroborados dentro do governo, da Secretaria de Planejamento, da Casa Civil e junto à Governadoria, junto ao Governador. Isso vem ocorrendo desde o processo de transição.

O ponto principal que destacamos lá são as centralizações; e centralização vista como um aspecto muito amplo. Centralizações econômicas, que por si só geram centralizações sociais, centralização espacial da economia, nesse Estado que tem dimensões continentais, com dimensão maior do que muitos países da Europa. Um Estado historicamente concentrado. Esse é um problema que nós estamos tentando compreender e atacar. E essa concentração foi colocada nos últimos PPA, dos governos anteriores. Mas o que se viu nos últimos anos, do ponto de vista de incentivos do governo, acabou concentrando ainda mais a economia. Entretanto, grandes projetos, por sua vez, são bem vindos, como ressaltou o Secretário Ronald, mas eles devem ser acompanhados de uma ação de pequenos e médios projetos, não só na área metropolitana de Salvador. A gente tem que tentar enxergar a Bahia no seu total, com o semi-árido, que tem uma grande parte da população vivendo muito próximo dos níveis de pobreza, em uma extensão territorial muito grande.

A meta é a descentralização para poder gerar emprego e renda. Mas, como fazer isso de imediato é uma mágica que a gente ainda não tem. Essa situação é um processo que vem de séculos, e agora está sublimado na forte expansão da política industrial. Anteriormente, foi concentração em cima da cultura agrícola: do cacau e de outras *commodities*. Se você for voltando atrás no tempo, todos os ciclos econômicos que a Bahia viveu foram concentradores de atividades e renda em determinadas regiões, e a maior parte delas dependendo do Comércio, do porto. E, a seguir, vieram os serviços de administração pública, todos concentrados na capital. Nós nascemos assim; Salvador nasceu assim. Não é uma realidade diferente do Brasil, mas na Bahia essa realidade acentuou-se muito, e ao longo dos séculos XIX e XX não evoluiu como nos demais estados do Brasil.

Um primeiro ponto seria então como descentralizar a economia. É isso que nós estamos buscando. Quanto ao foco de atuação, na Secretaria de Indústria e Comércio aparece sempre essa divisão: Indústria\ Mineração, Comércio e Serviços. Na verdade, a gente sabe que do ponto de vista econômico esses setores todos estão interligados, divididos como economia primária, secundária e terciária. Na verdade, a divisão Comércio, Indústria e Serviços tende a ser uma sistematização criada pela natureza da atividade, mas a gente prefere encarar como setor primário, secundário e terciário. E por que isso? Porque não existe Indústria sem Comércio. Ninguém vai comprar nada se não tiver acesso ao mercado. Tampouco, ninguém vai produzir para estocar. Portanto, o acesso a mercados é a questão maior. Pode parecer óbvio, mas nem sempre as coisas acontecem assim. Muitas vezes, vê-se fomento a projetos sem observância da cadeia da geração de valor. Por exemplo, que por uma questão de infra-estrutura ou de renda, projetos em que não se teria comercialização em determinada região, portanto dependentes de meios específicos para

escoar propriamente aquela produção, acabam, mesmo incentivados, em insucesso.

Outro ponto básico é que trabalhamos Indústria, Comércio e Serviço, em nossa Secretaria, de uma forma muito conjunta entre as superintendências, diretorias e autarquias. Nós lá temos as Superintendências de Comércio e Serviços e a de Indústria e Mineração; temos a EBAL, que é uma extensão à parte, mas de grande peso no cotidiano econômico da Bahia, pois é uma rede de distribuição bem pulverizada. Temos também a CBPM, que é a companhia de pesquisa mineral, que faz o mapeamento do nosso subsolo riquíssimo, um dos mais ricos do mundo, mas que ainda não teve transformado o potencial mineral em riqueza social. A Bahia, nesses últimos anos, foi um dos poucos estados que não desmantelou a estrutura de pesquisa mineral. A CBPM foi mantida com seu corpo técnico, apesar de não estar em plena atividade nos últimos três anos. A Bahia tem um trabalho razoavelmente bem feito nesse sentido, e pode melhorar muito mais. A CBPM, agora, tem trabalhado em conjunto com a Superintendência de Mineração da Secretaria para transformar tudo que já está prospectado em riqueza social. Buscar investimentos para organizar novas cadeias de valor. Nesse particular, infra-estrutura é determinante, porque a ocorrência mineral não escolhe local. Ela, por si só, já é uma atividade descentralizada, por ter ocorrência natural ao longo de nosso território.

Não posso deixar de citar também o Ibametro, que faz a normatização de produtos, e o Promo, que é um organismo específico voltado à ampliação de acesso a mercados. Ambos com corpo técnico bastante diferenciado, e que têm apresentado contribuições importantes. A Sudic, que é um braço operacional muito importante, responsável por intervenções em terrenos destinados a instalações industriais e fabris. Esses são os grupos de autarquias que trabalham em conjunto com a superintendência.

Voltando à visão primordial de nosso trabalho, segundo a qual não existe Indústria

sem Comércio, e que não existe Comércio sem Indústria, darei exemplo recente, em que foi assinado o protocolo para exploração do ferro em Caetité. Todo trabalho está sendo pensado com as outras secretarias envolvidas na parte social, cultural, de saúde e educação. Porque a gente sabe que uma injeção de 4 bilhões de dólares, ao longo de 8 anos, na citada região, demanda planejamento urbano – organização do crescimento das cidades. Necessita-se criar todo um setor de Serviços. Na área de Comércio, nós temos ainda muitas dificuldades.

É fundamental saber como a Bahia vem inserindo-se no ambiente econômico do Brasil e no ambiente econômico internacional, de modo a tecer algumas observações pertinentes. Consistentemente, do ponto de vista do produto interno, vê-se crescimento numa série histórica bem auspiciosa. Isso foi, aliás, bastante alardeado, mas sabemos que é uma fotografia do valor dessa produção, estanque e que não vem gerando desenvolvimento social. Basta acompanhar índices como IDH. Não devemos nem podemos dispensar esse crescimento de valor da produção, mas não nele em si como fruto de grandes projetos, exclusivamente. Até mesmo porque eles são de longa maturação, envolvendo custos muito altos, e que, dentro do ambiente fiscal de nosso País, geram disputas impagáveis pelos Estados da Federação.

Nesse particular, a Bahia criou uma política fiscal nos governos anteriores dirigida para firmar seu princípio de que a internacionalização da economia baiana seria a única forma de se fazer o produto interno crescer, por intermédio de grandes grupos e seus grandes empreendimentos, quase sempre formados com 100% de capital internacional. A gente identificou que isso é um mal, se cuidados não são tomados ao longo do processo de implantação dos mesmos. Não vamos nem podemos nos fechar aos grandes empreendimentos, desde que a cadeia completa de valor seja levada em conta, usando esse empreendimento internacional como fomen-

to para empresas pequenas e médias da Bahia. A FORD mundial olha pra FORD da Bahia, porém continuamos comprando fora, em São Paulo, o grampo que prende o forro do carro. Será que não deveríamos produzir isso aqui? Qual seria o impedimento para tal ação? Com certeza sim! Fazer isso significa estimular as pequenas... A gente sabe que a Ford tem um processo de aprovação de fornecedores muito seletivo, muito excludente. São demandas que muitos dos nossos pequenos empresários não têm condição de atender. A idéia é procurar quais são esses gargalos e tentar resolver.

O Sebrae tem um trabalho feito especificamente para certificar fornecedores para esse complexo automotivo montado em Camaçari. Esse é um exemplo do que se pode fazer, essa é a discussão aqui, esse é o caminho. Temos, assim, clara noção que para descentralizar, não devemos perder competitividade em relação aos grandes empreendimentos (demais Estados), queremos tratá-los de uma forma mais abrangente. Temos que estudar o que existe hoje como conjunto de políticas de incentivo e buscar detalhes para propor alterações nessa lei, contudo, sem perder competitividade. Para as demais unidades da Federação, que não São Paulo, detentor de 50% do parque industrial nacional, é muito difícil trazer uma empresa para funcionar aqui e abastecer o mercado de lá, do Sul-Sudeste. Os custos de logística são muito críticos em relação à formação de preços da Indústria fora de São Paulo, por conta da distância e das péssimas condições por altos fretes rodoviários. Entretanto, na Bahia, existe sim a marca "Bahia" de atratividade, capaz de ajudar a trazer novos empreendimentos.

Há, em nosso Estado, entidades muito organizadas que têm diagnósticos apurados dos problemas atuais referentes ao crescimento de nossa economia.. Cito expressamente a Associação Comercial da Bahia, que é a mais antiga do Brasil, a Federação das Associações Comerciais, a Confederação Nacional, a FIEB, a CDL, o Sindicato dos

Lojistas. Porém, no caso do Comércio, diferentemente da Indústria, o discurso é muito pulverizado. Nossa Secretaria pretende, logo num primeiro momento, reunir essas entidades todas e aprimorar a interlocução, unificando o discurso das classes empresariais e patronais em uma única voz..

Aliás, temos discutido profundamente em conjunto, chegando à conclusão de que não se resolvem, a longo prazo, as dificuldades da população carente ao se distribuir renda artificialmente. Sem criar as devidas condições de sustentabilidade da atividade econômica – logística e infra-estrutura, rede de pontos-de-venda –, lá na ponta de comercialização vai haver desabastecimento. O mercado é uma entidade maior, portanto, deve ser desenvolvido e estimulado. Não adianta ter os recursos circulando, dinheiro, se não tem as mercadorias, não estão lá disponíveis ao pronto consumo; não adianta também disponibilizar mercadorias se não houver consumo, essa é a ordem.

A gente sabe que a vitalidade da economia está no Comércio e nos Serviços. Não se pode depender apenas do setor industrial. Todavia, o Comércio hoje é muito sacrificado, muito sacrificado mesmo! Existe uma estrutura tributária muito agressiva em cima do Comércio, que penaliza muito essa atividade intermediária, mas fundamental. As demandas em torno do comerciante são inúmeras: investir na modernização do seu ponto-de-venda, no treinamento de pessoal. As pequenas redes de mercados estão muito pressionadas por esses custos. Adicionalmente, a antecipação tributária os penaliza ainda mais. Aqui em nosso Estado, todas as mercadorias que o Comércio distribui e que não são fabricadas na Bahia – mais de 60 % do total comercializado –,

quando chegam à fronteira tem de ter recolhido o ICMS na frente, nas barreiras, ou seja, a mercadoria nem chegou ao estoque do comerciante e ele já tem que dispor desse valor.

Outro problema é que a maior parte dessas mercadorias já vem carregando a substituição tributária, o ICMS já vem cotado e cobrado na ponta. Então, a substituição tributária e a antecipação tributária oneram por demais o pequeno comerciante.

Em sua estrutura de negócio, o Comércio tem no capital de giro seu gargalo maior. Há pouco acesso ao crédito. Esse é o painel que estamos montando para mostrar as dificuldades enfrentadas pelos pequenos empresários com seus mercadinhos espalhados por todo o território da Bahia. É bom lembrar que nada é feito no Comércio que não seja transferido para a ponta. Então, são as populações mais pobres e carentes que acabam pagando muito mais. Essa é a noção. O comerciante vai sempre tentar recuperar os custos na recomposição de sua margem operacional.

Para concluir, resumo que falamos aqui: da inserção da Bahia na economia brasileira e internacional; que não podemos dispensar os grandes empreendimentos; que desconcentrar é a solução para gerar emprego e renda, via pequenos empreendimentos por toda a Bahia, que reside exatamente aí a força dos setores de Comércio e de Serviços; que devemos diminuir a pressão sobre as pequenas empresas, em complemento aos grandes projetos nas grandes cadeias de valor da Bahia; que não se deve pensar apenas nas exportações; que temos que olhar para o mercado interno; e que devemos aproveitar as oportunidades na Mineração.

Paulo Henrique Almeida – Setores e espaços estratégicos do comércio e dos serviços

O Hamilton tem razão, mas é preciso a gente compreender o porquê ele tem razão. Não sei se vocês viram, mas há alguns dias saiu uma matéria sobre a Vale do Rio Doce, no Valor ou na Gazeta Mercantil, em que a Vale anunciava que ia voltar a comprar navio para ter uma frota própria, porque apesar do preço extraordinário do minério de ferro, como de outras matérias-primas no comércio internacional, a Vale calcula que 50% do valor do minério de ferro no mercado mundial é frete, é logística. Então, do mesmo jeito que ela tinha investido no transporte ferroviário, nesses últimos anos, a ponto de criar uma subsidiária – se não me engano – e de alguns até apontarem uma tendência, que é até uma tendência real e que neste momento só está mascarada pelas cotações, mas a Vale do Rio Doce está se transformando numa empresa de serviços, como a White Martins aqui e várias outras tradicionais empresas industriais. Sabendo disso, ela fez os investimentos nas ferrovias, ela é também uma companhia de logística e agora se lança o desafio – como a Petrobras também – de remontar a frota, porque o valor não está no ferro, o valor está no serviço que você cola ao minério. Então, estrategicamente, ela tem uma perfeita noção disso.

A minha tese básica é a seguinte: nós estamos indo para uma economia pós-industrial, isso não significa dizer que a gente já está nela, isso não significa dizer que a gente não precisa de indústria. Uma estratégia industrial é importante e, eventualmente, pode ser até o centro. Mas a gente não vai entender o que é indústria no século XXI se a gente não entender que essa indústria é uma indústria fragmenta, flexibilizada, terceirizada, que vive de contratação de serviços. E que as empresas industriais que a gente conheceu no passado tendem a se transformar em empresas produtoras de serviços ou simples gestoras de marcas. Então, para a gente ter indústria, é preciso que a gente tenha estratégia de serviços. Essa que é a tese.

A outra coisa que passou aí rapidinho é discutir melhor essa coisa das transferências. Nos últimos anos, a gente viu uma série de artigos e livros falando da economia sem produção de pequenos municípios do Nordeste. Quando a gente ouve falar em transferência, a gente pensa nesse tipo de discurso: são municípios que não possuem atividade econômica nenhuma, a não ser a renda dos aposentados e agora o bolsa família. Tudo bem, isso existe. Agora o município que mais depende de transferência no Brasil é Santos. E Santos não é exata-

mente um município do Nordeste. É um centro industrial, maior porto do País e da América Latina. É o contrário. Não associe a transferência ao passado e à pobreza, a transferência é o futuro. A transferência é apenas um dos outros lados da financeirização da economia mundial. Quanto mais financeirizada, quanto mais avançada ela for – porque a gente tem que abandonar um certo discurso da extrema esquerda, que vê na financeirização a putrefação do sistema, tipo Lênin – não é bem assim não; a financeirização é o desenvolvimento do sistema. Um dos lados dessa financeirização, que é resultado de uma produtividade de trabalho gigantesca, que produz massas e massas de recursos – boa parte deles centralizados pelo Estado –, um desses lados é o poder enorme das transferências, sobretudo das aposentadorias, mas também dos gastos de custeio federal, estadual, dos investimentos em universidades, do bolsa família inclusive. Murilo, que estava meio cético quanto a isso, não sei se ele já mudou de opinião, mas há pouco tempo atrás ele tinha ficado de boca aberta diante do peso das transferências. Eu tenho dito que a tarefa do prefeito não é apenas atrair indústria, mas também sair atrás das transferências. Porque o prefeito quando expande o PSF (Programa de Saúde da Família), isso não é só melhoria da saúde imediata da população, mas é injeção de recursos na economia e da melhor forma possível, porque bolsa família, PSF etc., entram como salário, que vai ser transformado em compra de supermercado, e isso gira a economia como um todo. É muito melhor o bolsa família em Jequié do que uma nova fábrica de sapatos. Eu já fiz as contas, a maior fábrica de sapatos de Jequié impacta menos na economia de Jequié do que o conjunto de programas sociais do Governo Federal, incluindo o bolsa família. Se você somar o bolsa família e os outros programas, dá mais do que a fábrica em termos de recursos injetados no município. Isso é o capitalismo do século XXI,

são as transferências. Qualquer cidade balneária atrai isso.

Estou fazendo um trabalho para a Secretaria de Planejamento que me deixou muito contente; Armando Avena encomendou esse estudo e pela primeira vez na história da Seplan um trabalho sobre serviços foi encomendado. Fique satisfeito, fiquei feliz. Uma batalha de 11 anos pra levar o pessoal a sair do mantra: “atração de indústria, atração de indústria”. Ainda não dei a batalha por vencida, mas já estou iniciando outra, agora é colocar cultura na agenda. Essa batalha vai ser de 10 anos, no mínimo, mas vamos lá. A idéia é essa. Há uma transição evidente para os serviços, isso já vem sendo discutido há 50 anos. Você pode contestar se essa transição existe do ponto de vista do produto, a depender do cálculo do produto: valor constante e valor corrente, essa situação não aparece. Mas do ponto de vista da ocupação, do emprego, não existe o que discutir. Na economia americana, hoje, de cada 100 empregos gerados, 96 estão nos serviços.

Essa é uma tendência na Europa e no mundo inteiro. Se a proposta é gerar emprego, isso não se discute. Dizer que vai gerar emprego com empreendimento industrial é mentir, e é uma mentira que está aí há 16 anos. O que aconteceu com a economia baiana é que ela vinha como quase toda economia do mundo inteiro, ela vinha com aquela tendência normal: a agricultura perdendo peso no PIB; a indústria tinha chegado a um auge e estava declinando; e os serviços que vinham se expandindo, não só na ocupação como, também, no PIB. Aí veio essa nova onda de expansão industrial, atração dessa indústria nômade que migrou nos últimos 20 anos pra cá. A Bahia, de certo ponto de vista, se *achinesou*, enquanto as economias desenvolvidas típicas – inclusive, reparem, os tigres asiáticos – estão fazendo transição para os serviços. Até os próprios governos dos “tigres”, cientes disso, começam a pensar estratégias para desenvolver servi-

ços, e a Bahia vai acompanhando a China, a Indonésia. A Bahia se *achinesou*, o que é que isso? Você tem uma hiper expansão industrial do PIB, mas atrofia no que se refere ao social, aos serviços.

A divisão internacional do trabalho está mudando nos últimos anos. Nós éramos especializados em matéria-prima e os países ricos eram industrializados; os ricos estão transferindo a indústria para cá e se especializando naquilo que tem valor: serviços superiores, conhecimento e cultura. Jogam tudo que polui para a periferia, e tudo de salário barato para a periferia. O que acontece com a China é o que acontece com a Bahia em escala nacional. É você tirar uma fábrica de calçados do Sul que paga salário mínimo e meio e trazer pra cá com salário mínimo. Em seguida, não dão margem à criação de sindicatos fortes, para o salário ficar naquele piso básico, que é indispensável para a sobrevivência dele. Um salário mínimo em Jequié; quando o cara não falta nenhum dia de trabalho ele ganha uma cesta básica. Pois bem, tem um lado da moeda que é essa hiperindustrialização.

O outro lado da moeda é que falta serviço no Estado. O pouco investimento que o Estado poderia fazer foi concentrado na infra-estrutura da indústria, com a industrialização baseada no incentivo fiscal. O problema não é tanto o incentivo fiscal, o problema é, sobretudo, o engessamento da capacidade de investimento do Estado, que já é extremamente limitada em função de todas as granas carimbadas que o Estado já tem com educação, saúde etc., a despesa vinculada, a folha de pagamento. Aí você não tem universidade, não tem escola de 2º grau decente, não tem logística, não tem estrada, não tem hospital, não tem nada mais.

O retrato mais caricatural disso é Camaçari. Camaçari é o segundo maior pólo industrial do Nort-Nordeste, só perde para Manaus; é o maior PIB municipal da Bahia – ultrapassou, nos últimos 2 anos, segun-

do cálculo de vocês, Salvador –, mas, no entanto, é uma cidade que não tem um restaurante aberto depois das 10 horas da noite que mereça essa nome, não tem um hotel executivo, e só a FORD garante 10.000 diárias por ano, e o pessoal vem se hospedar em Salvador, porque Camaçari não tem um hotel decente; não tem rede hospitalar suficiente, as escolas têm um nível de ensino totalmente deteriorado, as estradas nem se fala. Essa é a situação. Salvador agradece, porque se Camaçari começar a desenvolver o setor de serviços, Salvador “dança”. Se a indústria resolvesse o problema de desemprego, Camaçari deveria ter uma taxa menor do que a de Salvador, mas não tem. Pode pegar a série da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego). O desemprego é sistematicamente maior em Camaçari. Certo, a imigração atraída pela indução do emprego industrial, a população cresceu. Mas abra os dados da PED e faça um estudo mais sofisticado, veja, por exemplo, que a taxa de desemprego em terceiro grau em Camaçari é muito maior do que a de Salvador. Por uma razão muito simples: não existe emprego de terceiro grau em Camaçari; quase todo o emprego é de segundo grau para baixo. É culpa de uma política obcecada e imediatista de atração de indústria. Veja-se o desemprego das mulheres em Camaçari. Como a indústria emprega – basicamente – homens, as mulheres ficam sem ter o que fazer.

Vamos adiante. O objetivo da apresentação era localizar os pólos dos serviços no Estado. Então, qual é a questão? Alguns tabus que precisamos quebrar:

- 1) serviços são exportáveis; corte de cabelo ainda não é exportável. Mas nós não estamos falando em corte de cabelo, estamos falando de telecomunicação, de logística, serviços de engenharia etc. Os serviços são exportáveis. 1/3 das exportações americanas é de serviços. O Brasil tem saldo comercial nas exportações de mercadorias, mas

continuamos tendo déficit na exportação de serviço. Daí a preocupação com a situação da Varig, só ela garantia 1 bilhão de dólares em saldo na exportação de serviços;

- 2) a indústria e agricultura dependem, cada vez mais, dos serviços terceirizados. Então, exportação de ferro é logística; assistência técnica, crédito etc. são logística. Vocês viram, o Lula foi inaugurar a fábrica de biodiesel e a estrada está no barro, o governo não pode cumprir a promessa de asfaltar, aí não dá, né? Uma empresa de biodiesel, no semi-árido, no barro!! Graças a Deus que não chove;
- 3) as organizações de serviços são as principais agentes de transferência tecnológica; é claro que o grosso da inovação tecnológica *hard*, em sentido estrito, ainda está na indústria. Agora, quem difunde, quem passa isso adiante são as organizações de serviços. As empresas podem desenvolver novas tecnologias, mas quem passa para o conjunto da economia são as empresas de informática, de consultoria, de assistência técnica etc.

Se a gente for pensando assim, a gente pode sair do mantra "atração indústria!", do velho modelo: economia de serviços é local, quem exporta é a indústria. Sair desse discurso simplista. Estava assistindo à propaganda eleitoral – eu curto, sou masoquista – aí, de repente, apareceu isso, não era exatamente essa, mas propagando dizia isso "nossa proposta é essa, nós atraímos uma fábrica, e a renda gerada numa fábrica vai desenvolver os serviços". E aí o que parecia como serviço era o barzinho; fiquei chocado. Os caras vão trabalhar 10 horas na fábrica e depois vão para o bar beber para esquecer que são operários! Eu pensei, não pode ser assim, aquela idéia: você bota a indústria e os serviços vão surgindo como cogumelo, por geração espontânea, a reboque da indústria. Nenhum plano, nenhuma proposta, nenhum incentivo fiscal para

os serviços. Nesse tipo de visão, uma das ilusões é achar que a FORD de Camaçari é a FORD do ABC Paulista dos anos 50; não vai, a quantidade de emprego é menor, a proposta da empresa é outra, a articulação internacional é outra, o abastecimento é global. Eu vi uma entrevista com o presidente de uma dessas empresas de pneus em Camaçari, pouco antes da inauguração. O repórter pergunta assim: "*o senhor vai usar a matéria-prima do pólo petroquímico?*" Ele responde "*eu não, eu compro a matéria onde estiver mais barata, se o navio chegar aqui com borracha do Japão e for mais barata, eu estou comprando*". O problema é esse.

O BNDES fez estudos há uns anos atrás sobre quais indústrias têm efeito multiplicador de geração de emprego; a que tem maior poder de geração de emprego é a agroindústria. A que tem menor, eu não me lembro. A segunda, em termos de menor impacto, é a indústria automobilística. Parece um contra senso, mas não é. Vamos adiante. Acho que isso aqui já é consenso, se você quiser atrair indústria, você tem que ter cada vez mais a construção da rede de serviços, que se tornará importante para atração da indústria. O peso das transferências também é importante. Por exemplo, em Jequié, a principal fábrica da cidade emprega cerca de 2.000 operários ganhando um salário mínimo ou um pouco mais; então, se você arredondar aí a conta, 2.000 vezes 500 reais por mês, dá 1 milhão por mês; arredonda aí com o 13º salário, a fábrica injeta cerca de 15 milhões por ano em Jequié. Ela não compra um prego em Jequié, ela não usa couro de Jequié, então o impacto dela é esse. Como ela não paga nenhum imposto, o galpão é cedido pela prefeitura etc., o impacto é basicamente salários. Ok, tem que conversar com o prefeito, reconhecer que atrair indústria é legal, mas é importante também sair atrás da expansão do PSF, do bolsa família, porque isso não é assistência social apenas, é economia.

Um estudo do PNUD diz que, em 2000, 11% da renda de Camaçari era oriunda de transferências, em Salvador era 15%. Digo mais, se boa parte disso é aposentadoria e SUS, quanto mais envelhecer a população, maior o peso da saúde e da aposentadoria nas transferências.

Aí temos uma definição dos segmentos que seriam estratégicos. Qual é o pulo do gato? É ver que os serviços não crescem a reboque e que determinados serviços considerados sociais, eles não são mais sociais no século XXI, eles são vetores de desenvolvimento econômico. Não adianta você falar apenas que acredita que nós estamos indo para uma economia do conhecimento; tudo bem, mas tire as conseqüências disso. E aí nós precisamos de uma política de expansão do ensino técnico e superior, urgentíssimo, até pelo desastre do que foi a não expansão do ensino federal, do CEFET, na Bahia nos últimos 40 anos. Em Minas, se você sair andando, você tropeça numa universidade federal. Serviços de saúde: aí você compara Conquista com Jequié ou Camaçari; Conquista não só atrai o consumidor de saúde privada como ela atrai uma injeção de recursos via SUS, muito superior à de Camaçari. É claro que Conquista vai bem agora por ter virado uma cidade universitária, de fato. Tem cerca de 12.000 estudantes universitários, dos quais 6.000 são de fora da cidade. Quanto uma família de um menino desses coloca em Conquista por mês? Na pior das hipóteses, mil reais por mês, mil vezes 6.000, você tem 6 milhões. Se o menino ficar 10 meses em Conquista, você tem 60 milhões de injeção de recursos, da melhor forma possível: pagamento de aluguel e pagamento de supermercado (e você já vê isso refletido no preço dos imóveis). O fato de ter se tornado uma cidade universitária encareceu os aluguéis, abriu mercado para a construção civil residencial. Conquista passou a ser exportadora de serviços universitários.

Mas isso não é o mais importante; o mais importante são os chamados serviços

prestados a empresas. Todos os estudos realizados na Europa e EUA mostram a mesma coisa: alguns setores se expandem mais rapidamente. O filé é o serviço empresarial, e dentro dos serviços empresariais estão os intensivos em conhecimento. Isso não é para qualquer cidade, isso é para metrópole. Mas aí você desenha uma estratégia para Salvador e RMS, que o Secretário Ronald Lobato e o pessoal do planejamento já incluíram na estratégia, que é transformar Salvador no principal pólo de serviços empresariais do Norte-Nordeste. O que significa isso? Serviços jurídicos, engenharia, arquitetura, decoração, que são o coração da cidade. Comércio: tão importante quanto atrair uma indústria, ou mais, é implantar um bom shopping center regional; você segura a renda na cidade e atrai consumidor de fora que vai gerar renda para a cidade. No marxismo muito ortodoxo, o comércio é improdutivo e vive da renda gerada na indústria. Não é assim. Isso é leitura equivocada de Marx. O Comércio real envolve logística, embalagem e até trabalho industrial. O impacto de um mega shopping center, como esse Salvador Shopping, é gigantesco.

Nunca tivemos uma Secretaria de Indústria e Comércio; aquele Comércio ali era só pra disfarçar a ausência de qualquer política para os serviços; essa é a chance agora, termos uma Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços.

Vamos adiante. A prefeitura de Camaçari gasta um valor enorme com transporte de estudantes para universidades em Salvador e Lauro de Freitas, simplesmente porque Camaçari não dispõe de uma faculdade decente; temos o campo da Uneb, mas é bem pequeno.

Um outro problema que a gente identificou, vocês se lembram, os mais velhos é claro, do impasse baiano de que não havia turismo porque não havia hotel e não havia hotel porque não havia turismo. Aí o Estado veio e implantou a primeira rede hoteleira, hotel estatal. O pró-

prio Hotel da Bahia, ali no campo grande, nasceu estatal. Então o Estado vai ter que fazer alguma coisa para resolver esse impasse em outras áreas. Vocês passam uma boa parte do tempo reunidos, isso é comum, porque é típico do trabalho intelectual, imaterial, pós-industrial. Então você precisa de local para eventos, convenções, reuniões. Com exceção de Conquista, nenhuma outra cidade no interior da Bahia, tem um hotel assim, não precisa ser 5 estrelas, não: basta que seja 3 estrelas, que tenha um salão de convenções decente, com data show. Não tem, e quando tem é micro escala e não dá para reunir 200 pessoas num lugar. Um centro de convenções, que Camaçari vai inaugurar só agora, em geral, não existe. Então usaram os centros de cultura como centro de convenções, porque não tem centro de convenções. Quem está acompanhando sabe da escassez desse tipo de equipamento em Salvador, que não tem esse tipo de equipamento, porque não existe espaço para eventos de porte médio.

Então esse é outro problema, a modernização do comércio, tanto do comércio de rua como o comércio de shopping e, sobretudo, os centros de distribuição, logística. Justiça seja feita, o governo passado teve política de incentivo a serviços em dois setores: turismo – larga tradição de 30 anos, e é por isso que a gente tem esse desenvolvimento de turismo hoje – e política de atração de *call centers* para Salvador, com abatimento fiscal. Não foi na onda de atração de centros de distribuição, como em Goiânia, Brasília, Recife; só mais tarde entrou, mas não surtiu muito efeito, atraímos agora a AVON. Precisamos de política para modificar a política de serviços, estamos discutindo isso agora em Camaçari.

Comentário – As pessoas sempre acham que a política de incentivos fiscais por parte do Estado resolve toda a parte de encaminhamento de novos projetos, e não é assim: tem vocações, tem potencialidades,

tem cultura, e isso é uma contribuição que a gente tem tentado dar, mas determinadas coisas têm que ser revistas, sobretudo, no comércio.

Paulo Henrique Almeida – Eu concordo com você, a luta é para substituir a política de incentivos por uma estratégia mais inteligente. Desenvolvimento de serviços empresariais. Você chega em Camaçari e a prefeitura tem um política de incentivos fiscais que reduz o ISS para empresas de serviços que geram emprego; o que se consegue, em tese, atrair para Camaçari? Empresa de terceirização de mão-de-obra, empresa de vigilância. Isso não interessa. Se vocês querem dar incentivo com o ISS, no limite de 2%, façam como Campinas, como Belo Horizonte, ofereçam para as áreas tecnológicas, as que ofertam serviços de engenharia, serviços de saúde sofisticados, que é o que interessa atrair. Não serviço de terceirização de mão-de-obra, porque isso reproduz apenas a estrutura social que você já tem. Começa a parte mais complicada do estudo, uma hora dessa eu termino, vocês têm políticas de apoio à oferta, políticas de incentivo à demanda e uma política mais barata de desenvolvimento de mercados.

Que é o que eu defendo que a gente deveria fazer na Bahia? Para fechar, há anos que eu venho insistindo com o Governo da Bahia: nós não temos um cadastro das organizações de serviços na Bahia. Temos cadastro industrial, cadastro comercial, mas a gente não sabe que ali no Comércio existem empresas que produzem softwares, que faturam 30, 40 milhões e você não sabe que existe e com isso você não consegue nem se reunir com as pessoas. A primeira coisa a fazer é criar um cadastro, num modelo mais sofisticado do que a FIEB fez com a indústria. Estudos setoriais, serviço de intermediação para a oferta e a demanda a partir do cadastro; investir em informação e treinamento. Existem carências gigantescas nessas áreas.

as de serviços, numa formação transversal, numa economia de serviços você tem que aprender a prestar serviços. Do mesmo jeito que existe uma iniciativa como o Instituto de Hospitalidade, porque baiano, fora da mitologia, não entende nada de hospitalidade, é um papo furado. Não sa-

bemos servir e nem trabalhar em serviços. E precisamos ainda de capacitação específica para as especialidades: logística, direito especializado, design etc.

Obrigado. O desafio agora é colocar a cultura na agenda. Mas isso deixaremos para outra oportunidade.



22.mar/07

José Mário Carvalho – Visão estratégica da Secretaria de Agricultura (SEAGRI)

Boa tarde a todos. Como o Dr. Geraldo falou, minha função aqui é tentar dar algumas pistas. Uma panorâmica do contexto do agromercado.

Começo pelo Brasil, dando algumas perspectivas, e depois me dirijo à Bahia. Então vamos lá? Quais são os 10 maiores problemas da humanidade, nos próximos 50 anos? Em 2003, nós tínhamos uma população 6,3 bilhões de pessoas, a expectativa é que em 2050 tenhamos 10 bilhões de pessoas. Os problemas da humanidade: energia, água, alimentos, meio ambiente, pobreza, educação, democracia, população, doenças, terrorismos e guerras. Quais as grandes tendências? Primeiro as tendências demográficas: aumento da população mundial; população urbana maior do que a rural – nos países desenvolvidos você já observa isso; mudança nos hábitos alimentares – hoje em dia, por terem que trabalhar distante das moradias, as pessoas comem muito enlatado, produtos semi-elaborados; e envelhecimento da população. Tendências econômicas: crescimento da economia mundial e a liberalização do comércio internacional. As tendências tecnológicas: o avanço da biotecnologia. Tendências ambientais: a utilização de práticas conservacionistas, agricultura agroflorestal, reflorestamento e escassez de água. Degradação ambiental: globalmente falando, 40% das áreas de cultivo já estão degradadas; de 20 % a 30% das florestas já foram derrubadas; 40% dos estoques de peixes já estão explorados; 70% da água são usados para irrigação. E as mudanças climáticas, tão alardeadas. O aumento da temperatura da Terra irá afetar a agricultura tropical, o que vai trazer uma redução nas produtividades.

Com todo esse panorama, o Brasil é o único país do mundo que ainda pode crescer mais de 100 milhões de hectares de área plantada sem derrubar uma única árvore da floresta amazônica. Produção com sustentabilidade: a área total do Brasil é de 851 milhões de hectares, dos quais 463 milhões de hectares o Brasil não pode produzir, porque temos a floresta amazônica, as pastagens, as áreas protegidas, as áreas com culturas anuais, as culturas permanentes, os centros urbanos, os rios, as estradas, as florestas cultivadas. 282 milhões de hectares é a área que nós produzimos e ainda temos 106 milhões de hectares onde podemos avançar. Uma coisa importante é que o Brasil é o país que menos subsidia a agricultura. No Brasil, só 3% da

agricultura são subsidiados, ou seja, todo esse *boom* do agronegócio se deve à tecnologia.

O agronegócio cresceu e deu grandes contribuições para o Brasil. Em 2006, o agronegócio foi responsável por 33% do PIB. Eu quero chamar atenção disso, o IBGE publicou uma nova estimativa do PIB nacional e, então, talvez tenha alguma alteração. As exportações contribuíram com 40% e 30% dos empregos gerados pela agricultura.

E na Bahia, como é o agronegócio na Bahia? A Bahia rural tem uma população de 4,6 milhões de pessoas, isso segundo dados do IBGE em 2006, a maior do Brasil; uma extensão territorial de 56 milhões de hectares, 20 milhões ocupados com a agropecuária; 7,2 milhões de áreas de vegetação natural; 5 milhões de terras disponíveis e 699.000 estabelecimentos rurais. Esses dados são anteriores ao censo que o IBGE deverá começar no final de abril. A população na Bahia, 33% na área rural e 67% na área urbana, a maior população rural do País.

Na Bahia, dos 417 municípios, 17 estão no cerrado, 257 na região do semi-árido – 2/3 do nosso território – e 143 municípios estão na Mata Atlântica. Como é a distribuição do agronegócio na Bahia? Ele se desenvolveu através das cidades pólo, e se vocês olharem direito no mapa vão ver que temos o pólo de Juazeiro, com fruticultura, vinho; o pólo de Barreiras e Luis Eduardo, com a produção intensiva de grãos; Feira de Santana, com carnes; Teixeira de Freitas, com celulose, café; (Recentemente a Secretaria elaborou um estudo que constatou a existência de 600.000 hectares propícios para a produção de etanol. Já existem duas usinas. Uma está sendo implantada e a outra já está operando, para a produção de etanol.) Guanambi, com algodão; Paulo Afonso, com piscicultura etc.

Então, se vocês observarem, o desenvolvimento da agricultura no Estado foi através de cidades pólo. Participação percentual do agronegócio no PIB da Bahia; é um estudo que a secretaria vem realizando há

3 anos. Um convênio com a FIPE, onde temos o professor Joaquim Guilhoto, ele trabalha também para a CNA, onde faz uma mensuração do PIB do agronegócio. O PIB do agronegócio envolve a parte de insumos, agropecuária, a indústria e distribuição. O que tem importante aí é que 27,5 bilhões é, praticamente, a participação do PIB do agronegócio do Estado da Bahia. A partir de 2000, o agronegócio passa a ter uma importância maior na economia do Estado. E a contribuição relativa é em torno de 27%. No ano de 2006 tivemos um recuo por conta dos efeitos climáticos e da queda no preço da soja. A pecuária teve uma queda menor, mas na agricultura tivemos uma queda significativa.

O VBP do Estado sofreu influência, sobretudo, na parte agrícola e tivemos um VBP de 15,33 bilhões, um crescimento real de 125% nos últimos 12 anos. Crescemos a uma taxa média de 7%. E qual a composição desse VBP? Grãos, 27%; frutas, 16%; pecuária, 11%; silvicultura, 5%; avicultura, 4%; extração vegetal, 4%; horticultura, 1%; e outras lavouras, 25%.

E as exportações? O agronegócio, em 2006, participou com 1,7 bilhão, 27% das exportações do Estado foram oriundas do agronegócio. E quais os segmentos? Papel e celulose: tivemos uma variação percentual de 65%, em 2006; o complexo soja, por conta das condições climáticas e dos preços das *commodities* no mercado internacional, tivemos uma variação negativa, mas mesmo assim a soja continua em segundo lugar; o cacau, houve uma redução de 7%; café, tivemos um crescimento expressivo de 24,8%. Produção vegetal (Eu vou correr. São 67 telas e vai demorar muito pra passar): algodão contribui com 29% da produção nacional de algodão e 92% da produção do Nordeste. Na última palestra alguém citou que comparar com o Nordeste é uma covardia, coisa que não se deve fazer. Milho, tivemos uma redução, por conta dos preços praticados em 2006, os produtores saíram prejudicados, a cotação foi muito

baixa. Talvez agora, com essa produção do etanol nos EUA, essa cotação se eleve. Para 2007, vamos colher um safra muito maior. É bom esclarecer que não região Oeste temos propriedades que colhem 10.000 quilos de milho por hectare, produtividade altíssima. Mamona, a Bahia detém 73%, em que pese a produção do biodiesel. Feijão, a Bahia é o quarto produtor. Trigo, é uma área pequena, mas segundo a Conab é uma das maiores produtividades do País. O que acontece com o trigo é uma coisa muito interessante, porque não região da Chapada as pessoas deixavam a terra em *pousio* após a colheita, e através de uma parceria com M Dias Branco começou a ser introduzido o trigo; e nós temos aproximadamente 400 hectares de trigo na Chapada. Produção de manga, a Bahia é o primeiro produtor de manga do Brasil, corresponde a 32%; uva, sobretudo a uva sem semente, a Bahia é o quarto produtor; citrus, somos o segundo produtor, atrás de São Paulo. Mamão, a Bahia é o maior produtor, em que pese o Espírito Santo ser o maior exportador, mas a Bahia colheu 706.000 toneladas, já estamos exportando para os EUA e Europa.

Qual o ranking nacional da produção? Primeiro produtor de manga, mamão, coco, sisal, mamona, cacau e guaraná. Segundo produtor de mandioca, banana e algodão. Cebola, terceiro. Café e uva, quarto. Produção animal: a Bahia tem um rebanho de 10,9 milhões de cabeças, é o maior do Nordeste. A Bahia já tem a capacidade de abate de 7.400 cabeças/dia, isso tudo por conta da instalação de alguns frigoríficos. Leite, um bilhão de litros, 3,2% da produção nacional. Caprinos, o maior rebanho do País, 4,79%; bovino, o segundo maior, com 3,73%. Evolução da carne de frango, aqui merece um comentário, a Bahia era um estado extremamente importador, ainda permanece importador, mas em torno de 32%.

Indicador de irrigação: saímos de 30.000 hectares para 372.000, em 30 anos. Consumo de fertilizantes, a Bahia teve um cres-

cimento de 16%, o consumo baiano de 2005 cresceu, isso é um forte indicador de crescimento.

Foram aplicados em crédito rural 1,3 bilhão (2006). Quais são os setores dinâmicos? Só para citar alguns exemplos, temos o Oeste Baiano e a Bacia do Rio Corrente. O Governo do Estado dividiu a Bahia em 26 Territórios de Identidade. Grãos, 77%; frutas, 5%; pecuária, 17,8%; café, 27,5%. O café da Chapada, que é produzido por pequenos agricultores e tem recebido os maiores prêmios de qualidade nacional, contribui com 27%.

Política agrícola: quais são os fundamentos da política agrícola? A inclusão socioeconômica, internacionalização do agronegócio baiano, atração de investimentos, adensamento das cadeias produtivas e uma integração intragovernamental. Quais são as estratégias da política agrícola? Incentivos fiscais; identificação de oportunidades; articulação com os agentes financeiros; organização e capacitação dos agricultores; geração e difusão de tecnologias, através da EBDA; e aperfeiçoamento da legislação.

Quais são os desafios? Primeiro, o protecionismo mundial – a proteção às *commodities*, sobretudo; a modernização da infra-estrutura – o Governo do Estado tem que dar uma atenção à infra-estrutura e à logística; aumento da renda do campo; sustentabilidade do semi-árido; consolidar o potencial de irrigação; rastreabilidade e certificação dos produtos; e defesa agropecuária.

Quais são as oportunidades? O etanol. Aqui na Bahia temos 5 usinas, a produção de etanol no Estado é de 97.000 m³ por ano. O consumo desse etanol aqui no Estado, fonte ANP e Petrobras, é de 398.000 m³ por ano – a Bahia só produz 24,4% do etanol consumido. Temos 600.000 hectares no Extremo-Sul, mais de 200.000 na região de Juazeiro, no Oeste... Então, a gente tem que avançar muito, porque a Bahia só produz uma pequena parte do etanol consumido (24,4%). Bem, eu acho que isso que foi apresentado deve ajudar nas discussões.

Rogério Pinto – Visão estratégica e especial para as ações na agricultura familiar

Boa tarde! Chamo-me Rogério Augusto Silva Pinto e estou como Diretor de Apoio à Produção e Comercialização, representando a Superintendência de Agricultura Familiar (Suaf). Pretendo expor os principais programas desta Superintendência, bem como as principais ações inerentes aos mesmos. Gostaria de deixar registrado que a agricultura familiar é a primeira atividade desenvolvida pelo ser humano na história da agricultura, iniciando-se, inclusive, com a mulher que selecionava e replantava os vegetais comestíveis, consumidos pelo ser humano ainda no período das comunidades primitivas. Atualmente, no Brasil, a agricultura familiar representa 40% da produção do Agronegócio do estado da Bahia. Produz também a maioria dos alimentos que vão para a mesa do brasileiro: 84% da mandioca e 67% do feijão. De cada dez empregos gerados pela agricultura, sete estão na agricultura familiar.

A Superintendência de Agricultura Familiar (SUAF), recentemente criada, se constitui em ação prioritária do governo Jaques Wagner. E, portanto, através dos novos programas, procuramos atender a agricultura familiar em todos os territórios da Bahia.

Em seguida passaremos uma síntese da visão estratégica e especial das ações que pretendemos realizar entre 2007 e 2010.

Quero ressaltar que a agricultura familiar é uma atividade metodologicamente coletivista, portanto, associativista e cooperativista. Concentra-se pelo seu cuidado ao socioambientalismo, sustentável com baixos custos de produção e tecnologia que garanta rendimentos. Sendo assim, é a ação estruturante mais importante do Programa Fome Zero do Governo Federal, como porta de saída do cartão bolsa família, nas atividades de geração de emprego e aumento da renda das famílias beneficiárias das ações diretas de transferência de renda do Governo Federal.

A agricultura familiar é indicada como saída para o desenvolvimento sustentável, sendo parceira da reforma agrária, da economia solidária e do comércio justo.



28.mar/07

Ronald Lobato – Coesão territorial e articulação nacional e internacional da produção na Bahia

Agradeço a presença de todos a essa iniciativa da SEI e quero sublinhar o fato, que Geraldo Reis já colocou, de que estamos fazendo um esforço para contribuir com uma estratégia de governo. Fizemos esse esforço durante a transição, onde pudemos desenhar um planejamento estratégico para o governo. Continuamos com esse esforço desenhando ações prioritárias para o governo durante o mês de janeiro, aí já com a contribuição de todas as secretarias. Na época, solicitou-se que as propostas de todas as secretarias estivessem antenadas com a proposta de desenvolvimento estratégico do governo.

As sugestões das secretarias foram avaliadas pelos seguintes critérios:

a) a aderência dessas propostas ao planejamento estratégico de governo; a aderência dessas propostas ao que o governador chamou de eixos do desenvolvimento - saúde, educação, geração de empregos e distribuição de renda; e a questão da relevância social;

b) a possibilidade de realização das ações prioritárias no ano de 2007.

O importante é que se tenha clareza de que há um esforço sistêmico e articulado no sentido de avaliar as propostas estratégicas desenhadas logo em seguida a eleição, sendo que essa estratégia foi desenhada considerando a campanha - as propostas de campanha foram aquelas que a sociedade referendou. Objetivamente, o governo tem se esforçado para ser coerente com seu discurso.

Dentro desse quadro, uma questão básica é que nós preferimos considerar como prioridade o semi-árido (estratégia territorial). Não é o nosso foco neste momento e eu não vou explicar aqui, mas o semi-árido é prioridade. A segunda prioridade territorial é a RMS (Região Metropolitana de Salvador). Não só porque aqui está concentrada grande parte da população, mas porque existe a possibilidade da região se transformar num portal de conexão entre a economia globalizada e o continente, e isso é um aspecto relevante para o tema em questão.

A Bahia já foi, anteriormente, o principal canal de comunicação (do Brasil) com o mundo; não estamos reivindicando que a Bahia volte a ser o principal canal de comunicação com o mundo. Existe um processo histórico que avançou em diferentes direções e hoje esse papel é cumprido pelo Sudeste, basicamente São Paulo, basicamente Santos. E, a partir das ferrovias que lá saem em direção ao Oeste, nós estamos assistindo a um processo de descentralização na economia, que consi-

deramos como uma descentralização para a periferia imediata. Na verdade, o perímetro do desenvolvimento no Brasil está incorporando principalmente o Oeste.

E quando a gente verifica que a participação do PIB de São Paulo está diminuindo em relação ao restante do país, isto ocorre por conta de que áreas periféricas, não necessariamente concêntricas, estão sendo incorporadas a esse eixo de desenvolvimento. Principalmente o Oeste brasileiro, onde a pecuária e a indústria avançaram de forma considerável. Além desse fato, está havendo um processo de "descentralização concentrada", porque o resto do Brasil não está tão integrado nesse processo de desconcentração, mas em toda regra há exceções: Manaus, por exemplo. Essa tem sido a tendência no passado recente do País. Mas, historicamente, não há dúvida do esforço de integrar o Nordeste aos principais vetores de desenvolvimento do Brasil.

O fato é que, nesse quadro, outro aspecto importante a ressaltar são as deseconomias de escala resultantes do processo de concentração na infra-estrutura do Sudeste - não só a infra-estrutura de rede, mas de produção e logística. Verificamos que essas deseconomias de escala colocaram na ordem do dia a questão de começarmos a pensar em soluções alternativas de logística e de infra-estrutura. Na última formulação do Ministério de Planejamento, o entendimento é exatamente de que se tem de resgatar os eixos de ligação Leste-Oeste - ao invés de continuarmos a priorizar eixos de ligação Sul-Norte, que é a característica principal do Brasil desde os anos 50, com o surgimento da indústria automobilística - como um dos principais eixos de desenvolvimento do País.

Na verdade, a partir daqueles anos assistimos a um processo de abandono das ferrovias, abandono da cabotagem, e passou-se a privilegiar o rodoviarismo. Então, essa tendência parece que está sendo interrompida, pelo menos no que diz respeito ao planejamento, mas também com respeito ao

fato de que está havendo um processo de aumento da importância relativa de outros modais.

Nesse contexto, a nossa proposição estratégica se encaixa com a do Governo Federal. Inclusive esse é um processo que na Bahia vem sendo discutido há algum tempo, desde que o eminente professor Vasco Neto formulou a proposta de construção de ferrovia com rampa máxima de 5%, uma ferrovia que vai de Camamu (no Atlântico) até o Peru (no Pacífico).

Então, a antiga idéia do professor é perfeitamente coerente e consistente com a estratégia de desenvolvimento que a Bahia tem. Nesse sentido, a gente continua a abordar o tema: como a infra-estrutura pode estar integrada com o projeto de desenvolvimento da Bahia? Um aspecto que queria chamar atenção, até mesmo porque eu não sou especialista, o que eu queria destacar é que a consequência dessa estratégia é que nós temos que ter um sistema portuário de altíssima qualidade e aí, provavelmente, vocês vão falar das qualidades da Baía de Todos os Santos, que se pode transformar num complexo portuário de grande magnitude.

A existência da Baía de Camamu, embora tenha restrições de ordem ambiental, pode ser considerada como uma possibilidade. Temos, também, Ilhéus. Temos essa ferrovia em potencial, que só se tem, até agora, o traçado pensado pelo professor Vasco Neto. Mas existe, também, um projeto que foi feito pela gestão anterior, o Plano Estadual de Logística de Transportes (PELT), que faz uma composição entre o traçado do professor (Vasco Neto), mas naquele momento não se estava muito otimista quanto à possibilidade da Bahia vir a ser um dos portais de ligação Leste-Oeste do Brasil.

E aí eu paro para falar de mais um desses projetos, a Transnordestina, que pretende conectar o Piauí com os portos de Suape (Recife) e Pecém (Fortaleza), contemplando uma ligação Leste-Oeste, e que, depois, inflete no sentido Norte-Sul em direção ao Maranhão. A Bahia não está exatamente

contemplada nessa alternativa. A nossa posição é de que a Bahia seja parte de uma alternativa real.

Eu tenho certeza e convicção de que, por conta da menor distância e de custos menores de operação, nós podemos ser uma alternativa capaz de conquistar boa parte dos recursos a serem investidos e da produção. Nos estudos federais, quase sempre, a produção de grãos do Oeste da Bahia é utilizada para comprovar a viabilidade da Norte-Sul. É utilizada, também, para comprovar a viabilidade da Transnordestina.

O nosso eixo prioritário é obter a integração da Bahia com o Oeste brasileiro, e se esse eixo fizer uma conexão com o Pacífico, melhor ainda. Isso tudo é articulado, como vocês percebem. É um sonho, mas é um sonho que tem um diagnóstico, um contexto que se torna viável. E nesse contexto, a proposta da ferroviária, do nosso ponto de vista, precisa contemplar essa continuidade em relação ao Oeste. No governo anterior, eu acredito que não havia essa estratégia de longo prazo. A nossa proposta talvez seja a única viável.

Eu vou me ater às questões de ordem estratégicas e programáticas que nos interessam. O fundamental é que haja uma articulação dessa nossa ferrovia a essa nossa intenção de integrar a Bahia com o interior brasileiro. Com isso, poderemos fazer parceria com Goiás e Mato Grosso, que estão tendo dificuldades de fazer a sua produção chegar ao Atlântico, e nesse sentido se vê que os preços oferecidos para os grãos de soja em Goiás são menores do que os oferecidos no Mato Grosso.

Assim, podemos ter parceiros na possibilidade de construção de uma reivindicação desse tipo de conexão no interior brasileiro. Esse é um aspecto. O outro aspecto, que é uma novidade, é a ocorrência de ferro em Caetité. O estudo da ferrovia do Oeste para Brumado obteve uma taxa de retorno da ordem de 17%, o que significa dizer que essa ferrovia é viável, viável até para uma PPP, porque se discute a necessidade de uma

taxa de retorno entre 12,5 e 13%. Essa é a discussão que se observa no mercado atualmente, para as ferrovias que estão sendo oferecidas. Então, com a ocorrência do minério de ferro em Caetité, que coincidentemente estava na linha do professor Vasco Neto, essa simples ocorrência pode reforçar a viabilidade da ferrovia, com uma taxa de retorno muito superior.

Temos, entretanto, um problema que estrategicamente tem que ser considerado. Os detentores dos direitos de exploração têm todo interesse em fazer esse transporte para um novo porto entre Ilhéus e Camamu, porque isso fez parte do protocolo que eles assinaram com o Governo do Estado, mas o que eles querem fazer é um mineroduto. Qual a restrição ao mineroduto?

A primeira é que o mineroduto só transporta minério, a gente poderia aproveitar muito mais com uma ferrovia. Ocorrem duas coisas que fortalecem a nossa posição: uma é que esse mineroduto requer uma quantidade de água muito grande e, conseqüentemente, os defensores do meio ambiente não vêem isso com bons olhos, porque água aqui na Bahia não é tão abundante.

A outra é que com a ferrovia, além de estarmos permitindo o transporte de muitas alternativas de mercadorias, poderíamos pensar na sua articulação em direção ao Oeste, colocando tudo dentro da mesma alternativa de desenvolvimento estratégico. Continuando com a questão do uso de muitas alternativas de mercadorias, ao Governo da Bahia interessa convencer os donos daquela mineração a optarem pela ferrovia. O problema está justamente aí.

O custo do mineroduto, cerca de R\$ 350 milhões, é muito menor do que o da ferrovia, cerca de R\$ 1,7 bilhão. Significa dizer que temos que negociar, principalmente a Secretaria de Indústria e Comércio e Mineração, dizendo, é claro, que eles não vão ter que construir essa ferrovia sozinhos. Uma outra coisa que estávamos pensando é que, mesmo sem o minério de ferro, tínhamos condição de alcançar os 17% de retorno.

Consequentemente, talvez se consiga desenhar uma PPP ou uma concessão que permita ao construtor ou operador uma remuneração muito adequada a esse investimento.

E isso com urgência, porque o programa deles é ambicioso e rápido. Então, a gente tem condições de negociar, fortemente, a alternativa ferrovia, que é uma alternativa muito melhor para a Bahia. A questão do minério de ferro é uma novidade. Em outubro do ano passado, a gente já considerava essa possibilidade, mas não pensava que ia se desenvolver com tanta rapidez. Enfim, cabe aos especialistas da Secretaria de Infra-Estrutura considerar esse contexto estratégico e estrutural de desenvolvimento e ver qual a melhor alternativa que se pode implementar.

E aí, dispondo do projeto que o Derba fez no ano passado, ver se existe uma outra possibilidade ou nenhuma possibilidade que melhor atenda esses objetivos estratégicos. O governo Wagner conseguiu do Governo Federal, desde a época da transição, algumas concessões importantes. Por exemplo, acelerar o processo de construção da ponte que substituirá a atual travessia Cachoeira-São Felix. A garantia de cumprimento do prazo de execução dessa obra vai solucionar o maior gargalo ferroviário existente no estado, bem como a construção do contorno de Feira de Santana e a elaboração do Projeto Executivo da ferrovia Leste-Oeste.

Como solução de curto prazo para o escoamento dos grãos do Oeste, é necessário que se promova a requalificação do eixo rodoviário formado pela BR242 e suas articulações com a BR116 e BR342, pois o mais imediato é a rodovia, recuperando o sistema rodoviário preexistente e também a rodovia em direção ao Piauí, assim como a recuperação do sistema intermodal que inclui a solução intermediária que é a Hidrovia do Rio São Francisco.

Nesse contexto, nós temos não só a recuperação do rio para navegação como, também, o projeto da Plataforma Multimodal de

Juazeiro; é multimodal porque convive muito bem com a hidrovia, a ferrovia e a rodovia. É um projeto que está pronto e existem empresas internacionais interessadas em participar da operação do sistema. Isso está mais distante porque depende de muita negociação. Essa plataforma multimodal se articula com a ferrovia FCA a 5 ou 6 km.

Existe, também, inscrita no PAC, uma forte demanda do Governo da Bahia junto ao Governo Federal no sentido de se revitalizar a ferrovia Juazeiro-Aratu. Espero que o pessoal especialista corrija eventuais falhas minhas, mas a FCA é controlada pela Companhia Vale do Rio Doce, que originalmente tinha apenas 1/8 do seu capital e hoje em dia tem o controle absoluto, e a Vale do Rio Doce, em nenhum momento, manifestou interesse no trecho Aratu-Juazeiro.

Por esse motivo tem sido muito pequena a atenção da FCA para com essa alternativa. Os motivos são óbvios: para eles é um trecho que não é valorizado. Mas isso vai de encontro às obrigações que eles contraíram, pois a concessão os obriga a manter todos os trechos concedidos, inclusive o trecho que liga a malha ferroviária à cidade do Salvador, onde eles permitiram que os trilhos fossem retirados.

Baseados na questão não resolvida das licenças, eles decidiram retirar os trilhos. Então, é mais um problema que tem que ser enfrentado. Mas, objetivamente, se nós acrescentarmos a um controle administrativo a possibilidade de uma maior disponibilidade de carga, aí eles mesmos estarão interessados em resgatar esse trecho. Enfim, a estratégia de longo prazo, tendo como norte uma solução ferroviária, passa por uma solução hidroviária e ferroviária, sem nenhum preconceito com as ligações rodoviárias. Isso é o sistema multimodal.

É assim que temos que trabalhar e é assim que temos que elaborar a ligação entre o Oeste e o Atlântico, a partir das diversas alternativas. Isso é bom para a Bahia, isso é bom para o Brasil. É assim, do ponto de vista do sistema de transporte, a estratégia que

se integra com as nossas decisões. Gostaria de acrescentar, no que diz respeito ao acesso a Camamu - tendo em vista que as restrições ambientais são muito fortes -, que há sugestões alternativas. Uma posição do Governador é de que os órgãos de fiscalização ambiental não devem fazer concessão de espécie alguma, nem abrir mão de nenhum parâmetro.

A única coisa que se pede é que isso seja feito num prazo razoável, para que a gente possa dizer não e dizer sim, quando for conveniente, mas sem ficar adiando a decisão que o governo tem que tomar em benefício da sociedade. Esse é um quadro geral que revela que a nossa prioridade também é a ligação Leste-Oeste e não a ligação Norte-Sul; prioridade que não significa exclusividade.

Vemos com muito bons olhos que essas PPP da BR116 e da BR324 aconteçam, porque de fato isso melhora o transporte de carga e de pessoas na Bahia. Além do semi-árido e da Região Metropolitana de Salvador, temos agora a região do cacau, que se compõe do Baixo-Sul e do Sul, uma possibilidade na qual a questão dos aeroportos, tanto o de Ilhéus quanto o de Porto Seguro, possam ser incluídos. Há ainda a questão da ampliação e modernização do porto de Ilhéus, onde além de melhorar a sua operação, temos de resolver alguns problemas estruturais também da requalificação da rodovia Ilhéus-Itabuna e a defesa da duplicação da BR101 em solo baiano.

Enfim, essas seriam as questões do ponto de vista da estratégia de desenvolvimento da Bahia, do ponto de vista da estratégia de desenvolvimento do Brasil. Temos dito em todos os contatos internacionais que à Bahia interessa exportar e importar, isso é uma estratégia específica do Governo Estadual, porque, do ponto de vista tributário, é mais importante importar do que exportar. Importando a gente oferece muito emprego, porque as atividades de serviços são mais propícias para oferta de emprego.

Do ponto de vista de exportação a gente oferece emprego também, nós estamos também à procura de empresas que exportam, mas em compensação há a isenção tributária e a União não devolve aos estados a totalidade dessa isenção. A nossa estratégia nem sempre coincide com a estratégia do País, apesar de que, na média e no geral, exista a coincidência. É claro que a gente faz um esforço para exportar, mas é claro que a gente está dizendo para os nossos contatos internacionais que temos interesse em importar.

Registre-se que isso também favorece a exportação, porque um dos problemas principais do transporte por navios é a sua frequência e também a possibilidade que haja carga de ida e de volta. Enfim, as ligações Sul-Norte podem e devem acontecer, somos a favor, até estamos reclamando que a BR101 deva ser duplicada em toda a extensão do território da Bahia. Temos recebido sinais positivos em relação a esses investimentos mencionados e mais não houve porque faltaram projetos. Se mais projetos tivéssemos, mais recursos teríamos obtido no âmbito da discussão do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

Enfim, esse é um quadro da situação, um marco estratégico dentro do qual o governo, como numa orquestra, deverá funcionar no sentido de obter o melhor resultado possível, contando com a colaboração dos funcionários. Buscamos a incorporação do maior número possível de pessoas na reflexão sobre o que está sendo feito, sobre a forma como podemos avançar, pela descoberta eventual de caminhos novos, de caminhos inovadores, porque é dessa forma que iremos melhorar o nosso desempenho e a nossa eficiência.

A idéia do Gasene começou por conta da época que estávamos num céu de brigadeiro com a Bolívia, então nós íamos trazer o gás da Bolívia para o Sudeste e do Sudeste viria para o Nordeste; a Bahia, inclusive, tem um gasoduto que vai daqui em direção ao Nordeste.

Com a ocorrência do gás em Manati, a Petrobras pensou em implantar (e já implantou) um gasoduto que vai de Manati até a Região Metropolitana de Salvador. É uma oferta de gás que é significativa para a Bahia, mas é insuficiente para o Nordeste. A posição deles é no sentido que parte desse gás seja absorvido aqui na Bahia, mas que em parte seja transportado também para os estados mais ao norte, invertendo um pouco a tendência de gasoduto já existente. E o Gasene foi posto em banho maria na época da crise com a Bolívia.

A Petrobras desenvolveu algumas posições estratégicas importantes: uma delas é a equalização do preço do gás no território nacional, porque do jeito que as coisas estão, em termos de preço, o gás que for ofertado tem comprador devido a seu preço muito menor do que o das fontes alternativas de energia. Se pensarmos no longo prazo e se a Petrobras mantiver sua política, essa vantagem comparativa vai diminuir e no médio e longo prazo esses preços vão convergir e, então, a demanda por gás vai diminuir.

Por isso mesmo, a Petrobras está pensando em importar outro tipo de gás e, in-

clusive, está pretendendo implantar em diversos portos brasileiros estações de conversão de gás, para torná-lo compatível com o que é hoje consumido internamente, sem ter que depender tanto do gás natural, porque se sabe que essa oferta estará sendo realizada a preços maiores.

Enfim, o Gasene é uma questão que a nós interessa e pedimos que seja retomada. Reivindica-se que enquanto essa questão não acontece, que haja um maior consumo do gás de Manati aqui na Bahia, porque isso tudo vai acontecer antes da equalização de preços da Petrobras. E aí, uma outra questão importante, se vamos ter problemas de energia, que a ministra Dilma respondeu da seguinte forma: "Absolutamente não, o País não corre risco de desabastecimento de energia".

Não teremos problema nenhum de energia, mesmo porque estando integrada em todo o país a rede de distribuição de energia elétrica e sendo o Brasil um país com regimes hidrológicos complementares, qualquer desequilíbrio numa determinada região é coberto através dessa rede integrada pelos excedentes produzidos em outras regiões, portanto, não haveria problema.

Cleyton Miranda Barros – Visão estratégica da Secretaria de Infra-estrutura (SEINFRA)

Queria iniciar a discussão fazendo uma primeira consideração no sentido que a infra-estrutura está intimamente ligada a desenvolvimento, ora sendo um promotor, ora sendo agente indutor de desenvolvimento em diversas regiões; isso para o agente público tem uma implicação no sentido da necessidade do planejamento. A infra-estrutura como setor de capital e intensivo requer um planejamento cuidadoso e ao mesmo tempo um planejamento estratégico na medida em que os projetos possam ter uma articulação, uma integração em diversos modais de transporte. Aí eu me refiro à infra-estrutura de transportes, para que eles possam atender a um objetivo. É com esse foco que nós encaramos a questão da infra-estrutura. Vou iniciar a primeira parte da palestra da nossa Secretaria tratando a parte de transporte, da qual somos responsáveis, e passarei em seguida para Dr. Silvano para falar da questão da energia e comunicação, com os projetos e ações em andamento, bem como o planejamento para os próximos anos de governo.

Na parte de transporte, minhas considerações iniciais são no sentido de fazer uma análise apurada do PELT (Programa Estadual de Logística de Transportes). No caso específico, o nosso secretário identificou no PELT uma ferramenta elaborada tecnicamente. Na verdade o PELT é um grande *portifolio* de projetos na área de infra-estrutura de transporte, dando uma abordagem de logística de longo prazo; isso não se vê no Brasil, o que tem sido comum é que cada governo desfaça aquilo que vinha sendo tocado pela gestão anterior. Então, com segurança, eu me refiro ao PELT: primeiro, porque é um instrumento técnico de planejamento; segundo, porque é um projeto de planejamento a serviço da sociedade. É importante que se tenha uma abordagem de longo prazo como é exigido para projetos de infra-estrutura; projetos de infra-estrutura não podem ser planejados apenas para um mandato de quatro anos. Não tem sentido. Iniciamos discussões que tenham prazo de maturação que ultrapasse os quatro anos, que é o período de uma gestão.

Gostaria de me referir, em linhas gerais, ao que é a nossa concepção quando se refere ao planejamento de transporte. Primeiro, ela tenta dar resposta aos grandes pólos geradores de carga no estado da Bahia, destaque aí para a região Oeste: Barreiras, Luis Eduardo Magalhães, São Desidério. Não apenas a soja, que é o carro chefe

dessa região, mas outras culturas que já despontam com uma produção expressiva e que precisamos analisar para dar resposta ao escoamento dessa produção. E ainda tem a questão da fruticultura, destaque pra Juazeiro e a região do Vale do Rio São Francisco, não apenas, mas também no sul da Bahia, que já aparece como um pólo de exportação de frutas que requer logística, infra-estrutura, transporte. Em seguida, a Região Metropolitana de Salvador, pela sua vocação industrial movida pelo seu pólo petroquímico, pelo seu pólo automotivo, pela sua refinaria que está com uma perspectiva de ampliação que requer mais uma vez formas eficientes de recepção de matérias-primas e de caminhos para colocação desses produtos nos mercados interno e externo. E outros dois pólos que requerem infra-estrutura como a atividade de turismo, que requer uma infra-estrutura específica para o turismo, que tem que ser pensada e elencada nas estratégias do Estado. E o destaque para o minério de ferro na região de Caetité. Em grandes números esses são os grandes pólos de carga na Bahia. Toda a nossa reflexão no sentido de estruturar uma malha logística, um plano de transporte logístico para dar escoamento à nossa produção, envolve as características desses produtos, a questão da origem e destino desses produtos, a questão da matéria-prima utilizada nesses pólos de produção e a destinação desse produto. A nossa estratégia trata de envolver todos esses pólos numa malha logística adequada para o seu pleno desenvolvimento.

Os principais corredores rodoviários que cortam o Estado da Bahia, com destaque para a região metropolitana, convergindo esses principais eixos rodoviários no Estado e muitos deles, em função da sua importância, já figuram no PAC, e nós temos investimentos previstos para a maioria desses grandes corredores rodoviários que cortam o Estado da Bahia. Falando de cada um deles, eu vou iniciar falando da questão do corredor BR116-BR324, pela impor-

tância desse corredor para o Estado da Bahia, para sua região metropolitana, pela dimensão que esse corredor tem na economia baiana, porque 75% da nossa produção passam por aí, 40% da população do nosso Estado está na região de influência desse corredor. O Governo Federal prevê investimento da ordem de 1,1 bilhão de reais na recuperação desse corredor, na adequação da sua capacidade e na melhoria dos principais trechos.

A questão da intermodalidade e do fluxo com outros estados do Nordeste: na BR116 temos outra obra dentro do PAC – a ponte na fronteira com Pernambuco –, e melhoria na BR116 na parte norte, na região de Feira de Santana. A BR116 terá uma duplicação até o entroncamento com Feira de Santana, com a BR324. Complementando, portanto, de Feira de Santana até Natal a duplicação da BR101, como está dentro do PAC. Dentro desse projeto se prevê a melhoria da BR101 até a fronteira com o Espírito Santo. Seguindo, a BR135, que é uma BR importante no oeste do estado, e o governo prevê a construção de 244 km e a recuperação de alguns trechos dessa estrada, desde a divisa com o Piauí até a divisa com Minas Gerais.

O sistema ferroviário no estado da Bahia compreende uma malha que está sobre a concessão da Ferrovia Centro-Atlântica, controlada pela Companhia Vale do Rio Doce. Preciso fazer algumas considerações: a competência para gestão e investimento desse trecho e manutenção dessa malha é da companhia que detém a concessão. O poder público só pode fazer investimentos em casos muito específicos, como na construção de contornos como o de São Félix – são obras que interessam ao poder público. Fora disso, a responsabilidade é do concessionário. Queriria investir um tempo maior falando da Ferrovia Bahia-Oeste – eu me refiro a esse projeto como não sendo um dos projetos da Secretaria da Infra-estrutura no que se referem ao transporte. Seria até mais ousado, porque esse seria “o projeto” da Secretaria

da Infra-estrutura no que se refere a transporte. Primeiro, dizendo da nossa concepção e de que forma o nosso secretário tem conduzido esse projeto. A estratégia não é apenas uma questão de vontade política, é a necessidade de que o Estado da Bahia inaugure, na primeira gestão do nosso governador Wagner, parte desse projeto. Isso é emblemático. A determinação do nosso secretário é que a gente trabalhe numa velocidade que permita ao governador, não no segundo mandato, inaugurar o trecho que vai de Brumado a Bom Jesus da Lapa. Isso não é, apenas, uma questão política, é uma questão técnica e estratégica. Existe, hoje, no âmbito do Governo Federal, o Ministério do Planejamento, que discute 4 a 5 projetos cujos estudos de viabilidade consideram o escoamento da soja da região Oeste da Bahia como seu principal insumo, como seu principal componente. É muito fácil raciocinar, a infra-estrutura ferroviária é monopólio natural, não existe e nem existirão duas ferrovias escoando a mesma carga. No dia em que a primeira ferrovia se aproximar da região Oeste do Estado da Bahia, o segundo projeto não faz mais sentido, o segundo projeto acabou. Nós temos a Ferrovia Norte-Sul, uma ferrovia nova, de alta capacidade, um porto de alta capacidade, e essa ferrovia, por ser estratégica, está sendo construída numa velocidade muito grande, descendo o Centro-Oeste brasileiro. Temos a Transnordestina, que se propõe a se entroncar com a Ferrovia Norte-Sul e escoar parte das cargas do Oeste da Bahia. Não é diferente da região Sudeste; a Ferrovia Centro-Atlântica, que chega até Goiás, já tem um projeto de criar um ramal até o estado do Tocantins, também, para escoar os grãos dos cerrados brasileiros, destacadamente, do Oeste do estado da Bahia. Não é difícil perceber a necessidade do estado da Bahia de identificar a importância desse projeto, daí a forma franca, aberta e a velocidade que estamos imprimindo a esse projeto. E o próprio governador tem identificado esse projeto como importante para o estado da Bahia dar um novo salto no

seu processo de desenvolvimento. Na gestão da Transnordestina tem um termo que acho que está sendo muito bem colocado pela equipe do Ministério dos Transportes, a Ferrovia Transnordestina é um projeto de nexo político, e um projeto de nexo político não pode ser discutido tecnicamente. Eu considero o seguinte, a Ferrovia Transnordestina se propõe a escoar as cargas agrícolas do Nordeste do Brasil, e 2/3 destas cargas estão na Bahia. E o estado da Bahia não foi contemplado. Não cabe aqui questionar de se fazer a Transnordestina ou não, ela não atende o estado da Bahia, ela está lá em cima, no Piauí, em Eliseu Martins, a 800 km de Luis Eduardo Magalhães. Ora, se for para subir com essa carga 800 km de rodovia, sendo que parte desse trecho não está nem pavimentado, e depois pegar 1.200 km até um porto do Nordeste, não precisa nem perguntar aos caminhoneiros que eles vão dizer que é mais prático seguir pela BR242 960 km e chegar a Salvador. Porque o frete é mais barato. A nossa discussão é no seguinte sentido, o nosso projeto Ferrovia Bahia-Oeste. Parte deste projeto já está praticamente assegurada com o Governo Federal, de Brumado a Luis Eduardo Magalhães, permitindo, no horizonte de quatro anos, a inauguração do trecho Brumado-Bom Jesus da Lapa. É com esse horizonte que nós estamos trabalhando. Com o advento do minério de ferro na região de Caetité, que é excelente e muito bem vindo, por isso defendemos que esse projeto chegue ao novo porto no litoral do estado, é tecnicamente inviável se pensar no entroncamento com a Ferrovia Centro-Atlântica, trazendo essa carga até Aratu-Salvador, por dois motivos: primeiro, há um impedimento técnico dessa malha, ela não tem condições de transportar 35 milhões de toneladas projetadas para 2010 – 10 milhões de cargas agrícolas e 25 milhões de toneladas de minério. Teríamos que refazer toda essa malha. Ah, mas a carga paga. Mas paga a quem? O poder público não pode recuperar essa malha, essa malha está sob concessão. O Governo Federal não pode investir

nessa malha, quem teria que fazer seria a Ferrovia Centro-Atlântica. Por isso a proposição de uma nova ferrovia, de alta capacidade, com um novo porto que permita operação tanto de cargas agrícolas quanto de minério. Não tem segredo nenhum, a Vale do Rio Doce faz isso. Outro ponto relevante que é preciso destacar é que na nossa concepção – evidentemente Bahia-Oeste, Oeste aí tem um duplo significado –, estrategicamente queremos chegar no oeste do Brasil. Não existe ligação ferroviária tão competitiva quanto este projeto no estado da Bahia. Por uma questão muito simples: hoje a produção agrícola no serrado brasileiro, até por questões sazonais, desce o território do País a cada ano, desorganizando a malha logística, buscando o escoamento pelos portos de Santos e Paranaguá. É urgente para o Brasil uma alternativa de escoamento leste-oeste, para evitar que, a cada ano, tenhamos esse volume de produção, enfrentando gargalo pra escoamento pelo Porto de Santos.

Para encerrar a questão Ferrovia Bahia-Oeste, queria dizer que já tivemos a oportunidade de discutir esse projeto com os detentores dessa jazida de mineral. Em parceria com a Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração, apresentamos para ele que, estrategicamente, para o estado da Bahia, o melhor modal é, evidentemente, a ferrovia. Destacando, também, que este projeto está no Plano Nacional de Viação, porque qualquer investimento público tem que estar aprovado, por lei, no Plano Nacional de Viação. E existe hoje no PNV, a proposição de uma ligação ferroviária entre Brumado, passando por Luis Eduardo Magalhães e Bom Jesus da Lapa, até a cidade de Porto Nacional, no estado do Tocantins. Portanto, de acordo com a visão de futuro da Secretaria de fazer com que esse corredor se interligue com a Ferrovia Norte-Sul, no Centro-Oeste brasileiro. Dos projetos no setor ferroviário em andamento no estado, destacaria esse como o maior gargalo no estado da Bahia e um dos maiores gargalos ferroviários do Brasil. A obra está em andamento, não dentro do cronograma

inicialmente previsto, por questões ambientais, de atendimento a normas e exigências, mas a obra já foi retomada no seu ritmo normal; está prevista a conclusão, em 2009, de um contorno ferroviário de 17 km de extensão, com uma nova ponte ligando os municípios de São Felix e Cachoeira. Além de dar melhores condições operacionais à ferrovia, existe um benefício social tremendo para essa obra, devido ao valor histórico dessa ponte ferroviária e à própria vida das cidades que tinha interferência diária pelos movimentos dos trens. Outras intervenções ferroviárias que podemos destacar: primeiro, no município de Alagoinhas, as construções de viadutos para solucionar os problemas das passagens em nível. Além da questão das passagens em nível, existe também a questão da baixa velocidade das composições ferroviárias nessas áreas urbanas. Está previsto no PAC um ramal ferroviário até o Porto de Juazeiro, permitindo que se tenha o transporte multimodal da hidrovia do São Francisco passando pela ferrovia através desse ramal. Essa obra da ligação Camaçari-Aratu, de todas que estão previstas no PAC, eu destacaria como a mais importante; está previsto para segundo semestre desse ano o início dessas obras, também dentro do PAC, devido à prioridade que o governador deu para este gargalo que se tinha entre a cidade de Camaçari e o Porto de Aratu. Principalmente pelo nosso Pólo Petroquímico, a recepção de matérias-primas e o escoamento de seus produtos, passando por diversos obstáculos urbanos, seja na cidade de Camaçari, seja em Simões Filho, e também parte de Candeias. Está previsto um ramal de 20 km de extensão, que é praticamente um desvio de todos esses centros urbanos que vai permitir uma interligação ferroviária de alta eficiência, melhorando o transporte de produtos entre o Pólo Petroquímico de Camaçari e o Porto de Aratu.

Só um detalhe que eu destacaria: a Secretaria está trabalhando com o Ministério dos Transportes na busca de soluções para acesso ferroviário ao Porto de Salvador. Hoje é impensável a operação de um porto sem

um acesso ferroviário, tendo em vista a grande articulação, no Brasil, entre portos e ferrovias. Até mesmo pelo movimento de contêineres, pela utilização de cargas. Esse acesso ferroviário chegou a operar até o ano de 98 e foi desativado. Existe, entre o trecho Paripe-Mapele, um trecho de 8 km de extensão, porque os trilhos foram cortados, mas isso é de responsabilidade da Ferrovia Centro-Atlântica, porque quando ela recebeu da União esse patrimônio, existiam esses trilhos, os trens passavam por esse local. Estive presente pessoalmente nesse local, fizemos um registro fotográfico da área e isso foi encaminhado à Agência Nacional de Transportes Terrestres, que tem competência de fazer com que a concessionária cumpra com as obrigações previstas no seu contrato de concessão. Voltando, para encerrar o acesso ao Porto de Salvador, a concessionária refazendo essa ligação, há de ser estudado, também, entre a estação ferroviária da Calçada e o nosso porto, a melhor maneira de se fazer chegar esses trens, em termos de horário.

A questão da hidrovia do São Francisco, nós colocamos a questão hidroviária como importantíssima, pelas questões ambientais e econômicas que o transporte hidroviário pode oferecer, as vantagens de se recuperar a hidrovia de São Francisco não apenas como possível corredor de exportação. Isso num primeiro horizonte, para as cargas agrícolas do oeste da Bahia; poderia percorrer 300 km pela BR242, 610 km de hidrovia e mais 550 km de ferrovia até a região metropolitana, mas, sobretudo, a hidrovia do São Francisco como corredor de integração entre a Bahia e os demais estados do Nordeste. Perfeitamente possível tendo em vista a possibilidade de escoamento de grãos para os pólos avícolas de Pernambuco e Ceará. Estão previstos na hidrovia, dentro do PAC. Alguns desses projetos já estão em execução, como as ações emergenciais de revitalização da hidrovia, de desassoreamento, recuperação da mata ciliar, proteção das margens do rio, para permitir condições de

navegabilidade comercial da hidrovia do São Francisco. Trabalhamos com o horizonte de curto, médio e longo prazo, porque estamos convencidos que podemos assegurar condições de navegabilidade em todo o leito do São Francisco no Estado da Bahia. Passando agora para o modal portuário, existe uma necessidade, tendo em vista o estrangulamento do atual terminal de contêineres do Porto de Salvador. Hoje temos um terminal que está arrendado à iniciativa privada que já está chegando ao seu limite de movimentação, esse terminal tem capacidade de movimentação de 250 mil TEUS/ano; e no último ano ele movimentou cerca de 225 mil, portanto daí a urgência e a necessidade de ampliação do Porto de Salvador, tendo em vista a instalação de um novo terminal de contêineres, dando a possibilidade uma nova retroárea. O grande problema do Porto de Salvador é que ele é envolvido pela malha urbana da cidade de Salvador e tem poucas condições de expansão no que se refere a sua retroárea. Atrelado a esse projeto de expansão do Porto de Salvador, a Secretaria da Infra-estrutura vem desenvolvendo projetos para a implementação da via portuária de acesso ao Porto de Salvador. Esse projeto tem enorme benefício para a cidade de Salvador, porque estamos tirando as cargas que hoje descem ou pela San Martin ou pela Bonocô buscando o Porto de Salvador. Nós temos um histórico de acidentes – principalmente na av. bonocô –, muitos desses acidentes fatais; temos grandes congestionamentos na região da San Martin, em função da própria incapacidade dessas avenidas de receberem esses veículos carregados, alguns deles até com produtos perigosos. O que se prevê é a melhoria do sistema viário, dotar a cidade de Salvador de um novo sistema viário de acesso entre a BR324 e a cidade baixa. E, mais importante que isso, dentro desse sistema viário, uma via segregada direcionada aos veículos de carga que poderia se utilizar de uma retroárea que já está previamente identificada próxima ao Acesso Norte, e

daí se dirigiria numa via segregada até o Porto de Salvador. Esse projeto daria um novo horizonte de expansão ao Porto de Salvador, já que essa retroárea poderia utilizar as próprias áreas ao longo da BR324 como áreas de armazenagem e de manipulação de cargas que poderiam estar servindo como uma retroárea distante do Porto de Salvador, utilizando desse equipamento de acesso nas condições técnicas que ela exige. Esse é o grande projeto que está sendo conduzido pelo nosso secretário e a gente prevê finalizá-lo ainda esse ano, tendo em vista que essa obra, pela sua importância, também está no PAC, e no início do próximo ano a gente poderá estar promovendo as obras necessárias para a implementação deste projeto importante para a cidade e para o Estado da Bahia. Em relação ao Porto de Aratu, pela suas características de ser um porto industrial, há necessidade de implementação de um terminal de líquidos, especificamente pra atender a demanda de importação e exportação de matérias-primas e produtos, notadamente da Braskem, e um terminal de sólidos. Várias indústrias situadas em Candeias, Simões Filho, Dias D'Ávila requerem um aumento da retroárea do porto e de equipamentos de manipulação de granéis sólidos. No caso do Porto de Ilhéus, a gente vê com o Governo Federal a necessidade de ampliação como parte desse apelo que já começou a ser feito, tendo em vista não só os investimentos na questão de cargas, mas também a questão de passageiros. Da mesma forma que o Porto de Ilhéus, o Governo do Estado está discutindo junto com a Codeba e a prefeitura a implementação de um terminal marítimo de passageiros, para atender os cruzeiros marítimos no Porto de Salvador. Ilhéus já conta com um movimento expressivo de cruzeiros e já requer à instalação que dê o atendimento e conforto necessário para o visitante do litoral baiano.

No modal aeroportuário, começando pelo Aeroporto de Salvador, cuja movimentação já justifica uma intervenção no aereo-

porto, está sendo elaborado um novo Plano Diretor. No atual, ele entra com uma capacidade de 6 milhões de passageiros/ano. Não estamos muito distante disso. Embora essa capacidade nominal não queira significar que existe um limite, existe uma folga nessa capacidade, mas isso já requer o planejamento da implantação de uma nova pista do porte de 3,5 mil metros que permita a realização de pousos e decolagens; não é difícil perceber o quanto tem crescido a movimentação e passageiros e aeronaves, por isso a necessidade (...). Em Porto Seguro, os estudos técnicos indicam a necessidade de um novo aeroporto, portanto, estamos trabalhando com a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) na identificação de um novo sítio aeroportuário na cidade, tendo em vista a impossibilidade da ampliação da pista atual, que hoje está movimentando 790.000 passageiros/ano e 8.000 aeronaves. Estamos fazendo esse mês o levantamento para desapropriação dessa área, que já é de utilidade pública e encerrando, este ano ainda, o projeto desse novo aeroporto para a região de Ilhéus, que estará localizado próximo ao Sítio Jóia e BA001. Esse projeto é prioritário dentro do elenco de priorização da Secretaria da Infra-estrutura, ao lado da Ferrovia Bahia-Oeste, tendo em vista até os investimentos que estão contingenciados para o aeroporto de Ilhéus e os prejuízos causados à população por não ter um equipamento aeroportuário do porte que a cidade e a região requerem. Quando colocamos Ilhéus estamos pensando aí em Itabuna, Itacaré, a região de atividade turística a ser contemplada. Temos construído ações no sentido de melhoria dos aeroportos estaduais, tendo em vista o crescimento da aviação regional, diversas empresas de médio porte sinalizando a necessidade de fazer investimento, de colocar linhas, mas isso só ocorrerá se elas tiverem equipamentos que permitam a segurança e as condições operacionais para que aviação regional possa ocorrer, também, no estado da Bahia. Com essa estratégia que o nosso se-

cretário elencou, num primeiro momento, esses projetos são prioridade para o primeiro ano de gestão, destaques para Jequié, Barreiras e Vitória da Conquista, que há muito tempo requerem intervenções no equipamento aeroportuário, que serão objetos de intervenção do Governo do Estado nesse momento.

A questão do Centro de Logística, identificamos ao longo do nosso território diversos pontos, diversas cidades que requerem estratégias para implementação de equipamentos de logística, plataformas logísticas, centros de distribuição para a manipulação, distribuição, agregar valor às cargas que chegam, que passam ou que saem do nosso território. Os centros logísticos próximos ao estado da Bahia, seja em Minas, seja em Pernambuco, têm uma atuação muito mais agressiva na atração, tendo em vista que esses estados identificaram, antes de nós, a importância que esses equipamentos têm na geração de emprego – no transporte você gera muito pouco; é na distribuição, na manipulação das cargas, na realização das rotas, quando você coloca inteligência logística nesses equipamentos que você gera empregos.

Temos certeza absoluta que o estado da Bahia, não só pela sua localização, mas pelo porte da sua economia, tem muito melhores condições de atrair esse tipo de equipamento. Nós já temos delineada uma estratégia muito clara para Juazeiro; estamos seguindo esse ano para região de Feira de Santana; também na região Oeste, a implantação de centros logísticos para distribuição das cargas, para a intermodalidade e, sobretudo, para agregação de valor dessas cargas no nosso território. Eu destacaria outras duas intervenções importantíssimas, eu gostaria de destacar na agricultura familiar – ao longo do território da Bahia – essas culturas se encontram de maneira muito pulverizada. Temos ao longo do nosso território algumas áreas que são propícias para o desenvolvimento de determinada cultura e em outras

áreas praticamente vamos encontrar três ou quatro culturas diferentes. O que eu quero colocar com isso? A estratégia de abordagem, de apoio e de fomento na agricultura familiar, no que se refere ao transporte, requer, num primeiro momento, dar capilaridade a nossa malha rodoviária. Principalmente pelas estradas vicinais, que são as estradas que vão de porta a porta. Temos uma estratégia de reestruturação das nossas residências, as residências do nosso departamento estadual de infra-estrutura de transporte, ao longo do nosso território, para dar suporte às prefeituras na recuperação e melhorias dessas malhas vicinais de modo que elas possam atender, num horizonte mais imediato, ao escoamento desses diversos produtos, pra que eles cheguem aos diversos pontos do nosso território.

Para finalizar, eu gostaria de falar da estratégia delineada pelo nosso secretário no que se refere à Baía de Todos os Santos. Não é preciso lembrar a ninguém que a Baía foi esquecida, relegada, está em situação de abandono. Entre outras políticas públicas, podemos destacar a política de mobilidade, transporte; o acesso à Baía de Todos os Santos, hoje, se dá de maneira precária. A atuação da Secretaria se deu no aspecto regulatório, através do papel dessa agência de regulação na discussão com os detentores desse contrato de concessão para os transportes hidroviários. A partir daí foram introduzidas melhorias e está previsto o aumento da capacidade desse transporte. Mas, no segundo momento, temos delineado uma estratégia de recuperação de toda estrutura viária de acesso à Baía de Todos os Santos, prioritariamente, a Ilha de Itaparica, mas que estará contemplando todos os outros municípios banhados por essa Baía. Consideramos que não há dificuldade nenhuma em identificar a riqueza natural, a riqueza cultural existente nessa localidade do nosso estado, por isso ela tem que merecer a atenção devida pelo poder público. Muito obrigado.

Silvano Ragno – Plano de Ação da Seinfra

Gostaria de explicar nosso plano de ação para o período 2007/2010 com referência a energia e comunicações. Quero dizer que até 2010 todo baiano terá energia em sua casa e que todo baiano poderá utilizar o telefone, se não o telefone em casa, mas pelo menos o telefone público (orelhão) no povoado em que reside. E que todo baiano poderá assistir televisão. Isso é o plano do governo Wagner, do governo Lula, para concluir em 2010. O nosso secretário, Batista Neves, logo nos primeiros dias de governo encomendou, a mim e a minha equipe, um programa de ações de modo que isso aconteça a contento. Na área de energia temos diversos programas. Eletrificação rural, eletrificação urbana, a infra-estrutura energética e a eficiência energética que consiste na modernização da iluminação pública evitando o desperdício de energia e melhorando a qualidade da iluminação. O Luz para Todos, que é um programa de eletrificação rural financiado com recursos do Governo Federal, através do Ministério das Minas e Energia e da Eletrobrás, dos governos estaduais e das concessionárias. O programa, na questão dos recursos, o Governo Federal entra com 60%, as concessionárias com 30% e o Estado com 10%. O programa do setor de energia prevê a ligação de aproximadamente 450.000 residências até 2010.(...) Além da eletrificação rural, nas periferias das áreas urbanas, onde ainda existem muitas ligações irregulares (gatos) e residências sem energia, existem também conjuntos habitacionais de baixa renda em construção ou recentemente construídos que necessitam de ligação de energia elétrica. Após negociações do Secretário de Infra-estrutura com a Coelba, conseguimos uma parceria em que o Estado participa apenas com 10%. Anteriormente o Estado participava com 80%. Os recursos para as obras urbanas e de conjuntos habitacionais são oriundos da economia do programa Luz Para Todos com a redução da participação do Estado para 10%. Estão previstas 2.400 ligações em 2007, 4.900 em 2008, 4.900 em 2009 e 4.900 em 2010. Temos um programa remanescente do governo anterior que se chama Terra Fértil, com previsão de atendimento a 60 poços artesianos comunitários e 5 barragens. Vamos concluir as obras desse programa que já estão contratadas com a Coelba. O nosso secretário, quando assumiu, em janeiro, solicitou um plano para expansão da infraestrutura de energia elétrica na região Oeste da Bahia de modo a apoiar o desenvolvimento da agricultura irrigada de soja,

algodão e cana-de-açúcar, além de duas usinas de etanol planejadas. As obras de infra-estrutura a serem executadas também servirão para integrar o programa Luz Para Todos, porque se não tiver linhas tronco não dá pra distribuir energia elétrica nas residências. Para a execução dessas obras fizemos uma vantajosa parceria com a Coelba, em que o Governo do Estado entra com apenas 10% de contrapartida. Para isso o Estado fez gestões, conseguimos junto ao Ministério, para obter financiamento através da Eletrobrás, para a Coelba. Então vamos colocar energia pra que este celeiro de agronegócios se torne uma das grandes fontes de desenvolvimento da Bahia. A iluminação pública, aqui em Salvador, está toda amarela (lâmpadas a vapor de sódio). Em muitos interiores ainda se encontram as lâmpadas brancas (lâmpadas a vapor de mercúrio), essas lâmpadas amarelas dão uma economia de 30% na conta de energia, além de dar uma iluminação muito mais eficiente. Então, estamos estabelecendo uma parceria com a CHESF, e vamos convidar as prefeituras a participarem deste programa de modo que todos os municípios da Bahia tenham sua

iluminação pública modernizada. Também pretendemos fazer economia na conta de energia dos prédios públicos, evitando que o Estado pague multas por demanda mal contratada, multas por baixo fator de potência e multas por atraso de pagamento. Na área de comunicações, no âmbito do Governo do Estado, além de nossa atuação na telefonia fixa local, fixa de longa distância e móvel, atuaremos para expandir a abrangência dos sinais de tv e a instalação de telefones públicos em localidades desatendidas, visto que as operadoras de telefone não são obrigadas a prestar o serviço quando a população é menor que 300 habitantes. Relativo aos serviços de telefonia contratados para uso do Estado, temos diversos contratos, com diversas operadoras, e a nossa intenção dentro da Secretaria de Infra-estrutura é tornar esse serviço competitivo. Queremos que seja feita uma concorrência clara, de modo que baixe os custos da telefonia. A tarifa tem que baixar. Na parte de energia estamos amarrados a uma concessionária só, não temos pra onde correr, tem que ser Coelba e pronto. Mas na área de telefonia temos a Telemar, a Embratel e outras.



29.mar/07

Maria das Graças Torreão – A rede de cidades, territórios de identidade e o desenvolvimento da Bahia – Visão estratégica da Sedur

A Secretaria é nova e sua atuação na área do desenvolvimento urbano praticamente está começando, consolidando uma compreensão do desenvolvimento urbano e uma proposta de trabalho. A Sedur, nas áreas de habitação e saneamento de forma isolada, na área de desenvolvimento urbano praticamente restringiu-se a auxiliar o Ministério das Cidades, constituindo-se como núcleo das oficinas do Plano Diretor na Bahia.

A aceleração do processo de urbanização e todas as lutas por reforma urbana pressionaram para que a Constituição Federal incorporasse a questão do desenvolvimento urbano e como consequência foi criado o Ministério das Cidades. No âmbito do Governo Federal, o Ministério se responsabilizou por toda uma política nacional de desenvolvimento urbano, e no Estado da Bahia foi criada, em 2002, a Sedur, que assumiu, no âmbito do Estado, a responsabilidade de implementar a política nacional e de formular a política estadual de desenvolvimento urbano e as políticas específicas da habitação, saneamento, mobilidade urbana e gestão territorial.

Na Bahia a situação urbana apresenta contornos especiais, em parte pelo seu tamanho e estágio de desenvolvimento. Sua rede urbana é bastante concentrada e desestruturada. Do ponto de vista da economia apresenta uma grande concentração a RMS, que é responsável por 59% do PIB estadual, e que associada às regiões mais dinâmicas – Norte, Oeste e Extremo-Sul do Estado, cada uma responsável por cerca de 4% do PIB – respondem por 73% do PIB do Estado. Sob o aspecto demográfico não é diferente: dentre os seus 417 municípios, 25% abrigam 42% da população, sendo que Salvador e Feira de Santana são os únicos que possuem mais de 500.000 habitantes, com grande distanciamento de porte entre estes, e apenas mais 10 municípios têm entre 100.000 e 300.000 habitantes. Este quadro representa um grande desequilíbrio do ponto de vista da urbanização, econômico e, também, social. Enfim, este é o panorama do Estado que a Secretaria de Desenvolvimento Urbano encontra e sobre o qual deve pautar sua proposta de atuação.

Uma importante questão que se coloca para a Sedur é o entendimento sobre “desenvolvimento urbano”, visando uma maior clareza quanto ao âmbito da atuação do Estado no meio urbano, tanto sob o aspecto do pacto federativo e o respeito à competência municipal,

quanto aos limites entre o tratamento da questão urbana e da questão regional.

Baseando-se no conceito do Ministério das Cidades, o desenvolvimento urbano compreende a melhoria das condições materiais, diminuição das desigualdades sociais e garantia da sustentabilidade ambiental, social e econômica. Compreendendo não apenas os aspectos da infra-estrutura, serviços e equipamentos, mas também a ampliação da expressão social, cultural do indivíduo e da coletividade. Trata, assim, de todos os setores de atuação do Estado, relacionados ao indivíduo e à economia em seu reatamento territorial no espaço urbano. Esta concepção vem ao encontro do conceito de cidade, assumido pelo Ministério das Cidades, como espaço de reprodução do trabalho e, também, onde se realizam todas as aptidões individuais e sociais, sendo a base da estrutura econômica da região.

Assim, apresentam-se como principais desafios a serem enfrentados na Política de Desenvolvimento Urbano para o Estado da Bahia: elevar o patamar das cidades baianas, melhorando a condição da rede urbana e o padrão urbano tendo em vista a qualidade de vida que a cidade pode oferecer aos seus cidadãos, considerando as cidades com maior ou menor dinamismo; potencializar o papel das cidades como suporte à produção e com isso favorecer a redução das desigualdades regionais; reforçar a complementaridade entre cidade e região e entre o rural e o urbano, buscando maior clareza quanto a estes conceitos, que apresentam limites ainda bastante difusos. O Ministério das Cidades ampliou a abordagem do desenvolvimento urbano abrangendo, sem muita precisão, todas as nucleações populacionais do município, como áreas urbanas, independente da classificação adotada pelo IBGE nos censos demográficos, enquanto os municípios são solicitados a prover de equipamentos e serviços urbanos todas as comunidades, mesmo as que não são institucionalmente reconhecidas como áreas urbanas. É evidente a estreita relação

entre a vida rural e urbana, especialmente nos municípios menores, onde parte significativa da população trabalha na área rural e vive na área urbana ou mora na área rural e trabalha, estuda e utiliza os serviços da cidade.

Outro desafio é a articulação das políticas setoriais. O que torna a cidade mais atrativa e com melhor qualidade de vida? É a cidade que oferece o melhor serviço, que valoriza a cultura do cidadão, que oferece melhores condições de lazer e trabalho e que abriga todas as políticas sociais e setoriais. Enfim, a política de desenvolvimento urbano não pode prescindir da articulação entre as políticas setoriais.

A articulação dos três níveis governamentais é outro ponto importante a ser considerado, pois incidem sobre as cidades ações da política federal, estadual e da própria política municipal, compreendendo as competências específicas de cada ente federativo que se sobrepõem sobre o espaço urbano.

E, por fim, como desafio central da Sedur, implantar e consolidar o Sistema de Planejamento do Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, que implica a construção de instrumentos e espaços de decisões democráticas em consonância com a política do governo de elaboração de políticas públicas com participação social e transparência.

De acordo com o programa de governo, as áreas prioritárias de atuação devem ser as cidades com menor IDH, o semi-árido e a Região Metropolitana de Salvador.

Esse panorama do Estado, os desafios apresentados e o programa de governo foram a base para a formulação da proposta de trabalho da Superintendência de Desenvolvimento Urbano da Sedur, que compreende os programas listados a seguir.

Instrumentos de Política Urbana e Gestão Participativa contempla: a construção da *Política de Desenvolvimento Urbano do Estado*, que será iniciada de imediato, mas que só deverá ser transformada em lei em 2008, pois sua elaboração passa por todo um processo de discussão e aprovação pública, por

todos os territórios; a criação do *Conselho das Cidades da Bahia*, que tem início com o processo de preparação da 3ª Conferência Estadual das Cidades; e a Conferência Estadual das Cidades, a terceira, que ocorre este ano de 2007, e a quarta em 2010. O primeiro evento para formação da Comissão Preparatória da 3ª Conferência, de forma diferenciada em todo o País, destacou-se pela ampla convocação à sociedade.

A Política Estadual de Desenvolvimento Urbano deve definir os eixos estruturantes de ação urbana do Estado, buscando elevar o patamar de desenvolvimento das cidades do estado da Bahia, com a melhoria da qualidade urbana, e evitando ações, como historicamente ocorreu, de forma pulverizada e que não resultam em melhoria no padrão de desenvolvimento do Estado.

O Conselho das Cidades é uma instância de participação das cidades na definição das políticas urbanas, faz parte do sistema nacional de política urbana e integrará o sistema estadual de política urbana. Esse conselho deve se articular no nível do município com os Conselhos municipais de desenvolvimento urbano ou de cidades.

O Estudo da Rede de Cidades, que tem por objetivo o fortalecimento da rede de cidades, busca identificar as cidades pólo de acordo com as suas escalas de desenvolvimento. Existem vários estudos, em nível nacional, que já identificam uma tipologia, hierarquia e nível de polarização dessas cidades, no entanto, quando se traz para a escala da Bahia, os níveis mais baixos da escala desaparecem, porque a estruturação das cidades é muito frágil e não tem significância na escala nacional. Contudo, na rede estadual, apesar de terem um nível de polarização menor, se fortalecidas, podem representar importante papel no desenvolvimento do Estado. Este estudo inclui a identificação dos tipos de investimentos e articulações necessárias entre cidades pólo e destas com as áreas polarizadas, e tem o objetivo de apresentar as relações e as demandas da rede no sentido de orientar as políticas públicas.

A Implantação de Projetos Estruturantes em Cidades Pólo inclui os projetos indicados em Planos Diretores ou aqueles identificados como de maior significância para o desenvolvimento do Estado e da região. A prioridade às cidades pólo com mais de 100.000 habitantes e às cidades de menor porte do semi-árido vai ao encontro da prioridade de desenvolvimento do semi-árido e da melhoria do padrão das cidades de menor IDH.

Cidades Sustentáveis é um programa que contempla a qualificação das cidades no sentido de uma gestão eficiente e no estabelecimento de parâmetros que tornem a cidade mais sustentável, a partir dos quais deverão ser direcionados incentivos e orientações para investimentos visando a elevação do patamar da qualidade de vida de seus cidadãos. Será necessária a criação de indicadores que considerem as dimensões sociais, culturais, ambientais, físicas e ecológicas, em substituição ao IDH, que não responde aos parâmetros de qualidade das cidades. Deve ser um indicador do modo de vida urbana que permita avaliar o respeito às questões de etnia, de gênero e de cultura. Pretende-se contar com o apoio da SEI na construção dos indicadores de cidades sustentáveis.

Cidades como Apoio à Produção é um estudo relacionado ao tema “as cidades e as relações com os territórios e as regiões” e visa identificar quais as demandas do território com relação à estrutura urbana, considerando a economia, a cultura regional e o porte das cidades, entre outros aspectos.

Planejamento e Gestão Metropolitanos é voltado para a Região Metropolitana de Salvador, compreendendo a gestão entre os municípios e o planejamento de ações comuns visando o fortalecimento do nível de integração da região. A RMS é uma das mais populosas regiões metropolitanas do Brasil, mas tem um nível de integração mediano. Essa integração considera os fluxos econômicos, a mobilidade urbana e, principalmente, a gestão. A RMS não tem nenhum me-

canismo de gestão metropolitana instituído. A Conder, que foi criada com este objetivo, já não cumpre mais esse papel e os municípios não possuem uma instância de articulação entre eles, nem orientados pelo Governo do Estado e nem de iniciativa própria entre eles.

Reabilitação de Áreas Centrais é uma das linhas do Ministério das Cidades, da Secretaria de Programas Urbanos, na qual está incluído o Centro Antigo de Salvador. A proposta do Estado é construir, de forma articulada e participativa, um Plano de Ação Integrada para o Centro de Salvador, considerando sua importância cultural, política e urbanística, o que tem justificado ser objeto de diversas ações da União, do Governo do Estado e do Município, porém sem qualquer integração entre elas. O Centro de Camaçari também está na programação, pois já vem requerendo cuidados especiais.

Na área da *Mobilidade Urbana* estão em início três projetos: o Trem Regional, referente à extensão da linha do Subúrbio até Alagoinhas, passando por Camaçari e Dias D'Ávila, um projeto antigo que está sendo retomado; Estudo da Mobilidade na RMS e Entorno, visando articular e fortalecer a Re-

gião Metropolitana; e Estudo de Melhoria da Acessibilidade às Cidades do Semi-Árido, considerando que um dos maiores entraves ao desenvolvimento urbano é a falta de acessibilidade aos serviços e que a qualidade de vida dos cidadãos passa também pela oportunidade que estes têm de acesso aos locais onde se oferecem os serviços. O estudo proposto tem como objetivo identificar as prioridades de melhorias viárias no sentido de articular as cidades pólo às regiões polarizadas, contribuindo para o fortalecimento urbano regional.

Através do *Assessoramento e Capacitação Técnica Institucional* busca-se: dar apoio aos municípios para elaboração e uso dos seus instrumentos de política urbana, como a elaboração de planos urbanísticos e planos diretores; proporcionar a capacitação dos gestores e cidadãos para a elaboração, implementação e acompanhamento das políticas públicas; e orientar os municípios na captação de recursos, preparação da documentação e elaboração de projetos.

E, por fim, a *Gestão Compartilhada*, compreendendo o apoio à formação de consórcios públicos e outras formas de associação com vistas ao desenvolvimento urbano.

Benito Juncal – Papel da rede urbana e dos territórios de identidade na estruturação do desenvolvimento na Bahia

Sobre a nova divisão territorial da Bahia, muitos se perguntam como chegamos a ela. Tínhamos duas propostas de divisão. Em um seminário promovido pela Seplan, para o qual foram convidadas todas as secretarias, se mostrou uma proposta que tinha sido executada por uma equipe, no final do governo passado, muito similar ao que já existia anteriormente. A outra opção seriam os territórios de identidade. Vocês da Sei sabem que foi um processo construído à revelia do governo anterior, numa parceria com o MDA, e que pessoas como o Vitor Filho se dedicaram bastante a esse projeto. Soma-se a essa conceituação uma base social muito forte – de 26 territórios, 15 já estavam num processo de organização importante, o que levou o Governador, já na sua mensagem à Assembleia Legislativa, a optar pelos territórios de identidade.

Reunimos com a Comissão Estadual de Agricultura Familiar e a Comissão Estadual de Territórios e foi pactuado que esses limites dos territórios não são intocáveis – até mesmo porque a divisão territorial é uma coisa dinâmica – que a organização da agricultura familiar deve continuar existindo através dos seus conselhos, mas os novos conselhos agora não representam só a agricultura familiar, é territorial, urbano e rural. Esse processo seria construído de uma forma que eles estariam fortemente incluídos, mas que outros atores estariam nessa ação territorial.

Para refletirmos, a Bahia tem o dobro da extensão territorial do Rio Grande do Sul. O Rio Grande do Sul, que há 20 anos vem construindo o processo de organização regional, tem 22 territórios, enquanto que a Bahia tem 26 territórios.

Como podemos ver no mapa do semi-árido oficial sobreposto com os territórios, podemos ver que pouquíssimos territórios não são tocados pelo semi-árido. Apenas o Baixo Sul, o Sul e o Extremo Sul é que não estão tocados pelo semi-árido e, claro, a Região Metropolitana de Salvador.

O desafio maior é construir uma política de desenvolvimento territorial para o estado da Bahia. E quais são os pilares dessa política? Primeiro, os territórios são de identidade, mas ao mesmo tempo em que eles têm essa noção de pertencimento, são extremamente complexos em si mesmos, ou seja, eles revelam uma complexidade social, física, cultural muito grande. Segundo, a coesão territorial tanto inter-

na quanto entre os territórios do estado da Bahia. A participação social. A intersetorialidade. Promover em todos os territórios o dinamismo econômico proveniente de suas capacidades. A equidade social. As diretrizes principais do plano são: primeiro, a redução das desigualdades econômicas e sociais inter e intraterritoriais – não é possível que alguns territórios tenham o dobro da taxa média de analfabetismo da Bahia e dentro desse mesmo território você tenha diferenças absurdas em termos de desigualdade social e econômica. Se pegarmos os dois últimos censos, de 1991 e 2000, veremos que dos 417 municípios da Bahia, quase 400 tinham aumentado as desigualdades sociais entre os dois censos. A preservação/conservação – essa é uma questão bastante delicada –, o conceito do patrimônio natural e cultural, tendo a questão da natureza e da cultura como um patrimônio, um patrimônio da própria identidade, mas também um patrimônio que pode ser impulsor do desenvolvimento desses territórios. A integração entre o urbano e o rural: hoje, é praticamente impossível você identificar, na maioria dos municípios, os limites entre estas áreas. O fato é que esse limite entre o urbano e o rural é cada vez mais tênue, dentro do conceito clássico do que é urbano e rural. Promover a cooperação entre o setor governamental e os empreendedores privados – entende-se como empreendedores privados desde a economia solidária, agricultura familiar até o grande negócio. Assegurar o acesso aos bens e serviços públicos.

Os objetivos seriam: integrar os territórios com a Política de Desenvolvimento do Estado, fazendo com que, na sua maioria, retomem seu dinamismo econômico; promover ordenação territorial do estado da Bahia (hoje temos três ZEE's, um praticamente concluído e dois em fase de conclusão, e tem todo o semi-árido, que é quase 70% do nosso território, sem ter o zoneamento econômico-ecológico); promover a desconcentração espacial das atividades econômicas e sociais; modificar as relações políticas

entre o poder local e o poder estadual. Temos a questão das Metas do Milênio, a gente tem a vontade de atingir o compromisso do governo brasileiro com essas metas. E, por fim, fortalecer as identidades locais, e aí a Secretaria de Cultura tem um papel fundamental nesse trabalho.

A questão dos instrumentos, os territórios: quatro grandes passos. Primeiro, a constituição dos Conselhos de Desenvolvimento Regional, que está prevista em lei, garantindo, no mínimo, a paridade entre a sociedade civil e o governo. E que eles possam, a partir desses conselhos, construir os planos de desenvolvimento territorial, e esses planos, a longo e médio prazos, devem estar articulados com planejamento estratégico do governo. A figura dos consórcios públicos – em janeiro a lei foi regulamentada pelo presidente Lula, depois de um ano que tinha sido aprovada pelo Congresso. Os consórcios são instrumentos primordiais para executar determinadas políticas públicas; na integração dos municípios, os consórcios são fundamentais. E, por fim, um pacto territorial de desenvolvimento, ou seja, constituído o conselho de desenvolvimento do território, o plano de desenvolvimento realizado pelo conselho com a participação dos agentes locais, a constituição do consórcio público – esse contrato entre o Estado e o território se dá através de um pacto. A idéia do pacto é para decidir as responsabilidades – inclusive federativas –, que podem envolver a União, o Estado e os municípios e, também, as organizações da sociedade civil, colocando para cada um os direitos e os deveres na construção daquele território. Os ZEE's são um instrumento poderoso de ordenamento do território. O planejamento participativo: começaremos no final de abril com o PPA Participativo, onde serão consultados todos os territórios.

Duas interrogações: primeiro, a viabilidade ou não da existência de um fundo para o desenvolvimento territorial – e se tiver esse fundo, pra que esse fundo? Qual a fonte desse fundo?

Já estamos começando, junto com a SEI e outras secretarias, a discutir a idéia de dotar esses territórios de um conjunto de informações, através de um portal, para que não só os gestores públicos possam ter acesso a essas informações, mas para que outras entidades da sociedade civil, as universidades possam nos apoiar nas discussões.

Vimos aqui as manchas de pobreza no estado da Bahia. Apesar disso tudo, nós estamos completamente fora do processo de integração regional da América do Sul, essa é uma das preocupações. Segundo, a cidade é um território que organiza território, a função da cidade é essa. Ela, em si, já é um território que ajuda a organizar o que está a sua volta. Eu acho que o pensamento que temos que ter é que a cidade tem a capacidade de articular essas peças urbanas entre si, e as peças urbanas com os territórios que as contém. Segundo, a capacidade de articular também as peças urbanas com as redes e fluxos territoriais que nós temos; e aí cabe todos esses estudos, identificar quais são as redes e fluxos territoriais e articularmos as atividades entre os territórios. Nós temos que pensar nessas cidades e como é que elas se articulam, como é que vamos

introduzir a questão das cidades pequenas e médias. Quanto às cidades ditas estratégicas, nós podemos ver que só em dois territórios não têm cidades estratégicas: do Jiquiriçá e do Paramirim. Infelizmente ainda temos sedes de municípios que, muitas vezes, não se constituem em uma cidade. Quase metade das nossas cidades são apenas sedes de municípios, não podem se constituir como espaços urbanos.

Pensando a questão das cidades médias, foi colocado outro dia, em dos debates aqui realizados, a questão dos centros de distribuição. O que se via era o seguinte: com exceção de Juazeiro, os pólos eram exatamente em Salvador, Feira de Santana, Jequié, Ilhéus e Itabuna, Eunápolis e, depois, vinha a nova questão dinâmica, pois tínhamos Vitória da Conquista, Brumado até chegar em Barreiras. Esse miolo todo estaria fora dos chamados centros de distribuição. E esses territórios que estão fora desses pólos são as áreas prioritárias de desenvolvimento do governo Wagner, que é o semi-árido. O semi-árido, em sua grande maioria, estaria fora desses focos. Eu acho que isso aqui é apenas para a gente refletir.

3.2 II RODADA

Programação

10 de abril

Tema: **DESENVOLVIMENTO SOCIAL: COMBATE A POBREZA, TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

- a) Setores e áreas socialmente vulneráveis na sociedade baiana
- b) Intervenções setoriais e espaciais prioritárias
- c) Gestão transversal das ações sociais por grupamento social e por conjunto de secretarias
- d) Projetos estruturantes para o desenvolvimento social

Expositor 1

Tatiana Dias Silva

Assessora Especial da Setre - Visão estratégica da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE)

Expositor 2

Maria das Graças Leite

Coordenadora Executiva Sedir - Visão estratégica da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SEDIR)

Expositor 3

Elsa Sousa Kraychete

Professora UCSAL - Desafios sociais na Bahia: novas formas de abordagens

Expositor 4

José Ribeiro Soares Guimarães

Diretor de Pesquisas SEI - População, trabalho e pobreza

Relator

José Ribeiro Soares Guimarães

Diretor de Pesquisas SEI

12 de abril

Tema: **QUESTÃO AMBIENTAL E O TURISMO NA BAHIA**

- a) O uso sustentável dos recursos naturais e o desenvolvimento da Bahia
- b) Atividades produtivas e o Zoneamento Econômico ecológico da Bahia
- c) Política de atração de fluxos turísticos e seus espaços na Bahia
- d) Recursos naturais e atividades do turismo
- e) Elementos de infra-estrutura demandadas para o turismo e seus reflexos ambientais na Bahia

Expositor 1

Ronaldo Lyrio

Consultor - O processo de desenvolvimento na Bahia: atividades produtivas e o ambiente natural

Expositor 2

José Murilo Philigret Baptista

Economista, Professor universitário (Ufba e FJA), Assessor Especial Semarh - Visão estratégica da Semarh

Expositor 3

Maria Gravina Ogata

Diretora Semarh - Visão estratégica da Semarh

Expositor 4

Inez Garrido

Assessora da Setur - Visão estratégica da Secretaria de Turismo (SETUR)

Relator

Clóvis Caribé

Assessor Especial da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI)

17 de abril

Tema: **A SAÚDE NA BAHIA**

- a) Aspectos críticos da saúde e seus espaços na Bahia
- b) Acesso das famílias pobres aos equipamentos de saúde na Bahia
- c) Apoio aos serviços de saúde de elementos de infra-estrutura urbana da Bahia
- d) Gestão transversal das ações de apoio à saúde na Bahia
- e) Saúde como vetor de desenvolvimento econômico

Expositor 1

Jorge Santos Solla

Secretário de Saúde - Visão estratégica da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB)

Expositor 2

Carmem Teixeira

Professora Ufba - Instituto de Saúde Coletiva (ISC) - Questões estratégicas da saúde na Bahia: causas, efeitos, políticas e gestão

Relatora

Márcia Mazzei

Diretora SESAB/DIS

19 de abril

Tema: **EDUCAÇÃO E CULTURA NA BAHIA**

- a) Aspectos críticos da educação e da cultura e suas especificidades regionais na Bahia
- b) Acesso das famílias pobres aos equipamentos de educação e de cultura na Bahia
- c) Apoio aos serviços de educação e cultura de elementos de infra-estrutura urbana da Bahia
- d) Gestão transversal das ações de apoio à educação e da cultura saúde na Bahia
- e) Universidade como vetor de desenvolvimento econômico

Expositor 1

Salvador Trevizan

Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação (SEC)

Expositor 2

Carlota Gottschall

Diretora da Secult - Visão estratégica da Secretaria de Cultura (SECULT)

Expositor 3

Nelson Pretto

Diretor da Faculdade de Educação da Ufba e Pesquisador do CNPq - O papel da educação e das políticas de cultura no desenvolvimento da Bahia

Relator

Cláudia Fernandes

Coordenadora SEI / COPES

26 de abril

Tema: **INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DA BAHIA**

- a) O papel das universidades públicas no desenvolvimento da Bahia
- b) Universidades do futuro e os seus papéis no desenvolvimento regional
- c) Ciência e tecnologia como fatores estratégicos do desenvolvimento estadual
- d) Informações e conhecimentos estratégicos para o desenvolvimento
- e) Interiorização do conhecimento e das informações na Bahia

Expositor 1

Herbet Conceição

Pró-reitor de Pesquisa e Pós- Graduação da Ufba - Universidades federais e o desenvolvimento da Bahia

Expositor 2

Geraldo José Belmonte dos Santos

Representante do Fórum de reitores das universidades estaduais da Bahia - As universidades estaduais e o desenvolvimento da Bahia

Expositor 3

Ildes Ferreira

Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do Governo do Estado da Bahia - Visão estratégica da Secti

Expositor 4

Geraldo Reis

Diretor geral da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) - Visão estratégica da SEI: informação e conhecimento a serviço da sociedade

Relator

Paulo Pontes da Silva

Diretor da Secti

03 de maio

Tema: **JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA NA BAHIA**

- a) Direitos humanos e liberdades fundamentais na sociedade baiana
- b) Discriminação, violência e exclusão de grupamentos sociais na Bahia
- c) Segurança pública e a integridade do cidadão na Bahia
- d) Equipamentos e infra-estrutura de apoio a justiça e à segurança pública na Bahia
- e) Gestão integrada de ações da justiça e da segurança na Bahia com outras políticas estaduais e nacionais

Expositor 1

Gey Espinheira

Doutor em Sociologia, Professor de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Ufba - A segurança e os direitos humanos na sociedade atual e seus reflexos na Bahia: cidadania, criminalidade, discriminação e exclusão

Expositor 2

Frederico Fernandes

Superintendente SJCDH - Visão estratégica da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH)

Expositor 3

Tenente Coronel Francisco Luiz Telles de Macedo

Diretor de Planejamento Estratégico, Projetos e Ensino em Segurança Pública - SSP

Relator

Ivana Muricy

Coordenadora CODESE / SEI

10 de abril

Tema: **Desenvolvimento social: combate à pobreza, trabalho, emprego e renda**

Relator: **José Ribeiro Soares Guimarães**

Expositor 1

Tatiana Dias Silva

Assessora Especial da Setre - Visão estratégica da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE)

- As ações da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE) serão norteadas pela Agenda do Trabalho Decente preconizada pela OIT – trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, sem quaisquer forma de discriminação, e capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem o seu trabalho.
- A Agenda do Trabalho Decente na Bahia procurará internalizar as seguintes dimensões:
 - Mais e melhores empregos
 - Promoção da igualdade
 - Melhores condições de trabalho
 - Enfrentamento do trabalho escravo e do trabalho infantil
 - Proteção social e Diálogo social
- No âmbito do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, além das atividades tradicionais (seguro-desemprego, intermediação de mão-de-obra, qualificação profissional, documentação, orientação ao trabalhador etc.) serão desenvolvidas ações de apoio à micro e pequena empresa, ações transversais de gênero e etnia, políticas públicas para a juventude e fomento ao desenvolvimento local.
- Com a criação da Superintendência de Economia Solidária, o objetivo é fomentar estudos e divulgar as boas experiências, fomentar os empreendimentos solidários e ampliar o micro-crédito.
- Ações prioritárias da Setre:
 - Agenda do Trabalho Decente
 - * Realização da Conferência Estadual do Trabalho Decente (24 e 25/04)
 - * Elaboração da Agenda Estadual do Trabalho Decente
 - * Criação de prêmio/selo Trabalho Decente
 - * Formação de um Grupo de Trabalho Executivo
 - * Cooperação Técnica Setre/OIT
 - Criação do Centro Integrado de Emprego e Trabalho
Voltado para a integração das políticas e integração espacial das diversas ações.
 - Programa Juventude Cidadã
Direcionado para os jovens de 16 a 24 anos, incorporando as seguintes dimensões: cidadania e direitos humanos, qualificação profissional, serviço voluntário, reforço escolar, inserção no mercado de trabalho e bolsa auxílio.
 - Criação de Centros Públicos de Economia Solidária

O objetivo é o de criar espaços multifuncionais em territórios estratégicos com o intuito de potencializar a economia solidária por intermédio de ações de formação de empreendimentos, crédito, comercialização, criação de redes locais e/ou setoriais, cadeias produtivas, na vertente do desenvolvimento local.

- Incubadoras Públicas de Empreendimentos Populares
Trata-se de estimular a formação de empreendimentos populares e solidários por meio da assessoria de incubadoras a serem geridas por prefeituras ou consórcios municipais.
- Expansão do Microcrédito
- Museu Vivo do Artesanato
Criação de uma espécie de feira permanente que prime pela diversidade cultural, com ênfase na promoção e comercialização do artesanato e diante integração com a economia solidária.
- Reforma do Estádio da Fonte Nova

Expositor 2

Maria das Graças Leite

Coordenadora Executiva Sedir - Visão estratégica da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SEDIR)

- A recém criada Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional (Sedir) apresenta as seguintes linhas básicas de ação:
 - Planejamento/Acompanhamento (formulação e avaliação de políticas, planos e programas e realização de estudos).
 - Execução (implementação de políticas, programas e projetos de desenvolvimento regional por intermédio da CAR).

- Articulação Interinstitucional (sinergia com outros órgãos do governo).
- Apoio e Assessoramento Técnico (aos municípios).
- As principais competências da Sedir podem ser resumidas em:
 - formular e coordenar a implementação da política estadual de desenvolvimento regional integrada;
 - estabelecer, conjuntamente com o Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social, planos e programas de desenvolvimento regional;
 - promover a articulação e a integração das políticas, dos planos e dos programas regionais de desenvolvimento, em âmbito federal, estadual e municipal, bem assim com o setor privado, e a sociedade civil;
 - definir estratégias de integração das economias regionais, propondo diretrizes e prioridades, em consonância com os planos de desenvolvimento do Estado;
 - acompanhar e avaliar os impactos resultantes da execução da política de desenvolvimento regional integrada;
 - identificar fontes de financiamento, junto ao Governo Federal e aos órgãos de fomento nacionais e internacionais, visando captação de recursos para programas e projetos de desenvolvimento regional;
 - prestar apoio técnico e institucional às administrações municipais, visando a sua organização e integração com as políticas de desenvolvimento regional;
 - desenvolver estudos para a promoção da integração territorial e social entre as regiões do Estado, consolidando seus elos econômicos:

- Além do Produzir, um dos principais programas em desenvolvimento é o Projeto de Desenvolvimento das Comunidades Rurais (PRODECAR) mais carentes do Estado da Bahia. Com recursos da ordem de US\$ 60 milhões o projeto abrange 26 municípios da região Nordeste e 8 da região Sudoeste.

Expositor 3

Elsa Sousa Kraychete

Professora UCSAL - Desafios sociais na Bahia: novas formas de abordagens

- No atual contexto, as agências internacionais de fomento (a exemplo do Banco Mundial) desempenham um papel decisivo na formulação das políticas de combate à pobreza.
- O Estado, no modelo anterior, possuía primazia no processo de indução ao crescimento econômico ao passo que no modelo atual joga um papel de parceiro.
- As políticas sociais e de combate à pobreza deixaram de ser universais e foram introduzidos os princípios da focalização e da equidade.
- O ideário das políticas apregoadas pelas agências de fomento buscam o foco na inserção dos pobres na compra de ativos mediante o acesso à políticas de crédito.
- A idéia implícita destas políticas é a de que a inclusão dos pobres fomenta o consumo e alavanca o crescimento econômico, criando condições para a superação da pobreza. Esta equação tem armadilhas, já que o capitalismo inclui e exclui constantemente. Um exemplo seria que, mediante acesso à renda, as famílias pobres passam a comprar confecções, mas as peças do vestuário podem ser importadas de outros países.

- A pobreza é complexa e possui diversas dimensões, não sendo, portanto, responsabilidade de uma só secretaria de estado e sim de uma decisão de governo.
- Apesar da importância da economia popular e dos empreendimentos solidários é preciso se levar em conta que o trabalho assalariado não está acabando.
- Há a necessidade de se estudar e conhecer melhor os efeitos do aumento real do salário mínimo no processo de combate à pobreza. Na Bahia, este aspecto é de suma relevância.
- A Bahia por ser espacialmente e socialmente muito desigual demanda políticas diferenciadas em regiões específicas.
- A pequena produção desempenha um papel estratégico no combate à pobreza. Entretanto, há o problema da escala/mercados, ou seja, não cabe nos grandes sistemas de comercialização. Diante deste contexto, é preciso pensar novas formas.
- A agricultura familiar possui potencialidade na Bahia, mas o pequeno produtor baiano é descapitalizado.
- As políticas de microcrédito são importantes, mas necessitam de taxas de juros mais baixas e subsidiadas. Caso contrário, apesar de, num primeiro momento, ativar o consumo, posteriormente aumenta o endividamento.

Expositor 4

José Ribeiro Soares Guimarães

Diretor de Pesquisas SEI - População, trabalho e pobreza

- A perfeita compreensão da dinâmica demográfica recente na Bahia e a tendência de distribuição da população por idade e sexo é de fundamental importância no processo de delimitamento e elaboração de políticas voltadas para o atendimento das deman-

das sociais. Tal importância decorre do fato de que cada política social tem um público-alvo determinado, diferenciado em termos de volume, ritmo de crescimento, composição e distribuição espacial.

- O processo de envelhecimento populacional acarreta uma série de implicações nas mais distintas esferas da sociedade – econômica, organização social, política, dentre outras. O conjunto dessas significativas transformações demográficas na estrutura etária da população incorre em grandes desafios e redirecionamento no âmbito das políticas sociais de educação, saúde, previdência social, mercado de trabalho, dentre outras.
- Em que pese o crescimento decorrente da melhora no fluxo escolar e na redução do abandono, o expressivo aumento no número de alunos matriculados no sistema de Ensino Médio da Bahia – de 213 mil em 1991 para 722 mil em 2006 – reflete a pressão de origem demográfica.
- Contingentes numerosos de população, nascidos antes da acentuação da queda da fecundidade, estão chegando à idade de trabalhar e atingindo os grupos etários onde são mais elevadas as taxas de atividade – efeito da onda jovem. Em 2005, cerca de 20,0% da população baiana (2,7 milhões de pessoas) era formada por jovens. Em outras palavras, um entre cada cinco habitantes possuía de 16 a 24 anos.
- O incremento contínuo da proporção de idosos representa um importante desafio para o processo de elaboração de políticas públicas, já que impõe um conjunto de ações nos mais diversos âmbitos que possam dar conta das demandas específicas deste contingente populacional, dentre as quais as áreas de saúde e previdên-

cia social merecem uma atenção especial.

- No âmbito da saúde, estima-se que apenas 15,0% da população de 1,28 milhão de baianos com 60 anos e mais de idade era coberta por um plano de saúde. A existência desse expressivo contingente de idosos (cerca de 1,06 milhão ou 85,0% do total) sem cobertura de plano de saúde incorre numa forte pressão sobre o serviço público de saúde
- Cerca de 17,1% da População Economicamente Ativa (PEA) baiana é analfabeta, sendo que alcança 30,7% na zona rural. Uma proporção de 33,6% da PEA é composta por analfabetos funcionais, proporção que chega a 56,3% nas áreas rurais do estado. Cerca de 60,2% da PEA não possui o ensino fundamental completo, enquanto que na zona rural tal proporção é de 85,7%.
- O contingente de desempregados na Bahia é de aproximadamente 710 mil pessoas, sendo que 40,0% deste total é composto por jovens de 18 a 24 anos, cuja taxa de desemprego alcançava 18,7% – quase o dobro em relação ao conjunto dos trabalhadores baianos (9,9%).
- Cerca de 1,6 milhão de trabalhadores autônomos baianos (95,7% do total) não contribuem para a previdência social. Vale ressaltar que os autônomos representam 26,0% na estrutura ocupacional.
- Seguindo uma tendência nacional, a proporção de crianças de 7 a 14 anos na escola (97,0%) cresceu e já se aproxima da cobertura plena. No entanto, o tempo médio de conclusão esperado para término da quarta série do ensino fundamental na Bahia ainda é bastante elevado (6,6 anos), situando-se acima das médias da região Nordeste (5,9 anos) e do país (5,1 anos).

- A concentração espacial da produção e da riqueza, atrelada à concentração da propriedade, engendra um descompasso entre o crescimento e o desenvolvimento socioeconômico – que se manifesta claramente por intermédio dos indicadores sociais – com sérias repercussões sobre os níveis de pobreza na Bahia.
- A necessidade de ao se pensar nas políticas de combate à pobreza não deixar de lado a conservação da biodiversidade.
- Existência de uma possível superposição de ações entre a Sedit e a Seplan, principalmente no que concerne à avaliação de políticas públicas e captação de recursos no exterior.

Questões surgidas no debate

- As políticas de combate à pobreza devem internalizar a lógica de desenvolvimento que se espera construir no estado;
- É preciso estudar qual o peso real e o significado das políticas compensatórias no combate à pobreza e na economia baiana.
- É possível se pensar o social como vetor de desenvolvimento? De que maneira?
- Os problemas sociais apresentados não serão resolvidos em cinco, dez anos e nem sequer durante uma geração. Diante deste contexto, é preciso criar condições para mudar o quadro numa perspectiva de se identificar o que é preciso fazer para que haja uma inflexão da pobreza. A pressa demasiada em querer resolver de uma vez problemas de tal envergadura só atrapalha.
- Como articular o que as secretarias pretendem fazer por si próprias numa política conjunta de governo.
- Resposta de Graça Leite à questão anterior: Na medida em que a CAR se incorpora à Sedit e na medida que a CAR é um órgão executor de projetos, nós temos que ter a definição de indicadores, de monitoramento e temos que avaliar depois o impacto gerado pelo projeto. A CAR sempre fez captação de recursos, a CAR não é mais da Seplan, agora é da Sedit e ela sempre negociou e articulou com o Banco Mundial.
- O planejamento é função de estado, é função de governo e deve ser feito por todas as unidades que integrem a estrutura de governo.
- Um dos grandes problemas a ser enfrentado é que cada secretaria quer trabalhar de forma isolada, e pôr sua marca em determinadas ações e em determinados programas. Tal visão parcial, segmentada, fracionada é causa de uma série de problemas na eficiência da alocação de recursos públicos, na efetividade dessas ações, no grau de eficácia.

12 de abril

Tema: **A questão ambiental e turismo na Bahia**

Relator: **Clóvis Caribé**

Expositor 1

Ronaldo Lyrio

Consultor - O processo de desenvolvimento na Bahia: atividades produtivas e o ambiente natural

Elementos para discussão: A variável ambiental no planejamento territorial

A partir da apresentação de mapas de sua autoria, o expositor nos trouxe uma discussão conceitual sobre a variável ambiental no planejamento, mostrando as possibilidades de um Desenvolvimento Sustentável no conjunto do território do Estado e as possíveis interseções entre o crescimento econômico, o desenvolvimento social e a conservação ambiental.

Travou um diálogo a partir dos primeiros quatro mapas, mostrando como são concentrados os dados do PIB, da produção agropecuária, do PIB Industrial em poucos municípios do universo de 417 presentes no Estado. Para o expositor, esse quadro conduz à visualização da presença de uma riqueza segmentada que determina uma forma de ocupação do território de forma pouco pungente economicamente. O principal resultado desse quadro pode ser percebido a partir dos dados extraídos no IDE de 2000, que materializaram alguns dos mapas apresentados.

Entre os mapas 6, 7 e 8, o expositor trouxe uma visão sobre como se apresenta o setor agrícola do Estado. Neste setor, também a partir dos dados e mapas apresentados, foi possível perceber que o processo

de concentração das atividades modernas ocorre em espaços reduzidos do território do Estado, basicamente em parte dos cerrados da Região Oeste, parte da Região Sul e Extremo Sul e nos espaços da Bacia do rio São Francisco. Quando se trata do plantio de culturas temporárias esse processo de concentração ainda é mais nítido, já que somente poucos municípios situados nos espaços dos cerrados da Região Oeste concentram, praticamente sozinhos, parte significativa da produção agrícola de lavouras com essas características. O mesmo ocorrendo com a atividade pecuária. Com dois subespaços das Regiões Oeste e do Extremo Sul concentrando, sozinhos, parte significativa dessa atividade. A partir da visualização de uma série de mapas, o expositor, durante toda a sua apresentação, procurou demonstrar que os mapas somente materializavam que o processo de concentração da riqueza presente no Estado produzia um IDS concentrado que se reflete nas condições de incorporação do seu meio físico.

Expositor 2

José Murilo Philigret Baptista

Economista, Professor universitário (Ufba e FJA), Assessor Especial Semarh - Visão estratégica da Semarh

Apresentou uma Visão geral da atual Política Estadual do Meio Ambiente e a Concepção Institucional de defender, preservar, conservar e recuperar o Meio Ambiente com base nos princípios:

- a) da função social da propriedade;

- b) do desenvolvimento sustentável como norteador da política socioeconômica e cultural do Estado;
- c) de que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Para o expositor, a Secretaria deverá alcançar os seus objetivos através de três vertentes:

- a) Plano Estadual do Meio Ambiente;
- b) zoneamento territorial ambiental;
- c) econômicos e tributários de gestão ambiental e de estímulo às atividades produtivas e socioculturais.

Instrumentos presentes para materializar a Política Estadual do Meio Ambiente

I - meio ambiente: a totalidade dos elementos e condições que, em sua complexidade de ordem física, química, biológica, socioeconômica e cultural, e em suas inter-relações, dão suporte a todas as formas de vida e determinam sua existência, manutenção e propagação, abrangendo o ambiente natural e o artificial;

II - recursos ambientais: os recursos naturais, tais como o ar, a atmosfera, o clima, o solo e o subsolo; as águas interiores e costeiras, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial; a paisagem, a fauna, a flora; o patrimônio histórico-cultural e outros fatores condicionantes da salubridade física e psicossocial da população.

Para o expositor, o Plano Estadual de Meio Ambiente deverá ser elaborado em consonância com os princípios e as diretrizes desta Lei e integrante do Plano Plurianual do Estado. Deverá estabelecer mecanismos de integração da política ambiental e de proteção à biodiversidade e de recursos hídricos com as demais políticas setoriais, envolvendo o Poder Público, COLETIVIDADE (empresários/negócios, movimentos sociais, "terceiro setor"/Ong's, Academia).

O Plano Estadual de Meio Ambiente deverá contar com:

- visão da economia baiana;
- perfis das estratégias privadas;
- evolução do movimento social;
- rebatimento dos programas públicos.

A Política Estadual do Meio Ambiente a ser viabilizada será um instrumento de iniciativas para uma agenda positiva e referencial para intervenção que permita reverter o discurso de "catástrofe", que é paralisante. Deverá reverter a imagem de entrave ao tempo em que reforce e apóie quem acerta. Deverá ser "propositiva" na "fonte", apontando e agilizando soluções. Implementará a interlocução entre o setor público e os centros de pesquisa (universidades), sociedade civil e entidades privadas, agindo de forma articulada e integrada para viabilizar empreendimentos e fazer cumprir a legislação e as normas. Integrará o sistema de georeferenciamento e a base de informações. Deverá alterar e modernizar processos de gestão para melhorar o atendimento ao usuário ao tempo em que articula procedimentos internos.

Expositor 3 Maria Gravina Ogata

Diretora Semarh - Visão estratégica da Semarh

Inicia a sua exposição dizendo que o Estado não é um somatório de ações realizadas pelas administrações municipais e por conta disso, como consta na Constituição Estadual de 1989, tem a obrigação legal de ordenar seu território.

Sendo assim, o que é? O Zoneamento é um dos instrumentos de planejamento que, integrado aos demais, possibilita o melhor uso do espaço geográfico e dos recursos ambientais existentes.

O que faz? Planeja o desenvolvimento regional de forma mais equânime.

Quais as suas características? Tem caráter técnico, político e jurídico.

O que possibilita?

A integração de: a) políticas públicas; b) instituições públicas (máquina pública); c) atores sociais diversos; e d) instrumentos de gestão diversos.

Como se encontra situado institucionalmente: Com Grupos de Trabalho (GT) e o Conselho Regional de Desenvolvimento.

Apresenta, logo em seguida, uma síntese dos aspectos do quadro demográfico e econômico do Estado:

- 54% da população está concentrada no Litoral baiano;
- 72% do PIB está concentrado no litoral baiano;
- 92% dos Investimentos Industriais previstos são para o litoral baiano.

Diante desse quadro, a partir da existência de instrumentos da área ambiental, como ordenar o território? Para a expositora:

- primeiro com o planejamento: zoneamento, planos, enquadramento dos cursos d'água, criação de UC (União, Estado, Município, Unidades de Conservação, Bacias Hidrográficas);
- segundo, com o controle: licenciamento, outorga, autorização de supressão da vegetação, alvarás;
- terceiro, com controle e ação de caráter econômico: cobrança pelo uso dos recursos naturais;
- quarto, com fiscalização: aplicação de penalidades administrativas, como multa, embargo, interdição;
- quinto, através do apoio técnico: sistemas de informações.

As dificuldades para o avanço desse processo seriam:

1. de controle sobre atividades cujas demandas são externas: demandas do mundo global (turismo de massa, silvicultura, carcinocultura, agronegócios);
2. de demandas que implicam em uso intensivo dos recursos naturais (solo, água, biota, minérios);

3. de geração de emprego: menor quantidade de empregos gerados em relação ao setor industrial (base tecnológica);
4. ausência de diretrizes nacionais para a ocupação e exploração de cultivos extensivos em biomas, especialmente, na caatinga e no cerrado;
5. o ZEE sempre foi elaborado a partir do ponto de vista técnico, coordenado pela área ambiental, sem interlocutores governamentais com poder de decisão e com interferência na autonomia dos entes federados.

A estrutura e a situação atual da Coordenação e dos grupos de trabalho apresentam-se da seguinte forma:

Unidades Socioambientais Homogêneas

1. Urbana Contínua
2. Urbana em Expansão
3. Turística Programada Sustentável
4. Agropecuária 1
5. Agropecuária 2
6. Silvicultura
7. Petrolífera
8. Industrial

Considerações gerais sobre as unidades

- I - O nome da Zona indica a atividade principal, não impedindo que outras se instalem, desde que sejam complementares e se integrem à atividade principal, não conflitando com ela;
- II - a atuação do Poder Público Estadual será no sentido de incentivar e orientar as atividades principais, bem como aquelas que lhe são complementares.

Algumas recomendações

- a) elaborar e implementar um Plano de Mineração para a Região Metropolitana de Salvador e Litoral Norte, onde deverá ficar esclarecido como poderá uma atividade minerária se desen-

- volver sem conflito com áreas turísticas, de grande beleza cênica;
- b) apoiar o fortalecimento institucional dos municípios para que sejam capazes de disciplinar seu território, licenciar empreendimentos e atividades de impacto local (Planos Diretores);
 - c) viabilizar as ações de planejamento a partir dos colegiados atuantes na região: Comitê da Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte, Conselhos Gestores de Unidades de Conservação, Conselhos Municipais de Meio Ambiente, Conselho Regional de Desenvolvimento, Consórcios etc.
 - d) adotar como base de informação para todos os níveis governamentais e para a aplicação da legislação ambiental: estudo geológico-geomorfológico do Gerco/MP;
 - e) conhecer com antecedência as áreas que o Ibama e os municípios estão escolhendo para serem Unidades de Conservação.

Expositor 4 **Inez Garrido**

Assessora da Setur - Visão estratégica da Secretaria de Turismo (SETUR)

A quarta expositora inicia a sua apresentação trazendo um organograma extenso das ações e da missão da Secretaria de Turismo. Depois traz os macros problemas encontrados no Estado para viabilizar em curto prazo uma política avançada no setor:

1. Enclaves hoteleiros desvinculados da produção econômica local nos espaços de:
 - Porto Seguro;
 - Morro de São Paulo;
 - Litoral Norte e outros.
2. Deficiência na regulação, fiscalização e gestão de serviços públicos e privados devido:

- Ao Ordenamento do Solo insuficiente;
 - À Certificação insuficiente;
 - Ao Desalinhamento Institucional.
3. Subdimensionamento da Qualificação Profissional e Empresarial.
 4. Insuficiência e inconsistência de indicadores e de estatísticas.
 5. Deficiências infra-estruturais em uma série de equipamentos, principalmente:
 - Aeroportos (Ilhéus, Porto Seguro e Salvador);
 - Portos e Terminais hidroviários;
 - Recuperação do Patrimônio Histórico – prioridade para uso turístico;
 - Malha rodoviária – Estudos Turísticos;
 - Saneamento.

Os macros objetivos e as prioridades entre os anos de 2007 e 2008, incluindo novas prioridades estratégicas, são:

1. Atração e qualificação do fluxo turístico visando:
 - maior permanência;
 - maior gasto médio;
 - maior efeito multiplicador;
 - qualificação da atração de investimentos em função de atração qualificada do fluxo.
2. Produção associada ao turismo:
 - Densificação da cadeia produtiva do Turismo no Estado, priorizando regiões;
 - APL's.
3. Qualificação:
 - profissional;
 - empresarial.
4. Interiorização do turismo no Estado
 - efetivação de roteiros não desenvolvidos;
 - novos roteiros articulados à segmentação;
 - turismo rural.
5. Novas prioridades estratégicas
 - Baía de Todos os Santos;
 - Chapada Diamantina;
 - Rio São Francisco.

6. Desenvolvimento e qualificação dos produtos (prioridades)

- Centro Histórico: Pelourinho (governança);
- Porto Seguro (ordenamento do solo, “verdade estatística”, produção associada, aeroporto e renovação de equipamentos);
- Chapada Diamantina (*marketing* e aeroporto);
- Valença e Morro de São Paulo (segurança, saneamento e produção associada);
- Salvador e RMS – Serviço de Atendimento ao Turista.

17 de abril

Tema: **Saúde na Bahia**

Relator: **Márcia de Paulo Mazzei**

Expositor 1

Jorge Santos Solla

Secretário de Saúde - Visão estratégica da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SE-SAB)

Expositor 2

Carmem Teixeira

Professora Ufba - Instituto de Saúde Coletiva (ISC) - Questões estratégicas da saúde na Bahia: causas, efeitos, políticas e gestão

Presentes: Diretor Geral da SEI, Dr. Geraldo Reis; Secretário de Planejamento, Dr. Ronald Lobato; dirigentes e técnicos da SEI e representantes de diversas Secretarias de Estado, como Saúde, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Urbano, Infra-estrutura, dentre outras.

Após a abertura do encontro, pelo Dr. Geraldo, houve uma rodada de apresentações dos participantes. Logo a seguir o Dr. Ronald falou da relevância da iniciativa do evento, salientando a importância de um planejamento único, onde as diversas instituições devem estar articuladas, desenvolvendo atividades complementares, além de orçamento e monitoramento integrados.

A seguir o Dr. Jorge Solla proferiu a palestra **“O SUS na Bahia: Situação atual e perspectivas de avanço”**.

Inicialmente, o Dr. Solla ressaltou a importância do PPA, atrelado ao Plano Estadual de Saúde.

A seguir apresentou alguns indicadores de saúde que classificam o estado da Bahia entre os piores do Nordeste do País ocupando,

muitas vezes, o último lugar no *ranking* dos estados brasileiros.

Ressaltou a baixa cobertura do Programa de Saúde da Família, que, mesmo com o avanço observado nos dois últimos anos, decorrente dos incentivos do Governo Federal, apresenta o ritmo de crescimento mais baixo do Nordeste.

Quanto às internações hospitalares, com exceção de Vitória da Conquista, que atrai pacientes de Minas Gerais, Juazeiro e Petrolina, que se complementam na oferta de serviços, e Paulo Afonso, com seu hospital da Chesf, observa-se que a Bahia é um “exportador de pacientes para Brasília, Sergipe, Espírito Santo, etc.” Isto decorre da situação dos hospitais do estado que, na maioria dos casos, são de pequeno porte, construídos sem planejamento e, em geral, têm uma baixa resolutividade.

No que se refere às informações sobre mortalidade, salientou o expressivo sub-registro de óbitos infantis e maternos no estado, o que compromete fortemente o conhecimento da real situação de saúde da população.

Quanto à assistência ao pré-natal, ressaltou a baixa qualidade das consultas, o que vem resultando em elevadas proporções de recém-nascidos de baixo peso, dentre outras conseqüências.

No que se refere à atenção aos pacientes crônicos, como portadores de hipertensão e diabetes, referiu ser a Bahia o estado com as mais baixas taxas de pacientes cadastrados para tratamento. A tuberculose, um grave problema de saúde pública, apre-

senta-se com as mais elevadas taxas de incidência do País.

Quanto à oferta de serviços de média e alta complexidade, ressaltou as grandes desigualdades regionais, com a concentração da maioria dos serviços em Salvador e Recôncavo, e uma incipiente oferta nas regiões de Feira de Santana, Vitória da Conquista, Itabuna e Juazeiro. As demais áreas apresentam uma carência absoluta de serviços. Os procedimentos de alta complexidade, como quimioterapia e nefrologia, quase na sua totalidade, são oferecidos pela rede privada contratada pelo SUS. Quanto ao padrão de remuneração, estes serviços são os que oferecem maior lucratividade.

Com relação aos trabalhadores da saúde, a Bahia apresenta-se com os menores números de profissionais, como odontólogos, médicos, técnicos e auxiliares de enfermagem, todos com baixos salários. A remuneração dos funcionários públicos estaduais foi outro problema encontrado pelo atual governo, visto que a maioria deles tem seus salários base inferiores ao salário mínimo vigente no Brasil. Observa-se ainda uma precarização da força de trabalho decorrente do tipo de contrato dos profissionais, feito através de cooperativas, fundações e empresas. Estes profissionais não têm garantido seus direitos trabalhistas, previdência etc.

Dr. Solla salientou o importante aumento dos repasses de recursos federais, de cerca de 80%, a partir do ano de 2003. A política do governo Lula de aumentar em 50% os repasses de recursos para municípios brasileiros com os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) privilegiou o estado da Bahia, que concentra um grande número destes municípios classificados entre os piores no *ranking* do IDH.

Embora historicamente a Bahia apresente um baixo financiamento *per capita*, decorrente da baixa oferta de serviços, o Governo Federal adotou políticas indutoras para estados com esta característica e incentivou financeiramente aqueles em gestão plena.

No que se refere à gestão do Sistema de Saúde, o Estado da Bahia sempre se colocou como executor das ações e serviços de saúde. O antigo governo adotou a política de terceirização da rede própria e persistiu com o clientelismo e assistencialismo no setor saúde. A inexistência de processos licitatórios para contratação de serviços privados também foi observada. Ressalte-se, ainda, a inadequada cooperação técnica e financeira aos municípios, e a conseqüente fragilidade das gestões municipais. Também houve uma dispersão dos recursos federais com a Programação Pactuada Integrada (PPI) e o esvaziamento dos principais pólos. As atividades de controle, avaliação e auditoria apresentam fragilidades e os mecanismos de regulação da assistência são ainda insipientes, observando-se, também, um esvaziamento das esferas de regulação da gestão.

A seguir, apresentou uma síntese do Programa de Governo na Área da Saúde.

Destacou a Implementação de uma Política de Promoção da Saúde, com a ampliação das ações de prevenção de doenças e agravos, como: alimentação, atividade física, prevenção e controle do tabagismo, redução da morbi-mortalidade por causas externas, promoção de desenvolvimento sustentável.

No que se refere à estratégia de Saúde da Família, destacou a iniciativa da nova gestão para regularização da contratação de pessoal e a criação do Plano de Carreira para profissionais do PSF.

Na área de Urgência e Emergência refere que encontrou graves problemas de acesso aos serviços e uma dívida importante referente à parcela do estado para o Serviço de Assistência Médica à Urgência e Emergência (SAMU), implantado pelo Governo Federal (financiamento de 50% pela esfera federal, 30% pela estadual e 20% pela municipal). A atual gestão pretende fortalecer os hospitais públicos estaduais e investir no projeto QUALISUS para os hospitais de maior porte.

Quanto à atenção especializada, Dr. Solla chamou a atenção para Serviços de Bancos de Sangue construídos com recursos federais que se encontram fechados. Falou sobre a importância da política do Governo Federal para a área de Saúde Mental, como a expansão do número de Centro de Apoio Psicossocial (CAPS), que aumentou em cinco vezes, e um significativo aumento de pacientes egressos de hospitais, recebendo salário mínimo para viverem com suas famílias.

Chamou a atenção para a importância da regionalização da atenção especializada ambulatorial e hospitalar, fortalecimento de pólos regionais, implantação de centrais de marcação de consultas e procedimentos especializados e organização do Sistema Estadual de Cirurgia Eletiva. Ressaltou a importância de assegurar recursos estaduais e federais para realização de investimentos em infra-estrutura para aumentar a capacidade instalada nos pólos regionais; adoção da política para hospitais de pequeno porte; implantação da internação domiciliar (tendo em vista o aumento significativo da população idosa); garantia de diagnóstico precoce de câncer de colo de útero e mama; e garantia de acesso a medicamentos. O secretário relatou que 40 milhões do total de restos a pagar encontrado pela atual gestão refere-se ao não repasse de recursos aos municípios para medicamentos. Ainda no que se refere a medicamentos, falou da implantação da Bahiafarma, que será, possivelmente, a primeira indústria pública a produzir contraceptivos, da Farmácia Popular (não adotada pela gestão anterior) e sobre a Farmácia Popular em domicílio, para pacientes com hipertensão e diabetes, e, se possível, para remessa de contraceptivos.

Dr. Solla ressaltou ainda a necessidade de implementação dos Conselhos de Saúde, para um maior controle social do SUS.

Sobre a valorização dos trabalhadores em saúde, ressaltou a importância da melhoria das condições de trabalho, salientou a realização de concursos públicos, regularização das contratações dos agentes comunitários,

implantação da Universidade aberta do SUS/Bahia, em parceria com universidades públicas e conselhos profissionais (atualização, especialização, educação permanente e resguarda em telemedicina e interconsultas). Quanto às ações intersetoriais, citou algumas alterações do Projeto Saúde Bahia, como a inclusão de municípios com menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e a necessidade de articulação entre as áreas para intervenção nestes municípios. Ressaltou a importância da área da saúde como vetor para desenvolvimento econômico e social, pelo grande potencial na oferta de emprego e também pela incorporação tecnológica, que abre novas frentes de trabalho.

Nas propostas para as áreas de gestão e financiamento, enfatizou o aumento da participação federal, a regulamentação dos gastos, intensificação no combate a fraudes, garantia de concorrência pública, priorização e utilização plena da capacidade instalada de oferta pública e o monitoramento da situação epidemiológica do Estado.

Principais medidas em 100 dias de governo:

- mudanças na estrutura administrativa do nível central e contingenciamento de cargos em comissão;
- reabastecimento da rede hospitalar do Estado;
- campanha de vacinação contra o Sarampo;
- retomada e municipalização do Hospital de Irecê;
- implantação da Rede Baiana de Farmácia Popular;
- início da revisão de contratos e convênios existentes;
- revisão do Projeto Saúde Bahia – renegociação;
- levantamento de dívidas existentes;
- parceria com a Ufba para implantação de novos leitos de UTI no Hospital das Clínicas;
- federalização do Hospital Ana Nery, com cessão para a Ufba.

Finalmente, o Dr. Solla apresentou uma estimativa de *déficit* da ordem de 163 milhões para este ano de 2007, caso não haja aumento da receita.

Pontos destacados pela Dra. Carmem Teixeira, a 2ª expositora do debate

Ressaltou a desconstrução do SUS, herança deixada pela gestão anterior, e a situação calamitosa demonstrada através dos indicadores apresentados.

Salientou a importância de diretrizes estratégicas, como a reorientação e desenvolvimento da rede física (recursos humanos, equipamentos, medicamentos), fortalecimento da gestão participativa e solidária, com reversão da privatização e qualificação do modelo de atenção. Ressaltou, entretanto, a necessidade de implementação das ações de Vigilância da Saúde, tendo em vista a elevada prevalência da Tuberculose, o aumento da incidência de Dengue etc.

Dra. Carmem referiu ainda lacunas nas propostas apresentadas pelo Secretário, como a Comunicação Social na área da Saúde, ressaltando a necessidade de estratégia de trabalho cotidiano com a mídia, dando transparência aos problemas e ações da Secretaria. Outro aspecto que também merece maior destaque é a gestão de Recursos Humanos (capacitação e educação permanente para profissionais do quadro e gestores, além da necessidade de estímulo e compromisso, mesmo diante dos baixos salários). Segundo ela, outro ponto relevante é a urgência de modernização da gestão, como a informatização da gestão de pessoal. No que se refere à Ciência e Tecnologia, que não consta da Agenda de Governo, Dra. Carmem ressaltou que o Governo Federal priorizou esta área, através da criação de linhas de financiamento para pesquisa (áreas de medicamentos, pesquisas com células-tronco etc.), com resultados importantes na Bahia. Por fim, solicitou esclarecimentos a respeito dos transplantes, questionando sobre a existência ou não de uma política de transplantes na SESAB.

Dr. Solla concordou com as questões levantadas pela Dra. Carmem e referiu que a sua apresentação foi apenas uma síntese das propostas para a Secretaria da Saúde. Na área de Comunicação Social, entende sua importância como veículo para o cuidado da saúde e para o acesso à assistência. Quanto à modernização da Gestão, salientou a necessidade de uma mudança geral no sistema público de saúde, com salários mais atrativos para o setor. Ressaltou a importância da incorporação do Hospital Ana Nery ao complexo hospitalar da Ufba para a política de transplantes no SUS na Bahia, tendo em vista o seu papel fundamental nesta área.

A representante da Secretaria de Ciência e Tecnologia informou ser um dos objetivos daquela Secretaria a informatização e se colocou à disposição para contribuir nesta tarefa, nas demais Secretarias de Estado.

O Dr. Ribeiro, Diretor de Pesquisas da SEL, após parabenizar o Secretário pela sua apresentação, fez algumas considerações a respeito das deficiências na qualidade da informação em saúde, ressaltando:

- a subnotificação de óbitos infantis, comparando-se com as estimativas apresentadas pelo IBGE, e o elevado percentual de causas mal definidas de mortalidade;
- sendo a oferta de serviços de alta complexidade concentrada em alguns poucos municípios do Estado, o que a Sesab vem pensando para resolver os problemas de acesso aos serviços de diagnóstico e terapia?
- como resolver os problemas de acessibilidade (rampas, por exemplo) para deficientes físicos, que chegam a 11% da população em alguns locais?
- o que a Sesab vem programando para conter o avanço de gravidez na adolescência?
- e no que se refere à mortalidade no período neonatal, de cerca de 65% no Estado?

- quanto à assistência aos idosos, que requerem internações prolongadas e não se dispõe de geriatras em número suficiente, no SUS?
- por fim, o Dr. Ribeiro recomendou cautela na eleição do IDH como índice para priorização de ações de saúde.

Réplica do Dr. Solla:

- Quanto à subnotificação de óbitos, torna-se necessária a agregação das informações de outros sistemas, como o Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB), para complementar as informações sobre mortalidade;
- Para diminuir as desigualdades de acesso, a Secretaria vai estimular a abertura de serviços, que deverão ser concentrados estrategicamente. Como foi idealizado para municípios do Projeto Saúde Bahia, no semi-árido, a Sesab vai investir numa melhoria na qualidade da atenção básica nos municípios, com a implementação de uma rede de alta complexidade em torno;
- Com relação à saúde do idoso, a Sesab vai estimular as ações da atenção básica, internação domiciliar e fornecimento de medicamentos de uso contínuo.

O Representante da Secretaria de Infra-Estrutura, Dr. Dionísio, considera revoltante o quadro da saúde e lembra que na gestão do Dr. Roberto Santos foi construído o Hospital Roberto Santos, para ser o topo da pirâmide hierárquica dos serviços de saúde. Pergunta ao Secretário se a hierarquização dos serviços não seria importante para a resolução dos problemas de acesso aos serviços de saúde.

Dr. Solla responde que naquela época a hierarquização era perfeita, mas hoje há que se trabalhar, também, a regionalização dos serviços.

Segundo o Dr. Geraldo Reis, Diretor Geral da SEI, observando-se os mapas apresentados pelo Secretário da Saúde, com a

distribuição de serviços e equipamentos em saúde, encontra-se uma grande semelhança com a concentração do PIB, oferta de serviços e saneamento. Chamou a atenção para a necessidade de investimentos no semi-árido, como prioridade de governo.

Salientou a importância de um “Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)” com a integração de projetos das diversas áreas.

Assim, pergunta:

- Quais os dados que elegeríamos para avaliação do governo daqui a quatro anos?
- Quais seriam as referências?
- Quanto à mortalidade infantil, onde queremos chegar?
- E quanto à longevidade?
- E com relação à Tuberculose e à AIDS?
- De que forma a Sesab poderia intervir na melhoria da qualidade de vida?
- No aumento da renda, do PIB e na redução das diferenças?
- Como traduzir esta expectativa numérica?

Concluiu suas observações, colocando que, para avaliar estes avanços, a seleção dos indicadores deverá ser adequada para expressar estes resultados.

A Dr^a. Carmem Teixeira referiu os indicadores do Pacto pela Vida (12 indicadores) como exemplo de possíveis indicadores de acompanhamento frente aos desafios colocados pelo palestrante.

Em seguida, Dr. Edgar Porto, Diretor de Estudos da SEI, falou sobre a importância da integração entre as Secretarias, pois muita coisa pode ser feita em conjunto.

Citou Vitória da Conquista e Itabuna como pólos de atração de pacientes e o impacto positivo sobre a economia destes municípios e do Estado. A Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) e os projetos de saneamento e VIVER MELHOR podem estar articulados com a Sesab. O PPA é territorial, indicando que ações devem estar integradas, articuladas para convergências espaciais. Poderia se traçar um mapa de prioridades, com os programas e áreas prioritárias.

Dr. Ribeiro intervém, chamando a atenção para a necessidade de diminuição da fecundidade na adolescência. As escolas têm um papel fundamental na reversão do quadro. Este seria um programa que necessita de uma integração entre Secretarias.

Dr. Solla afirma que a Saúde mostra a necessidade de intersectorialidade, para que as suas ações alcancem o impacto desejado. Deve ser prioridade de governo a interligação ou costura com outras instituições. Por exemplo, o esvaziamento das Diretorias Regionais necessita de uma intervenção do governo. Com 30 estruturas regionais, seria possível cobrir todo o Estado. Isto representaria uma intervenção orgânica e integrada.

A representante da Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional (SEDIR) – Dra. Milena – lembrou que a sua Secretaria tem esta missão de articulação e integração intersectorial. Qualquer demanda deverá ser encaminhada para a Gerente Graça Leite.

O Dr. Washigton Abreu, Assessor de Planeamento da Sesab, que tem o papel de articulação interna, relatou que naquele mesmo dia reuniu-se com a Dra. Graça, para buscar informações necessárias à elaboração do PPA e do Plano de Saúde.

O Dr. Edgar enfatizou a territorialidade como espaço para as políticas de desenvolvimento.

Dr. Ribeiro afirmou que não é possível pensar em saúde como política de governo e sim como política de Estado.

Concluindo, o Secretário da Saúde ressaltou que a melhoria económica ocorrida no País não resultou num impacto desejado na área da saúde. “Temos possibilidade de desenvolvimento, com peso grande na balança comercial”. Ressaltou, ainda, a grande expectativa de intervenção setorial e de organização regional do Estado. Considerou a importância da seleção de alguns projetos com base na territorialidade e outros baseados nos problemas encontrados.

19 de abril

Tema: **Educação e Cultura na Bahia**

Relator: **Cláudia Monteiro Fernandes**

- a) aspectos críticos da educação e da cultura e suas especificidades regionais na Bahia;
- b) acesso das famílias pobres aos equipamentos de educação e cultura na Bahia;
- c) apoio aos serviços de educação e cultura de elementos de infra-estrutura urbana da Bahia;
- d) gestão transversal das ações de apoio à educação e da cultura na Bahia;
- e) universidade como vetor de desenvolvimento econômico.

Abertura: Geraldo Reis

Diretor Geral da SEI

Foi feita a apresentação dos objetivos da rodada de discussão de temas estratégicos que, além de integrar as equipes técnicas das Secretarias de Governo com projetos afins, visa subsidiar a elaboração do Plano Plurianual 2008-2011. Foi feita uma rodada de apresentações de cada um dos participantes.

Expositor 1

Salvador Trevisan

Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação (SEC)

Salvador Dal Pozzo Trevisan, sociólogo e chefe de gabinete da Secretaria de Educação, apresentou elementos do documento "Princípios e Eixos da educação Baiana: por uma escola de todos nós", que contempla os princípios que nortearão as ações

em educação no estado da Bahia nos próximos anos. Observou que tais princípios ainda estão em discussão na Secretaria de Educação.

A idéia principal da Secretaria é estimular uma educação que valorize, além do conhecimento formal, as artes e a cultura. A educação deve ser vista como um direito e não apenas como capacitação. Alguns destaques citados foram a alfabetização de adultos, colocada também como um direito, apesar de, segundo o apresentador, alguns adultos declararem que já não consideram que vale a pena o esforço de se alfabetizar após certa idade.

Espera-se defender uma educação mais democrática, com respeito à diversidade étnica e tendo a tecnologia como instrumento de qualificação do ensino e da pesquisa. Pretende-se valorizar a realidade juvenil, com o objetivo de tornar a educação mais atrativa e reduzir a evasão escolar.

Também foram destacadas as necessidades de recuperar a qualidade da escola pública e torná-la um espaço cultural da comunidade, de valorizar os profissionais de educação; a valorização humana e do meio ambiente e o estímulo a uma cultura de não-violência nas escolas, visando a redução dos casos de agressão que fazem hoje parte da rotina das escolas públicas.

Serão realizadas ações em cinco grandes eixos, a saber:

1) Acesso e permanência na escola com qualidade

O acesso pode ser medido com indicadores de matrícula. O desafio é a garantia

de permanência com qualidade. A proposta é rever o sistema seriado, a relação entre os conteúdos programáticos, idade do aluno e sua evolução psicomotora. Na elaboração dos conteúdos serão levados em conta a cultura local, o estímulo à realização de pesquisa e investigação e a construção de conhecimento para além da simples repetição. O uso de tecnologia de meios de comunicação e informática serão fundamentais.

2) Alfabetização como um direito de todos

A meta do governo é reduzir pela metade o analfabetismo de jovens e adultos, estimados num contingente de 1,9 milhão de pessoas de 10 anos ou mais de idade.

3) Gestão Democrática, em rede, com participação social

Intercâmbio com as escolas e universidades públicas no contexto de melhoria da gestão da educação básica. Conta-se com a colaboração das Universidades estaduais na realização de pesquisas e propostas em gestão.

4) Educação profissional e tecnológica

Existem hoje cerca de cinco mil vagas no ensino profissionalizante no estado da Bahia. Pretende-se ampliar para cerca de vinte e cinco mil vagas durante os próximos quatro anos. Para tanto, existe o projeto de abertura de novos Cefet, com apoio federal, e de políticas de redução da defasagem idade-série, para liberação de vagas.

5) Fortalecimento da educação superior

Fortalecer a relação da universidade pública com o ensino básico. Estimular estudos para a definição da identidade na região, sobre temas como recursos físicos, ambientais, humanos e estrutura da economia, por exemplo.

Expositor 2

Carlota Gottschall

Diretora da Secult - Visão estratégica da Secretaria de Cultura (SECULT)

Carlota Gottshall, economista, diretora de Incentivos Culturais da Superintendência de Promoção Cultural da Secretaria da Cultura, colocou os principais objetivos da Secretaria nos próximos anos.

Pretende-se valorizar a grande diversidade cultural da Bahia, nas dimensões simbólica, econômica e de cidadania. Para tanto, serão implementadas ações integradas e em articulação com a sociedade.

As chamadas "idéias-força" que nortearão as ações da Secult são: descentralização territorial, democratização do acesso, atuação transversal, centralidade econômica da cultura e reafirmação da identidade e da diversidade.

Os principais objetivos da Secult são fortalecer o papel estruturante da cultura no planejamento de políticas públicas, a descentralização de políticas e dos meios de acesso à bens e serviços culturais, o desenvolvimento da economia da cultura e a formação e qualificação de gestores.

No que diz respeito aos programas de incentivo à cultura, as ações estão voltadas para a reformulação da lei que rege o Fazcultura, a reformulação do Fundo de Cultura do Estado da Bahia, que tem recursos previstos em orçamento, a implementação de uma agência de microcrédito, com o apoio da Desenhahia e do Sebrae. Também existe a iniciativa de alinhamento ao projeto federal de "tickets culturais", segundo o qual há o estímulo para que as empresas facilitem o acesso à cultura para seus empregados.

A Secult tem realizado, através de convênio de cooperação técnica com a SEI, ações com vistas a construir um sistema de indicadores culturais, assim como de estudos especiais e temáticos em cultura. Pretende-se também criar uma linha editorial em temas da Cultura e realizar um mapeamento das expressões culturais por territórios de identidade da Bahia.

Uma linha de trabalho da Secretaria é a cultura digital, que tem como metas criar e fortalecer portais de música, vídeo, áudio e textos na Internet, assim como a criação do Portal de Cultura da Bahia e o incentivo institucional à cultura digital.

Na linha de descentralização da cultura, sobretudo para além da região metropolitana de Salvador, será realizada a II Conferência Estadual de Cultura e estimulada a instalação dos Centros de Cultura, com representações culturais de todos os territórios do Estado.

Expositor 3 **Nelson Pretto**

Diretor da Faculdade de Educação da Ufba e Pesquisador do CNPq - O papel da educação e das políticas de cultura no desenvolvimento da Bahia

O prof. Nelson Pretto coloca em discussão se o tema deve ser tratado como a “Educação” ou as “Educações”, no sentido de que não se pode mais entender a educação de forma linear. Num mundo em transformação, as políticas públicas educacionais continuam sendo lineares e não dão conta da multiplicidade de abordagens educacionais.

A tendência da comunicação em redes e conexões é a principal alternativa para a educação nos dias de hoje. No entanto, existe um movimento oligopolista de concentração de redes na mídia. É o capital concentrado que gera a produção simbólica mundial e influencia comportamentos. A articulação em redes pode ser uma nova potencialidade, viabilizando a inversão da lógica capital-interior. Torna-se possível o entendimento da realidade complexa fora das metrópoles e capitais. Nas redes de comunicação popular acontece o fortalecimento da produção local de cultura.

A política de *software* livre é a alternativa para a articulação da cultura local e as práticas educacionais. Outra política importante são os pontos de cultura articulados

que, associados à educação formal, podem dar conta de uma nova geração de jovens. Existe hoje uma nova escrita, novas linguagens associadas às novas tecnologias e os jovens das escolas públicas não podem ficar de fora dessas transformações. O currículo oficial ainda é visto como “grade” de matérias, o que denota um rigor e uma falta de flexibilidade para fazer uso das novas formas de educar.

A avaliação da educação deve ir além do “letramento” e considerar necessária a alfabetização plena. Uma outra perspectiva deve ser adotada e estimulada: a articulação de políticas e iniciativas. A educação é vista hoje, inclusive pelo poder público, como mercadoria. As medidas de produtividade são prioridade na avaliação e elaboração de políticas públicas. Estamos nos afastando do exercício do pensar.

É necessário superar a perspectiva economicista na gestão da educação e parar de falar em educação no singular, evitando o modelo que faz com que o estudante entre diverso no sistema e saia singular, em moldes padronizados.

As possibilidades existem e podem ser enumeradas algumas:

- apropriação da tecnologia como elemento da cultura;
- afastar a idéia de produção industrial no planejamento da educação;
- adotar uma postura mais libertária de pedagogia;
- estimular o uso do *software* livre e da criatividade;
- reconhecer a necessidade de alfabetização plural, que vai além do letramento;
- adotar um currículo hipertextual nas escolas;
- reconhecer que não há apenas uma educação, mas educações, que exigem pedagogias das diferenças;
- Fortalecimento do sistema enquanto redes;
- Fortalecimento da rede de universidades públicas;

- Investimentos em novos espaços arquitetônicos que facilitem as novas posturas pedagógicas;
- Formação continuada de professores, melhores condições de trabalho e mobilidade de professores, que devem conhecer outras realidades para garantir o respeito à diversidade;
- Inclusão das artes no processo educacional;
- Escola como espaço de rebeldia, espaço da ética, das provocações e, principalmente, espaço coletivo;
- Aceitar os grandes desafios que são colocados pelas grandes necessidades existentes e pensar grande;
- Construir uma “força tarefa” pela educação na Bahia, estimulando uma política horizontalizada e mobilizando a sociedade como um todo.

26 de abril

Tema: **Informação e conhecimento para o desenvolvimento da Bahia**

Relator: **Paulo Pontes**

Expositor 1

Herbet Conceição

Pró-reitor de Pesquisa e Pós- Graduação da Ufba - Universidades federais e o desenvolvimento da Bahia

Sobre a Ufba

O professor Herbet informou genericamente sobre a existência de três instituições federais de ensino superior, entre as quais se destaca a Ufba. A mais tradicional universidade do estado da Bahia, embora a mais abrangente em oferta de cursos, ficou muito tempo sem expansão. Cumpriu importante papel na criação dos novos espaços da educação superior federal na Bahia, ajudando a criação da Ufrb e dos campi avançados de Conquista e Barreiras. Os novos campi avançados representaram a expansão da Ufba além da criação da Ufrb. Barreiras para Ciências Exatas e Ambientais e Vitória da Conquista para Ciências da Saúde. A Ufrb, por sua vez, já nasceu multicampi, tem sede em Cruz das Almas e campus em Cachoeira, Amargosa e Santo Antonio de Jesus. O Cefet-Bahia se expandiu de forma mais independente. Encontra-se em Salvador, Barreiras, Eunapólis, Simões Filho, Santo Amaro, Valença e Vitória da Conquista.

A Ufba tem atualmente cerca de 21 mil alunos em 65 cursos de graduação. Diploma anualmente entre 2200 e 2700 profissionais. Tem 1700 professores cuja ação perpassa a sala de aula, os laboratórios, a formação de pessoal graduado e pós-graduado. Deste

contingente 64% são doutores e têm dedicação exclusiva. Existe ainda uma quantidade adicional de pesquisadores que não são professores. Nos últimos quatro anos, a Ufba passou de 41 cursos de mestrados para 80 e de 17 de doutorados para 31. Em 2006, nós tivemos 917 doutorandos e 2050 mes-trandos.

Entretanto ainda há uma desconexão com as demandas da sociedade que, por diversas razões (desinteresse, desorganização, distanciamento da sociedade e fechamento da própria universidade), não exerce controle sobre o bem público. Temos investigado a nossa universidade a procura de vocações dos centros, dos institutos, das escolas, quais são os grupos de pesquisas que existem e o que eles têm de competência instalada, competência potencial e tentando sempre fazer uma ligação com o que a nossa sociedade precisa.

Foi criado um núcleo multiinstitucional de inovação tecnológica, que foi implantado em 2005 reunindo Cefet, Uefs, Senai, Simatec que tem sobrevivido com recursos oriundos do CNPq, Finep e Fapesb e apoios da Secti e da Fieb. Um grande parceiro da Ufba é a Petrobras, notadamente a partir de 2004, com a criação das redes tecnológicas e dos núcleos de pesquisas. Tais parcerias, juntamente com a abrangência do ensino superior, a pesquisa e a extensão são fatores fundamentais para o desenvolvimento estadual.

Nós, das universidades, agimos em dois campos essencialmente: a qualificação e a pesquisa. Nem toda pesquisa é feita na uni-

versidade, mas a qualificação que desejamos é feita na universidade. A interseção entre a qualificação, a pesquisa e a tecnologia que ela gera é o que todo mundo deseja, porque traz recursos, divisas e inovação tecnológica.

Ultimamente está liderando uma discussão sobre uma reforma para a universidade brasileira ("Universidade Nova") onde propõe uma radical mudança na forma de ingresso (por área e não mais por curso) e durante os primeiros anos. Possibilitaria uma formação genérica inicialmente, um diploma de terceiro grau aos que buscam apenas isso. Os demais poderiam permanecer mais tempo e obter a formação mais específica que escolhesse (direito, medicina, engenharia...)

Expositor 2

Geraldo José Belmonte dos Santos

Representante do Fórum de reitores das universidades estaduais da Bahia - As universidades estaduais e o desenvolvimento da Bahia

Sobre as universidades estaduais

Apresentou um panorama da educação superior no país, destacando que aproximadamente 2,5 milhões de jovens concluem o ensino médio e apenas 1,3 milhões são absorvidos pelas universidades. Trezentos mil nas públicas (mais 120 mil com ProUni e 80 com FIES) e 800 mil vão para as escolas privadas. Dos demais, 20% não se interessam pelo ensino superior, 25% necessitariam de subsídio, 30% só estudariam se fosse gratuita e o restante 25% só estudaria se a mensalidade fosse entre R\$ 80,00 e R\$ 140,00. Este último grupo se constitui uma demanda potencial para o ensino a distância das instituições privadas.

Além disso, a projeção até 2010 não é nada animadora para as instituições privadas. Há praticamente uma estagnação na demanda por ensino superior. Até lá a po-

pulação brasileira entre 18 e 24 anos deverá sofrer uma redução de 4,2% (mais de um milhão de pessoas) e o poder de compra dos salários já diminuiu 25%. Observa-se tendência das grandes universidades privadas de se expandir, tornando-se grupos nacionais. Uma parcela dos estudantes das privadas depois se transfere para as universidades públicas, agravando o problema da evasão.

Atualmente as faculdades privadas estão com uma ociosidade de aproximadamente 50%. Elas cresceram porque as universidades públicas não deram resposta à demanda de aproximadamente 1,3 milhões de estudantes que concluem o 2º. Grau e reivindicam ensino superior. Mas colocam no mercado profissionais que só sabem reproduzir os conhecimentos adquiridos. E muitas vezes ao sair das universidades o conteúdo aprendido já está obsoleto. O formando precisa ter habilidade de compreender as coisas que possam ser utilizadas no mundo do trabalho. Anualmente 240 mil sequer tentam a universidade, são jovens que querem sobreviver, querem trabalhar. A universidade necessariamente não é para todo mundo. O grande problema é que aqueles que não vão à universidade estão fadados a ganhar salário mínimo. A universidade se tornou uma ponte para ganhar mais e aí se abriu o mercantilismo das universidades privadas.

As universidades estaduais da Bahia são atípicas porque atenderam a uma demanda que em outros estados coube às federais. Oferecem mais do que o dobro das vagas ofertadas pelas federais em mais de 370 cursos de graduação. Além disso, a grande maioria das unidades e cursos (além da sede de 3 das 4) são no interior do estado e tem como foco principal as licenciaturas (292 cursos contra 83 bacharelados). Contribuíram, portanto, tanto para a ampliação do número de vagas, quanto para a expansão territorial do ensino superior público do estado. Duas das universidades estaduais são multicampi. As universidades estaduais mantêm ainda 86 cursos de pós-

graduação, sendo 28 deles de mestrado e 6 de doutorado. As estaduais são universidades estratégicas para levar uma luz, um sonho e perspectivas diferentes para os jovens do interior. Certamente, não temos como oferecer os diversos cursos em todos os campus. São universidades que lidam com a formação de professores, algo que para quase todos nós é absolutamente necessário. Além disso as universidades estaduais têm reservas de vagas para pobres e negros, democratizando de público superior para todas as camadas sociais.

Porém as universidades estaduais têm sérios problemas de recursos financeiros. As quatro recebem menos do que a federal. Existe distorção também no que se refere à distribuição de recursos entre elas – de tais recursos limitados. A Uneb, que é a mais complexa e está presente em 25 municípios, recebe proporcionalmente menos (37,77%) que as demais. Isso traz um problema, pois não se pleiteia que o ajuste se faça a partida da dotação atual, que é reconhecidamente insuficiente para todas. A totalidade do que é destinado às universidades estaduais corresponde a aproximadamente 4,1% da receita líquida de impostos (há uma reivindicação das reitorias e do movimento de docentes para uma dotação mínima correspondente a 5%. Considerando os poucos recursos do orçamento das universidades – 74,83% são destinados a pessoal –, o custeio corresponde a 16,36% e os investimentos a apenas 8,81%.

Outra dificuldade é saber como chegar a atingir metas. Um sério problema é formar consensos sociais. O país tem uma democracia ainda em consolidação. É necessário contextualizar tudo isso porque senão nenhum plano dá certo. O país, no início do século XIX, tinha um mesmo nível de riqueza que os EUA e em função de uma elite retrógrada, que atrasou o processo da abolição da escravatura, fez com que o Brasil chegasse ao final desse século com apenas 10% da riqueza dos norte-americanos. Uma decisão errada trouxe efeitos negativos ao

longo do tempo. Até hoje não houve nenhuma ação concreta de inclusão da massa de excluídos (os negros escravizados) para que eles pudessem gerar riquezas para o país. Se as pessoas não se incluírem através da educação para gerar riquezas torna-se complicado, pois não ajuda a gerar o excedente que o Estado usa como imposto. Atualmente tem essas bolsas que são excelentes, mas insustentáveis em longo prazo.

A universidade deve formar pessoas que possam aprender e, posteriormente, exercer uma profissão no mercado. Portanto devem ser buscadas alternativas para ampliar o ensino superior, com financiamento para os estudantes em escolas privadas e investindo mais em Centros de Ensino Superior, que é um modelo menos caro e possibilitaria o aumento do número de vagas, por ser focado exclusivamente em ensino. Tais fatos explicam em parte a menor proporção de cursos de pós-graduação nas universidades estaduais.

Expositor 3

Ildes Ferreira

Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do Governo do Estado da Bahia - Visão estratégica da Secti

Sobre a Secti

Apresentou a Secti como uma secretaria nova, criada em 2003, como uma secretaria especial e tornada ordinária em 2005. Sua missão é "promover o desenvolvimento científico e tecnológico através de estudos, pesquisas e ações inovadoras, capazes de impulsionar o processo de modernização do Estado".

Tem como princípios básicos a consideração de que a ciência e a tecnologia são bens públicos, portanto, devem ser acessíveis a toda a população e não apenas à elite. A ciência, tecnologia e a inovação são, portanto, condições para a promoção da inclusão social e do próprio desenvolvimento

socioeconômico. A Secti orienta sua política de ciência e tecnologia através de três eixos: a busca do desenvolvimento e "tecnologia de ponta", o desenvolvimento de tecnologias sociais, e as instituições públicas como parceiras principais.

A Secti tem vários programas de Bioenergia, Tecnologia de Informação, Biotecnologia e Transporte (ainda em fase de definição, incorpora-se como programa). Biocombustível é outro programa com um leque bastante amplo de parcerias tanto públicas (SEPLAN, SICM, SEAGRI, SEDIR, Casa Civil) como da iniciativa privada. Temos ainda a Rede de Empreendedorismo, que visa estimular ações pioneiras na área de ciência, tecnologia e inovação no âmbito estadual e o de Apoio à Pesquisa e à Formação de Talentos, cuja ação principal se dá através da nossa fundação (Fapesb), viabilizando a qualificação de pessoal de nível superior (Iniciação Científica) e pós-graduação (Mestres e Doutores), através de bolsas de estudos; Tecnologia Industrial Básica, envolvendo metrologia, normatização e marcas e patente. Outro destaque é o Parque Tecnológico, com a definição de uma área de concentração de centros de pesquisa com o objetivo de atrair empresas de todas as áreas de conhecimento e países. Embora muito divulgado, o parque era apenas uma idéia, com recursos negociados, mas sem nenhuma licença (Ibama, Coelba, Embasa, prefeitura) para ser implantado. Tudo teve que ser negociado já neste governo. Avançamos bastante e hoje, praticamente, já dispomos de todas as condições para começar a implantá-lo.

Na área de tecnologias sociais, podem ser citados o Programa de Inclusão Sócio Digital, que financia e implanta centros de informática para a população em geral. Já são mais de cem e a idéia é continuar espalhando infocentros em toda a Bahia. A acessibilidade à informática, principalmente para a população pobre do estado, é uma meta importante do atual governo. Além dos INFOCENTROS, destacam-se: Centro de Desenvolvimento de Tecnologias Assistivas

e Acessibilidade (CERTAA), em fase de implantação, no bairro da Ribeira, cujo objetivo é desenvolver tecnologias para a inclusão social de pessoas deficientes e os Arranjos Produtivos Locais (APL), em parceria com a Seplan, Sicm e Casa Civil. Temos ainda um programa de Popularização da Ciência que leva à população as condições materiais e ensinamentos suficientes para que uma parcela significativa dos conhecimentos científicos possa ser absorvida através de experiências simples e de baixo custo. Envolve vários sub-programas tais como:

- Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs), considerados imprescindíveis para melhorar a *performance* do Estado da Bahia no campo do desenvolvimento científico e tecnológico, como também para criar as condições para a geração de emprego e renda e para a inclusão social. É um instrumento de educação permanente, complementar ao ensino regular. Ao oferecer oportunidades de estudos e pesquisas em laboratórios específicos estará, por um lado, favorecendo o preparo profissional dos estudantes, facilitando o seu ingresso no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, contribuindo para o desenvolvimento do setor produtivo local;
- Museus de Ciência e Tecnologia, que envolvem tanto a recuperação do museu existente, da Uneb, como a implantação de novos;
- Laboratórios, da mesma forma que o anterior, tanto para a recuperação como para a implantação;
- Conferências Regionais no Âmbito do Estado, com a promoção e participação em eventos de divulgação científica (conferências, fóruns, feiras etc);
- Rede de Apoio aos Municípios do Estado da Bahia (RETEC) – prefeituras e ONGs – com informações ágeis e precisas a respeito de programas e informações de interesse municipal.

Entretanto a secretaria foi estruturada absorvendo alguns projetos e funções que, apesar de importantes para o Governo do Estado, não corresponde exatamente a uma secretaria de ciência e tecnologia. Neste sentido, podemos citar os arranjos produtivos locais (APLs), que devem ter mais sentido se localizados na Sicm, e a rede de apoio aos municípios (RETEC), que poderia fazer parte da estrutura da SEI.

A Secti enfrenta ainda outras dificuldades para promover a ciência e a tecnologia no estado. Dentre as dificuldades estruturais é possível citar o elevado índice de analfabetismo do estado (32%). Se considerados os analfabetos funcionais, o percentual da população com menos de quatro anos de estudo, o percentual atinge 52%. Falta-nos também uma cultura de ciência e tecnologia, o que agrava as restrições acima. Como dificuldades de mais fácil solução, mas não de pouca importância, podemos citar a ausência de um quadro de pessoal próprio, o que faz da Secti uma estrutura governamental baseada principalmente em cargos, auxiliados por um ou outro funcionário cedido por outras secretarias. Finalmente, a Secti, como todo o governo, sofre também as consequências das restrições orçamentárias.

Expositor 4

Geraldo Reis

Diretor geral da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) - Visão estratégica da SEI: informação e conhecimento a serviço da sociedade

Sobre a SEI

A apresentação da SEI como unificação de vários órgãos estaduais de informação anteriores. Sua missão é "Informação à serviço da Sociedade" e adota como princípios que a informação tem uma função social e tem custo e que a instituição deve prestar pronto e completo atendimento ao

usuário. Logo, deve buscar a qualidade através de um processo produtivo eficiente, moderno, ágil, flexível, interdisciplinar, global e em parceria. Finalmente, possibilitar o amplo acesso a informação pois "informação na gaveta não é informação".

A SEI busca a informação para todos os setores da sociedade: governo, empresas, ONGs, sociedade civil organizada, escolas, universidades e a população em geral. Utiliza para tanto de vários veículos (*site*, várias publicações etc.). As informações produzidas pela SEI são dados, mapas, indicadores e estudos econômicos, sociais, ambientais e geográficos sobre a realidade do Estado da Bahia e seus municípios.

As publicações da SEI são de variados tipos e periodicidade. Alguns específicos da rotina e outros mais flexíveis e com ampla quantidade de colaboradores. Entre elas destacam-se a revista "Análise & Dados", uma revista trimestral, temática e já bastante difundida. O "Anuário Estatístico da Bahia", "Anuário Estatístico da Educação", os boletins de "Finanças Públicas" (trimestral), do IPC, da PED/RMS e "Bahia em Números", a série "Estudos e Pesquisas" e também a publicação "Conjuntura & Planejamento", que agora passa a ser trimestral. A SEI tem ainda sob a sua responsabilidade a classificação, a produção de informações básicas e do perfil financeiro dos municípios baianos. Digitaliza e imprime mapas e promove a atualização da divisão político-administrativa do estado da Bahia. Estamos pensando agora em discutir com o Irdeb um programa específico da SEI ou de instituições afins, um programa na TVE.

Os principais índices de pesquisa da instituição são o Produto Interno Bruto (PIB) do estado e dos municípios, trimestralmente, o Índice de Preço ao Consumidor (IPC), a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), Índice de Movimento Econômico (IMEC) e o Índice Geral de Desenvolvimento Econômico e Social. Na área de estudos geoambientais e cartográficos destacam-se os Indi-

cadores de Sustentabilidade Ambiental, Uso Atual da Terra, Informações Municipais, Cartogramas e Mapas, Limites e Divisas. A SEI é o órgão do Governo do Estado responsável, juntamente com o IBGE e também contando com a Comissão de Assuntos Territoriais da Assembléia, pela definição desses limites que ganham importância enorme, agora, sobretudo quando está começando o Censo do IBGE que tem uma incidência sobre o repasse de recursos para os municípios. Temos ainda a área de estudos estratégicos, que acompanha a dinâmica da pobreza na Bahia, a logística regional, o acesso aos serviços públicos de saúde e educação e os temas estratégicos para o desenvolvimento baiano, já em sua segunda rodada.

A biblioteca "Rômulo Almeida" possui um dos maiores e mais importantes acervos do estado. Dispõe de mais de 18 mil títulos, com mais de 5 mil de informações relevantes, publicadas por instituições como a ONU, Comunidade Européia e IBGE.

Com isso, a SEI espera cumprir seu objetivo macro, consolidando-se como instituição de pesquisa e informação de referência nacional. Seus objetivos mais específicos são: produzir informações para subsidiar o planejamento governamental e a sociedade, colaborar com o debate e a reflexão sobre os temas estratégicos para o desenvolvimento da Bahia, colaborar na construção de uma rede de estatística e informações dentro do governo estadual, contribuir para aperfeiçoar o Sistema Nacional de Estatística e Informação e, finalmente, contribuir para consolidar uma rede de instituições de pesquisa, estatística e informações nas áreas econômica, social, ambiental e de ferramentas e tecnologia de georeferenciamento. E destacamos neste último caso uma parceria que estamos estreitando com a Universidade Estadual de Feira de Santana, através do professor Barros.

A SEI, pelo seu próprio caráter, não pode deixar de estar em permanente atualização. Na fase atual, deverá promover uma rees-

truturação organizacional, buscando uma estrutura de gestão com foco em objetivos. Passos para isso serão o concurso para técnicos de nível superior, já autorizado, processo de seleção para contratar pesquisadores temporários pelo regime de REDA, aquisição de novas tecnologias e serviços na área geoambiental e de informação. Dois outros aspectos ainda deverão ser enfrentados. A revisão da linha editorial das publicações e a reformatação do *site* e do banco de dados, que são bastante extensos. A idéia é trabalhar para que sejam mais atrativos sem perder a qualidade das informações.

A SEI amplia sua cooperação técnica e convênios, destacando-se Setur, Secult, Sejudh, Sedur (Conder, Banco Mundial, AVSI: Viver Melhor II), Secretaria da Promoção da Igualdade, Escola Politécnica da Ufba e Observatório do Trabalho.

Finalmente, chama a atenção que, ao se falar de um órgão de pesquisa, de estatística, de informação, está se falando do ápice de um processo histórico que Weber chamou de "Tendência de Racionalização do Mundo", de desencantamento do mundo, um processo de apropriação racional de *modus operandi* de viver, de transformar a realidade.

Quando falamos em conhecimento, informação e competitividade, estamos falando também em uma reprodução social que visa a colonização, que visa a manipulação e que visa a exploração. É sempre bom frisar, chamar atenção disso. Sobre tudo nós, que estamos em um governo que quer fazer diferente, que quer mudar a rota do desenvolvimento econômico e social da Bahia, temos que ter essa clareza, como foi colocado aqui, com muita propriedade, pelo secretário de ciência e tecnologia. Quando discutirmos potencialização da ciência na Bahia e do conhecimento científico, temos que ter claro que não estamos falando apenas de "tecnologia de ponta". Temos que pensar a descentralização do fomento, a ciência e a tecnologia no estado, incorporando as outras dimensões: ter-

ritoriais, espaciais, de classe social, de setores econômicos. Eu acho que esse é o esforço que a Secretaria de Ciência e Tecnologia está avalizando.

Considerações finais (idéias e formulações surgidas no debate final)

Sobre as universidades estaduais:

Falta de uma política estadual para o ensino superior para a Bahia. Isso se reflete, inclusive, na distribuição desigual dos recursos entre as universidades estaduais, que não obedece a qualquer critério. Portanto é decisivo que se definam critérios acadêmicos de distribuição dos recursos públicos para as universidades. Os investimentos em educação têm resultados a longo prazo (15 anos, em média). "Devemos ter calma" porque se têm feito esforços importantes. Ficamos sempre atentos à formulação das políticas públicas no setor da educação. Diante disso, é importante reforçar a necessidade de reivindicar aporte de recursos federais ao ensino público estadual da Bahia. O professor Geraldo Reis lembrou propostas que circularam durante a transição: federalizar a Uesc e Uesb, associando alguns cursos com a Ufba (em Conquista, Juazeiro e Barreiras, por exemplo), incorporando algumas unidades da Uneb. Transformar todas as estaduais em multicampi, ao mes-

mo tempo que ampliando e redefinindo a Uefs e a Uesc.

Sobre as universidades estaduais: De alguma forma considerou-se que a maior prioridade é a expansão da geração de conhecimento nas universidades, a interiorização das pesquisas e uma maior interação entre as universidades e a sociedade, com recortes regionais. Também deve ser considerada a necessidade de popularizar os cursos da Ufba, por exemplo com cursos à noite. Este é um ponto que foi criticado por um dos debatedores – o "absolutismo departamental" das universidades públicas que, em certa medida, tanto criam como deixam de considerar horários para atender a sociedade. Outro aspecto a considerar é dar maior importância aos novos cursos a serem criados pelo CEFET, notadamente na região da Chapada Diamantina.

Sobre as universidades privadas: Há vagas sobrando no ensino privado de nível superior na Bahia; por outro lado a oferta de vagas das universidades pública é, relativamente, a maior do Brasil, além de ser a mais interiorizada. A inadimplência e a evasão são enormes. Certamente, começará um período de reestruturação que só as grandes (haverá fusões?) sobreviverão.

Sobre a Secti: Sugestão da criação de uma rede baiana de ciência e tecnologia.

03 de maio

Tema: **Justiça e segurança pública na Bahia**

Relatora: **Ivana Muricy**

Expositor 1

Gey Espinheira

Doutor em Sociologia, Professor de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Ufba - A segurança e os direitos humanos na sociedade atual e seus reflexos na Bahia: cidadania, criminalidade, discriminação e exclusão

- Predomínio da impunidade na Bahia, um Estado que permite algo próximo a 93% de desconhecimento em relação ao homicídio. "São desovas, mortes anônimas, não se sabe quem matou, mas sabe-se quem morreu. E ninguém investiga para chegar a resultado algum".
- "É preciso colocar a justiça no banco dos réus". A deficiência é conhecida, mas o quadro não muda. A criminalidade no Estado continua em alta.
- Salvador é a última capital em qualidade de educação; é uma das que tem maiores problemas no andamento dos processos na justiça; a criminalidade tem crescido de forma muito elevada. A educação é a única forma de conquistar a cidadania.
- Quadro de falência em todo o sistema prisional, inclusive o de adolescente. Precisa-se discutir sobre o padrão de civilização que estamos vivendo. Acima de 10 homicídios por 100 mil habitantes já começa a se considerar perda do controle da segurança. A criminalidade não é a mesma em toda a cidade. Em Salvador, a depender do bairro, esse indi-

cador chega 120 ou 180. Na periferia sempre ultrapassa o patamar de 100, enquanto em bairros como Barra, Rio Vermelho e Ondina a probabilidade é a mesma de Nova York, de 9 para cada 100 mil habitantes.

- A solução só pode vir se houver um diagnóstico que permita avaliar a gravidade do problema.
- Criamos uma sociedade muito ruim, muito feia e desumana. Grandes pontos de apoio para resolver estas questões: educação, saúde, justiça e segurança pública.
- Estudo realizado em Mata Escura, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública, aponta para o descontentamento da população. Todos os prédios são gradeados, as escolas públicas parecem verdadeiros "Carandirus", a cidade é feia e desumana.

Expositor 2

Frederico Fernandes

Superintendente SJCDH - Visão estratégica da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH)

- A denominação "cidadania e direitos humanos" foi incorporada recentemente pela Secretaria da Justiça. Há uns três anos foi criada uma superintendência para trabalhar com essas dimensões, mas, na prática, era quase um adereço da Secretaria. A função da Secretaria sempre foi historicamente a de cuidar do sistema prisional no Estado da Bahia.

- Por qualquer indicador que se olhe o Estado da Bahia, vemos um quadro de exclusão.
- Desafios da Secretaria:
 1. fazer com que os termos que estão na sua designação se efetivem. Para tanto, é fundamental reativar, fortalecer e descentralizar os Conselhos já existentes, que se encontram desarticulados;
 2. criar um diálogo com a segurança pública para reverter a cultura da violência, da turbulência e do desrespeito existente.
- Exemplo da nova atuação da Secretaria: criação de uma coordenação de políticas indígenas.
- Antes, a preocupação principal da área da justiça era a gestão do sistema prisional, seguindo a lógica que prevalece em todo o Brasil, da construção de presídios e do agravamento das penas.
- Entre 2000 e 2006, o País duplicou a população carcerária e não diminuiu a criminalidade, ao contrário, verifica-se uma elevação crescente da criminalidade.
- Por qualquer aspecto (condições físicas, de saúde, de alimentação, de higiene) que se considere a população carcerária, a situação é estereotípica.
- Há uma fragilidade muito grande dos vários elos do sistema penal que extrapolam a própria Secretaria. Ali o problema se evidencia, explode, mas ele decorre de toda uma desarticulação, uma ausência, uma fragilidade, uma omissão de vários segmentos do Estado. O judiciário, o executivo, a ausência e a fragilidade das corregedorias.
- Prioridades da Secretaria: construção de um sistema de informação em direitos humanos; implementação de balcões da Cidadania e Direitos Humanos; implementação de políticas

indígenas e de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

- A Secretaria tem que trabalhar de forma articulada com um conjunto de políticas de outros órgãos do Governo Estadual e do Governo Federal para vencer seus desafios e atingir seus objetivos.

Expositor 3

Tenente Coronel Francisco Luiz Telles de Macedo

Diretor de Planejamento Estratégico, Projetos e Ensino em Segurança Pública - SSP

- As políticas públicas brasileiras relativas à segurança pública sempre foram, de uma forma geral, soluções pragmáticas e de curto prazo.
- Segundo o IBGE, 80% dos crimes contra o patrimônio não são denunciados à polícia. Dos 20% denunciados, apenas para 7% são encontradas situações proativas, os demais ficam só na queixa.
- A política de segurança tem que estar articulada a educação e saúde.
- O número de prisões tem aumentado significativamente devido a uma maior atuação da polícia, no entanto, o sistema prisional está superlotado. A situação é pior nas delegacias.
- Principais ações desenvolvidas pela Secretaria: integração operacional entre os órgãos; utilização de tecnologia de geoprocessamento; maior controle da violência e da criminalidade; planejamento integrado; ampliação da eficiência policial; criação do Centro de Identificação Digital e Criminal; instalação de um sistema de balística; fortalecimento das operações por meio do Batalhão de Choque, das companhias especializadas e dos centros de operação da polícia civil; convênio com a Polícia Rodoviária Federal; implantação de quatro Companhias Militares em Gandu, Ibi-

carai, Ibaitaba e Camacã; operações integradas entre a Polícia Civil e Militar; criação do Centro de Operação de Inteligência do Nordeste.

- A Secretaria também tem buscado dar ênfase na melhoria das condições de trabalho dos funcionários.
- Projetos: criação de delegacias móveis e flutuantes para a população das ilhas; Companhias de áreas industriais – instalação de cinco delegacias; formações sanitárias (dentista nas unidades independentes da polícia militar); instalação de companhias e delegacias nas periferias.
- O Estado tem investido em capacitação, mas não tem tido recursos para equipamentos.

Questões surgidas no debate

- Além do Plano Estadual de Direitos Humanos, o que se pretende em termos de políticas, em parcerias com as outras secretarias, para internalizar melhor a dimensão dos Direitos Humanos (conceito ainda muito difuso, diluído e pouco internalizado no Brasil de um modo geral)?
- O representante da Secretaria da Justiça destacou que, quando se fala de direitos humanos está se falando de direitos políticos, civis, econômicos, sociais, culturais e ambientais, ou seja, se reportando a todas as políticas. A atuação na área dos Direitos Humanos é muito no sentido de articulação de políticas na garantia dos direitos. Trabalhar com direitos humanos é um desafio de Governo que requer uma articulação com as diversas esferas do Estado, no âmbito do executivo, do legislativo e do judiciário. Ações concretas da Secretaria: construção do sistema de informações e direitos humanos em parceria com a SEI; articulação com a Superintendência de Recursos Hídricos; na área de educação,

articulação com o Instituto Anísio Teixeira (IAT) para a realização de cursos, palestras e debates para a efetivação de Conselhos de Direitos e discussão de políticas públicas; e parceria com o Grupo Gay da Bahia (GGB) para o combate à homofobia.

- Importância de conhecer melhor a situação do Estado, no que se refere à violência, para ter as medidas mais adequadas a esta realidade. A grande dificuldade de acesso e a não publicidade dos dados estatísticos impedem que a universidade e outros segmentos possam tratar a questão, não como forma de denunciamento, mas para agregar valor e devolvê-la à própria Secretaria de Segurança Pública e à Secretaria de Justiça para tomar medidas de políticas públicas. Provavelmente o *site* da Segurança Pública do Estado da Bahia é um dos poucos no Brasil que não dispõe de, por exemplo, uma divulgação de estatística. Sabemos que ela existe, mas não é divulgada. Foram citados exemplos de estados nordestinos, como Pernambuco e Ceará, que disponibilizam os registros das ocorrências policiais *on line*, com atualização praticamente diária. Por fim, questionou-se a intenção da atual gestão em resolver esse problema da geração e disponibilização da informação para acesso público, para que possa voltar para a Secretaria e embasar o Governo na tomada de decisões.
- Em resposta a uma questão formulada, o representante da Secretaria de Segurança Pública argumentou a falta de estrutura das delegacias do interior, onde os dados são registrados, muitas vezes, à mão e enviadas por fax, resultando na falta de credibilidade da informação. Resaltou que estão tentando vencer essas limitações de infra-estrutura e que foi liberado um empréstimo, a partir de 2004, de R\$ 70 bilhões com esta finalidade. O

Coronel também destacou o convênio com a Fapesb para a realização de pesquisa sobre segurança pública. Um dos projetos envolve a Unifacs e conta com um *site*, o "observatório da violência", que dispõe de grande número de estatísticas. Até o final do ano, deverá ficar pronto um sistema de gestão policial que vai permitir que todas as unidades policiais possam fazer *on line* a integralização dos seus dados estatísticos, que vão ser automaticamente repassados para o *site* e para a sociedade.

- Infra-estrutura e investimento não são considerados assuntos de interesse estratégico. Há, portanto, um viés do que é estratégico. Ninguém relaciona o custo Brasil com a segurança, levando em consideração apenas a infra-estrutura, que acaba "pagando o pato". A competitividade é afetada pela segurança. Soluções apontadas: implantação da cultura do concurso público nos serviços do Estado; escola do serviço público para ensinar aqueles que passaram no concurso a se comportar com a população; incluir na preocupação estratégica questões relacionadas à segurança pública.
- Sugestão, para o Coronel Teles, de realização de um convênio entre a polícia militar e a Petrobras para fiscalizar a pesca com bomba, já que a empresa possui uma frota que fiscaliza regularmente o vazamento de óleo na Baía de Todos os Santos.
- Necessidade de unificação das polícias civil e militar e de emancipação do corpo de bombeiros.
- Necessidade de desenvolver políticas públicas que minimizem o crescimento da criminalidade. Toda a segurança no País é feita com base na repressão e não envolve o planejamento de longo prazo. Combater o crime custa caro, é melhor trabalhar no sentido de prevenção.

- Desafio: como se pode planejar, acompanhar e avaliar as ações da educação, saúde e segurança de forma conjunta? Não pensando em unidades orçamentárias independentes. Como pode ser feito um PPA com essas áreas?
- A forma como o capital se reproduz na sociedade atual, ou seja, a economia de mercado, nesse novo modelo, é muito mais excludente do que modelos tão criticados como o fordista, o keynesiano etc. O modelo anterior trabalhava com a busca do pleno emprego, tinha-se a noção de exército industrial de reserva. Hoje não existe mais exército industrial de reserva, o que existe é uma grande massa de famintos, de pessoas excluídas totalmente. A lógica do sistema econômico não permite a reprodução social dessas amplas massas. Então, se somos Governo, nós temos que ter a clareza disso.
- Também temos que ter a clareza de que se a política pública, por exemplo, o Bolsa Família, cumpre um certo papel social no interior da Bahia e do Brasil, ele não tem quase nenhuma incidência na Região Metropolitana. Os dados estatísticos sobre desemprego mostram uma maior incidência numa certa faixa etária de jovens. Então, a informação e as estatísticas devem servir para isso.
- É possível afirmarmos que estamos vivendo numa situação de anomia social, onde o Estado não tem mais o controle. Há uma grande parcela da sociedade para a qual as regras de convivência ditadas pelo Estado não valem mais. Há uma disputa pela hegemonia de valores que nós estamos perdendo.
- A questão de segurança pública para o turismo é fundamental. Qual é a atuação da Secretaria na Costa do Den-

dê (Valença e Morro de São Paulo)?

- O Coronel informou que foi instalada, há algum tempo, uma companhia independente com autonomia administrativa integral em Valença, buscando solução para aquela área. E que nesse momento está sendo discutido um planejamento estratégico para o turismo local naquela área. O mesmo ocorre no Litoral Norte, onde grupos portugueses pretendem investir, mas querem ter certeza da segurança disponibilizada.
- Sobre o serviço promovido pelo SAC/PM, o representante da Secretaria de Segurança Pública esclareceu que é um serviço para o cidadão policial militar e que, num segundo momento, será estendido aos policiais civis e técnicos. Tem como pressuposto o atendimento de anseios dos policiais, que poderão saber por telefone informações sobre pensões, aposentadorias etc.
- Que tipo de ações estão planejadas para a requalificação e o treinamento dos servidores da Secretaria de Segurança Pública?
- O representante da Secretaria de Segurança Pública destacou que estão sendo implementadas diversas ações na área de gestão pessoal, a exemplo de: profissionalização da gestão nas polícias civil e militar, realização de cursos junto à Flem para profissionalização em planejamento estratégico e em gestão da coisa pública; promoção de jornadas de direitos humanos; ampliação da quantidade e qualidade dos conselhos comunitários de segurança pública com recursos, muitas vezes, da própria polícia militar.
- O Coronel também frisou que a instituição fez a opção do emprego em tecnologia e capacitação. E informou que, em termos percentuais, a Bahia emprega no Fundo Nacional de Segurança Pública duas vezes mais do que qualquer outro Estado.
- O representante da Secretaria de Segurança Pública foi questionado sobre quando vai passar a funcionar o sistema de comunicação, baseado no sistema de tecnologia celular, que a Secretaria adquiriu. Trata-se de um sistema que se demorará a ser implantado, se tornará obsoleto e não terá mais utilidade.
- Sobre o sistema de telecomunicações e o sistema de informatização, o Coronel informou que os dois têm dado vários passos importantes. O de informatização está sendo desenvolvido e a previsão de operação é para dezembro. Para telecomunicações, a necessidade de investimentos é de aproximadamente R\$ 10 milhões para instalação em todo o Estado. Na RMS é um sistema tetra; no interior do Estado, um sistema dual. A partir da aplicação desse novo sistema será possível falar de qualquer local, ou seja, não haverá mais áreas de sombras em Salvador. A informação será toda criptografada, que é o sistema tetradigital, o mesmo que está sendo instalado no Rio de Janeiro.
- Questionado sobre as ações concretas da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos para contribuir com a viabilização do acesso às informações da justiça, Frederico Fernandes reafirmou a prioridade da construção, junto à SEI, de um sistema de indicadores de direitos humanos. Também destacou que além de trabalhar com o painel a partir de dados secundários, pretende gerar estatísticas tanto na área do sistema prisional como na área de atendimento ao consumidor. Por fim, destacou a intenção de estruturar um canal de denúncias que seja *on line* para atender à população com acesso ao computador.



Transcrição das apresentações

10.abr/07

Tatiana Dias Silva – Visão estratégica da Secretaria do

A Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte tem por finalidade “planejar e executar as políticas de emprego e renda e de apoio à formação do trabalhador, de economia solidária e de fomento ao esporte”. Essas três áreas têm múltiplas interseções, além de objetivos comuns, quais sejam: a inclusão social, o enfrentamento da pobreza e o desenvolvimento humano. A Setre adotou como diretriz central a perspectiva da promoção do trabalho decente, entendido como toda ocupação exercida em condições de liberdade, equidade e segurança, que proporcione condições de vida digna. É essa visão que deve nortear as ações ora desenvolvidas, bem como estimular a prospecção de novas possibilidades de atuação. Na área de desenvolvimento do trabalho, essa perspectiva deve orientar as atividades de qualificação, intermediação de mão-de-obra, seguro desemprego, documentação e orientação do trabalhador.

O crescimento econômico e a geração de trabalho e renda são condições necessárias, mas não suficientes para o alcance de condições de vida dignas para a população. Esses elementos devem estar associados a ações que permitam o enfrentamento das desigualdades sociais. Entendemos o trabalho como meio de inclusão social. Mas não qualquer trabalho; referimos-nos ao trabalho exercido em condições decentes. A Bahia é o primeiro estado a propor uma Agenda do Trabalho Decente, em adesão ao compromisso do Governo Federal, que, no ano passado, por meio do Ministério do Trabalho e Emprego, lançou a Agenda Nacional de Trabalho Decente.

Com base nessa diretriz, outras ações importantes começam a ser delineadas em perspectiva transversal, como a inclusão do enfoque às micro e pequenas empresas, às questões de gênero e etnia, à atenção para a juventude, percebidos como elementos-chave das políticas de trabalho, esporte e artesanato.

Cabe ressaltar que a promoção de “mais e melhores empregos” não se dá apenas por meio do emprego formal. Por esta razão, a Economia Solidária destaca-se como proposta fundamental para o Governo do Estado, tida como base para o desenvolvimento da Bahia, por meio do estímulo ao associativismo e a novas formas de relação de trabalho e produção. A criação da Superintendência de Economia Solidária ilustra a ênfase dada a essa vertente na proposta de desenvolvimento do Estado.

Nesse cenário, o artesanato apresenta-se como política privilegiada de geração de trabalho e renda, que tem potencial para agregar grupos em vulnerabilidade social, em diferentes partes do território, com base em iniciativas associativistas e de valorização dos conteúdos e histórias locais. De outro prisma, o esporte e o lazer contribuem diretamente para os propósitos centrais da Secretaria, uma vez que podem ser dirigidos, de forma prioritária, para inclusão de parcelas desfavorecidas da sociedade, por meio do resgate da cidadania e oferta de oportunidades para o desenvolvimento e uso de capacidades, o que não exclui, sobremaneira, o incentivo a programas que visem o esporte de rendimento e competições de maior envergadura. Após discorrer sobre as macro-estratégias da Setre, é oportuno apresentar as ações definidas como prioritárias para o ano corrente. Inicialmente, temos a formulação da Agenda Estadual do Trabalho Decente, cujo marco inicial foi a Conferência que aconteceu nos dias 24 e 25 de abril e que propiciou ampla discussão e propostas sobre o tema. Com colaboração técnica da Organização Internacional do Trabalho, o Grupo Executivo formado por dez entidades, entre elas seis secretarias do Estado, concentrará esforços para esse projeto. O objetivo é consolidar uma proposta do Estado em termos de promoção do trabalho decente. Ainda no que tange ao Trabalho Decente, outra iniciativa prevista é aprofundar essa discussão, com o selo do trabalho decente, por meio do qual organizações serão reconhecidas por suas práticas voltadas à promoção do trabalho decente.

A próxima ação prioritária envolve tanto a intermediação quanto a qualificação do trabalhador, articuladas em um Centro Integrado de Emprego e Trabalho, em consonância com a proposição de integração espacial e operacional das ações, formulada pelo Ministério do Trabalho e Emprego. De tal forma, pretende-se que essas atividades sejam operadas de maneira mais articulada

e estratégica, a fim de contribuir para melhoria da qualidade de vida e efetiva inclusão social.

Outra ação prioritária é a implementação do projeto Juventude Cidadã, integrante do Programa Nacional do Primeiro Emprego. Atualmente há cinco municípios no estado executando este projeto. A perspectiva é ampliar para 13.000 jovens atendidos. Esse programa contempla a formação do jovem de 16 a 24 anos em uma configuração diferenciada, agregando à qualificação profissional conteúdos relativos à cidadania, serviço social voluntário e inserção no mercado de trabalho.

Os Centros Públicos de Economia Solidária, outra prioridade da Secretaria, envolvem também qualificação, assessoria, espaço para discussões e debates, enfim, um conjunto de atividades que contribuam para que a economia solidária possa ser uma base real de desenvolvimento para o nosso estado. Esses centros prevêm atividades de formação de técnicos, especialização e formação de redes sob a perspectiva do desenvolvimento local. Paralelamente aos Centros Públicos, e em articulação com eles, pretende-se estimular a formação nas prefeituras, e principalmente através de consórcios municipais, de incubadoras públicas. São esses organismos que, a partir da formação de técnicos, da capacitação e qualificação dos gestores, vão fomentar a formação de empreendimentos de economia solidária nos territórios.

A proposta da expansão da oferta de micro-crédito no Estado vai ao encontro da determinação de gerar mais e melhores ocupações, além de oferecer meios efetivos para o desenvolvimento das iniciativas em curso. Pretende-se expandir e revisar a política de micro-crédito, para que esta contemple novo direcionamento em relação aos operadores do programa. A meta é que o acompanhamento ao micro empreendedor, ao trabalhador autônomo, ao empreendimento produtivo não esteja restrito à gestão da adimplência, mas que seja instrumento de de-

envolvimento local. Cada agente deve prestar assessoria para o desenvolvimento daquele pequeno empreendimento; deve atuar de forma ativa para que aquela associação de economia solidária possa aprimorar a produção e gerar melhores resultados e qualidade de vida para seus membros.

E, por fim, trataremos das ações relacionadas ao Instituto Mauá e à Sudesb. Além das outras atividades em curso, o novo projeto do Instituto Mauá para este ano visa a criação do Museu Vivo do Artesanato da Bahia. A idéia é que esse espaço agregue local permanente e coberto para comercialização do artesanato – atendendo a pleito

histórico dos artesãos –, mas também envolva mostras e oficinas de artesanato, divulgue a história do artesanato na Bahia, de maneira a se consolidar como opção de lazer, entretenimento e geração de renda, em perspectiva educativa e interativa. Em relação à Superintendência de Desportos da Bahia, uma ação fundamental para este ano refere-se à reforma da Fonte Nova, para que não só se possibilite a utilização completa da capacidade deste estádio, mas também se viabilize a recuperação e modernização de sua estrutura, garantindo condições satisfatórias para recepção de eventos locais, nacionais e internacionais.

Maria das Graças Leite – Visão estratégica da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SEDIR)

Boa Tarde! Inicialmente, eu gostaria de enfatizar a importância da iniciativa da SEI e da Seplan de promover estas reuniões, que possibilitam a discussão de assuntos relevantes à gestão governamental e à integração do trabalho realizado pelas diversas secretarias de Estado.

Nós sabemos que não é fácil, no dia-a-dia de todos nós, interagir com os demais órgãos que integram a estrutura do Estado. Também gostaríamos de agradecer à SEI pelo convite. Como só tomamos conhecimento ontem à noite, não foi possível preparar uma apresentação melhor estruturada, mas não quisemos perder esta oportunidade de conversar um pouco sobre a nossa Secretaria.

A Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional (SEDIR) foi criada no final do ano de 2006, em dezembro, com o propósito de dar suporte às ações voltadas para o desenvolvimento e a integração das diversas regiões do estado da Bahia. Para cumprimento da sua finalidade, a Secretaria conta com uma estrutura bastante enxuta: duas Coordenações Executivas, que atuam na formulação de políticas e programas de desenvolvimento regional, uma Diretoria Administrativo-Financeira, além dos Conselhos de Desenvolvimento Regional – órgãos colegiados, constituídos com o objetivo de discutir os problemas e potencialidades das regiões e apresentar proposições que possam contribuir para a formulação de políticas e programas de desenvolvimento a serem implementados pelo Estado e Municípios.

Avançando um pouco na compreensão da atuação da Secretaria, identificamos as suas quatro principais linhas de ação: a primeira se refere ao planejamento do desenvolvimento regional – essas ações se desdobram na formulação e acompanhamento de políticas, programas e projetos, de forma articulada com as outras secretarias. Este último, eu diria, é o aspecto mais importante da atuação da Sedit: promover a articulação interinstitucional no Estado, e entre as três esferas de governo e a sociedade civil.

Todos sabemos das dificuldades que enfrentamos na implantação de programas e projetos; muitas dessas dificuldades estão diretamente relacionadas com falta de articulação de ações, de convergência e de foco nos resultados que se deseja alcançar. A falta de comunicação entre os órgãos impede a complementaridade das ações, comprometendo a eficiência desejada na alocação dos recursos públicos. Também não é raro o direcionamento de esforços e de investimentos de diferen-

tes órgãos do Estado para uma mesma ação, ou projeto, em uma mesma localidade. Evitar a ocorrência desse tipo de repetição é um dos propósitos da Sedir.

Por outro lado, essa visão integradora também se estende aos espaços territoriais, na busca de uma maior eficiência e racionalidade das intervenções. A compreensão das relações que se estabelecem entre municípios ofertantes e recebedores de serviços, entre municípios de menor potencial produtivo, como é o caso da maioria dos municípios do semi-árido e os municípios mais dinâmicos, assim como a articulação entre os espaços territoriais, são extremamente importantes para a formulação do planejamento regional e o estabelecimento das estratégias de desenvolvimento.

Além dessas linhas de ação, a Secretaria também está incumbida da execução de políticas e programas de desenvolvimento regional, através da CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional. A CAR, que passou a integrar a estrutura da Sedir a partir da sua criação, já vem trabalhando, há mais de 20 anos, com a implementação de programas de combate à pobreza, com foco nas áreas rurais do estado da Bahia. Essa experiência, associada à sua estrutura descentralizada, favorece a implementação desses programas, com competência e agilidade, possibilitando, ainda, o aperfeiçoamento das metodologias e das suas estratégias operacionais.

As lições aprendidas do passado fazem com que a empresa caminhe de maneira mais firme e segura, evitando a repetição de erros. É justamente por essas características que a CAR desempenha um importante papel na promoção do desenvolvimento regional do estado.

Por fim, um outro ponto em que deveremos atuar é no apoio e assessoramento técnico às prefeituras e às comunidades. No primeiro caso, o propósito é o de fortalecer a capacidade institucional dos Gestores, para que eles possam ter um melhor desempenho administrativo. Já com relação às co-

munidades mais pobres, o que se percebe é o seguinte: os governos Federal e Estadual atuam nos municípios durante o período da execução de um dado projeto. Passado esse período – naturalmente – há o afastamento das equipes técnicas. Qual a conseqüência desse afastamento? A interrupção precoce da assistência técnica prestada, sem que tenha sido formado o capital humano, via capacitação, ou o fortalecimento do capital social necessário para que essas comunidades se apropriem e assumam a gestão dos projetos, fazem com que estes não alcancem a efetividade e o impacto esperados, e não se traduzam em melhoria significativa da qualidade de vida das famílias.

É propósito da Sedir, através da CAR, prestar o assessoramento e o apoio técnico necessários ao fortalecimento da capacidade associativa dessas comunidades e capacitá-las para gestão de projetos sociais e produtivos. São essas as quatro linhas de ações da Secretaria, que se desdobram no conjunto de competências estabelecidas na Lei de sua criação. É importante registrar que a CAR hoje está implementando o programa PRODUZIR e o programa de Crédito Fundiário, e está iniciando o programa Prodecar, que atuará nos 26 municípios que apresentam os mais baixos indicadores sociais e econômicos do estado da Bahia, e em mais 8 municípios da região Sudoeste. Através do Prodecar serão investidos 60 milhões de dólares para o atendimento a 90.000 famílias, no prazo de 6 anos.

Finalizando, vamos informar sobre alguns trabalhos que já iniciamos e outros que estão previstos para o próximo PPA. Por orientação do Sr. Governador, iniciamos, em conjunto com a Seplan, a elaboração do Programa de Desenvolvimento Sustentável para os Territórios do Sisal, do Semi-Árido Nordeste II e de Itaparica, todos integrantes da região Nordeste, totalizando 44 municípios. Tendo em vista os indicadores socioeconômicos dessa região, o Governo do Estado resolveu ampliar a sua ação para além dos 26 municípios contemplados pelo Pro-

decar, nos próximos quatro anos. Esses municípios deverão ser objeto das ações concentradas de todas as Secretarias de Estado. Nós deveremos enviar, ainda esta semana, um ofício conjunto do Secretário de Desenvolvimento e Integração Regional e do Secretário de Planejamento, solicitando que seja designado um representante de cada Secretaria para integrar o grupo de trabalho que se responsabilizará pela elaboração do programa.

Nós já iniciamos, também, a formatação do marco teórico de referência e a metodologia que vai orientar a elaboração do plano de desenvolvimento sustentável da região do semi-árido baiano. Embora à primeira vista possa parecer, o programa de desenvolvimento dos três territórios não está sendo “precipitado” em relação ao plano regional. Na verdade, algumas condições determinaram essa priorização e possibilitaram a antecipação desse programa em relação ao plano do semi-árido. Que condições foram essas? Primeiro, porque esses municípios apresentam indicadores econô-

micos e sociais muito críticos; segundo, porque já dispomos de uma base de dados sobre esses territórios – a região Nordeste já conta com diagnósticos nas áreas econômica, social e ambiental, e, em aproximadamente um mês, já contaremos com as indicações das demandas levantadas durante o PPA Participativo, que também embasarão as análises e proposições do programa. O terceiro fator foi a disponibilidade dos recursos do Prodecar. Por fim, a Sedir incluirá no PPA a formulação da política de desenvolvimento regional para a Bahia, que, em consonância com as diretrizes do governo, norteará as futuras ações em todos os territórios do Estado.

Esses são os principais trabalhos em curso na Sedir. Estamos ainda vivendo um momento de construção e de estruturação da Secretaria, mas temos certeza de que, atuando conjuntamente com as demais secretarias, teremos capacidade de implementar essas e muitas outras ações voltadas para o desenvolvimento e a integração regional no Estado.

Elsa Sousa Kraychete - Desafios sociais na Bahia: novas formas de abordagens

Eu vou fazer uma breve introdução de como vejo a questão social hoje, em especial no que toca às políticas de combate à pobreza, tema que passa a fazer parte de agendas tanto de Organizações da Cooperação Internacional como de governos nacionais, a partir do esgotamento do modelo de desenvolvimento que vigorou nos trinta anos entre o imediato pós-guerra e meados dos anos 70. Dado o esgotamento desse modelo, as organizações que atuam no âmbito supra nacional, o Banco Mundial em particular, tomaram para si a tarefa de repensar os rumos do desenvolvimento capitalista a partir da crise que se anunciava. Quais diretrizes deveriam nortear o desenvolvimento, qual arranjo institucional deveria assegurá-lo! Acho que esse modelo ainda não está plenamente definido, mas já se pode observar que, se no modelo anterior o Estado ocupava o lugar central na articulação com o mercado, para configurar o novo modelo o mercado parece tomar a dianteira, exigindo que o Estado cumpra a função de estabelecer novas condições – desregulamentação dos mercados financeiros e de trabalho, redefinição do direito de propriedade etc. – para que as chamadas leis de mercado possam atuar em outro patamar. No que toca à questão social, o que se verifica é o estabelecimento de um arranjo institucional que, afastado das políticas sociais universalizantes, passe a praticar o discurso da justiça como equidade, traduzido em políticas focalizadas para públicos alvo e levado a cabo por articulações entre o mercado, o Estado e organizações que compõem o chamado Terceiro Setor.

A pobreza, nesse novo modelo que se insinua, deixa de ser observada a partir de suas causas estruturais. A atenção agora está voltada para as formas de administração dos pobres, com políticas recordadas para atender a segmentos específicos, sejam com políticas compensatórias, sejam com políticas de distribuição de ativos pela via do mercado. A operacionalização desta diretriz acontece a partir de um corte na renda auferida – linha de pobreza – que distinga o conjunto dos pobres entre os extremamente pobres e os pobres. Para os pobres cuja renda esteja em patamar abaixo da definida linha de pobreza o Estado fica comprometido a praticar políticas específicas, compensatórias, para este segmento. Os programas englobados no Bolsa Família atendem a essa diretriz. Já para os pobres que ficam acima da linha de pobreza as recomendações é que sejam traçadas políti-

cas em contato com o mercado, a exemplo das políticas de microfinanças, que têm no microcrédito um exemplo, e a política de terras, com a constituição de um mercado de terras voltado para os pobres.

No modelo proposto, as políticas voltadas para a pobreza compõem a seguinte idéia: a demanda advinda dos pobres pode ser um grande estímulo para o crescimento econômico. As pesquisas sobre o consumo dos pobres a partir da implantação do Bolsa Família parecem confirmar o aumento do consumo dos pobres em itens como alimentação e vestuário, mas não creio que já possamos tomá-lo como indicativo para um crescimento econômico duradouro. Acho que esta formulação traz uma grande interrogação: a inclusão do pobre no mercado de consumo é capaz de alavancar o crescimento econômico de forma durável e sustentável? As pesquisas realizadas até agora, inclusive a que a SEI acaba de concluir, buscando verificar o impacto dos programas de transferência de rendas do governo Lula, parecem confirmar o aumento do consumo dos pobres. Mas o que podemos afirmar é que é uma tendência, ainda é cedo para sabermos o quanto será sustentável num prazo mais longo. Claro que os dados que essas investigações nos trazem precisam ser lidos sobre diversas óticas: O que estes dados revelam? O que trazem de novo? O que revelam sobre a pobreza depois dos Programas de Renda? Todos os dados precisam ser lidos sob o crivo de governo, de pensar o desenvolvimento no longo prazo.

Para se definir políticas de combate à pobreza é preciso ter em mente que este é um fenômeno determinado por múltiplas variáveis. Não é possível pensar em políticas de combate à pobreza sem ter políticas de emprego e renda, sem pensar na educação e na saúde. Com isso quero dizer que é uma tarefa de governo, que deverá perpassar todos os órgãos, não ficar restrita a essa ou aquela ação de algumas secretarias.

É preciso pensar políticas para o trabalho, para o trabalho assalariado e para o

trabalho por conta própria. No debate atual sobre esta questão tem-se repetido muito a idéia que a era do trabalho assalariado acabou. Não é bem assim, pode não estar crescendo na mesma proporção verificada anteriormente, mas quando os governos desenham políticas adequadas, as respostas são positivas. Aqui também é preciso lembrar a necessidade de recuperação do poder de compra do salário mínimo, assunto que sempre encontra fortes resistências em nossa sociedade, dados seus efeitos diretos e indiretos na estrutura de remuneração do setor privado e no comportamento das contas públicas. A política para o salário mínimo constitui termo de uma complexa equação de distribuição de rendas que só chega a termo quando associada com um conjunto de políticas públicas – fiscalização de preços de produtos industriais, a exemplo dos remédios; aumento da oferta de créditos e financiamento da moradia; tributação de serviços e bens; melhoria dos serviços de educação, saúde e transporte etc. – voltadas para as famílias dos assalariados, as situadas na base da pirâmide salarial. Não se trata tão somente da elevação do valor nominal do mínimo, é preciso implementar ações coordenadas em diversas áreas. Sustentado em políticas efetivas de distribuição de rendas é que o crescimento econômico, historicamente, tem se mostrado duradouro. Esta discussão tem ficado meio esquecida, seja pela importância do Bolsa Família, seja pelo argumento que o salário médio está acima do valor do mínimo. Este argumento, que pode ser verdadeiro para os estados da região Sudeste, perde força na nossa região quando observamos que grande parte dos assalariados daqui percebe apenas o salário mínimo, ou, ainda, a importância dos benefícios pagos aos idosos e deficientes e as aposentadorias vinculadas ao salário mínimo.

Mas é preciso também traçar políticas que atendam aos que vivem do trabalho por conta própria, os trabalhadores que labutam no circuito inferior da economia, sejam

os inseridos na hoje chamada Economia Popular urbana, sejam os pequenos produtores rurais. Em ambos os casos, é preciso ter presente o circuito que vai da produção à comercialização, perpassado pela demanda de crédito. Quando falamos da pequena produção, rural ou urbana, as dificuldades de comercialização são enormes; em geral, os pequenos produtores não conseguem escala para se constituírem como fornecedores de estruturas oligopolizadas, mesmo quando se encontram reunidos em cooperativas. Não são poucas as vezes que esses produtores abrem algumas portas, na tentativa de se tornarem fornecedores de produtos para redes de supermercados, ou cadeias de lojas, no caso de confecções, mas não conseguem se manter, seja pela questão da escala, já mencionada, seja pela qualidade e/ou preço dos seus produtos. É preciso romper essa dependência, criando canais alternativos que, para não ficarem na condição de marginalizados, necessitam ser constituídos a partir de políticas públicas que contemplem todo o circuito: produção, comercialização e crédito. Eu considero que não há produção e comercialização sem um adequado sistema de créditos. Como fazer com que o Pronaf, que é um importante programa da agricultura familiar, alcance maior cobertura, e que o calendário de liberações esteja sintonizado com o calendário agrícola?

A política de microcrédito, por outro lado, parece ter chegado a um impasse. O Banco Popular, pensado, prioritariamente, para ofertar crédito produtivo, não apresenta boa performance, enquanto a conta simplificada, com disponibilidade livre tem sido ampliada, mas como crédito canalizado para consumo. Pensar o crédito produtivo é um grande desafio. A política de juros praticada pelos agentes ofertantes de microcrédito está adequada? A grande indústria, a produção em grande escala, para se implantar na Bahia é subsidiada de diversas maneiras. Por que quando se fala no microcrédito pensa-se em praticar juros de merca-

do? Os arranjos institucionais que dispomos para ofertar essa modalidade de crédito atendem à necessidade de ampliar a oferta e ser sustentável?

Ainda com relação à pequena produção, estou preocupada com uma questão que diz respeito à agricultura familiar. No debate travado nas últimas décadas sobre a viabilidade da pequena produção rural, gozava de consenso a idéia de que a sua sustentabilidade dependia da pluriatividade, da manutenção de culturas diversificadas etc. Mais recentemente, a este debate foi agregada a idéia da segurança alimentar, que também tem na pluriatividade um elemento de sustentação. Tudo isso parece não ter mais importância no debate que se trava, hoje, sobre o biodiesel. Os aspectos voltados para o mercado têm merecido maior destaque. O pequeno produtor, no Sul e Centro-Oeste, sobretudo, que se especializou na produção de soja, ou na criação de aves integradas à agroindústria, tem encontrado grandes dificuldades, dada a vulnerabilidade frente à oscilação de preços e pela transferência da indústria para outros centros produtores. Tudo isso fica mais grave quando constatamos que a própria matriz energética brasileira ainda não está definida. São interrogações que eu trago para o debate.

Gostaria de apoiar a idéia de pensar a Bahia como um todo, mas também com focos em regiões específicas. O estado da Bahia é grande, territorialmente falando, e desigual. Vale a pena considerar a idéia de concentrar investimentos em políticas públicas nas áreas de menor IDH. Fico pensando em como pode ser rico mobilizar a intelectualidade concentrada nas Universidades Estaduais para pensar planos de desenvolvimento das suas respectivas regiões e, num processo, abriremos um diálogo com o objetivo de repensar o desenvolvimento do Estado. Por fim, gostaria de desejar boa sorte a todos vocês que têm nas mãos a enorme tarefa de apresentar aos baianos novas diretrizes para a condução da política econômica e social no nosso estado.

José Ribeiro Soares Guimarães - População, trabalho e pobreza

Boa tarde a todos. Queria tranquilizar a Elza, que foi um luxo ela ter sido convocada ontem à noite, porque eu fui convocado hoje às 10 horas da manhã. Na verdade, apesar de todo o imprevisto, a sugestão do Geraldo foi que a gente concentrasse na questão do trabalho, mas o objetivo vai ser trazer uma apresentação um pouco diferente das outras apresentações institucionais – a da Elza, muito rica com relação à questão da pobreza –, mas pontuando algumas questões estratégicas, tentando conciliar duas vertentes: os processos em curso e a natureza do desafio. Então, tentaremos arrumar essas duas vertentes nesse curto espaço de tempo, essa idéia de pensar processo e tamanho do desafio. Quando a gente fala “a Bahia tem uma taxa de analfabetismo de 17%”, são quase 2 milhões de pessoas. É importante, porque em algumas políticas escutamos algumas metas que muitas vezes estão extrapolando a capacidade de gestão e de gerenciamento do orçamento. A gente ter idéia da dimensão do problema é também bastante importante. Apesar dessa questão do trabalho, a gente colocou também algumas questões vinculadas à questão da educação, da saúde e da pobreza. Porque como bem falou a Elza, não dá pra pensar em combate à pobreza só pensando na questão da centralidade do trabalho, mas também nas questões vinculadas à saúde e educação. São duas áreas prioritárias dentro do governo.

O primeiro ponto que precisamos entender é um pouco da dinâmica demográfica recente do estado. A SEI tem feito um esforço muito grande em tentar disseminar mais e internalizar esta questão demográfica dentro dos processos e das políticas públicas. A gente tem como um desafio muito grande, mas isso não foi ainda internalizado da maneira que deveria, dado a sua importância, mas isso não é algo que ocorre na Bahia. Só pra constar, a população da Bahia atingiu, em 2005, 13.800.000 habitantes. Tem alguns dados interessantes que daqui a pouco vou colocar. A esperança de vida do baiano saiu de 59 para 71 anos; a taxa de mortalidade infantil caiu de 62,6% por mil para 35% por mil; a idade média da população está aumentando. Uma coisa que chama atenção aqui, de acordo com dados do Censo, é que a Bahia tem uma taxa de crescimento de 1,1%, um pouco abaixo do crescimento vegetativo, porque a Bahia ainda é um estado, em que pese o regular arrefecimento dos fluxos, que ainda perde população por migração. Apesar do número de municípios, existe uma grande concentração de população nos grandes municípios:

nós temos 12 municípios com mais de 100.000 habitantes, que correspondem a pouco menos de 13% do total de 417, mas congregam mais de 1/3 da população. Por outro lado, temos quase 60% dos municípios com menos de 20.000 habitantes e ocupando pouco menos de 25% da população total. E a gente observa também que a taxa de crescimento é cada vez mais negativa, mostrando perda de população nos municípios pequenos, e vai aumentando seu dinamismo à medida que aumenta o porte do município. Só pra mostrar aqui: a Bahia, entre o período de 1986 e 1991, perdeu, por movimentos migratórios, 280.000 pessoas, e teve um pequeno arrefecimento entre 1995 e 2000, perdendo 257.000. O destino dos imigrantes da Bahia ainda continua sendo: São Paulo, 53% dos fluxos; Goiás, 6%; e Minas, 7,1%. E a origem dos imigrantes é: São Paulo, 41%; Rio de Janeiro, 6%; e Minas, 7,8%. Aqui tem um fenômeno: parte dessa migração que vem de São Paulo é uma migração de retorno, ou seja, são residentes que nasceram na Bahia, estavam em São Paulo e estão retornando à Bahia. Um processo em curso, de grande importância, é o processo de envelhecimento da população, que se manifesta através desse aumento relativo das pessoas com mais de 60 anos de idade na população total. Em alguns casos você vai encontrar com 65 anos e mais; no Brasil tem incompatibilidade porque o Estatuto do Idoso considera 60 anos. Mas a organização da OMS recomenda 60 anos e mais para países em desenvolvimento. Quais são os fatores que contribuem para o envelhecimento? A queda da fecundidade e aumento da esperança/expectativa de vida que vamos ver agora. Em 1970, na Bahia, a taxa de fecundidade era de 7,2 filhos por mulher, caiu para 3,3 em 1991 e já está em 2,2 em 2005, quase a taxa de reposição da população, que é de 2,1; isso em apenas 35 anos. De modo inverso, a expectativa de vida tem aumentado bastante; ela sai de quase 60 anos em 1980 para 71,4 em 2005, já bastante próxima da média nacional, que é de

71,8 anos. A questão da onda jovem é fundamental, por que as gerações nascidas entre 1980 e 1991, hoje são gerações enormes que estão aqui pressionando a população em plena idade de trabalhar. As novas gerações que nascem mais recentemente vão pressionar menos o mercado de trabalho, mas as gerações que hoje estão chegando, nasceram na época em que a fecundidade ainda era relativamente elevada. A gente tem uma pressão de origem demográfica. Quais são os desafios desse processo de envelhecimento? Como a gente viu, o processo ocorre bastante mais rápido em relação aos países desenvolvidos, e vem ocorrendo num contexto desfavorável, onde o desenvolvimento ainda é insuficiente, ainda temos sérios problemas sociais e há uma relativa carência de instituições relativamente consolidadas. Quais são os desafios? Na saúde, temos logo de cara que a questão do padrão de morbidade dos idosos, que são doenças crônico-degenerativas (artrose, esclerose, isquemia, pressão alta), todas de tratamento caro e de internação prolongada. Na previdência social temos a questão do aumento da expectativa de vida e a demanda por novos benefícios. Temos demandas por novos benefícios como o benefício de prestação continuada, e à medida que as pessoas vivem mais, tem mais pessoas demandando benefícios da previdência. Em 2003, a Bahia já tinha uma população de 1.230.000 idosos, atualmente é de 1.280.000 idosos. Temos 85% de idosos, 1.044.000 pessoas, que não têm plano de saúde, então, um milhão de idosos com aquele padrão de morbidade pressionando exclusivamente o SUS. Esse é um grande desafio que cada vez mais temos que ter cuidado, porque, como vimos, a população idosa vai continuar crescendo rapidamente. Na rede de estabelecimentos de saúde (que congrega todas as modalidades, à exceção de clínicas particulares), a Bahia conta com apenas 71 geriatrias, sendo que apenas 13 vinculados à esfera pública. A OMS recomenda um geriatra para cada mil idosos, então, com esses números aí, nós temos 0,05 para

cada mil habitantes%, aproximadamente, bastante longe do padrão. No mercado de trabalho, 20% da população baiana (2.700.000 pessoas) são formados por jovens, um em cada cinco habitantes tem entre 16 e 24 anos. Na educação a gente tem uma grande pressão por vagas no ensino médio. Ao contrário do que o Alexandre Garcia, por total desconhecimento, estava criticando, a redução do número de vagas no ensino fundamental não é problema porque, na verdade, é uma coisa boa – aumentou a cobertura, aumentou a promoção e está reduzindo o número de crianças, logo, é claro que vai cair o número de vagas no ensino fundamental. Por outro lado, você tem uma grande pressão no ensino médio e superior; na Bahia a gente tinha uma demanda de 213.000 vagas, em 1991, e passou para 722.000 matrículas, segundo o Censo Escolar de 2006 – estas são exatamente as gerações egressas do ensino fundamental. A pressão no ensino superior será enorme por conta dos egressos no ensino médio e pela grande quantidade de população sem ensino superior que, historicamente, a Bahia acumula. Na Bahia, apenas 5% das pessoas de 25 anos ou mais possuem 12 anos ou mais de estudo. Se a gente considerar apenas ensino superior completo, 3%. Mestrado e doutorado, 0,4% da população.

Falando um pouco do mercado de trabalho, isso só pra termos uma idéia: a oferta no mercado de trabalho é muito influenciada pelo tamanho da população; pela estrutura da população (idade e sexo); e pelo comportamento das taxas de participação – que vão ser influenciadas por fatores socioeconômicos e culturais que vão influenciar a entrada ou não de crianças. A PIA (População Idade Ativa), por recomendação da OIT, são pessoas com 10 anos ou mais, sem limite superior, dada a heterogeneidade do mercado de trabalho em países em desenvolvimento. Temos a população em idade não ativa, que são aquelas que não estão no mercado de trabalho. Temos a população economicamente ativa (PEA), que se dividi-

ria entre os ocupados e os desempregados (a rigor desocupados, mas é um termo pejorativo). Na Bahia, em 2005, a gente já tinha uma PEA de 7.122.000 pessoas, sendo a população ocupada de 6.400.000, e 708.000 desempregados. Em 2004 e 2005 esse contingente diminuiu porque o número de ocupações geradas foi maior do que o número de pessoas que se incorporaram ao mercado de trabalho. Isso fez reduzir a taxa de desocupação de 10,5% para 9,9%. E a gente vê aqui que a taxa de atividade (a proporção daquelas pessoas em idade ativa que estão no mercado de trabalho) é de 63% na Bahia.

Aqui são as taxas de atividade por faixa etária. Tem um primeiro dado aqui que é o seguinte: nessa faixa etária de 10 a 14 anos, onde o trabalho é totalmente proibido, nós ainda temos na Bahia 235.000 crianças trabalhando, o que corresponde a 17% das crianças nessa faixa etária. Em 1993 essa taxa era de 33%, então, ao longo do tempo, com todas as políticas, com o processo de conscientização, a atuação da DRT, dentre outras ações, tem reduzido, mas ainda é um desafio muito grande retirar 235.000 crianças do mercado de trabalho.

Observem aqui que nem sempre há uma correspondência direta entre municípios pretensamente pobres ou classificados como mais pobres por trabalho infantil, por isso é muito importante a gente achar, eu particularmente sempre acho, que o IDH tem suas virtudes, mas infelizmente caiu num uso tão indiscriminado que serve pra qualquer coisa. Acho que temos que ter cuidado; o uso do IDH não tem essa capacidade de sinalizar para o uso discriminado de políticas, por isso está sendo investido muito em criar outros tipos de indicadores, até porque não há homogeneidade da pobreza ou das condições de vulnerabilidade social que possam ser expressas de formas sintéticas, muito menos num índice com sérias limitações técnicas e metodológicas como o IDH.

Outro grande desafio do mercado de trabalho é que 17% da PEA baiana é composta por analfabetos, quase 2.400.000. Na

área rural chega a 30,7%. Cerca de 33% da PEA, ou seja, 1/3 da PEA baiana, é formada por analfabetos funcionais, pessoas que têm até menos de 4 anos de estudos. Esse é um conceito sugerido pela UNESCO por entender que as pessoas que possuem menos de 4 anos de estudo não desenvolveram conjunto capacitário para ler um manual, se inserir no mercado de trabalho etc. A proporção de analfabetos funcionais nas áreas rurais chega a 56%, ou seja, mais da metade da população economicamente ativa rural da Bahia é composta por analfabetos funcionais. Cerca de 60% da PEA do estado não possui ensino fundamental, ou seja, 60% dos trabalhadores baianos têm menos de 8 anos de estudo. Na zona rural chega a 86%. Isso é muito importante, porque pelo lado da demanda a gente observa várias sugestões de cursos extremamente descompassados com a realidade educacional da população trabalhadora da Bahia.

Aqui temos a distribuição da população ocupada por posição na ocupação. Em 2005, 47% dos trabalhadores da Bahia eram assalariados; temos 12% de trabalhadores não remunerados; temos 26% que são trabalhadores por conta própria.

Aqui é um tipo de análise que é muito importante a gente parar pra refletir um pouco. Aqui é a distribuição do PIB baiano por setores juntamente com a população ocupada. O que é que acontece? A gente vai ver que grande parte da população ocupada na Bahia está no setor primário (quase 40% – essencialmente agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal). Por outro lado, nesse setor só são gerados 10% do PIB. Aqui, outro descompasso mais violento: temos 50% PIB gerado no setor industrial e 14% da mão-de-obra. Se a gente pudesse olhar a distribuição funcional da renda, ou seja, o quanto essa riqueza é partilhada entre impostos, salários e lucros, a gente veria que a situação é ainda mais grave. A concentração espacial da produção baiana é de 53% do

PIB e está na RMS, sendo que 1/3 está em Camaçari e São Francisco do Conde. Por outro lado, 53 municípios juntos não perfazem 1% do PIB. Esse perfil é associado à concentração espacial. Outro dado interessante é que em 129 municípios baianos, 30,9% do total, o PIB do setor terciário representa entre 40% e 66% do PIB. Essa é uma questão estrutural que não pode ser jamais desprezada. Só acrescentando, se a gente somar essa concentração espacial da produção com a estrutura fundiária – onde 4% dos imóveis rurais abarca 47% de todo o espaço agropecuário –, a gente tem uma brutal concentração da produção e da propriedade, e que se manifesta de forma bastante diferenciada nas regiões do estado.

Aqui, só para mostrar os contribuintes para a previdência social: na Bahia, apenas 28% contribuem para a previdência; 50,8% na RMS. Entre os trabalhadores por conta própria, apenas 4% na Bahia e 9% na RMS. A gente viu antes que 27% dos trabalhadores na Bahia são trabalhadores autônomos, então temos 1.600.000 trabalhadores autônomos que não contribuem para a previdência social. Que dizer, no futuro teremos um desafio grande perante essa população. O emprego juvenil: temos que 40% do total dos desempregados têm entre 18 e 24 anos e a taxa é três vezes maior do que a média estadual. Cerca de 20% desses jovens de 18 a 24 anos ainda estavam cursando o ensino fundamental, e praticamente a metade ainda estava cursando o ensino médio. Temos que levar em conta esse baixo nível de escolaridade para pensarmos nas políticas.

Pobreza: daria para fazer uma discussão muito interessante sobre as estatísticas da pobreza. Eu particularmente trabalhei com isso na minha dissertação de mestrado. A gente fez um mapa na SEI, que não é de uma linha oficial de pobreza – o Governo Federal montou um grupo que tem 4 anos tentando montar uma linha oficial de pobreza para o País.



12.abr/07

José Murilo Philigret Baptista - Visão estratégica da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH)

Boa tarde. Nossa idéia ao atender o convite da SEI é apresentar uma visão geral da Semarh e de algumas preocupações que temos hoje, fruto da leitura do nosso papel no contexto do Governo do Estado, visando a construção de uma nova alternativa de desenvolvimento sustentável.

Eu queria começar falando rapidamente da nova lei ambiental que foi definida no final do ano passado e que está sendo discutida. A proposta da Semarh é que essa Lei seja discutida em todas as regiões da Bahia e que se alcance consenso a respeito das suas determinações. Eu falo dela não em seu sentido normativo, mas daquilo que ela expressa com respeito às questões econômicas, ao desenvolvimento sustentável e à integração entre as várias esferas de governo.

O que quero dizer, no fundo, é que temos um grande problema em mãos. Qual o papel da Secretaria de Meio Ambiente? Você tem órgãos e entidades, você tem tudo bem definido, mas o bom não é feito. O desenvolvimento não é sustentável, há uma grande precariedade, o que se observa quando abrimos os mapas da Bahia são as “ilhas de prosperidade” num “mar de grande pobreza”, áreas com base econômica bastante incipiente. Quais são os princípios desta Lei? Ao poder público e à coletividade cabe: defender, preservar, conservar, recuperar. Agora temos que considerar os princípios, dentre os quais a função social da propriedade. Temos que ver quais são os empreendedores, as atividades econômicas existentes e quais são os grandes limites.

A Lei define que o desenvolvimento sustentável seja o norteador da política socioeconômica e cultural e que todos tenham direito ao meio ambiente. Em termos de concepção isso é fantástico, progressista e vamos tentar construir, tendo como objetivo principal a qualidade de vida. Isso pra mim é importante porque como economista remete ao emprego e à renda, à qualidade de vida. Compatibilizar o desenvolvimento com a qualidade de vida das pessoas, o meio ambiente, o equilíbrio ecológico. Então, a Lei nos motiva, nos determina, nos obriga a isso, não fazemos mais do que obrigação, do que cumprir a Lei, buscando a otimização do uso dos recursos.

Com que instrumentos? Aí entra o sistema de governo, o plano estadual do meio ambiente, o zoneamento e os instrumentos econômicos e tributários, isso vai compor a “agenda positiva” da Semarh.

A Lei nos indica o instrumental e altera a visão que os economistas tinham dos recursos naturais e do meio ambiente. Eu acho que o Al Gore está fazendo um trabalho interessante quando divulga a consequência de não se pensar maior a questão do meio ambiente.

A Lei define que o meio ambiente inclui as questões socioeconômica e cultural e todas as suas interrelações. Então, não é apenas a questão física e química, não é apenas ciências naturais. Temos a paisagem, o patrimônio histórico-cultural e outros fatores condicionantes dessa salubridade física e psicossocial. Acho que é um avanço em termos da concepção do que deveria ser a articulação do meio ambiente com as demais esferas de governo, para que a questão ambiental esteja inserida nos programas e nas ações de cada setorial.

O que a Lei nos obriga? Ela obriga que o Plano Estadual esteja compatível com o PPA. Temos que articular toda essa discussão com a Seplan. E mais, outro item estabelece que nós devemos nos relacionar com as demais políticas setoriais, por isso eu acho fantástico quando a SEI e a Seplan realizam esses seminários de discussão no estágio em que estamos (conhecendo melhor a "máquina", analisando, reformulando e propondo novas ações), mas é importante perceber a necessidade de articular esse esforço conjunto. A Lei também nos diz: "temos que nos integrar às demais políticas setoriais". Visto que, para a questão ambiental, recursos hídricos não se resume apenas ao lado da oferta. Não, tem toda uma questão de educação ambiental, de saneamento, de saúde, visto que se pode reduzir a mortalidade via saneamento rural.

Gostaria de provocar uma reflexão. Porque, segundo a Lei, caberá ao governo, ao poder público e à coletividade zelar e planejar o ambiente. Quem é a coletividade? São os empresários, seus negócios de portes diferenciados e os aspectos socioeconômicos decorrentes. Temos áreas que, por suas especificidades (cerrado, extremo sul),

são demandadas pelo movimento internacional de capital. Nós temos áreas de negócios muito claras com respeito ao agronegócio da soja, o interesse do "trade" do turismo, a questão da madeira, da celulose etc. São negócios que são instalados e implementados de acordo com a demanda e interesses externos. São esses negócios, é o interesse privado que vai conduzir o uso dos recursos naturais (para o bem e para o mal). Além disso, temos os movimentos sociais. Temos o denominado terceiro setor, várias entidades públicas e privadas, e temos a academia e a oferta de conhecimento.

Dentro dessa coletividade não existe consenso com respeito à leitura do que seja desenvolvimento sustentável. Cada um faz o seu recorte, faz a sua leitura a partir de seus interesses e de sua prioridade. Aí fica difícil para o poder público se articular e fazer cumprir o que a Lei simplesmente colocou. Além disso, o poder público abriga interesses em seus vários níveis, em suas várias estruturas.

Outro elemento básico dessa questão é ter claro que crescimento é uma coisa, riqueza é outra, ambiente é outra. A idéia, o dever é prevenir os impactos, é fazer uma ação pró-ativa. A ação fiscalizadora é importante, sim, porém, é ex post, o que se postula é fazer uma intervenção, ex antes.

É também importante na nossa visão reverter o discurso da catástrofe, por ser paralisante. Precisamos lutar pelo desenvolvimento sustentável considerando as restrições que são colocadas. Faz-se necessário reverter a imagem de entrave. Meio ambiente não é entrave ao desenvolvimento econômico. A gente tem assistido ao longo dos anos esta "quebra de braço" entre "ambientalistas" e "desenvolvimentistas". Qual é a acusação? Que o meio ambiente trava. Isso é uma falsa discussão. O que existe são interesses econômicos claros, são ilhas de interesse, muita gente ganha com isso (tanto ong's, consultores, grupos econômicos), já que é bom ter uma imagem de defensor do meio ambiente. É necessá-

rio reverter essa imagem de que a conservação e a preservação sejam entraves ao crescimento. Essa idéia de que qualquer empreendimento é bom porque gera emprego, deve ser discutida. E aí eu acho que a gente nesse aspecto faz um link com a questão do turismo muito forte. Tem áreas na Bahia que são ímpares, são exclusivas. Dada a globalização, o único espaço no mercado que se tem é decorrente da especificidade. O meio ambiente na Bahia é um elemento de diferenciação econômica significativa. Por isso, queremos colocar esse elemento como reflexão, propor uma visão mais holística, mais macro. Reforçar e apoiar quem acerta. Nem toda empresa é predadora, nem todo ator social é gente boa. Vamos aprofundar nosso conhecimento sobre as realidades municipais e regionais em vez de estabelecer discursos apaixonados. Descobrir quem está fazendo certo, reforçar boas práticas. Vamos incentivar as empresas que têm capacidade de transferir tecnologia. Existem vários exemplos e o CRA acompanha isso.

É necessário fortalecer a interlocução da Semarh com a academia e também com os demais órgãos públicos e a sociedade civil para melhor atender às demandas dos empresários, para melhor cumprir a legislação. É fundamental a integração da base de dados; eu, particularmente, acho que temos muitas informações (estamos afogados em diagnósticos). Eu acho que se a gente conseguir articular o acervo de informações e

análises já disponíveis nos órgãos e entidades sobre a economia baiana e o uso dos recursos naturais haveria um ganho fantástico para orientar nossas ações.

Nós fomos eleitos para isso, sejamos mais finalísticos. O que muda no cotidiano das pessoas a partir da nossa presença como gestores ou como responsáveis? Somos responsáveis e seremos cobrados por isso. Atender melhor os usuários e integrar procedimentos internos da Semarh é questão básica. O zoneamento econômico ecológico (ZEE) e o Plano Estadual conformam os marcos de orientação dos empresários e dos órgãos de fiscalização. O que pode ser feito é utilizar os instrumentos disponíveis que a legislação colocou. Existem possibilidades, mas temos que ter uma leitura do conjunto da economia baiana, do conjunto da sua estrutura sócio-ambiental e analisar o tipo de empreendimento que está se propondo ou querendo se ampliar.

Fizemos uma vez uma reunião e aí ficou claro o seguinte: o empreendedor para não ter aborrecimento paga uma licença no CRA e no IBAMA, ele quer se blindar. Por quê? Para poder empreender. Alguma coisa aí não está certa. Precisamos ter bom senso e fazer a junção entre a “máquina” pública, as condições de trabalho concretas e o empreendedor, porque sem o setor privado não há como ampliar o nível de emprego. Ele requer garantias institucionais para poder contribuir com o desenvolvimento sustentável. Obrigado.

Maria Gravina Ogata – Visão estratégica da Semarh

Eu vou falar sobre o zoneamento. Até reforçando um pouco o que o Murilo e o Ronaldo falaram, 54% da população estão concentrados no litoral; 72% do PIB se concentram no litoral; 92% dos investimentos industriais estão previstos também no litoral. Então, não há dúvida de que é preciso ordenar e planejar o território. Quando nós falamos em ordenar, as pessoas perguntam se é a mesma coisa que fazer zoneamento? Não, temos várias formas de ordenar o território, o zoneamento é uma delas. Como instrumento de ordenamento da área ambiental, temos o zoneamento, os planos, planos de recursos hídricos, planos de bacias hidrográficas, a criação de unidades de conservação. Temos instrumentos de controle, como licenciamento, outorga, autorização de exploração de recursos naturais. Temos instrumentos econômicos, a exemplo da cobrança pelo uso dos recursos naturais, como é o caso do uso da água. Estamos falando da área ambiental. O zoneamento é um instrumento, ele por si só não se viabiliza, precisa ter uma série de outros instrumentos a ele conectados para poder fazer valer essa questão de planejamento. Vamos ter muita dificuldade para fazer um ordenamento e dentro disso um zoneamento. Dificuldades que já foram comentadas aqui, pois temos demandas externas. Boa parte dessas demandas que causam grandes problemas ambientais são demandas que não têm sua origem no Brasil ou na Bahia, são demandas globais – turismo de massa, silvicultura, agronegócio.

Vamos pensando em tudo isso e veremos que a maior parte do que aqui acontece é demanda externa. São demandas que se apóiam no uso intensivo dos recursos naturais. Esse tipo de demanda, esse tipo de negócio, de empreendimento que usa grande quantidade de recursos naturais não é aquele que gera tanto emprego, como era o caso da indústria. Nós não temos diretrizes e normas gerais, em nível nacional, na área ambiental, para orientar o desenvolvimento dessas demandas externas em nosso território; não existe uma orientação sobre o que fazer, por exemplo, com a expansão do eucalipto no bioma Mata Atlântica. Fica a demanda muito cobrada para os Estados, nos seguintes termos: “o que é que o Estado da Bahia está fazendo que não está enxergando que o eucalipto está tomando conta do Extremo Sul?”. Então, a cobrança fica em cima dos estados e na verdade não tem orientação em nível nacional sobre essa matéria. Outra coisa é que o

ZEE sempre foi elaborado pelo ponto de vista técnico e pela área ambiental. Outra dificuldade bastante grande é a questão do zoneamento, o próprio Estado dizer: “A gente vai se meter nisso! Na certa vamos arrumar um monte de confusão com os municípios”. Como fica o zoneamento do Estado frente aos demais zoneamentos elaborados pela União e pelos municípios? Isso também é uma dificuldade. O zoneamento é um instrumento de planejamento que possibilita várias coisas. Quais são as possibilidades que esse Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) traz? Pelo menos ele pode acenar com um planejamento de uso mais equânime do território. O zoneamento não tem somente um caráter técnico. Ele é, principalmente, um instrumento político e, depois, pode se tornar um instrumento jurídico, sem falar que ele possibilita a integração de diversas políticas públicas.

Para tentar viabilizar isso tudo, foi pensado, desde 2004, um arranjo institucional para que esse instrumento pudesse se desenvolver. Foi criada a Comissão Especial para o Zoneamento Ecológico e Econômico, com 10 secretarias de Estado, três grupos de trabalho para cada área prioritária e Conselhos Regionais de Desenvolvimento (ligados à Seplan). A proposta que estamos apresentando agora é compor um triângulo de três secretarias (Sedir, Seplan e Semarh) e integrar com outras secretarias para possibilitar uma melhor integração da máquina do Estado, do ponto de vista não só político, mas técnico-administrativo. Temos como áreas já estudadas o Oeste, o Litoral Norte e o Extremo Sul, mas no atual governo já sabemos que as áreas prioritárias são a Região Metropolitana de Salvador, o semi-árido e a região cacauzeira.

Temos informações para três áreas, que não são prioritárias hoje, mas são aquelas nas quais estão alocadas boa parte dos investimentos do Estado e onde existem problemas ambientais e com grande pressão social. Hoje, a nossa situação está a seguinte, frente aos estudos realizados para o Oes-

te, Litoral Norte e Extremo Sul: estudos técnicos realizados; análise e avaliação dos estudos pelos grupos de trabalho; propostas de ZEE elaboradas; e aprovação da proposta de ZEE pela Comissão Especial, para o Litoral Norte. Agora está sendo elaborado um decreto para inclusão de algumas secretarias, para que possam sentar à mesa todas as secretarias pertinentes e verificar como vai ser daqui pra frente. No caso do Litoral Norte, a proposta de zoneamento ficou assim: cenário 1 – é o que se tem hoje; cenário 2 – como vai ficar, como está, qual é a tendência? (cenário terrorista); e cenário 3 – é o que gostaríamos de ter como meta para o futuro. No caso da Zona Turística, ela se situa no litoral de Camaçari, até Mangue Seco. Trata-se da área de influência direta da BA099, programada para a implantação de complexos turísticos, que se encontra parcialmente ocupada por projetos turísticos intercalados por áreas naturais com remanescentes de ambientes naturais preservados, com populações tradicionais que dão apoio à atividade turística. Isso é o que é hoje; como é que vai ficar isso se não tiver um ordenamento mais efetivo? Teremos, sem dúvida, a ocupação por projetos turísticos homogêneos promovendo concorrência predatória e crescimento desordenado das áreas urbanas com impactos nas comunidades tradicionais. E como se quer que isso aconteça, ou seja, que modelo de desenvolvimento turístico sustentável gostaríamos de ver implantado na região? Sem dúvida, esse modelo seria mais adequado se fosse desenvolvido a partir de projetos políticos referenciados com identidade e cultura local, de baixa densidade, completamente integrados ao território, mediante fortalecimento das atividades produtivas tradicionais, com a implantação de trilhas ecológicas, melhorias da infra-estrutura dos povoados tradicionais, capacitação dos moradores para esse tipo de atividade econômica, definição de tipologia e porte de atividade mineral que pudesse ser compatível com a atividade turística.

Está aí uma coisa simples e necessária: a integração das ações de dez secretarias. O que é que cada secretaria vai fazer para “fazer valer” o que está proposto aqui, ou seja, a proposta do ZEE para cada zona? A importância do ZEE vem daí, no sentido de que as ações de todos devem estar articuladas com o que está norteando o conteúdo de cada zona prevista. Isso, como nós dissemos, foi um trabalho realizado no governo passado e precisa ser revisto com os olhos do atual governo. Vale ressaltar que quando falamos em Zona Turística, Zona Agrícola, por exemplo, não estamos falando de municípios e nem de unidade de conservação, estamos falando em uma área que tem conseqüências do ponto de vista regional. O zoneamento que se propõe é um zoneamento de estímulo (para as atividades que se deseja implementar) e desestímulo (para aquelas que são nefastas do ponto de vista socioambiental). Isto significa: estímulo ao que se quer e desestímulo ao que não se quer. É no sentido de mapear dentro de cada secretaria como viabilizar o que foi proposto pelo ZEE. A atuação do poder público estadual será no sentido de incentivar e orientar. O que surgiu de imediato, ao longo da discussão, no caso do Litoral Norte e Região Metropolitana de Salvador: elaborar e implementar um plano de mineração onde deverá estar estabelecido como se desenvolverá uma atividade minerária sem conflito com o turismo e demais atividades. No meio da discussão surgiu que já existia um plano de mineração e que precisaria ser

atualizado. Do ponto de vista participativo, a proposta apresentada foi aquela na qual sejam valorizados os colegiados já instituídos pelo Estado, a exemplo do Conselho do Meio Ambiente, Comitês de Bacias Hidrográficas, Conselhos Gestores de Unidades de Conservação, dentre outros já institucionalizados.

Outra coisa importante é que os estudos elaborados precisam ser adotados e servir de referência para todos os entes da máquina pública. Temos, por exemplo, um estudo dizendo o que é duna, o que é restinga, o que é isso, o que é aquilo. Este estudo deveria ser utilizado por todos os organismos governamentais para que, ao licenciar atividades no Litoral Norte, pudessem ser aplicados os mesmos conceitos e os mesmos estudos. Para aplicarmos a legislação ambiental vigente, é preciso ter um conhecimento geológico, geomorfológico, geográfico e biológico de todo o litoral. Esse estudo existe, ele precisa ser transformado em um instrumento legal para que todos possam adotá-lo, e aí metade dos problemas desaparecerão.

Outra necessidade básica é conhecer, com antecedência, quais são as áreas que os municípios ou o IBAMA pretendem transformar em Unidade de Conservação. Isto se justifica porque muitas vezes os empreendimentos pretendem se instalar em determinada área, são adquiridas grandes glebas pelos empreendedores e, depois de pouco tempo, aquilo é transformado em área protegida. É isso. Obrigada.

Inez Garrido – Visão estratégica da Secretaria de Turismo (SETUR)

Boa tarde a todos. Vamos apresentar um estudo preliminar de proposta para revisão do Plano Estratégico de Turismo do Estado. O secretário já apresentou essa proposta para a Casa Civil – Dra. Eva Chiavon – e apresentou também em uma reunião com os prefeitos e empresários do Litoral Norte do Estado. É um documento ainda embrionário, traça alguns macro-objetivos que são representados em diagramas que simbolizam as idéias que vão ser depois trabalhadas e detalhadas.

A Secretaria de Turismo continua entendendo que a questão ambiental é um fator de competitividade para o turismo, não é uma barreira, não é uma dificuldade a ser enfrentada. Nós acreditamos e isso faz parte do nosso conceito de desenvolvimento do turismo: a proteção ambiental é um fator de competitividade para o turismo. Aliás, não poderia ser de outra forma.

A Setur coloca como missão conceber a política governamental destinada a planejar, coordenar e executar as políticas de promoção e desenvolvimento ao turismo. Essa é a atual composição da estrutura organizacional: duas Superintendências – a de Investimentos em Pólos Turísticos e a de Serviços Turísticos. A Bahiaturisa é uma empresa coligada.

As primeiras discussões que foram iniciadas nessa gestão, trataram de identificar os macro-problemas existentes ao desenvolvimento do turismo do Estado. São eles:

- os enclaves hoteleiros – já temos uma base instalada de infraestrutura turística, já temos que avaliar algumas coisas que estão aí impostas e precisamos dar seguimento ao processo de desenvolvimento. Temos um foco voltado para essas regiões especificamente pelo processo tanto de desenvolvimento espontâneo quanto pelo desenvolvimento induzido pelos programas dos últimos tempos;
- foi constatada a deficiência da regulação, fiscalização e gestão dos serviços públicos e privados. A questão do ordenamento do solo, apesar da existência da legislação, há ainda uma baixa utilização, uma baixa gestão desses instrumentos. A questão da certificação do turismo também é insuficiente para dar conta do controle de qualidade da atividade;

- o desalinhamento institucional – significa que não ocorre integração de ações entre as três esferas de governo e isto vai rebater muito nessa questão ambiental e em outras ações diretamente relacionadas à área de turismo, como as questões de implantação da infra-estrutura e da integração produtiva;
- o sub-dimensionamento da qualificação profissional e empresarial – ele sempre foi entendido no Prodetur como uma área complementar e não como uma área essencial. Hoje é colocado como um problema a ser resolvido;
- a insuficiência e a inconsistência de alguns indicadores e estatísticas da área de turismo se apresenta como uma necessidade de aprofundamento desta matéria. O acompanhamento, monitoramento e avaliação da atividade dependem da qualidade das informações produzidas e postas à disposição do setor;
- as deficiências infra-estruturais – que estão sendo obstáculos ao desenvolvimento das regiões já implantadas. Os aeroportos como portão de entrada. Os portos, os terminais, a recuperação de patrimônio histórico, a questão da malha rodoviária e do saneamento. Esses são os macro-problemas que foram postos e discutidos para a gente poder traçar macro-objetivos.

Como primeiro macro-objetivo nós pontuamos a *Atração e Qualificação de Fluxo Turístico*. Os anos 90 vieram para o turismo com uma proposta de ordenamento mais ampla da atividade, mas ela não é o ponto inicial da atividade turística do estado. Todo mundo sabe que o turismo começa a se desenvolver na Bahia nos anos 70. Então, nos anos 90 a gente pega o bonde andando e vamos constatar o que já existe de turismo espontâneo que necessitava ser estudado e ordenado e também nos deparamos com outra necessida-

de de planejar para áreas novas que ainda não tinham entrado no mapa turístico do estado. Hoje temos uma expansão territorial dessa área do turismo, mas também precisamos refletir sobre o tipo de turismo que queremos. Qual o turismo que queremos? Uma maior permanência; maior gasto médio; maior efeito multiplicador e também uma atração de investimentos que sejam correspondentes ao que nós queremos com esse padrão de turismo; segmentações turísticas de acordo com as vocações regionais e conseqüentemente a atração de investimentos adequados a esse modelo de turismo que o Estado e as regiões querem. Cada vez mais nos afastamos da atração generalizada de investimentos.

Segundo macro-objetivo: *Produção Associada ao Turismo*. O secretário Leoneli costuma colocar que o turismo, para o programa desse governo, é um indutor poderoso do desenvolvimento econômico, então ele tem que estar preocupado com essa externalidade que é a de envolver e estimular a produção associada de insumos que tenham o turismo como base de consumo. A questão da densificação da cadeia produtiva do turismo não somente pensando as regiões turísticas, mas pensando nos entornos dessas regiões e como fazer essa integração da matriz econômica. Os APLs com foco no turismo já se constituem em iniciativas ocorrendo em várias áreas turísticas, considerando APLs e Clusters como modelos de integração equivalentes. São exemplos os clusters da Costa dos Coqueiros, formado por iniciativa regional. Temos o Cluster do Entretenimento que foi formado a partir de um estímulo do Estado. Temos também APLs na região cacaueteira.

O terceiro macro-objetivo é a *Qualificação Profissional e Empresarial*. Intensificar as ações de qualificação, pensando em duas linhas: a qualificação profissional e a qualificação do empresário que atua nessa área.

O quarto macro-objetivo é a *Interiorização do Turismo* – dando seguimento a essa descentralização da atividade que já vem

sendo feita ao longo do programa Prodetur, propõe-se a efetivação de roteiros que foram pensados e planejados, mas que na prática não foram desenvolvidos; novos roteiros; a questão do turismo rural, como uma vocação do estado.

O quinto macro-objetivo é a *Definição de Novas Prioridades Estratégicas Regionais*. Nos últimos anos, foram intensificados os investimentos, sobretudo em infra-estrutura, pelo Prodetur na Costa do Descobrimento, na Costa dos Coqueiros e na Costa do Cacau. Hoje, propõe-se a incorporação de novas áreas – não que essas deixem de ter importância –, mas essas novas áreas estão como foco principal, sobretudo Baía de Todos os Santos, Chapada Diamantina e a região dos Lagos do São Francisco. E isso tem rebatido em outros âmbitos de atuação do Estado. Turismo é uma vocação dessas regiões, por isso a Setur tem foco nelas. Mas também entram os aspectos ambientais, como o macro-zoneamento, as iniciativas de outros setores produtivos e da área social. Acreditamos que já é hora de se fazer esse *link* com todos os atores que atuam em cada um desses territórios.

O sexto macro-objetivo é o *Desenvolvimento e a qualificação de Produtos*. O Centro Histórico de Salvador apresenta uma necessidade de se trabalhar a questão da governança, por ser uma área importante do patrimônio histórico, cultural e turístico da cidade de Salvador, que é o principal destino turístico da Bahia. Na região de Porto Seguro se deve atuar não somente no ordenamento do turismo, mas buscar estimular a produção associada. Murilo lembrou a questão da população periférica. Isso também vem trazer como conseqüências e problemas a violência, a falta de segurança e a necessidade de se buscar alternativas de ocupação e renda. Na Chapada Diamantina se instalou um aeroporto no Prodetur I, mas apenas o aeroporto foi instalado e a região continuou se desenvolvendo vegetativamente, sem nenhum estímulo mais efetivo. É hora, já que é uma região que está

no nosso mapa de prioridades, de pensarmos uma intervenção mais direta com relação à potencialização desse aeroporto, ao marketing, pois o empresariado instalado na região está esperando por esse tipo de medida. Tem a Costa do Dendê, a região de Valença, na qual se identificam necessidades urgentes em relação à segurança, ao saneamento e à produção associada. Em Salvador e Região Metropolitana se pensa em um sistema de atendimento ao turista, além de se intensificar e melhorar a qualidade desse atendimento.

Ali a gente colocou o nosso zoneamento turístico. Se a gente for olhar como ele se concentra, podemos verificar que coincide com as áreas de maior prioridade. O litoral, como sempre, é o foco. Todos foram unânimes em posicionar isso. Temos aí um eixo central que é a Chapada Diamantina. Temos as áreas que foram incorporadas nos anos 2000, como Caminhos do Oeste e Lagos do São Francisco. E, por último, na estratégia de 2003 foram incorporadas as regiões Caminhos do Sertão, Vale do Jiquiriçá e mais algumas áreas agregadas à Chapada Diamantina.

Esse zoneamento hoje ultrapassa 100 municípios. O zoneamento que é incorporado ao Prodetur são 70 municípios. Não é um zoneamento congelado, ele é parte de um processo evolutivo tanto de demandas locais quanto de novas vocações que vão sendo identificadas ao longo do trabalho de planejamento contínuo que estamos fazendo.

Esses diagramas nada mais são do que a simbolização daqueles macro-objetivos que foram colocados anteriormente. O que é importante a gente olhar é quais são os fatores intervenientes, o que é que entra no jogo do desenvolvimento do turismo sustentável. Esse é o eixo dos macro-objetivos. Tomando como exemplo a produção associada ao turismo, a gente entra com um conjunto de interfaces que praticamente envolve o mapa econômico do estado: economia da cultura, serviços, agricultura, indústria, artesanato, entretenimento.

Quando a gente fala de turismo, normalmente se puxa o fio de novelo que não dá para carregá-lo e pensá-lo sozinho. Se não tivermos a estrutura do Estado integrada e mobilizada para isso, nada vai acontecer. A questão institucional e da governança regional, por exemplo: as Câmaras Setoriais de Turismo das zonas turísticas, que se integram aos conselhos de turismo desses pólos. Temos Conselhos formados desde o Prodetur II. Pensando a Baía de Todos os Santos, há uma demanda para um plano de desenvolvimento que não seja só de turismo, mas que possa congrega todas as possibilidades dessa região.

Os programas de qualificação, de renovação dos aeroportos, de revitalização de outros aeroportos de zonas turísticas, projetos mais específicos de turismo étnico. Idéias

como o Tabuleiro da Bahia, que é a criação de um local em São Paulo que possa ser uma porta de comunicação do principal mercado emissor da Bahia e do principal ponto de localização das empresas que atuam no turismo. A produção associada ao turismo, à certificação, à atração de investimentos e ao serviço de atendimento ao turista.

Todas essas idéias expostas aqui ainda se constituem em pensamentos preliminares que estão sendo discutidos pela Setur com os diversos segmentos envolvidos no turismo. Esses passos iniciais servirão de subsídios para a revisão da Estratégia Turística de Turismo, que sempre propõe um horizonte de longo prazo, mas que também inspira a adoção de medidas no curto prazo.

Obrigada a todos. Estou à disposição para os esclarecimentos necessários.



17.abr/07

Jorge Santos Solla – Visão estratégica da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB)

Boa tarde a todos. Queria agradecer o convite para esse debate hoje. Ele veio no momento oportuno e é uma satisfação fazer esse debate com a nossa professora, para a gente aprofundar a discussão acerca da situação atual do SUS e as diretrizes do governo Wagner. Vou primeiro pedir desculpa porque não tive oportunidade de fazer uma apresentação específica, porque se do início do governo pra cá já estava sendo puxado, as últimas semanas foram bem mais complicadas e não tivemos tempo para planejar uma apresentação aqui. Bom, eu trouxe o material que usamos na Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa, eu acho que pode ser útil. Vou tentar redirecionar o roteiro da apresentação para as discussões que estão sendo abordadas; no momento nós estamos preparando as discussões para o PPA. Nosso caso guarda uma peculiaridade, pretendemos fazer o processo do PPA acoplado à discussão do Plano Estadual de Saúde, que é uma ferramenta que o sistema de saúde prevê.

Primeiro, tem um pouco da questão da saúde no estado. Na parte de atenção básica, não só em atenção básica, mas na maior parte dos indicadores, a Bahia se situa hoje nas piores posições da região Nordeste; algumas vezes vocês vão ver que a Bahia compete com o Maranhão. Se nós pegarmos a atenção básica, a Bahia continua há vários anos com a menor cobertura do Nordeste; temos a menor cobertura do Nordeste em termos do Programa de Saúde da Família. E mesmo com um aumento importante entre 2005 e 2006, passou de 37,8% para 50%, mesmo esse aumento importante foi num ritmo inferior ao restante dos Estados. No período onde houve um grande aumento do financiamento durante o governo Lula, houve um crescimento em todos os estados, na Bahia houve crescimento, mas num ritmo bem inferior aos demais estados, o que fez com que nossa cobertura continuasse sendo a mais baixa do Nordeste e ficasse com a faixa mais baixa do Brasil. Também na área de saúde bucal, prevenção de câncer uterino, situa-se em um quadro de dificuldades. Interações hospitalares: temos muitos hospitais na Bahia, a maioria deles construídos sem nenhum planejamento, geralmente através de emendas parlamentares, iniciativa de prefeitos com deputados, sem nenhuma definição de necessidades, e isso reflete no número de leitos. Apesar de termos muitos hospitais, a nossa relação leito por habitante não é elevada, porque são hospitais pequenos, com poucos leitos,

com baixa resolutividade, com baixa capacidade de solução dos problemas de saúde. A proporção de leitos hospitalares é uma das mais baixas, a segunda, só perdendo para o Piauí. A mortalidade é elevada em menores de um ano e em mulheres em idade fértil. O subregistro é muito alto, estima-se que mais de 50% dos óbitos de menores de um ano continuam não sendo registrados no estado da Bahia. Se formos observar, tem uma grande quantidade de municípios em que não aparecem registros de óbitos de menores de um ano; obviamente ocorreram óbitos, mas não foram registrados. Da mesma forma a mortalidade materna. Pré-natal é uma ação fundamental em relação à gestante e ao recém-nascido, mas temos uma posição bastante precária tanto da quantidade de acesso às consultas e exames quanto ao impacto da qualidade do pré-natal, que vai se refletir nos indicadores e outras situações que poderiam ser evitadas. A população de hipertensos e diabéticos que são identificados e acompanhados está entre as mais baixas da região Nordeste. Somos campeões de tuberculose na região. E quando nós vamos para oferta de serviços de maior complexidade, vemos que a oferta é pequena e concentrada em Salvador, de forma bastante incipiente, em Feira de Santana, Vitória da Conquista, Itabuna e Juazeiro, somente, o que é muito pouco. Houve um processo importante, nos últimos anos, por parte do Ministério da Saúde, na reconstituição dessa rede de alta complexidade, definindo parâmetros populacionais, induzindo a melhor distribuição regional, induzindo uma melhor articulação entre os procedimentos de alta complexidade e os procedimentos mais imediatos de diagnóstico, mas aqui na Bahia não houve um aproveitamento dessas políticas para fazer a reconfiguração. Por exemplo, na questão do atendimento a doença renal, se pegou a rede que existia e burocraticamente foi recredenciada, sem nenhuma melhoria sobre o ponto de vista da desconfiguração dessa rede e da oferta. Temos a mais

baixa oferta de transplante de órgãos da região Nordeste; o Brasil hoje é o segundo país no mundo na oferta de transplante de órgãos, a gente só perde para os EUA, mas se pegarmos os transplantes pagos com recursos públicos o Brasil está na frente. Então, num país onde temos uma realidade positiva na oferta de transplantes, a Bahia está em 23º lugar, só estamos na frente dos pequenos estados da região Norte. Em termos de ofertas de profissionais de saúde, apesar de ser o estado a ter a primeira escola de medicina do Brasil e de termos um aumento das vagas para a formação de profissionais de saúde, a quantidade de profissionais – são dados de 2003 –, se observa, ainda é baixa. E pior do que a quantidade é a política de recursos humanos. O quadro que nós temos é uma verdadeira torre de babel na política de recursos humanos. Num mesmo hospital, num mesmo centro de saúde você encontra profissionais do quadro efetivo, profissionais de contrato temporário, outros contratados por cooperativas, muitas vezes você encontra o mesmo profissional contratado em especialidades diferentes no mesmo hospital; metade dos hospitais tem profissionais terceirizados; nos hospitais terceirizados as contratações já são terceirizadas; a maioria desses profissionais não tem direitos trabalhistas e previdenciários; tem uma alta rotatividade de profissionais – os diretores relatam que não sabem, muitas vezes, quais serão os profissionais que estarão trabalhando no dia seguinte, porque nem escalas seqüenciais existem. Chegou a um ponto tão forte essa perda de vínculo e responsabilidade que alguns profissionais, por exemplo, essa Copamed, se especializaram em ficar no chamado “plântão extra”. O que é isso? É um quadro em que faltou um profissional que deveria estar lá, eles ligam pra ele e eles começam a especular: “ah, dá pra chegar meio dia, duas horas da tarde”, “ah, está pouco, se você botar mais duzentos reais eu vou”; e fica nesse nível de completa desvinculação. Por outro lado, houve uma evolução dos recur-

tos federais repassados para o SUS no estado da Bahia, mostrando que especialmente a partir de 2003 nós tivemos um aumento importante dos recursos repassados. Ao contrário do discurso do ex-governador, nós tivemos um aumento de 80% dos repasses federais para o Estado da Bahia. E o estado da Bahia foi um dos estados que, em quatro anos, de 2003 a 2006, foi mais beneficiado com o aumento de repasse federal e isso não foi, obviamente, pela boa relação entre o Governo Federal e o Governo Estadual. É que ocorreram políticas no Ministério da Saúde que privilegiaram uma reversão, uma diminuição das diferenças entre aqueles estados que tinham diferença grande no Brasil. Por exemplo, na atenção básica e no PSF foi aprovado que todos os municípios com menos de 30.000 habitantes e IDH menor que a média nacional passariam a ter 50% a mais de financiamento: na Bahia, dos 417 municípios, 328 se enquadraram neste critério. Então, 80% dos municípios do estado da Bahia foram beneficiados com aumento de 50%, somente dessa política. Teve aumento do repasse diferenciado entre os estados que tinham uma média *per capita* mais baixa, em função da baixa produção anterior; isso também beneficiou a Bahia, entre outros estados do Norte-Nordeste. Temos aqui um tipo de repasse. A partir de 2004 uma parte dos recursos que eram pagos por produção de serviços deixou de ser feito por essa modalidade. Em janeiro de 2003 tínhamos treze estados brasileiros que ainda estavam em gestão plena – processo de descentralização do SUS. Foi feita uma forte indução financeira e isso fez com que em outubro de 2004 todos os estados já estivessem em gestão plena, o que propiciou um aumento da utilização dos recursos. Também na saúde suplementar a situação da Bahia é complicada. Enquanto a cobertura nacional de seguros privados de saúde chega a 20% da população no estado da Bahia, apenas 8,3% da população têm acesso a algum tipo de saúde complementar. Se a gente for para o

interior do estado cai de 12,2% para 3,9% a cobertura de serviços privados, e desses 3,9%, a maioria está concentrada nas cidades de médio porte. Há concentração dos serviços de saúde em uma parte do estado, mais especificamente no recôncavo e nas regiões Sudoeste e Sul, e há precariedade da distribuição na maior parte do estado. Nós pegamos consultas médicas por especialidade; o “zero” são os municípios que não têm nenhuma consulta médica especializada, por aí já dá pra ver que é a maioria. Seguido do verde, onde tem apenas um tipo de especialidade. Os que têm sete ou mais especialidades dá para de longe qualquer um enxergar quais são: Juazeiro, Feira de Santana, Salvador, Vitória da Conquista e Itabuna. Olha o vazio que nós temos, se vocês observarem o centro do estado, todo o miolo, assim como o Nordeste e o Extremo Sul. Isso também se traduz na internação domicílio-hospitalar. Juazeiro e Petrolina formam uma microrregião interestadual; a quantidade de pacientes que saem de Juazeiro para serem internados em Petrolina e vice-versa praticamente se complementa. Tem uma situação peculiar em Paulo Afonso: tem um grande hospital da Chesf que recebe pacientes de quatro estados, com exceções, todas as demais fronteiras são exportadores de pacientes: o Extremo Sul mandando para o Espírito Santo; o Oeste para Goiás e Brasília; uma boa parte do Norte e Nordeste vai para Sergipe. Por exemplo, leito hospitalar: se você sai de Lauro de Freitas, no Litoral Norte você só vai encontrar em Sergipe. O acesso aos métodos de diagnósticos também segue um padrão semelhante. Outro aspecto interessante é que quando vamos para os procedimentos de alta complexidade nós vemos que tem um maior número de municípios oferecendo; tirando a hemodiálise, a segunda é quimioterapia. Dos treze municípios que oferecem quimioterapia, em doze a oferta é privada. Em apenas um município temos oferta tanto do serviço público quanto do privado, que é o caso de Salvador. Isso traduz um pa-

drão, também, de outras áreas. Muitas vezes você encontra situações, muito comuns, do paciente fazer todos os procedimentos de média complexidade no serviço público e fazer os procedimentos de alta complexidade – o filé *mignon* – no serviço privado.

Financiamento. O financiamento federal *per capita* antes era concentrado, e nos anos anteriores quase tudo relacionado à produção de serviços. Então, os estados que tinham menor capacidade instalada, menor oferta de serviços, recebiam menos recursos federais, e isso foi levando – historicamente – a um teto financeiro baixo. Mesmo com o aumento importante dos últimos anos não conseguimos reverter, temos hoje – ainda – um dos menores financiamentos *per capita* do País. Além das dificuldades de teto do estado, os principais municípios que têm gestão plena vivem uma situação de desfinanciamento muito grande. Vitória da Conquista, Itabuna, aqueles pólos, principalmente aqueles que investiram no processo de municipalização, que aumentaram a capacidade instalada pública, não conseguiram um aumento proporcional no financiamento. Por exemplo, Vitória da Conquista não teve nenhum aumento de verba por parte federal, aumento real não houve em boa parte dos municípios. Isso, é bom chamar atenção, foi uma política deliberada do governo passado, porque os repasses federais – os aumentos de repasse – são negociados numa comissão tripartite, que é uma comissão que tem representação do Estado e dos municípios. Como o governo passado dominou durante muitos anos a composição dessa comissão, isso deu a tônica de uma política deliberada de não ter aumento dos tetos municipais. Em 2002, tinha o dinheiro alocado pelo Ministério, foi aprovado em proposta de programação e foi vetado pelo Governo do Estado o aumento do teto municipal. Gastos públicos com saúde são os menores da região Nordeste. Tradicionalmente, o estado da Bahia sempre ocupou papel muito forte de executor. O estado da Bahia não assumiu o papel de se

descolar dessas realizações de serviços e induzir que os municípios assumissem; isso está previsto na Constituição e na lei orgânica. Cabe ao estado assumir o papel de executor apenas nas situações onde os municípios não podem assumir por falta de capacidade de gestão ou aqueles serviços que têm uma dinâmica mais ampla. Há uma ausência de cooperação efetiva, técnica e financeira; fragilidade na gestão municipal de saúde; uma forte política clientelista e assistencialista no setor saúde ainda dá a tônica no nível estadual. Inclusive aqui é interessante chamar atenção do binômio: de um lado tentar manter um papel de executor direto das ações de serviços de saúde, de outro lado fazer com que a contratação de serviços privados seja moeda de troca, tanto para obter negociações de outra ordem como apoio político e eleitoral. O estado da Bahia não teve contratação com seus prestadores privados por processos licitatórios. No caso da saúde aqui na Bahia, o Governo do Estado nunca cumpriu efetivamente o que está estabelecido para contratação de serviços privados, sempre foi na base do “quem indica” mesmo.

O estado, nos últimos anos, especialmente em 2003, terminou tendo uma situação onde induziu uma dispersão dos recursos e com isso levou a um esvaziamento dos principais pólos. Se formos pegar a avaliação dos últimos anos da oferta de serviços nos principais pólos regionais – que estava programado para ser oferecido a partir de pacientes de outros municípios. Porque a PPI define assim, por exemplo, Salvador vai receber 200 pacientes de Inhambupe, 100 pacientes de Araçás e por aí vai. Se formos fazer a avaliação dos principais pólos, a maioria dos municípios tem uma programação inferior à efetivamente realizada. A fragilidade dos mecanismos de controle, de avaliação e auditoria; os mecanismos de regulação muito incipientes; esvaziamento das esferas regionais de gestão – as diretorias regionais de saúde perderam a capacidade de serem um interlocutor na gestão

estadual, esvaziadas política e tecnicamente, além da questão financeira e estrutural. Antigamente, ser diretor de Dires era prêmio para candidato estadual ou prefeito derrotado; com o passar do tempo foi perdendo o status e passou a ser prêmio de consolação para candidato a vereador derrotado. Nas últimas rodadas, os últimos diretores de Dires eram cabos eleitorais de vereadores derrotados, então, perdeu a capacidade de interlocução. Priorização da oferta privada na área de alta complexidade sem indução do Governo Estadual nem para ter a construção da oferta pública muito menos indução no sentido de estabelecer mecanismos que permitissem a descentralização da oferta para áreas que são vazios assistenciais no interior do estado. Findado esse diagnóstico, que se pretendia ser breve, mas que não foi tanto assim, aqui vamos mostrar uma síntese das linhas gerais do programa de saúde.

Em linhas gerais: primeiro a importância da saúde não se limitar à oferta de serviços; buscar viabilizar a indução de políticas para a promoção de saúde, prevenção de doenças e agravos em vários âmbitos (a questão da alimentação saudável, da atividade física, prevenção e controle do tabagismo, controle sobre o uso do álcool e outras drogas, a prevenção da violência, promoção do desenvolvimento sustentável). Na atenção básica no PSF (Programa de Saúde da Família) enquanto estratégica prioritária há necessidade de apoiar técnica e financeiramente os municípios para aumentar a população coberta. Queria chamar atenção de um aspecto interessante – tenho acompanhado o processo de expansão do PSF há mais de dez anos. Eu defendo a idéia de que essa é uma estratégia que está numa encruzilhada, ela se mostrou bastante efetiva, teve impacto grande na ampliação do acesso, melhorou a qualidade. Conseguimos chegar à imensa maioria dos municípios que não tinham nada, mas, no entanto, o processo de precarização da contratação dos profissionais chegou a um ponto que a dis-

puta é pior do que a guerra fiscal. Os municípios disputam os profissionais, quem paga mais. Começou tendo aumento dos patamares salariais, pagava duzentos reais a mais e o profissional saía de um município para o outro e chegou a um ponto em que os municípios não têm condições de aumentar mais os salários e aí começam a diminuir a carga horária, diminuir as cobranças e responsabilidades. Hoje, temos vários municípios no interior da Bahia pagando ao médico mais de dez mil reais com uma carga horária que deveria ser de 40 horas e que se limita a 10 horas semanais, dois dias na semana, ao invés de ir todos. Estamos construindo uma proposta para criar um mecanismo de carreira para esses profissionais, que apesar de serem profissionais atuando numa política descentralizada no município, o estado não pode abdicar porque aí não é um processo de recentralização no nosso entendimento, mas é um processo de coordenação do sistema e cooperação com os municípios, buscando criar uma alternativa para viabilizar uma regularização da contratação e uma melhor presença desses profissionais. Na saúde bucal, também, precisa uma indução para ampliar a cobertura tanto na atenção básica quanto na atenção especializada. Os centros odontológicos que foram criados a partir do governo Lula na Bahia têm poucos serviços, e por iniciativa de alguns poucos municípios.

Urgência e emergência são áreas vitais. Vale a pena chamar atenção que no SUS é a área mais crítica que temos hoje em relação não só ao acesso, mas à qualidade da assistência. Uma política importante foi a implantação do SAMU, a partir do governo Lula. Queria chamar atenção, também, que o estado da Bahia não cumpriu o seu papel na coordenação do sistema: os treze municípios que implantaram o SAMU não tiveram participação do estado, foi município e Governo Federal. O estado chegou ao ponto de aprovar na bipartite a participação do estado no financiamento – como estava previsto nacionalmente, o Governo Federal com

50%, o estado com 30% e o município 20%. Aqui na Bahia foi aprovado, o estado se comprometeu, no entanto não fez o repasse, a dívida já é superior a 15 milhões de reais do Governo do Estado com os municípios em gestão plena que implantaram o SAMU. Precisamos ampliar, pois todos os municípios que têm SAMU estão no entorno do litoral: Salvador, Feira de Santana, Alagoinhas, Conquista. Quem chega mais para o interior é Conquista, Jequié e Juazeiro, no miolo do estado não tem nada, o Oeste, o Extremo Sul também não tem. Fortalecimento dos hospitais públicos estaduais nos principais pólos regionais, especialmente no que diz respeito ao atendimento de emergência. Estamos negociando com o Ministério da Saúde um projeto de QualisUS para fortalecimento desses hospitais. Aqui no Estado vamos priorizar seis grandes emergências: HGE, Roberto Santos e Ernesto Simões, em Salvador; Cleriston Andrade em Feira de Santana; Hospital de Base em Vitória da Conquista; e o Luiz Viana em Ilhéus. Ampliação do acesso aos grupos mais vulneráveis, a questão do sangue: temos hoje uma boa hemorede, mas é mais uma área em que a avaliação nacional é positiva, mas estamos entre as piores situações; somos o Estado com a menor cobertura na hemorede. Somos um dos Estados com maior participação do setor privado na área de prestação de serviços na hemorede. Temos bancos de sangue regionais construídos com recursos do Ministério da Saúde que se encontram fechados. Transplantes: precisamos de uma forte indução na sua ampliação. E nos pólos regionais induzir políticas específicas para aumentar a alta complexidade, aumentar a oferta de exames de diagnose. E a saúde mental é outra área importante que precisa de investimentos; no governo Lula tem tido resultados positivos. Nos quatro anos do governo Lula, nós saímos de pouco mais de duzentos centros psicossociais para mais de mil serviços, multiplicou umas cinco vezes. Pela primeira vez o SUS está gastando mais com assistên-

cia ambulatorial de saúde mental do que com assistência hospitalar. Já temos mais de três mil pessoas que estão internadas em hospitais psiquiátricos há mais de dois anos e que foram deshospitalizadas, recebem um salário mínimo pago pelo SUS para se manter junto a sua família e têm assistência ambulatorial.

Na área especializada hospitalar cabe ainda destacar, na contramão do quadro atual, fortalecimento dos pólos regionais, implantação de centrais de regulação, implantação do sistema estadual de cirurgia eletiva – que pode fazer um link entre as demandas e ofertas de serviços. Aumento da capacidade instalada em alguns pólos regionais – vocês acompanharam o famoso Hospital da Criança em Feira de Santana. Já estamos em fase de elaboração do projeto. O hospital da Chesf em Paulo Afonso: estamos iniciando um processo de negociação para estadualizar o hospital da Chesf, e nesse hospital está sendo montada uma UTI. A construção de um hospital em parceria com a prefeitura de Camaçari, na estrada do coco, para fazer o processo de ampliação da oferta do Litoral Norte. A conclusão do hospital de Santo Antonio de Jesus: são dezesseis anos em construção; só nos últimos anos o Governo Federal já investiu mais de 10 milhões de reais. Estamos trabalhando uma alternativa via Universidade Federal do Recôncavo. Temos aqui uma política importante: temos muitos pequenos hospitais com menos de trinta leitos com nenhuma viabilidade em qualquer política mais racional de utilização do equipamento, mas que nós não podemos sair fechando. Então, o Ministério da Saúde começou, desde 2004, uma proposta de mudança de perfil desses serviços. Essa é uma política que tenta fazer com que este hospital esteja articulado com a atenção básica, que mude a modalidade de financiamento. Vamos implantar um programa de internação domiciliar, eu acho que vamos ter um impacto tão importante quanto o SAMU, pelo perfil que temos hoje de internações crônicas. O pro-

cesso de envelhecimento da população leva à necessidade de criar uma alternativa de internação domiciliar, porque é financeiramente melhor, mas a qualidade e adequação da assistência também são bem melhores. Ampliar o diagnóstico e tratamento de câncer do colo do útero e mama. Planejamento familiar: participação maior do estado na capacitação das equipes e disponibilização de métodos contraceptivos. Implantar uma política específica para a população negra, que foi construída pelo governo Lula, e Salvador é um dos municípios que tem tido resultados positivos; cabe à gente levar para os outros municípios do Estado. Acesso a medicamentos: entre os duzentos milhões em dívidas que o governo deixou na área de saúde, dos quais apenas 75 milhões ficaram em restos a pagar, 125 milhões não foram contabilizados – ficaram debaixo do tapete. Desses 125 milhões, 40 milhões eram recursos que o Estado deveria ter fornecido aos municípios com medicamentos básicos, nos anos de 2005 e 2006. Em 2006, o Governo da Bahia gastou apenas pouco mais de quatro mil reais do Tesouro do Estado com medicamentos básicos, gastou menos do que a maioria dos municípios gastou individualmente. Tem muito a desenvolver nessa área. Reimplantar a produção pública de medicamentos: a Bahia já teve um dos maiores laboratórios públicos – a Bahiafarma –, que foi fechado no outro governo Paulo Souto. Nós já estamos com a primeira unidade produtiva da Bahiafarma em construção. É um projeto que tinha sido iniciado antes desse governo, entre a prefeitura de Vitória da Conquista e o Ministério da Saúde, e com a implantação da Universidade Federal em Conquista ganhou mais um aliado com o curso de farmácia. E agora, com o governo Wagner, essa unidade vai ser a primeira unidade produtiva da nova Bahiafarma. Um detalhe interessante é que, na semana passada, começamos uma negociação com a Fiocruz, ligada ao Ministério da Saúde, e com uma empresa suíça, e há uma grande

possibilidade da Bahiafarma ser a primeira indústria pública de medicamentos no Brasil a produzir anticoncepcionais. Não temos nenhuma fábrica pública no Brasil trabalhando com hormônios e há interesse da Fiocruz e da empresa suíça em fazer a transferência de tecnologia para a Bahiafarma para a produção de anticoncepcionais. A estimativa é que podemos produzir aqui metade de toda a necessidade do SUS de anticoncepcionais orais. Aquisição conjunta de medicamentos: a maior parte dos municípios faz compras muito ruins. Farmácia popular: esse é outro programa importante que o Estado da Bahia não entrou. As 26 unidades que tínhamos foram todas implantadas por iniciativa do município com o Governo Federal. Começamos agora, com o governo Wagner, o projeto da Rede Baiana de Farmácia Popular, aproveitando a infraestrutura da Cesta do Povo. Na linha de diversificação das ações da Cesta do Povo estamos utilizando esse espaço. E o projeto para Farmácia Popular em casa, para medicamentos de controle de hipertensão e diabetes e distribuição de contraceptivos. Os pacientes que estão com o controle de hipertensão e diabetes mais estabilizadas não precisam ir mensalmente aos serviços de saúde pegar o medicamento; você pode fazer a entrega em domicílio e inclusive já marcar a data de retorno. O projeto está iniciando a negociação com os Correios e com a Caixa Econômica também, acho que pode ser uma importante política para o acesso da população aos medicamentos.

Fortalecimento dos Conselhos de Saúde tanto no âmbito municipal quanto no âmbito estadual. O conselho estadual até hoje não está legalizado, a sua composição não segue o que está previsto em lei. Detalhe importante: agora, dia 24, teremos pela primeira vez prestação de contas do governo estadual ao conselho estadual de saúde. Até hoje o Governo do Estado da Bahia não havia cumprido a Lei nº 8.142/90, no que se refere à prestação de contas trimestral ao Conselho Estadual de Saúde, no espaço legislativo.

Valorização dos trabalhadores do SUS: melhoria das condições de trabalho; processo de desprecarização com os concursos públicos; programa para regularizar a ação dos agentes de saúde comunitária. No Brasil temos hoje mais de 200.000 agentes comunitários de saúde, a maioria deles numa situação de contratação bastante precarizada. Na Bahia, poucos municípios tinham estabelecido mecanismos de terceirização para garantir o pagamento de direitos trabalhistas e previdenciários. Recentemente foi aprovada a emenda constitucional 51, a Lei que normatizou o projeto para encampação dos agentes que haviam participado de processo seletivo pelas prefeituras. Estamos preparando um material para incentivar a regularização dessa situação. Estamos discutindo um projeto para criar a Universidade Aberta do SUS em parceria com as universidades públicas e conselhos de profissionais. Já existem infra-estrutura e ferramentas que podem facilmente ser disponibilizadas pra isso.

Aqui temos um ponto importante para essa nossa discussão de hoje que é a questão das ações intersetoriais e da geração de emprego e renda e desenvolvimento regional. Um aspecto é a necessidade de projetos intersetoriais. Por exemplo, tem uma discussão que está sendo feita pelo governo de priorização do conjunto de municípios de mais baixo IDH. No caso da saúde, dos 40 municípios com mais baixo IDH, 23 deles estavam de fora dos municípios priorizados no projeto Saúde Bahia, com financiamento do Banco Mundial, que estava sendo implementado no governo passado. Então, fizemos uma rodada de negociação com o Banco Mundial e conseguimos renegociar todo o projeto, o projeto em três anos e meio não chegou a executar metade das metas e do orçamento do financeiro. Apenas o componente de gerenciamento do projeto foi quase todo gasto, os componentes analíticos tiveram baixa execução. Conseguimos renegociar o projeto e aumentar o número de municípios prioritários de 63

para 86 e incluir todos os municípios que estão no grupo de mais baixo IDH. Acho que abre uma possibilidade interessante da gente pegar esse conjunto de municípios e fazer uma intervenção forte da educação, da saúde, do saneamento, da assistência social; acho que a gente teria um impacto importante nessas áreas. São municípios, inclusive, com alta mortalidade infantil e com baixo acesso a serviços de saúde. Saneamento básico, também, é um ponto importante. Pela primeira vez estão sentando Embasa, Conder, Funasa; tem orçamentos em várias áreas. E ampliação intensa de postos de trabalho; acho que a saúde é uma das áreas de maior empregabilidade. Só para citar alguns dados, entre janeiro de 2003 e junho de 2005 fizemos um estudo no Ministério da Saúde que mostrou que nessas cinco maiores políticas que foram feitas no governo Lula – Saúde da Família, SAMU, Saúde Bucal, Saúde do Trabalhador e Saúde Metal –, foram gerados 500.000 postos de trabalho diretos em 5 semestres, ou seja, 100.000 postos de trabalho diretos por semestre. Eu estou me referindo exclusivamente a profissionais de saúde, não entram aí os profissionais de apoio, limpeza, vigilantes, nem muito menos os postos de trabalho indiretos. Isso mostra o potencial que temos para crescer. Outro detalhe interessante é que a automação e a incorporação tecnológica não reduzem postos de trabalhos como acontece em outras áreas. Incorporação tecnológica abre novos postos de trabalhos diferenciados. Já está em financiamento a necessidade de se ampliar recursos para aumentar a participação federal. A maior parte dos estados brasileiros não gasta o que está estabelecido na área de saúde. Necessidade de intensificar o combate às fraudes e desvios de recursos, que tem melhorado muito, mas o problema ainda é muito forte. Criar mecanismos de concorrência pública para compra de serviços. Desprivatizar os hospitais públicos, rever os contratos de parcerias com os filantropos. Estamos analisando caso a caso cada um

dos hospitais terceirizados. O de Irecê, que tem uma avaliação péssima, foi rompido contrato, houve interesse da prefeitura em municipalizar e já foi municipalizado. Para dar um exemplo diferente, o de Ribeira do Pombal, que mostrou um bom desempenho, nós renovamos o contrato com a Fundação José Silveira. Fortalecimento da relação com os hospitais filantropos e orçamentação desses hospitais.

Por fim, vou apresentar algumas medidas que tomamos na transição e um balanço dos primeiros cem dias. Foi feito um esforço; negociamos com o governo passado a prorrogação de contrato. A maior parte dos contratos que iam vencer no final do ano conseguimos negociar a prorrogação, mas não todos. Renegociação de convênios com o Ministério da Saúde, também ocorreu uma situação semelhante. A epidemia de sarampo foi algo de preocupação no período da transição. As principais medidas dos cem dias do governo: fizemos uma rediscussão da estrutura administrativa da Secretaria, estamos trabalhando com um organograma diferente do que está aprovado, estamos elaborando uma proposta para aprovar uma nova estrutura administrativa. As ações que foram definidas como prioritárias pelo governo para esse ano são: ampliação do SAMU; implantação do sistema estadual de cirurgia eletiva; fortalecimento dos pólos regionais; internação domiciliar; implantar o quadro de emergência; retomar a Bahiafarma; implantar a Rede Baiana de Farmácia Popular e o Programa Medicamento em Casa. Teve enfrentamento da epidemia de sarampo com um resultado muito positivo, conseguimos em 40 dias vacinar mais do que o dobro do número de pessoas que foram vacinados ao longo do ano passado. Já comentei o processo de municipalização do hospital de Irecê. O processo de seleção pública e contratação temporária para substituir o contrato da Copamed, os cooperativados. Estamos discutindo algumas alternativas

interessantes para modernizar a gestão pública, tanto o consórcio público como a fundação estatal. E estamos em fase de elaboração de projetos tanto para criar fundações estatais no âmbito hospitalar quanto um projeto de criação de fundação estatal para o programa Saúde da Família. Levantamento das dívidas da Sesab. Interessante a cara de pau do Correio da Bahia. Eles nos atribuem passar um calote de seis milhões nos municípios, só que é uma dívida que ficou em restos a pagar. Eles não só não pagaram como não deixaram recurso nenhum para cobrir, não deixaram nenhum tostão do tesouro estadual na área de saúde e todo recurso que tinha no fundo estadual de repasse federal é carimbado para outras finalidades: convênios, compra de medicamentos. E, além disso, não deixaram nenhum instrumento legal para permitir o repasse do fundo estadual de saúde para os fundos municipais, estavam usando um decreto de 2001 que o governador assinou vinculado ao orçamento de 2001. De 2002 até 2006, todos os repasses feitos pelo Fundo Estadual de Saúde foram com base nesse decreto, ou seja, quatro anos de repasses ilegais. Já conseguimos aprovar com o governador um novo decreto que vai permitir legalizar esses repasses e viabilizar os pagamentos. E, por último, ontem nós firmamos a parceria com a Universidade Federal da Bahia que vai permitir ampliar 113 leitos no Hospital das Clínicas, que abriu ontem 20 leitos de UTI. E estamos fazendo a cessão do Hospital Ana Nery para a Ufba.

Para concluir, há dívidas deixadas de 75 milhões em restos a pagar, de 199 milhões no total, e para piorar a nossa situação a estimativa é de que teremos um déficit de 163 milhões no orçamento da saúde. Se executarmos tudo que estaria previsto e planejado e não tivermos nenhum aumento de receita e nenhuma redução de despesa, nosso déficit vai ser de 163 milhões de reais.

Carmem Teixeira – Questões estratégicas da saúde na Bahia: causas, efeitos, políticas e gestão

Boa tarde. Quero agradecer o convite da SEI, especialmente ao Edgar Porto, que eu não conhecia pessoalmente, só através de alguns dos seus textos. É um prazer para mim estar aqui com vocês, participando do debate sobre os problemas e propostas para a saúde na Bahia.

Nós já temos anos discutindo os problemas que o Jorge Solla apresentou com tanta clareza. Gostaria, entretanto, de destacar alguns pontos da sua apresentação para iniciarmos uma conversa. Refletindo durante a exposição de Solla percebi que ele apresentou, de fato, alguns nós críticos resultantes de um processo político-institucional que poderíamos caracterizar como sendo o inverso da proposta constitucional de construção do SUS. Na Bahia, em verdade, o que aconteceu nos últimos anos, foi que se usou a sigla SUS, mas na prática foram implementadas políticas e estratégias que distanciam o sistema existente dos princípios e diretrizes consolidados na legislação do setor e na experiência acumulada em vários outros estados do País.

O governo atual herda uma situação calamitosa, tanto do ponto de vista da situação de saúde – os indicadores são dramáticos – quanto do ponto de vista da conformação do Sistema Único de Saúde no Estado. Alguns dos mapas que o Solla apresentou mostram os vazios sanitários em algumas regiões, caracterizados pelas deficiências de infra-estrutura do sistema, e a gravidade dos problemas de gestão, principalmente na área de gestão de recursos humanos. Além disso, a despeito da Política Nacional enfatizar a necessidade de mudança do modelo de atenção, com vistas a se garantir a universalidade, integralidade e equidade no acesso aos serviços, na Bahia o modelo antigo foi preservado, na medida em que não se avançou significativamente com a reorganização da atenção básica, ao tempo em que foi acentuada a tendência à privatização.

Penso, inclusive, que o enfrentamento desses três aspectos configuraria as diretrizes estratégicas para a agenda política da Saúde nos próximos anos. Seriam três aspectos críticos que poderiam ser transformados em marcas da política de saúde na atual gestão:

- 1) necessidade de reorientação e desenvolvimento da infra-estrutura incluindo toda a expansão da rede física, a reorientação da gestão dos recursos humanos e a racionalização da gestão de recursos materiais;

- 2) fortalecimento da gestão com reversão do processo de privatização, fortalecimento da gestão participativa e revitalização de uma gestão solidária entre o Estado e os municípios;
- 3) a mudança do modelo de atenção. Nesse ponto, especificamente, considero que a apresentação do Solla revela uma preocupação muito assistencialista, compreensível por conta do acúmulo de necessidades de serviços de saúde não satisfeitas, considerando a herança que foi deixada pelos governos anteriores. Nossas carências são tão grandes do ponto de vista da atenção ambulatorial, hospitalar, do atendimento pré-hospitalar, hospitalar e de apoio diagnóstico e terapêutico que até entendo o porquê da ênfase na assistência à saúde da mulher, saúde bucal, saúde mental, saúde da população negra, mas fico pensando se não deveríamos ampliar o horizonte e fortalecer as ações de promoção e de vigilância da saúde, que Solla inclusive enfatizou no final ao se referir à necessidade de articulação intersetorial para a promoção da melhoria da qualidade de vida e da saúde da população no estado.

Resumindo, acredito que essas grandes linhas estratégicas podem iluminar a agenda política da saúde para os próximos quatro anos, dando início a um processo de reversão das tendências consolidadas pelos governos anteriores, de modo a se deslanchar efetivamente a construção do SUS.

No que diz respeito à reorientação e desenvolvimento da infra-estrutura, é importante destacar a problemática da captação de recursos financeiros. Fico assustada com a perspectiva apresentada por Solla com relação à previsão do déficit orçamentário, ainda mais em uma conjuntura em que o Governo Federal contingenciou mais de um bilhão e meio dos recursos para a Saúde. Só como exemplo das

dificuldades que vamos enfrentar por conta disso, cabe lembrar que o processo de regionalização do SUS, que se tentou desencadear a partir de 2002, ficou paralisado porque não se contou com recursos para operacionalizar o Plano Diretor de Investimentos, cuja implementação acompanharia a reorientação gerencial e organizacional da rede pública.

No que se refere à mudança do modelo de atenção, é importante fortalecer a proposta de implementação das ações de vigilância da saúde considerando inclusive o perfil dos problemas de saúde da população baiana, especificamente a persistência de altos índices de doenças infecciosas e parasitárias. Solla apresentou dados terríveis, como os da prevalência de tuberculose e da hanseníase no Estado, problemas que constituem, inclusive, prioridade para o Ministério da Saúde há anos.

Também gostaria de chamar atenção para o que eu considero algumas lacunas da proposta apresentada por Solla, como o ponto de partida para a definição do plano de governo, particularmente três ou quatro coisas que eu gostaria de ver incluídas na agenda:

- a) primeiro, a questão da comunicação social na área de saúde. Estou convencida de que aqui na Bahia uma trincheira de luta política importantíssima vai ser a mídia, os meios de comunicação de massa. Temos que ter – na saúde, especificamente – um trabalho cotidiano na mídia, tanto para divulgar informação relevante para a população quanto para combater as distorções veiculadas com o intuito de desqualificar a Gestão atual da Saúde. Nos cursos de Gestão do Sistema de Saúde que desenvolvemos há vários anos no ISC incluímos o assunto “relação do gestor com mídia”, tema indispensável na atual era da informação, principalmente em um contexto de desinformação como o que vivemos no Brasil e na

Bahia em particular. Solla, você enfrentou isso, Solla enfrentou isso em Vitória da Conquista, gostaria até que você comentasse o que você enfrentou quando foi secretário municipal de saúde, com relação à atuação da mídia, e isso já está começando a se insinuar também ao nível estadual. Penso que devemos definir estratégias para enfrentar essa questão, vai ser uma guerra.

- b) a segunda coisa é a questão da modernização da gestão. Solla falou um pouco, muito por cima, da educação permanente. Mas eu fico pensando que é preciso dar uma ênfase na questão da profissionalização da gestão. O Carlos Matus, um autor com quem trabalho, chama atenção em um dos seus textos para um dos problemas sérios dos governos no contexto latino-americano, que é o amadorismo dos gestores, e isso se reproduz na área da saúde. Uma evidência desse fenômeno encontra-se até no jargão comum entre gestores e técnicos do setor, que comentam que estão “correndo atrás do prejuízo”, “empurrando com a barriga”, “já vi esse filme antes”, frases comuns no cotidiano das nossas instituições que expressam a falta de planejamento e de motivação para o trabalho. Isso é o que o Paulo Mota, professor da FGV e consultor nesta área, chama de “administração por rotina e crise”: quando está tudo bem ficamos tomando cafezinho e fazendo reunião; quando não está, todo mundo fica até tarde da noite trabalhando para dar conta dos prazos.

Temos, portanto, que fazer esforço de capacitação de pessoal, de profissionalização de nossos quadros, inclusive porque tem muita gente nova ocupando postos de trabalho no nível político-gerencial, e a grande maioria não tem experiência. Até porque ficamos muito tempo de fora do

Governo da Bahia e perdemos o conhecimento da máquina, e quando encontramos uma máquina depauperada, pior ainda. Agora esse esforço é exatamente o esforço de reconhecimento do terreno minado onde nós todos estamos começando a trabalhar. É preciso rapidamente investir na educação permanente dos gestores. No ISC, estamos concluindo um curso de especialização para gerentes de distritos sanitários, que contam basicamente com sua competência e dedicação, sendo muito mal remunerados. É lamentável o que se ganha para muitas vezes assumir uma responsabilidade imensa. Esse é um dos aspectos críticos.

Na questão da modernização da gestão, queria também destacar a informatização. Vou dar um exemplo, o problema da gestão de pessoas, processo que não é informatizado na SESAB. Gostaria que você explicasse isso para o público, Solla. A coordenação da área de recursos humanos da Secretaria está enfrentando essa dificuldade de gerenciar um efetivo de mais de 30.000 trabalhadores sem ser informatizada, uma coisa pré-moderna.

E para concluir, quero destacar a questão da ciência e tecnologia em saúde. O Ministério tem feito um esforço muito grande para definir uma agenda de prioridades em pesquisa, tecnologia e inovação em saúde e esse tema não parece estar contemplado na agenda estadual. Pela legislação do SUS, cabe ao Ministério da Saúde e às Secretarias de Saúde pautarem a política de recursos humanos em saúde e a de ciência e tecnologia. No governo Lula, a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde convocou, pela primeira vez, representantes de toda a comunidade científica para definir uma agenda de prioridades de pesquisa, e através de uma articulação com o CNPq estão financiando várias linhas de pesquisas muito mais voltadas para a produção de conhecimentos sobre os problemas do SUS.

Finalmente, gostaria de pedir a Solla que explique melhor essa questão do Hospital Ana Neri; queria que você relacionasse essa questão do Ana Neri com a política de transplantes. Quando você falou que a Bahia já

está atrasadíssima em relação à política de transplantes eu fiquei pensando em como podemos enfrentar isso. Se você tiver tempo, eu gostaria que você falasse um pouco sobre isso. Para começar é isso. Obrigada.



19.abr/07

Carlota Gottschall – Visão estratégica da Secretaria de Cultura (SECULT)

Boa tarde a todos. Eu vou trazer aqui uma discussão que ainda não é uma discussão terminada e definida, mas é um processo que nós encontramos na Secretaria de Cultura, que é uma Secretaria diversa, pois engloba Fundação Pedro Calmon, que tem arquivos, bibliotecas, memórias, livros; o IPAC tem museus; a Fundação Cultural tem o TCA; o TCA, por sua vez, tem o corpo de balé. Então, é uma diversidade de aspectos a serem observados, e quase todos eles com bastante dificuldades.

A Secretaria de Cultura tem como missão formular e implementar políticas públicas que reconheçam e valorizem a diversidade cultural da Bahia nas dimensões simbólicas, econômicas e de cidadania. Esse é o eixo central que conduz a Secretaria e mais todas as suas vinculadas. Uma preocupação muito grande do Secretário é que todos trabalhem com uma linha de condução comum, apesar das características e das particularidades de cada um que compõe a Secretaria de Cultura. E partimos desse princípio como sendo o princípio da intervenção da Secretaria de Cultura nesse momento: o respeito e a valorização da diversidade cultural (não só de Salvador, mas do Estado da Bahia).

O foco todo do nosso trabalho tem sido para a interiorização. Trabalhar não só a dimensão simbólica da cultura – que é um patrimônio intangível por essência –, mas também começar a trabalhar com a perspectiva econômica da cultura, que dos anos 90 pra cá ganha uma capacidade de acumular capital e passa a ter uma importância em todos os países, e o Brasil também passa por esse processo. Situação que é muito clara nos EUA; a acumulação de capital dos EUA passa pela indústria cultural, mas no Brasil e nos outros países é uma situação, relativamente, recente. Pretendemos trabalhar com essa perspectiva de centralidade da cultura na economia e da cidadania, porque entendemos que o cidadão tem a sua cidadania reforçada e referenciada.

É nesse sentido que as ações da Secult e todas as suas vinculadas são desenvolvidas de forma integrada com a sociedade. As idéias-força que pretendemos romper têm como um dos aspectos principais a descentralização territorial, ações que busquem desenvolver a cultura no interior do Estado, a democratização do acesso aos bens culturais e o máximo de incentivo para que os indivíduos tenham acesso aos di-

versos bens culturais. E aí, fazendo uma ligação com o que o Trevisan colocou, a importância de se desenvolver no cidadão não só o conhecimento pedagógico formal, mas também criar uma educação cultural, fazendo com que os indivíduos vejam na cultura uma peça do seu desenvolvimento como cidadão.

Outra idéia que nos orienta é a atuação transversal entre todos os diversos segmentos. Acreditamos que a cultura permeia todos os diversos segmentos da sociedade, e, por conseguinte, entendemos que a cultura tem que trabalhar com todas as secretarias estaduais. A cultura está imersa e submersa em todos os aspectos de nossa vida. Que se trabalhe de forma unificada, “cada macaco no seu galho”, mas trabalhando junto.

Depois, uma outra idéia-força é buscar a centralidade na economia, fazer com que a cultura se torne um instrumento de geração de emprego e renda, de sobrevivência para as pessoas, que a cultura ganhe uma capacidade de gerar riquezas.

Um outro aspecto que nos orienta é a reafirmação da diversidade e da identidade do cidadão baiano; é o elemento que amarra os outros quatro aspectos levantados anteriormente. Todos os projetos, todas as propostas e todos os programas que estamos trabalhando na Secretaria de Cultura são norteados por essas idéias básicas. Pode-se dizer que o objetivo da Secretaria de Cultura é reafirmar o papel estruturante da cultura para o desenvolvimento econômico, social, político e ambiental; a descentralização de políticas e ações culturais em todos os territórios de identidade cultural do Estado.

O que vimos nos últimos anos foi uma centralização na Região Metropolitana de Salvador: 55% do PIB está na RMS; ¼ da população reside na RMS; a mídia está na RMS; e terminamos que houve uma supervalorização da identidade cultural da RMS.

Quando se pensa na Bahia fora da Bahia, imediatamente a relação que se faz é com a cultura afrodescendente. Mas a Bahia não é só recôncavo, a Bahia é um território mui-

to grande que tem experiências históricas e construções culturais e territoriais muito diversificadas, com expressões culturais diversas. Nós entendemos que se busque criar e incentivar políticas que visem descentralizar e valorizar as identidades culturais do Estado como um todo.

Outro aspecto que buscamos trabalhar é a questão da democratização dos meios de acesso, produção e difusão dos bens e serviços culturais. Ampliar o acesso não só dos bens culturais tradicionais (teatro, shows musicais etc.); existe uma boa parte da população de Salvador que nunca foi ao TCA. Pensando nisso se criou um projeto que aos domingos pela manhã você tem espetáculos a um real, justamente para você criar público e ampliar esse acesso.

Acreditamos que é necessário criar acesso à biblioteca, tenha acesso à leitura e livro, tenha acesso à produção cultural assim como à distribuição e difusão. Acreditamos que democratizar o acesso à cultura é democratizar o acesso em todas as suas instâncias. Isso é um trabalho bem grande, mas a perspectiva de nossa intervenção tem que ser nesse sentido.

Outro aspecto é de estimular o desenvolvimento da economia da cultura – fazer como que os indivíduos possam sobreviver em função da sua expressão cultural.

Outro aspecto é o incentivo à formação e qualificação de gestores e criadores culturais.

Dentro do programa de incentivo à cultura, estamos trabalhando com a reformulação da lei do Fazcultura. Por enquanto, nesse momento, para que não haja um atraso muito grande, estamos reformulando o regulamento que rege a lei, que foi criada em 1996. A nossa intenção é que no ano de 2008 nós consigamos nos adaptar à lei de financiamento e incentivo cultural.

Estamos também reformulando o Fundo de Cultura no Estado da Bahia. A lei do Fazcultura é inspirada na lei de incentivo nacional, a Lei Rounet, onde o governo, através da isenção de impostos, financia 80% do projeto de um produtor cultural e a iniciati-

va privada entra com 20%. Em última instância, quem manda é o empresariado, que entra com 20%, apesar do governo entrar com a maior parte. Quer dizer, já existe uma distorção na sua essência. Quem define os projetos que são executados é a iniciativa privada, é a capacidade que o produtor tem de captar patrocinador. Como essa lei terminou sendo determinada pelo patrocinador, pela iniciativa privada, há dois anos atrás se criou o Fundo de Cultura do Estado da Bahia, que é um fundo orçamentário que disponibiliza uma verba para que você apresente os projetos e o Governo do Estado escolhe os projetos que ele vai financiar. O Fundo de Cultura dá mais capacidade de gerência ao Governo do Estado.

Pretendemos implantar uma agência de micro-crédito, na linha de crédito Desenhahia; a cultura vai começar a trabalhar com empréstimos e não só com incentivos a custo zero.

Outro aspecto que pretendemos trabalhar com o programa de incentivo é o alinhamento ao projeto federal do ticket cultural. As empresas financiariam – como financiam o ticket restaurante, vale transporte – o ticket cultural, que permitiria o acesso das pessoas ao cinema, ao teatro, a shows etc.

Outra linha de ação que pretendemos trabalhar é com o programa de formação de cultura, no Brasil é recente isso. Foi no governo Lula que o Ministério da Cultura fez um acordo com o IBGE e começou a se trabalhar com os indicadores em cultura. A intenção é que se chegue à conta satélite da cultura. Na Secretaria fizemos um acordo de cooperação técnica com a SEI e pretendemos trabalhar em consonância com o Ministério da Cultura e com o IBGE. A nossa idéia para construir o sistema de indicadores culturais é trabalhar Secretaria de Cultura, SEI, Ministério da Cultura e IBGE.

Outro aspecto que vamos trabalhar é com a coordenação de estudos especiais e estudos temáticos de cultura. Vamos criar uma linha editorial para cultura e teremos que

trabalhar, necessariamente, com a universidade federal. No momento estamos desenvolvendo uma metodologia de construção dos indicadores do carnaval. Vamos descobrir o quanto a prefeitura gasta e arrecada no carnaval, e qual o valor simbólico que esse carnaval tem e como se reverbera ao longo do resto do ano, tanto para a iniciativa privada quanto para a gestão pública desse carnaval. É uma coisa que também está sendo feita pelo Sebrae e a UFRJ, buscando fazer esses indicadores para o carnaval do Rio de Janeiro. É um trabalho novo que está sendo feito por todo mundo ao mesmo tempo; podemos dizer que Pernambuco, Bahia e Rio estão no processo de desenvolvimento desses indicadores.

Nos estudos especiais pretendemos trabalhar com a cadeia produtiva do audiovisual e da música, são os dois estudos que pretendemos fazer em curto prazo.

E, por fim, trabalhar com o mapeamento das expressões culturais por território de identidade, mapear um pouco as diversas culturas da Bahia.

O próximo programa é o programa de incentivo à cultura digital. Vamos trabalhar não só com a universidade, mas com a Secretaria de Ciência e Tecnologia e com a Fapex, e quem mais queira. No programa de incentivo à cultura digital, o primeiro aspecto que pensamos em trabalhar é incentivar a criação de portais de música, vídeos, áudio e texto para a distribuição da produção cultural baiana (isso, claro, ao longo dos quatro anos). Desenvolver, implantar e manter o portal da cultura da Bahia, esse é um projeto que a gente pretende desenvolver lá na Secretaria, onde você possa fazer negócio, buscar informações sobre direito do trabalhador em cultura, disponibilizar informações sobre software livre, enfim, que ele sirva como vitrine e uma possibilidade de quem está produzindo cultura através do meio digital na Bahia. Promover ações de incentivo à cultura digital e promover a implantação dos pontos de cultura digital em consonância com o programa do Ministério da Cultura.

Pretendemos trabalhar com o projeto de incentivo à economia criativa. Que é apoio à inovação tecnológica na produção de bens e serviços culturais, buscar selos de qualidade dos produtos originais da Bahia.

Outro aspecto é o programa de descentralização da cultura, um projeto que já vai ser feito no segundo semestre desse ano. Vamos fazer a II Conferência Estadual de Cultura, representações setoriais da Secult através de um projeto de Centros de Cultura que foi criado no governo do João Durval que foram abandonados e viraram locais de formaturas, festas, congratulações das cidades do interior. Nós queremos recuperar o sentido desses centros de cultura, fazendo com que eles funcionem um pouco como representações da Secretaria de Cultura no interior. Temos um mapeamento feito sobre os territórios de identidade, que buscou, em cada uma dessas regiões, as identidades próprias. Identificamos cada um desses territórios da Bahia como sendo municípios que se agregam em função de identidades territoriais próprias, que têm uma cultura própria e que dialogam entre si.

Os outros programas que, também, estão sendo desenvolvidos pela Secretaria são: formação e qualificação em cultura (projeto que vai ser desenvolvido com a UFBA); incentivo às culturas populares, no sentido

do imaterial, de se trabalhar a imaterialidade da Bahia (a cerâmica de Maragogipinho, a baiana do acarajé, o samba-reggae, o reizado etc.) como sendo elementos imateriais da cultura popular; incentivar as diversas manifestações populares; e intercâmbio de artistas e produções.

E, por fim, a idéia é que o conjunto da Secretaria nessas perspectivas dessas linhas gerais que foram apresentadas aqui.

O incentivo à produção da cultura digital na Fundação Pedro Calmon significa a digitalização dos arquivos (é um projeto super importante, os arquivos da Bahia estão se perdendo). A idéia é que o IRDEB amplie a sua rede de acesso, que ao final do governo a TVE consiga transmissão em todo o Estado. Toda parte de audiovisual foi deslocada para o IRDEB. A literatura foi deslocada para a Fundação Pedro Calmon; a Funceb ficou basicamente com artes visuais e música; o IPAC tem a tarefa de trabalhar com o patrimônio imaterial e material (tem como principais tarefas de curto prazo buscar um trabalho transversal para a gestão do Centro Histórico e trabalhar com a imaterialidade, porque a materialidade não se dissocia mais da imaterialidade).

Em linhas gerais, é esse trabalho que a gente pretende. Se a gente conseguir fazer parte de todos esses projetos será muito bom. Obrigada.

Nelson Pretto – O papel da educação e das políticas de cultura no desenvolvimento da Bahia

RESUMO

Discutir sobre dois campos como educação e cultura de forma articulada é um desafio e, ao mesmo tempo, de extrema importância para a sociedade. A idéia deste artigo é desenhar um cenário mais amplo do desenvolvimento científico e tecnológico, falando da comunicação, das tecnologias e da mídia com base em leituras e análises bibliográficas, relatando alguns problemas e perspectivas plurais para a superação dessa situação educacional no País. Nesse contexto, podemos concluir que não podemos continuar segmentando as diversas instâncias do conhecimento e da cultura e que a apropriação das tecnologias e políticas articuladas e horizontalizadas se faz necessária para a criação de um espaço coletivo de culturas e conhecimentos.

Palavras-chave: Políticas articuladas, Educações, Perspectiva plural.

Contemporaneamente, discutir sobre dois campos como educação e cultura de forma articulada é um desafio e, ao mesmo tempo, de extrema importância para a sociedade. A idéia dessa fala é desenhar um cenário mais amplo do desenvolvimento científico e tecnológico, analisando brevemente a comunicação, as tecnologias, a mídia para, posteriormente, entrar na discussão fundamental: vamos continuar pensando educação na perspectiva singular ou vamos pensar nas novas possibilidades das educações, numa perspectiva plural?! Como uma fala, esse texto agora transcrito e brevemente revisado possui imperfeições que poderão e deverão ser levadas em conta pelo leitor.

Do ponto de vista do mundo tecnológico, uma questão fundamental, e que não estamos considerando na feitura das políticas públicas, é que o mundo está em profunda transformação, e essas transformações afetam e são conseqüências da mudança da maneira como nós produzimos e consumimos conhecimento. Ou seja, vivemos em um mundo alucinado, fragmentado, com muitas turbulências e, no entanto, continuamos elaborando políticas públicas de forma linear, continuamos fazendo políticas públicas pensando no século XIX para viver no século XXI.

Alguns elementos fundamentais das transformações da ciência e tecnologia têm a ver com as radicais mudanças nas concepções de

tempo e espaço. Passamos de um mundo centrado na ordem, iluminista do século XIX, para um mundo que está centrado na desordem, um mundo dos fenômenos caóticos e dos fractais. Ou seja, há uma mudança conceitual da forma como se produz conhecimento e na própria relação do ser humano com o conhecimento.

Essa idéia do inesperado, da irregularidade e da desordem é muito forte na contemporaneidade e precisamos estar atentos a tudo isso. Como nos alerta o físico italiano Marcelo Cini, passamos, portanto, “de um mundo onde as leis científicas estavam centradas na ordem – um modelo baseado em leis simples que davam conta de sua explicação – para um sistema mais complexo, onde a desordem, a irregularidade, o inesperado, estão presentes de forma mais intensa”. (CINI; 1998, 111).

Vivemos a denominada sociedade do conhecimento, onde um dos elementos marcantes desse momento é a velocidade com que essas tecnologias chegam e desaparecem. Há cerca de 60 anos as pessoas viram nascer a televisão e, quando da nossa morte, certamente não teremos esse modelo de televisão da mesma forma que nasceu. O rádio levou 38 anos, nos EUA, para atingir 50 milhões de pessoas e a Internet, quatro anos. Aqui na Bahia, vivemos o rico momento de implantação da rede Internet no Estado, numa ação articulada, e bastante difícil para a época, da UFBA com diversos órgãos do Estado, incluindo a antiga Seplantec. Vemos, com isso, que uma única geração vê “nascer” e “morrer” uma tecnologia, especialmente as tecnologias eletrônicas de comunicação e informação.

Outro aspecto que considero muito importante, tanto para a educação como para a cultura, é a questão da mídia. Tanto na Bahia como no Brasil e no mundo, há um movimento oligopolista de concentração da propriedade dos meios de comunicação, e até os números são parecidos: no Brasil são seis grandes famílias que comandam esse segmento econômico e o mesmo acontece

com os grupos internacionais. Há um movimento de sinergia, de oligopolização, que promove uma enorme concentração de capital, comandando praticamente toda a produção simbólica mundial. Mas eles não são somente proprietários do meios de comunicação no sentido estrito do termo, estão agora ampliando os seus tentáculos para as telecomunicações, bancos, editoras, parque temático, provedores de internet, entre outros. Por isso é importante que educação e cultura conversem nessa questão. E, obviamente, as discussões sobre o sistema brasileiro de TV digital precisam considerar esses elementos, pois, caso contrário, não teremos a possibilidade de trabalhar com uma outra perspectiva mais horizontal, que possibilite a quebra dessa lógica vertical de poucos grupos produzirem e uma imensa maioria consumir, de forma passiva, tudo o que for gerado, agora em alta definição, pois não entramos no mérito da necessidade de uma maior interatividade para o sistema. A partir da implantação de um sistema mais horizontal, podemos criar, potencialmente, uma **rede de conexões** que pode nos dar novas possibilidades. Mas insisto, meras potencialidades, porque se não democratizarmos e descentralizarmos o acesso e as formas de produção, não se resolve nenhum dos desafios que temos pela frente, e que não são poucos.

São novas possibilidades que mexem com os tradicionais vetores de desenvolvimento que sempre pensam da capital para o interior, como se o interior fosse constituído de espaços virgens que as redes iriam resgatar e tirar da sua pureza e da sua ingenuidade. O estabelecimento de uma rede horizontal é de fundamental importância para que seja possível se adotar outra perspectiva nessa relação, uma vez que ao conectarmos uma nova região na rede, a região se transforma, mas a rede se transforma também. Como diz a pesquisadora da Universidade Federal de Santa Catarina, Leila Dias, “as redes não vêm arrancar territórios ‘virgens’ de sua letargia, mas se instalam sobre uma

realidade complexa que elas vão certamente transformar, mas onde elas vão igualmente receber a marca". (DIAS; 1995, 148).

Considerar a realidade e com ela interagir de forma pró-ativa sempre foi um dos nossos grandes desafios. Como exemplo, em Salvador, no período da prefeita Lídice da Mata, que sofria uma pressão insuportável da mídia justamente porque estava – como continuamos a estar! – na mão de poucos e poderosos, quando, com a ajuda da UFBA, implantou a primeira escola conectada à internet, no bairro do Marotinho. A imprensa insistia em mostrar as escolas caindo aos pedaços e considerava um absurdo colocar ali computadores conectados à internet. Insistíamos com a prefeita de que o discurso tinha que ser o de mostrar que as ações precisavam ser todas ao mesmo tempo. Não era possível uma política pública linear, onde primeiro se pensasse em consertar o banheiro da escola para só depois pensar na Internet. Tinha que ser tudo ao mesmo tempo. Desde aquela época usávamos uma frase que virou quase lema do nosso Grupo de Pesquisa em Educação, Comunicação e Tecnologia (GEC) da Faculdade de Educação da UFBA: "não queremos a internet nas escolas, queremos as escolas na internet". Pode parecer a mesma coisa, mas desde aquele tempo tínhamos claro que usar a internet para ver o que estava disponível lá fora era importante, mas tão importante quanto isso era a possibilidade de cada escola, de cada comunidade poder se colocar na rede, se inserir no chamado mundo globalizado. Isso, obviamente, demanda a construção e a articulação de uma rede horizontal que vai, potencialmente, caminhar na constituição de redes populares de comunicação.

Hoje, a partir de outras políticas do Governo Federal, como as em andamento no Ministério da Cultura, temos novas possibilidades de promover essas articulações. Como o projeto dos Pontos de Cultura, já com pontos implantados em diversos estados brasileiros, incluindo a Bahia. No entan-

to, o grande problema é que os Pontos de Cultura não falam com as escolas, e aí reside o que se qualifica como interessante da experiência que estamos construindo e vivenciando no município de Irecê.

Buscamos estabelecer esse diálogo porque não podemos continuar segmentando as diversas instâncias do conhecimento e da cultura. E podemos ampliar tudo isso, agora incorporando as questões do software livre e as licenças criativas (*creative commons*). Nesses pontos, mais do que nunca, as Secretarias de Educação e de Cultura, como também as demais, incluindo a de Ciência, Tecnologia e Inovação, têm que estar muito atentas, pois a pressão é – e certamente será – muito grande, já que os interesses que estão por trás de cada investida das indústrias do software proprietário são e sempre serão muito intensas. No último Fórum Internacional do Software Livre (8º FISL), realizado em Porto Alegre em abril desse ano, foram várias as denúncias sobre a ação das empresas de telecomunicações no sentido de identificar os datagramas que passam pelas redes. Segundo pesquisadores como Carlos Afonso e Gustavo Gindre, as nossas conversas telefônicas estão passando por softwares inteligentíssimos que identificam conteúdo; e quem usa o *skype*, por exemplo, sabe disso, já que é comum, quando você faz uma chamada do computador para um telefone fixo, a ligação ficar muito ruim e muitas vezes ser derrubada, isso porque esses softwares percebem que está sendo usada a telefonia por IP e atrapalham o sinal com o intuito de desestimular o uso. Ainda nesse evento, segundo os integrantes da mesa "Neutralidade da internet: Todos os datagramas são iguais perante a Rede!" ,esses softwares, denominados de *packet sniffers* (espécie de farejadores de datagramas), já estão sendo implantados pela Telemar e Brasil Telecom, e quem usa algum software de baixar música na Internet já percebe, pois quando começa o download a velocidade diminui. Assim, abre-se a possibilidade de facilitar a nave-

gação dentro das mesmas redes e com serviços privatizados, no interior de uma grande rede, que passa a articular a venda de todos os serviços, não permitindo o usuário buscar onde deseja a informação.

Essa não é, portanto, uma questão simples e exige uma ação mais articulada em todos os setores e esferas governamentais. Na Bahia, já se vem buscando contribuir com uma ação mais integrada nesse campo e um exemplo disso é o esforço que o IRDEB está fazendo. Nesse sentido, é importante compreender que uma coisa importante para o IRDEB é a TV educativa chegar a todos os lugares da Bahia, sem dúvida, mas isso não basta. No momento que TVE Bahia chegar a todos os lugares ela irá reproduzir aquilo que planetariamente se faz: da Europa para o Brasil, do Centro-Sul para o restante do país e, no caso, da capital para o interior. O desafio é ter uma programação que seja efetivamente a cara da Bahia, e para ser a cara da Bahia tem que ter o semi-árido, tem que ter a costa do descobrimento, o Sul, o Noroeste, todos aparecendo na telinha com igual dignidade e não apenas como o pitoresco. Ou seja, temos que criar os mecanismos para que a programação reflita a Bahia e não apenas o Recôncavo, e muito menos apenas Salvador. Uma das idéias que estamos trabalhando com a direção do IRDEB é montar uma articulação entre os Pontos de Cultura, de tal forma que eles possam ser produtores e fornecedores de material para a televisão e para a rádio. Começamos aqui a trazer o plural de forma mais intensa, ao invés de começar a falar em globalização a gente começa a falar em globalizações, com uma perspectiva plural plena.

Por que isso? Porque a perspectiva plural tem a ver com as linguagens, não é mais a linguagem, não é mais a alfabetização das letras e dos números, ela é muito mais e está fortemente vinculada com os aparatos tecnológicos disponíveis. O grande exemplo de tudo isso é a própria menina-da que escreve mensagem no celular com uma mão só, coisa que nós não consegui-

mos fazer nem com as duas mãos. Gastamos um tempo enorme para escrever uma mensagem simples enquanto eles escrevem longos emails, longas mensagens com uma mão só. Esses meninos nascem teclando! Então vamos ter que pensar no que é alfabetização. Alfabetização é começar de novo a insistir em caligrafia? Talvez não, existem estudos apontando que uma das grandes dificuldades do processo de alfabetização é exatamente a letra, e isso afasta muito as pessoas, principalmente as mais velhas. Já o teclar não é tão difícil. Então, fica a pergunta: não poderíamos ter um programa de alfabetização que partisse primeiro para possibilitar a comunicação através do teclado e depois resgatar a história da caligrafia? Nós mesmos, acostumados a pensar e escrever diretamente com o computador, já temos dificuldades de fazer um texto ou prova de concurso, por exemplo, escrito à mão. E quando desconectamos o computador da internet a coisa fica pior ainda! Há uma mudança nessas linguagens e essas mudanças não têm a ver só com o teclar, têm a ver com todo um outro universo que inclui os RPG, a música eletrônica, o Hip-Hop, as conversas em mensageiros instantâneos, comunidades em sites de relacionamento... Quero dizer com isso que essa articulação da menina-da está possibilitando que ela seja muito mais do que mera consumidora de informações: eles estão produzindo intensamente culturas e conhecimentos.

Um outro exemplo que está mexendo radicalmente não só com o universo da menina-da, mas, também, com o mundo adulto da mídia são os sites de publicação de vídeo, sendo que o *Youtube* foi – e ainda é – fascinante. O que está acontecendo é que se está produzindo muito através dos sites colaborativos de produção, onde todo mundo passa a ser jornalista e, por conta disso, os blogues viraram um fenômeno. Essa proliferação faz com que o universo multimídia faça parte do nosso cotidiano de aprendizado e de trabalho. Nesse sentido,

é extremamente preocupante uma portaria da Secretaria de Educação limitando o uso das tecnologias de informação, provavelmente orientada por um técnico de informática que não tem a preocupação com essas questões mais amplas. Essa portaria, para uma Secretaria como a da educação, que inclui as escolas em sua rede, é preocupante exatamente porque traz, além da ilegalidade de exigir um programa proprietário como padrão para as navegações, a limitação de uso da rede para qualquer arquivo multimídia. Isso é muito complicado porque esse universo de comunicação faz parte do nosso cotidiano e tem que ser apropriado pela escola, apropriado pela cultura e pela administração pública.

Chegamos, claro, com isso, a um verdadeiro impasse, pois essa meninada é uma outra meninada, que possui um *jeito alt + tab* de ser e os professores não estão sendo preparados para lidar com esse universo. O professor chega na escola, no laboratório de informática, e encontra todo mundo está na mesma página? Que nada, estão todos na mesma página da rede somente quando o professor passa, porque ali por detrás estão abertas outras quatro, cinco ou dez páginas ao mesmo tempo, fazendo diversas coisas diferentes. Essa meninada que nasce “geneticamente” modificada por essa cultura é a meninada que está na nossa escola. Esse é o nosso desafio, uma escola que não compreendeu isso. E não estamos falando de filhos de ricos, essa é a realidade da maior parte da população, mas particularmente urbana, mas não só.

Chegamos ao verdadeiro impasse da educação, porque esse universo, construído desse jeito, encontra uma escola absolutamente trancada, fechada, o mundo lá fora é uma coisa e a escola outra; e isso não se aplica somente na escola pública, mas na particular também. E quais são esses problemas? Primeiro, a sociedade quando cresce com a concentração dos meios de comunicação e a escola também, o currículo cresce. As secretarias de Educação têm um

desejo fenomenal de padrão. O governo passado tinha a petulância de denominar um programa de governo para educação de “Educar para Vencer”. Não há coisa mais absurda e contraditória do que o lema para a educação do governo passado. Porque a lógica do vencer é a lógica do passar para trás, é a lógica do chegar primeiro, essa lógica de que tudo tem que ser padronizado. A história da rede não se constitui, porque a rede só é rede se há horizontalidade. O currículo é grade, continua sendo grade curricular e esta concepção de currículo enquanto grade precisa ser mudada. E não adianta passar a chamar com outro nome, por exemplo, de matriz curricular, se, de fato, o que continuamos a ter é uma grade, numa lógica vertical, linear, centrada na ordem, contraditório com tudo que se faz hoje para a produção do conhecimento.

Trabalhamos, em oposição a isso, com a idéia de labirinto, um espaço com magníficas possibilidades de caminhos, um espaço onde a possibilidade de se perder é muito rica, com uma enorme diversidade de caminhos e de possibilidades, onde o chegar a um lugar é importante, claro, mas isso não pode ser feito com a perda da riqueza do caminhar, do se perder, do experimentar.

Em oposição a isso temos uma escola objetiva, cheia de procedimentos e fechada em si mesma; e os resultados continuam sendo absolutamente insatisfatórios e os dados mostram isso muito claramente. Recentemente, o Instituto Montenegro do IBOPE, em parceria com a ONG Ação Educativa, fez uma classificação da capacidade de leitura das pessoas criando quatro categorias: analfabeto, alfabetizado com nível rudimentar, básico e pleno. No caso da Bahia, os dados apresentados anteriormente pelo Subsecretário Salvador corroboram o que a pesquisa indicou: no ensino médio a alfabetização plena é de apenas 53% dos alunos. Isso para a sociedade é um desespero, devido ao alto índice, e espantoso porque, na lógica, o aluno que chegou ao ensino médio tinha que ter 100% de alfabetização

plena. Por isso a discussão da inclusão é fundamental: vamos incluir em quê? Essa é uma palavra que virou moda, todo mundo usa com muita tranquilidade, mas ela demanda uma reflexão maior sobre o significado de inclusão.

Então, efetivamente, estamos com um “buraco” nas políticas educacionais e de novo vem à tona a idéia de rede: ou nós centramos o foco no ensino básico para dar uma outra perspectiva, afastando da dicotomia propedêutica e profissionalizando, dando a ele, efetivamente, uma capacidade de formação mais plena, ou nós vamos falar em universidade nova, super nova e mesmo assim não vai significar nada, porque o problema não está ali. O problema é que o ensino médio não prepara, ao entrar para a universidade, o mercado de trabalho pressiona a escolha precoce da profissão e a formação profissional é deficitária, porque não possibilita uma leitura horizontal da formação, com uma articulação maior entre os diversos campos do conhecimento.

A rede de universidades públicas da Bahia e do Brasil tinha que ter responsabilidade e ser cobrada – ela só poderá ser cobrada se lhe forem dadas as condições! – para enfrentar esse enorme problema. E, no entanto, o que nós estamos vendo? A Universidade está vivendo imersa numa perspectiva mercadológica. Também ela virou mercadoria. A diversidade proposta por Carlota em sua fala anteriormente, é considerada, mas ela é considerada apenas na perspectiva de entrada. O processo trabalha todo na linha de poder receber o diferente na entrada, mas ao longo do caminho ir formatando – palavra usada propositalmente! – o igual. Através de testes padronizados na saída de norte a sul; currículos distribuídos de leste a oeste (o governo passado não teve coragem de dizer que estava preparando um guia curricular mas foi efetivamente isso que fez com os tais “parâmetros curriculares nacionais”; o governo Lula os incorporou como sendo normal, não fez a crítica, não os aperfeiçoou, apenas partiu do pressuposto de

que ele existia e deveria ser seguido e, quando alguma dúvida aparecia, lançava-se mão de um chavão: “está de acordo com os parâmetros curriculares nacionais”. Em outras palavras, o que, no fundo, temos é um sistema centrado numa lógica de transformação do outro no eu.

Felizmente, são inúmeras as possibilidades de transformação dessa realidade. Uma delas, se focarmos a temática das tecnologias de informação e comunicação, é fazermos uma apropriação dessas tecnologias enquanto elementos de cultura e não continuarmos a pensar que estes aparatos tecnológicos são meros equipamentos e técnicas que serão distribuídas para as escolas e os centros de culturas. Eles são elementos de culturas e isso exige educação em uma outra perspectiva, que demanda novos vetores de desenvolvimento. Ou seja, temos que afastar a idéia de que educação, cultura, ciência e tecnologia fazem parte do universo da produção industrial. Temos que trabalhar numa perspectiva maior de articulação entre todas essas áreas, e, sem dúvida, uma perspectiva mais libertária é a adoção do software livre e das possibilidades trazidas pelas tecnologias livres. Temos que diminuir a presença dessas empresas que possuem tecnologias escondidas, que controlam tudo, para movimentos mais articulados, que tenham na perspectiva da colaboração a sua ênfase mais forte. Claro que estou falando também do movimento do *creative commons*, um movimento que busca fazer circular as informações, de se poder remixar tudo respeitando o crédito dos criadores. Temos que trabalhar muito forte em inclusão digital não na perspectiva de treinar para o mercado de trabalho, ensinando um processador de texto ou planilha eletrônica proprietária. Isso não resolve nada! Temos que ter uma outra perspectiva de inclusão e uma outra perspectiva que supere uma dicotomia dramática que fazemos: para o filho do rico, todas as condições, em um quarto conectado, com computadores, banda larga, suporte por 0800,

e liberdade para fazer o que desejar e, para o filho do pobre, acesso ao telecentro, para ter aulas de planilhas, processadores de texto ou coisas do tipo, geralmente de forma muito entediante. Gastamos muito dinheiro com isso e nada muda, não se está resolvendo nada. A “pedagogização” exagerada desses processos termina fazendo com que as distâncias entre aqueles que têm acesso e os que não têm aumentem cada vez mais. E tudo isso, coincidindo com a mesma distribuição que conhecemos de renda no País.

Como já falamos, ao nos referirmos à alfabetização não podemos pensar em alfabetização digital ou em alfabetização dos números, apenas. Temos que falar em alfabetizações, a perspectiva plural volta de novo. Há um nível maior de articulação e, claro, fortalece-se as escolas com isso, mas as fortalece sobre uma outra perspectiva curricular. O que propugnamos é que professores e alunos deixem de ser meros atores do processo e passem a ser considerados – cada um individualmente e enquanto grupos – autores do processo. Para tal, o que estamos pensando em nosso grupo de pesquisa da Faculdade de Educação da UFBA é que precisamos superar a idéia de montagem de portais de serviços que distribuem informação para os consumidores da escola. Pensamos que se torna necessário constituir comunidades virtuais de aprendizado, articulando toda a rede. Essa é uma das grandes questões que temos pela frente e isso demanda, certamente, pensarmos a educação no plural, pensarmos um Estado enquanto riqueza de diversidade e a possibilidade dos diversos diálogos acontecendo. Isso significa uma horizontalidade dos processos e principalmente a pluralidade de culturas. Estamos construindo isso, trazendo a forte influência do nosso querido professor Felipe Serpa, que propugna pensarmos em “pedagogias da diferença” em oposição às tradicionais “pedagogia da assimilação”. Pedagogias que tenham o diferente como fundante. E a referência não

é a identidade que será buscada, o fundante é o enaltecimento da diferença. É a diferença como produtora de alteridades e aí a palavra não é mais linear, currículo fechado e distribuído; as palavras agora são fluxo, rede e movimento, é uma outra perspectiva. Esse deve ser o elemento mais fundamental dessas políticas. E, claro, isso significa fortalecer o sistema enquanto rede e as redes colaborativas dão esses exemplos. Algumas idéias estão surgindo e, por exemplo, temos defendido em reuniões com diversos Secretários, com a FAPESB e a FPC a necessidade de buscar construir um projeto estratégico com o financiamento em torno do software livre para a criação de um efetivo sistema de bibliotecas públicas, para que o usuário de qualquer parte do Estado possa se sentir acolhido na sua pesquisa e leitura dos acervos das nossas instituições. É pôr a informação circulando e disponível para todos e em todos os lugares e tempos.

Outra questão que temos discutido diz respeito à estrutura física das escolas. Ela precisa ser atacada pelo sistema como um todo. Claro que isso demanda pensar em articulação em outras áreas. Pode entrar aí uma outra questão que é a relação da educação com a arquitetura. A idéia de construir escolas reproduzindo plantas arquitetônicas não cabe mais, se é que algum dia teve sentido. A perspectiva de construir Bahia a fora “escolas modelo” também não se sustenta mais. Precisamos superar a lógica de um modelo padronizado, com vistas apenas a economizar recursos e com isso perder toda a possibilidade formativa que um prédio escolar possui em cada região. Temos que pensar do ponto de vista arquitetônico se essa escola dá conta para esse século XXI, ou seja, quero dizer que arquitetura é cultura.

Precisamos investir fortemente na formação de professores, as condições de trabalho e salário e, principalmente, a possibilidade de mobilidade de professores. Os nossos professores não viajam; não se poderia criar um mecanismo que incentivasse a

mobilidade dos professores, por exemplo, em programas que articulassem as Secretarias de Educação, Cultura e Turismo de tal forma a viabilizar que o professor do litoral pudesse tirar férias no semi-árido, os do semi-árido iriam para o Extremo Sul e estes para o Norte da Bahia, por exemplo? É muito boa a iniciativa de abrir os teatros para que os professores possam ir, porque para o professor ser também um formador de platéias ele tem que ter acesso a tudo isso. O professor tem que ser valorizado enquanto elemento que possa articular essas diversas instâncias na produção do conhecimento e as diferenças trazidas pelos seus alunos.

Em última instância, o labirinto tem que ser pleno, o labirinto tem que possibilitar a riqueza desse caminhar, o interagir com a alta cultura, com as ciências. A educação é um espaço de rebeldia. Quem acomoda é o mercado. A professora Iracy Picanço, da Faculdade de Educação da UFBA, perguntou ao Secretário da Educação da Bahia, Adeum Sauer, quando da

sua visita à FAGED, se estava nos planos dele derrubar todos os muros de todas as escolas do Estado da Bahia. Claro que você não pode fazer isso de um dia para o outro, mas isso tem que estar no horizonte; não podemos continuar com a perspectiva que as escolas mais parecem prisões. A escola tem que ser um verdadeiro espaço coletivo de culturas e conhecimentos, a escola tem que dar aos filhos dos pobres aquilo que os filhos dos ricos têm em casa. E não resta dúvida de que isso é possível, desde que a gente tenha uma política mais horizontalizada; assim podemos ter a esperança de que talvez, em 30 anos, a gente tenha uma outra educação. Porque este é um dos desafios fenomenais que a gente tem, porque isso não dá resultado imediato. Educação tem um grande problema, que é não ter resultado imediato. Resultado imediato nós temos quando construímos salas padronizadas e isso eu acho que já vivemos e não queremos mais.



26.abr/07

Geraldo José Belmonte dos Santos – As universidades estaduais e o desenvolvimento da Bahia

Boa tarde a todos. Queria cumprimentar, especialmente, nosso professor Ildes Ferreira. Os nossos professores da Uefs estão se sentindo em casa. Cumprimentar os membros da Secretaria de Planejamento e da SEI, parabenizar pelos eventos que estão sendo realizados, para fins da constituição do plano plurianual 2008-2011.

É importante que tenhamos essa discussão, uma discussão que certamente deve ser profícua e deve ter diversos olhares para que a gente encontre diversas possibilidades de soluções para o Estado. A nossa participação se deve ao convite ao magnífico reitor José Onofre da Universidade de Feira de Santana. Infelizmente ele não pode estar aqui e me incumbiu de trazer informações acerca das nossas universidades.

Certamente, quando discutimos universidades, estamos falando de instituições que são centenárias, as primeiras nasceram no século XII, XIII, os embriões nasceram lá atrás. Portanto, se a gente for avaliar a Universidade Estadual de Feira de Santana, ela é quase uma criança perto das universidades centenárias européias. Nós, como universidade, de um Estado do Nordeste, universidade interiorizada. Nós estamos nesse momento tentando consolidar o papel das nossas instituições sobre diversos aspectos. O primeiro, que nós sempre enfatizamos, é que nossas universidades são interiorizadas. Se formos fazer a comparação entre as universidades federais e as estaduais, veremos que a grande oferta de vagas está nos interiores, cobrindo todo o território do Estado da Bahia, portanto, são universidades estratégicas para levar uma luz, um sonho e perspectivas diferentes para os jovens que lá estão. Certamente, não temos como oferecer os diversos cursos e em diversos campus. A nossa universidade lida com a formação de professores, algo que para quase todos nós é absolutamente necessário.

Se a gente não potencializa e não melhora a educação básica, nós vamos ter sérios problemas, já estamos tendo sérios problemas na educação superior. Porque a gente pega estudantes que têm um determinado nível e temos que elevar a um patamar de competitividade. Se ele não chega ao patamar, a universidade tem uma dificuldade de levá-lo ao patamar necessário à competitividade. Reproduzir conhecimento é fácil, só que isso não vai gerar um profissional competente no mercado e não vai gerar riquezas fundamentais para o

desenvolvimento do Estado. Riquezas essas que delegamos ao Estado através da captação de impostos para que ele possa gerir e gerar mais riquezas e qualidade de vida à população. Isso é o fim de tudo.

Nossas metas estão na Constituição Federal e na Estadual. A dificuldade que temos é saber como vamos chegar lá e atingir essas metas. Temos sérios problemas como o de termos consensos sociais. A nossa democracia ainda está em consolidação. Portanto, temos que aprender. A gente precisa contextualizar tudo isso porque se não nenhum plano dá certo.

Se não avaliarmos que o nosso País, no início do século XIX, tinha o mesmo nível de riqueza que os EUA, e em função de uma elite retrógrada, que atrasou o processo da abolição da escravatura, fez com que o País chegasse ao final desse século com quase 10% da riqueza dos norte-americanos. Portanto, uma decisão errada, uma decisão que perpetuou durante algum tempo. Se avaliarmos daquele tempo até hoje, veremos que não houve nenhuma ação concreta de inclusão da massa de excluídos (os negros escravizados no Brasil) para que eles pudessem gerar riquezas para o Brasil. Se as pessoas não se incluírem através da educação para gerar riquezas, ajudar a gerar o excedente que o Estado usa como imposto... é muito complicado. A gente fica aí com essas bolsas que nós temos, absolutamente necessárias a curto prazo, mas a longo prazo são insustentáveis. É importante que todos estejam participando dessa contribuição, que é o imposto que pagamos todos os dias e reclamamos, mas reclamamos porque não vemos o resultado deles. Mas se vemos o resultado, a gente contribui com muita presteza.

A nossa discussão: vou fazer uma radiografia das nossas universidades, mas para falar isso é bom falar das universidades de uma forma geral no Brasil, para poder contextualizar. As universidades públicas (federais e estaduais) são aquelas que desenvol-

vem pesquisa. O nosso modelo é muito focado em centros, núcleos. Em geral os centros são de ensino. As universidades que fazem ensino têm cerca de 80% da produção científica estão nas universidades públicas. E essas universidades fazem parte de uma parcela pequena das instituições de ensino superior, isso é importante para contextualizar tudo isso e mostrar que precisamos ter uma ação maior do Governo para ampliar os espaços das universidades públicas.

No passado usava-se o poder bélico para as conquistas, hoje se usa o conhecimento para isso. Nesse sentido nós temos um papel fundamental de não repetirmos o passado de sermos uma colônia. Para isso temos que investir em nossas instituições públicas.

Apenas uma avaliação rápida sobre a demanda de estudantes para o ensino superior: temos cerca de 2,5 milhões de estudantes que deixam o ensino médio a cada ano; desses 2,5 milhões, 300.000 entram nas instituições públicas e 120.000 através do ProUni, que muita gente critica, mas esquecem que as universidades custam. Eu, particularmente, não tenho problema nenhum na manutenção de programas como o ProUni. Às vezes a gente, nas universidades, gosta de falar pelo outros, mas se formos fazer uma avaliação com os estudantes, as famílias que se beneficiam do programa, teremos uma resposta de que o programa é excelente. E nós temos que nos conformar com isso, já que não demos respostas à ampliação das vagas para esses estudantes. Temos 800.000 estudantes nas instituições privadas. Isso dá um total de 1,3 milhão de vagas que são oferecidas no País todo. Esses são dados do censo de 2005. Ficam 1,2 milhão de jovens fora do ensino superior. Temos uma desproporção entre universidade pública e privada muito grande, o que mostra o desafio que temos, discutindo informação e conhecimento.

Como já disse, em geral – muito embora haja alguns esforços louváveis em universi-

dades privadas – as universidades são apenas reprodutoras de conhecimento. São colocados no mercado profissionais que só sabem reproduzir os conhecimentos adquiridos. E muitas vezes, ao sair das universidades, o conteúdo aprendido já está obsoleto. Ele precisa ter habilidade de compreender as coisas que possam ser utilizadas no mundo do trabalho. 240.000 ficam fora do trabalho, são jovens que querem sobreviver, querem trabalhar. De fato, universidade, necessariamente, não é para todo mundo. O grande problema é que se você não vai à universidade você está fadado a ganhar salário mínimo. A universidade se tornou uma ponte para ganhar mais e aí se abriu o mercantilismo das universidades privadas. O cidadão é obrigado a fazer uma coisa que ele não quer para poder ganhar mais. Temos uma diferença imensa de salários multiplicados entre aqueles que ganham o mínimo e aqueles que ganham 10 vezes mais. Nos chamados países civilizados essa diferença é muito pequena.

Temos 300.000 universitários que precisam de subsídios para estudar. 360.000 só têm acesso se for gratuito, portanto, no ProUni. E 300.000 podem pagar uma mensalidade, mas se for entre 80 e 140 reais. É tanto que quando a gente analisa as vagas oferecidas pelas universidades privadas, verificamos uma ociosidade de quase 40% da ocupação dessas vagas, porque a classe média já atingiu a sua capacidade de investimento e a classe pobre não tem condição de pagar. Portanto, o problema não é na oferta de vagas, o problema é que a população não tem acesso, seja porque não tem um financiamento para usar ou porque não temos vagas nas universidades públicas para ingresso dessas pessoas.

Para que o Governo possa atender os 960.000, descontando os 240.000 que não têm interesse, teria que haver um investimento de cerca de 10 a 15 bilhões no orçamento de ensino. É um esforço nacional; precisa que seja prioridade para que isso aconteça.

Algumas alternativas: o financiamento – o problema do financiamento de instituições privadas é termos estudantes em escolas de má qualidade; se tiver qualidade não há problema nenhum porque a universidade pública também é financiada.

Investir em censos universitários porque as universidades são caras, porque elas fazem ensino, extensão, cultura, arte, ou seja, é uma formação integral, mas são caras. Temos o total de ingresso de 1997 a 2004, temos a separação entre públicas e privadas: nas universidades públicas o crescimento é muito baixo, enquanto que no sistema privado o crescimento é bastante acentuado. Esse é um problema para nós como um todo.

As matrículas no ensino médio como um todo, no Brasil, também tendem a se fixar num patamar de cerca de 10 milhões de jovens; isso vai durar cerca de 10 anos. Se fizermos essa projeção para mais 10 anos, a tendência é a estagnação. Isso significa dizer que a demanda pelo ensino superior tende a se estagnar também. As projeções até 2010 tendem a se estagnar. A projeção do número de matrículas no ensino superior até 2010 é de 5.070.000 estudantes matriculados. No Brasil, segundo dados do INEP para 2004, são cerca de 2.013 instituições de ensino superior: 224 públicas (87 federais, 75 estaduais e 62 municipais) e 1.789 privadas. A grande maioria é privada.

Número de matrículas de discentes, vagas de inscritos e ingressantes: nós oferecemos 2.320.000 vagas, tivemos em 2004 apenas 1,3 milhão de jovens ingressantes. Tivemos um acúmulo de 45% de vagas ociosas. Nas universidades públicas as vagas são oferecidas pelos sistemas federal e estadual. O federal ofereceu 123.959 vagas e o sistema estadual 135.000 vagas.

Na Bahia esse dado ainda é muito pior. Na Bahia, em 2004, nós tínhamos 96.109 vagas e houve 57.402 ingressantes: as públicas ofereciam 16.334 vagas (4.395 federais e 11.939 estaduais). Quase três vezes o número de vagas do sistema federal. A im-

portância das nossas universidades estaduais é grande e depois vamos verificar isso na interiorização dessas vagas, tem uma importância social incomensurável para o nosso Estado.

O Estado da Bahia replica a situação do Brasil e do Nordeste. Em 2004, nós tínhamos 167.557 jovens matriculados em cursos de graduação presenciais: 94.800 na capital e 72.000 no interior. Nas públicas tínhamos 60.000 e nas privadas 107.000, ou seja, cerca de 36% das matrículas estavam nas públicas e 64% nas privadas. A comparação que a gente pode fazer entre federal e estadual se mantém: o sistema estadual ofereceu 24,4% e o sistema federal ofereceu 11,6% das matrículas. Só que a gente verifica uma distribuição geográfica muito diferente: 18.500 estudantes na capital e 585 no interior; no sistema estadual temos 3.397 matriculados na capital e 37.446 no interior. Uma importância incomensurável.

Nós verificamos o atual discurso do MEC no sentido de interiorizar a educação. No Estado da Bahia ela já é interiorizada, nós temos que discutir a manutenção e a qualidade devida a essas instituições. Não podemos perder de vista a importância delas para o desenvolvimento do Estado.

Outro dado importante é que, hoje, todas as universidades têm reservas de vagas para estudantes oriundos de escola pública; falta apenas a UESB aprovar a sua política de reservas de vagas para estudantes de escola pública. A universidade é interiorizada e promove inclusão social dos jovens pobres e negros, e isso a torna um patrimônio que não se pode abrir mão em hipótese nenhuma quando se discute desenvolvimento.

Durante a década de 90 as nossas universidades investiram na qualificação dos nossos docentes e nós estamos tentando colher os frutos agora, instalando os cursos de mestrado e doutorado. São 42.000 estudantes matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação; temos o dobro do que têm as universidades federais e a gente verifica a relação do nosso orçamento para eficiência

do nosso trabalho. Não significa dizer que a gente não precise de dinheiro, mas que a gente tem feito milagre com os poucos recursos que temos recebido. A Fapesb vem mantendo a política de reservas de vagas de forma meritocrática, de um processo de política de fortalecimento e investimento em nossas universidades; temos a convicção que vamos alcançar bons resultados.

A nossa instituição, Uefs, está em quase 200 municípios na área de saúde e educação, principalmente educação. Temos, em 2005, um total de 684 doutores. Só em nossa universidade de Feira de Santana temos mais de 100 professores em doutoramento. O número de professores da Uneb é de 1.417 e o total de professores em nossas instituições é de 3.346, dados de 2005. Possuímos cerca de 70% de mestres e doutores no corpo docente de nossas instituições estaduais. O nosso orçamento total, das quatro estaduais, gira em torno, para o ano de 2007, de 408 milhões, o que não é suficiente para fechar o ano; será necessário suplementação senão não fecha o ano.

O orçamento da Ufba gira em torno de 500 milhões, ou seja, o orçamento de uma única universidade federal é maior do que o orçamento das quatro estaduais, trabalhando com metade dos estudantes que nós trabalhamos.

Há uma eficiência muito maior em nossas estaduais, daí a importância de se investir em nossas instituições, enfim é um patrimônio do nosso Estado. Estamos numa luta não só dos professores, mas de toda a comunidade para que isso seja alcançado. A fatia, cerca de 74% em investimento em pessoal – isso deveria ser um pouco menor – os recursos dão apenas para o custeio, nós temos sobrevivido.

A Uneb é cara, mas é necessário devido ao seu grau de interiorização. A Uneb oferece mais de 5.000 vagas. Precisamos ampliar os recursos para as estaduais, mas com uma atenção maior para a Uneb.

Eu fiz questão de apresentar todos esses dados porque o tempo era curto e acho que

a gente precisa mostrar uma radiografia das universidades em relação à importância delas, a sociedade do conhecimento. É um conhecimento que precisa ser significativo, transformador, e isso a gente só obtém nas universidades.

As universidades conseguem desenvolver conhecimento e socializá-lo para todos,

inclusive para as empresas que geram empregos. Eu creio que é “chover no molhado” ficar discutindo a importância das universidades. Esse é o nosso compromisso e obviamente detalhes que fogem a essas apresentações formais a gente pode discutir para esclarecer. Queria agradecer o convite e a participação aqui.

Ildes Ferreira – Visão estratégica da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI)

Boa tarde a todos. É um prazer estar aqui para estarmos discutindo o que estamos ensaiando lá na Secti. A Secti (Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação) é uma Secretaria nova, foi criada em 2003 como uma Secretaria especial e tornada ordinária em 2005, por isso diria que ela está bastante “criança” ainda. Penso que foi uma medida bastante acertada do Governo da Bahia naquela época, claro que atendendo a clamores do mundo empresarial, das universidades, mas acho que foi uma medida acertada criar a Secretaria.

Nesta apresentação eu coloquei basicamente os eixos principais de trabalho, porque me disseram que eu tinha 20 minutos e eu sou bastante disciplinado, fiz uma apresentação bastante enxuta até mesmo para que a gente tenha tempo de interagir.

Nós temos a missão, como governo, de promover o estudo, pesquisa e ações inovadoras capazes de impulsionar a modernização do Estado da Bahia. Nós estamos trabalhando com dois princípios básicos: a ciência e tecnologia como bens públicos – entendendo que pertencem à sociedade como um todo –, lembrando que na nossa cultura a gente reduz a importância desses temas, lembra apenas das universidades, dos laboratórios. A gente está com outra compreensão. A ciência, tecnologia e inovação como condição, como algo essencial para a inclusão e para o desenvolvimento socioeconômico. Entendemos que no mundo atual, globalizado, moderno, pós-moderno, quem não entrar por esse campo vai ficar de fora do processo de desenvolvimento mundial.

Estamos trabalhando três eixos básicos: a chamada busca pela tecnologia de ponta (entram essas questões mais modernas: medicina nuclear, nanotecnologia, mecatrônica etc.) e as instituições públicas de pesquisas como parceiras prioritárias. Estamos dizendo aqui o que podemos dizer em qualquer lugar: sem tirar ninguém do caminho, mas prioritariamente, no governo Wagner, as públicas são prioritárias. São elas: as escolas estaduais e as federais, as instituições de pesquisa como Fiocruz, Embrapa etc. Isso não quer dizer que quem tem projeto de pesquisa na área nós não vamos trabalhar, mas o nosso foco prioritário são as instituições públicas.

Há três programas principais. Há uma dispersão grande da Secretaria com vários programas, estamos discutindo com as outras secretarias para ver se continuamos ou não. São eles: Parque tecnológico Salva-

dor-Bahia, um programa prioritário para o governo Wagner. É um projeto pensado no governo passado, mas que o governo Wagner tem interesse em dar prosseguimento, claro que dando a cara do novo governo. Nós encontramos, inclusive, uma verba alocada (estávamos a perder por conta do tempo para começar as obras). O parque tecnológico não tinha escritura do terreno, embora tenha uma área já definida; não tinha licença ambiental; não tinha documentos de praxe; não tinha planta executiva e nós fizemos um mutirão durante esses meses para resolver essa questão documental para não perder a verba do Ministério. Eu diria que estamos com 95% concluídos, falta somente assinar a escritura, porque a área é doada pelo município do Salvador, fica ali na Paralela, em frente à FTC. Não pergunte por que foi colocado ali; eu tenho um palpite, mas não vou dizer. O mundo todo hoje entrou nesse caminho de parques tecnológicos para incubar e desenvolver projetos tecnológicos. No Brasil existem vários projetos de parques tecnológicos. Isso é uma construção que dura anos.

Nós temos três áreas de estudo definidas para o parque tecnológico. No campo da energia, das tecnologias de informação, da biotecnologia e uma quarta – que não está definida – que é uma sugestão de pesquisadores da Ufba e Ufrj para se implantar aqui um laboratório de ponta de pesquisa na área de transportes. É um problema grande no mundo todo, especialmente para nós do Terceiro Mundo. Como o parque tecnológico é um projeto desenvolvido em parcerias: Governo do Estado, prefeitura de Salvador, Ufba, Sebrae, Fieb e outras, então isso vai ser discutido com os parceiros para ser incorporado ou não, mas tem essa quarta área de pesquisa a ser pensada. É claro que não é um parque industrial, é um parque tecnológico. Não vamos ter nenhuma indústria lá, é um lugar de geração de tecnologias.

Outro programa prioritário para nós é o Programa de Inclusão Sociodigital. Enten-

demos que ele é muito mais do que apenas digital, ele pode ser muito mais do que isso. Ele trabalha com software livre, só software livre. Hoje esse programa está em municípios, alguns funcionando bem, outros bastante precários, mas presta um serviço bastante interessante num Estado que, segundo o IBGE, nós somos o 20º Estado da federação em acesso à Internet. Esse é um dado que queremos melhorar. Nesse mundo de hoje, no século do conhecimento, nós estamos nessa situação. Só 12% dos baianos têm acesso a computadores. O Infocentro é uma unidade de serviços e nós queremos que ele não só permita que população adulta e jovens tenham acesso a computador, mas que essas pessoas não sejam só consumidoras de informação, mas possam protagonizar, ter um papel pró-ativo. Este ano incorporamos aquele formulário simples do Imposto de Renda nos infocentros, o pessoal da periferia pôde fazer a sua declaração através do formulário simples. A idéia é que os infocentros possam ser um ponto de ouvidoria do Estado, um instrumento de participação no PP de difusão de informações do governo. Ele pode ser muitas outras coisas: instrumento de educação à distância; pode levar informações sobre emprego, sobre a questão ambiental. Não sei se teremos pernas para tudo que estamos pensando, mas esse é o propósito.

O centro tecnológico de referência em tecnologias assistidas, lá na Ribeira, em conjunto com algumas ONG's para pessoas portadoras de vários níveis de deficiência, para que possam ter acesso a tecnologias de informação, é um projeto de referência, não está implantado, mas já temos alguns recursos para implementação; o prédio está muito ruim, mas o projeto existe.

Há um quarto programa: os APL's. No meu entender é uma anomalia, não sei por que colocaram na Secti o programa de Arranjos Produtivos Locais. Por exemplo, APL da confecção: reunir os empresários da confecção para que eles possam melhorar a sua produção, distribuição. No meu entender

deveria estar na Secretária de Indústria e Comércio.

Outro programa: tecno-industrial básica, marcas e patentes. Aliás, hoje é o dia mundial da propriedade intelectual. É uma questão que a gente trabalha muito timidamente. Programa de Popularização da Ciência. Temos centros vocacionais tecnológicos. Esse é um trabalho interessante que a Bahia desconhece.

Semana passada eu estive em Pernambuco, estamos com uma parceria grande, fazendo uma interface com vários Estados do Nordeste. Começamos interagindo com Sergipe e Pernambuco para construir uma parceria entre os Estados do Nordeste e também funcionar como força política na obtenção de recursos. Pernambuco tem, hoje, quarenta e oito CVTs (Centro Vocacionais Tecnológicos), que são centros de formação profissional adaptados à vocação do lugar. Pode ser um centro avançado em confecções, pode ser em produção de mandioca, pode ser em leite, enfim, Pernambuco tem 48, a Bahia não tem nenhum. Temos um iniciado na gestão passada, em Feira de Santana, que estamos tentando recuperar, mas não tem nenhum funcionando.

No Ceará tem quase 100 já funcionando, em Minas Gerais cerca de 40. Temos muitas demandas, escolas, ONG's, prefeituras. É uma linha de trabalho que estamos dedicando bastante esforços, a questão de museus de ciência e tecnologia. Temos o Museu de Ciência e Tecnologia da UNEB, que estamos tentando ajudar na recuperação. A gente está dedicando um grande esforço a isso, na linha de provocar demandas e correr atrás de recursos para darmos a nossa contribuição. Laboratórios de pesquisas: uma interação nossa com diversas universidades (Ufba, Uefs, Uesc etc).

Eu vi em Pernambuco que os pernambucanos estão bem à frente da gente. Se quisermos fazer uma análise de resíduos de agrotóxicos nos produtos do semi-árido temos que mandar lá para Pernambuco ou Minas, porque não temos laboratórios.

Estamos fazendo Conferências Regionais de Ciência e Tecnologia para levar a discussão para as comunidades. Já fizemos quatro e vamos fazer mais cinco conferências.

Normalmente eu pergunto: quem é que tem alguma informação da Secretaria de Ciência e Tecnologia? Existem lugares que ninguém sabe que ela existe. Uma Secretaria de Estado, bancada pela sociedade e a sociedade desconhece. Se a sociedade começar a entender que ciência e tecnologia são bens importantes para a sua vida, ela começará a demandar isso.

Há, também, uma rede de tecnologias dos municípios. Ela é interessante. Presta serviços e estamos discutindo isso com a SEI. Eu conheço no governo três redes: a Prodeb tem a Rede de Governo; a Sedur tem a Rede Cidades e lá tem a Rede de Municípios. Quer dizer: ficamos superpondo esforços e recursos quando poderia ser feita por apenas uma. A pergunta é: a Secti é o melhor lugar pra fazer isso? Talvez não seja.

Outro programa nosso é o programa de biocombustível. É um trabalho com a Seplan, Sedit, Seagri, Sedit e outras. A quantidade de empresários que já procuraram o governo querendo se instalar na Bahia nesse ramo dos biocombustíveis é muito grande. Está todo mundo querendo investir na Bahia nesse campo. Sabemos que isso vai mexer com toda a economia do Estado, a economia rural, a agrária. O mercado não espera e a gente não sabe o que pode acontecer daqui a 5 ou 10 anos. No governo não temos um plano de trabalho, agora que constituímos uma comissão para se formar um Plano Diretor para o Estado da Bahia, porque até então não tínhamos; essa comissão é formada por técnicos da Secti, Seagri, Seplan, Sedit e SICM.

Outra linha de trabalho que está lá e estamos discutindo para ver se fica é uma rede de empreendedorismo. Eu acho que está deslocado e que deveria estar na Secretaria do Trabalho, talvez. O empreendimento, no que compete à tecnologia nós entramos, mas fazer o empreendedorismo é mais liga-

do ao pessoal da Secretaria do Trabalho, de combate à pobreza. Está lá, então estamos discutindo.

Os senhores conhecem a Fapesb, que está para continuar com essa vocação e esse trabalho que ela já faz. Toda a linha de apoio à pesquisa, essa coisa da formação e fixação dos nossos talentos. Vamos continuar na Fapesb com essa prioridade; novos cursos de doutorado surgindo; só podemos pedir a ajuda da Capes a partir do segundo ano, no primeiro ano nós temos que sobreviver sozinhos.

Já superamos Pernambuco na quantidade de doutores e nós não queremos perder essa escala. Mas estamos discutindo na Fapesb como ela pode contribuir melhor com as políticas públicas, induzindo editais para programas prioritários.

Elencamos cinco grandes dificuldades para tocar esse trabalho de ciência e tecnologia para a sociedade, universidades e empresas: primeiro, temos uma sociedade com 23% de analfabetos mais 53% de pessoas com menos de 4 anos de estudo, e aí falar de ciência e tecnologia para essa sociedade é muito complicado. Segunda ques-

tão: a Secti não tem um quadro de pessoal próprio, não foi feito concurso e nós não temos um quadro próprio, temos uma Secretaria pequena, enxuta e a quase totalidade do pessoal tem cargos comissionados. Isso é complicado porque não se faz uma memória, não se tem um quadro próprio nesse campo de trabalho.

Essa coisa de não se ter uma cultura de ciência e tecnologia na sociedade e, também, em muitas parcelas do governo, é extremamente complicado. No passado se dominava o mundo com canhões e hoje quem não tem tecnologia e conhecimento não está nessa disputa, mas não está mesmo. A sociedade não tem essa compreensão da importância da ciência e tecnologia e o governo como um todo, também, ainda não tem.

E, por último, dinheiro. A gente trabalha com orçamento pequeno e corre atrás de parcerias com o Governo Federal e a iniciativa privada etc. No governo passado foi aprovada uma lei de inovação, chamada Inovatec, mas essa lei não está regulamentada até hoje. Ela foi de 2005 e a gente está vendo se consegue regulamentar com Wagner. Era isso. Obrigado.

Geraldo Reis – Visão estratégica da SEI: informação e conhecimento a serviço da sociedade

Estamos falando da SEI. Origem: união de antigos órgãos de informação, em 1995; autarquia sempre vinculada à Seplan. Há uma longa história de relações com CPE, que eu considero saudável, com um perfil mais pró-IBGE e pró-IPEA. O regimento da SEI coloca sua missão como “informação a serviço da sociedade”. Pessoalmente acho que há um esforço de preservação de uma certa autonomia da instituição quanto a possíveis apropriações indevidas ou manipulações. Princípios: utilidade da informação partindo do pressuposto de que essa informação tem um objetivo e uma função social; austeridade administrativa; excelência no atendimento; qualidade da informação; processos produtivos eficientes, modernos, flexíveis, ágeis, interdisciplinares, globais e em parcerias; amplo acesso à informação. Partimos do princípio de que informação na gaveta não é informação. O que informar? Os nossos produtos: dados, mapas, indicadores, estudos econômicos, sociais, ambientais e geográficos sobre a realidade do Estado e dos municípios e agora das regiões e territórios. A quem informar? Ao Governo – na elaboração de políticas públicas e acompanhamento da conjuntura, às empresas privadas e públicas, ONG’s, sociedades civis, escolas e universidades e a população em geral. De que forma informamos? Através de publicações como: anuários estatísticos, release à imprensa, séries de estudos e boletins, internet, cd’s e bancos de dados, mala direta, mapas digitais e cartogramas, realização de seminários, participação em eventos e estamos pensando agora em discutir com o IRDEB um programa na TVE, um programa específico da SEI ou de instituições afins.

Essa questão que estamos chamando de contextualização, na verdade seria abordagem de alguns pressupostos no campo de interseção entre os conceitos sociedade, tecnologia e conhecimento dentro de uma perspectiva temporal e espacial. No entanto, em função do adiantado da hora, vamos pular esse item para ganharmos tempo.

A função da informação, no nosso caso específico, é apoiar e direcionar as decisões dos agentes sociais nas suas ações de planejamento, monitoramento, avaliação, gestão e alocação de recursos, assim como embasar os estudos e pesquisas. A informação como instrumento necessário à construção da cidadania, da democracia, da transparência das ações governamentais e de melhoria dos fatores sistêmicos da competitividade. A informação não está à parte de um juízo de valor, portanto, não está acima do bem e do mal. Outros dos nossos focos: estu-

dos econômicos, sociais, demográficos, cartográficos e ambientais.

Sobre as nossas publicações: a SEI é uma espécie de editora (não formalmente), mas tem produtos concretos como editora – são: Revista trimestral temática Bahia Análise & Dados; Anuários Estatísticos da Bahia; Séries e Estudos de Pesquisas; Anuário Estatístico de Educação; Bahia em Números; Boletim Trimestral de Finanças Públicas; Boletim IPC; Conjuntura e Planejamento; e o Boletim PED-RMS (Pesquisa de Emprego e Desemprego).

Outras atividades: classificação dos municípios baianos; informações básicas dos municípios da Bahia; digitalização e impressão de mapas; perfil financeiro dos municípios baianos; e atualização da divisão política e administrativa do Estado. A SEI é o órgão do Governo do Estado responsável, juntamente com o IBGE e a Comissão de Assuntos Territoriais da Assembléia, por definir esses limites, que ganham importância enorme, agora, sobretudo quando está começando o Censo do IBGE que tem uma incidência sobre o repasse de recursos para os municípios.

Principais índices de pesquisa: PIB estadual, municipal e trimestral – lembrando que com a mudança de metodologia, nós teremos lá na SEI uma carga grande de revisão dessa metodologia; IPC (Índice de Preço ao Consumidor); PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego, que já está passando dos 10 anos); Índice de Movimentação Econômica (IMEC); perfil financeiro dos municípios baianos; IDE e IDS – esses índices são muito utilizados nos estudos e pesquisas acadêmicas de caráter econômico, social e geoambiental –; Estudos geoambientais e cartográficos; e indicador de sustentabilidade ambiental. Temos um trabalho de uso atual de terras – novamente a questão de limites e divisas; informações municipais; cartogramas; e mapas. Lembrando que nós somos o órgão responsável formalmente, legalmente, pela cartografia da Bahia. Estudos estratégicos: temos uma Diretoria de Estudos, cujos tra-

balhos mais recentes foram estudos sobre a dinâmica da pobreza na Bahia e sobre logística regional. Estudos que estão sendo apreciados inclusive pelo Banco Mundial no sentido de financiamento.

A nossa biblioteca, todos têm conhecimento, intitulada Biblioteca Rômulo Almeida, especializada em planejamento e economia, dispõe de 18.000 volumes, mais 5.000 títulos do acervo da ONU, de Comunidades Europeias e do IBGE, além de Periódicos e Relatórios Técnicos de diversas instituições nacionais e internacionais.

Essa apresentação até agora tratou do que chamamos de atividades permanentes da instituição. A partir de agora são algumas flexões que nós estamos discutindo dentro da instituição a partir dessa nova gestão. Estamos colocando como macroobjetivo consolidar a SEI como instituição de pesquisa e informação de referência nacional; temos aqui a presença do IBGE e então temos que ter um pouco de cautela, mas os nossos colegas do IBGE sabem que historicamente a SEI tem participado das discussões em nível nacional, tem colaborado e tem sido parceira do IBGE e do IPEA, assim como dos outros órgãos de pesquisa em nível estadual.

Objetivos: produzir informações para subsidiar o planejamento governamental e a sociedade. É intenção dessa nova gestão enfocar mais, ser mais pragmática no sentido de ancorar o planejamento governamental. Colaborar com o debate, a reflexão sobre temas estratégicos para o desenvolvimento da Bahia. Colaborar na construção de uma rede de estatística e informação dentro do Governo Estadual. Sentimos necessidade que todas as setoriais tenham uma espécie de minissetor de informação e de estatística, e então daí vem a idéia de discutirmos com todas as setoriais uma rede de estatística interna, até para padronizarmos os procedimentos e criar um canal de diálogo mais permanente. Quero lembrar que não estamos disputando com outra iniciativa interessante que é o órgão gestor da

TIC; temos que tentar combinar ferramentas, tecnologias e conteúdos.

E ainda outros objetivos: contribuir para o aperfeiçoamento do sistema nacional de estatística e informação. Voltando a dar outra informação, a SEI preside a ANIPES (Associação Nacional dos Órgãos de Pesquisa e Informação). Por herança, eu sou o presidente da ANIPES, nosso mandato vai até outubro/novembro. Eu herdei essa função do César Vaz, tentei passar para Edmundo

e Ribeiro, mas as normas legais da ANIPES não permitem. Temos uma avaliação fraterna e franca, mas crítica em relação à postura do IBGE, da necessidade do IBGE se abrir mais nessa parceria com os órgãos estaduais de pesquisas. Entendemos que é indiscutível a importância e a estabilidade institucional do IBGE, mas temos uma posição firme no sentido de aprofundar esse diálogo com o IBGE e com IPEA, no avanço da consolidação desse sistema nacional de estatística e informação. E contribuir para a consolidação das redes de instituições de pesquisa e informação nas áreas econômicas, sociais, ambientais, de ferramentas e tecnologias de georeferenciamento. Temos, inclusive, uma parceria que estamos estreitando com a Universidade de Feira, através do professor Barros.

Ações visando a permanente atualização da SEI – estamos vendo aí que há uma revolução por minuto. Estamos discutindo a necessidade e organizando uma proposta de reestruturação organizacional. Estamos trabalhando no sentido de uma estrutura de gestão com foco em objetivos. Estamos trabalhando na realização de um concurso para o quadro técnico de nível superior, já autorizado pela Saeb. A Saeb está auxiliando a SEI, a Seplan, o setor de modernização administrativa; estão nos auxiliando a mapear melhor o perfil das demandas e a quantidade de vagas. Seleção por meio do REDA para contratação de pesquisadores, autorizadas pelo governador; já construímos uma comissão para dar prosseguimento aos procedimentos cabíveis. Aquisição de novas tecno-

logias e serviços visando a atualização das áreas geoambiental, informática e de disseminação da informação (contamos com o apoio da Seplan). É provável que semana que vem tenhamos informações positivas no sentido de financiamento da aquisição dessas novas tecnologias e serviços, sobretudo na área de georeferenciamento.

Reformatação do site e do banco de dados – todos sabem que o site da SEI é bastante diferente dos outros sites das outras setoriais. Tem uma carga enorme de informação, mais de 1.490 páginas, é um site árido; estamos vendo se é possível torná-lo mais provocativo, mas sem perder a densidade e a qualidade das informações.

Revisão da linha editorial das publicações – já iniciamos essas discussões, uma das medidas tomadas foi a mudança de periodicidade da Revista Conjuntura e Planejamento, que passa de 30 dias para 90 dias. E estamos aprofundando essa discussão no sentido de atualização e de uma leitura mais focada de nossas publicações. Novos convênios em linhas de cooperação técnica: temos um convênio que está se consolidando com a Secretaria de Turismo. A SEI, sobretudo através do diretor Edmundo Figueirôa, está fazendo um esforço juntamente com o IBGE no sentido da montagem da chamada Conta Satélite do Turismo, com a Secretaria de Cultura, inclusive sobre a economia do Carnaval. Com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Banco Mundial e Conder, relativo ao programa Viver Melhor II. Com a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, elaboração de publicação e painel de indicadores de direitos humanos. Com a Secretaria de Promoção de Igualdade, recebemos a visita do secretário Luiz Alberto ainda ontem. Com a Escola Politécnica da Ufba, construção de indicadores ambientais. E estamos contribuindo com a construção do Observatório do Trabalho. Na verdade são novos trabalhos que a SEI está incorporando e a gente vem discutindo com o secretário Ronald Lobato, da necessidade de dotar a SEI de condições de

infra-estrutura de pessoal para darmos conta dessa nova carga de trabalho.

A postura da nova gestão foi no sentido de enfrentar o desafio assumindo os novos trabalhos, mas, em contrapartida, cobramos apoio para a realização desses trabalhos. Só pra não dizer que não falei daquela contextualização, entrando um pouco na contramão das reflexões e dos pressupostos colocados anteriormente, eu gostaria de chamar atenção que quando falamos de um órgão de pesquisa, de estatística, de informação, nós estamos falando no

ápice de um processo histórico que Weber chamou de “Tendência de Racionalização do Mundo”, de “desencantamento” do mundo, um processo de apropriação racional de *modus operandi* de viver, de transformar a realidade. Mas nós queremos chamar atenção de que esse é um momento de aprofundamento do que a escola de Frankfurt chamou de “Razão instrumental”, um momento de crítica profunda e de questionamento das bases da construção da ciência moderna e, portanto, do conhecimento moderno.



03.mai/07

Gey Espinheira – A segurança e os direitos humanos na sociedade atual e seus reflexos na Bahia: cidadania, criminalidade, discriminação e exclusão

Boa tarde a todas, a todos. Meus agradecimentos pelo convite, este é um ambiente de reencontros. Durante 23 anos eu trabalhei no Estado e tenho o maior apreço por essa equipe que tem se mantido com garra e sustentado este Estado difícil, ao longo de tanto tempo, inclusive, desde os tempos da ditadura militar.

Nós temos trabalhado profundamente com a questão de segurança pública, cidadania e direitos humanos numa diversidade de campos e, por último, no curso de gestão de segurança pública da Faculdade de Administração da UFBA, além da Acadepol. De modo que nos familiarizamos bastante com essas questões. E creio que, no ano passado, na OAB, quando da apresentação do relatório dos Direitos Humanos, continuamos a ver naquele relatório do Cedeca o predomínio da impunidade no Estado da Bahia.

É um Estado que permite algo em torno de 93% de mistério em relação a homicídio. Costumo citar o exemplo de que a Inglaterra está às voltas com um homicídio que há 118 anos ficou sem esclarecimento, e agora com a tecnologia do DNA estão tentando decifrar quem foi o assassino. E nós aqui, 93%, usamos uma simples desculpa. Aqui se “desova”. São mortes anônimas, ninguém sabe quem matou, mas sabe-se quem morreu. E ninguém investiga para chegar a resultado algum.

E falando de outro tema, há uma tese de doutorado nos EUA feita pela Dra. Teresa Lemos-Nelson sobre a Corregedoria de Polícia Civil da Bahia. Ela mostra nessa tese a ampliação dos prazos para os processos; a prescrição de processos de modo que o quadro é simplesmente escandaloso. Inclusive, os delegados assinarem autos de resistência sem sequer terem a contextualização dos fatos.

Na OAB nós dissemos que “é preciso colocar a Justiça no banco dos réus”, para que a gente possa ter alguma mudança no quadro da situação da Bahia. Em termos de milhares e milhares de processos sem seguir adiante, apenas com duas varas de júri popular, uma série de deficiências, absolutamente reconhecidas pelas pessoas, mas continuando da mesma forma.

Algo estranho acontece quando a gente identifica os problemas e, ao identificar os problemas, encontra, também, quais seriam as soluções, mas os problemas não são resolvidos e as soluções não são dadas. Podemos observar esses dados: a Bahia é a última capital em

qualidade de educação; é uma das que tem maiores problemas no andamento dos processos na Justiça; tem crescido a criminalidade de forma muito elevada. Todos os indicadores são ruins. É o sexto PIB, mas está em 22º lugar em desenvolvimento humano. Quando a gente vai observando esses dados, vê o quanto eles são ruins.

Sabemos que, hoje, não podemos pensar numa sociedade moderna sem que se mantenha a população educada; não uma educação que apenas confira título, mas uma educação que confira cidadania. Cidadania é um outro conceito difícil de ser entendido, porque todos imaginam que cidadania é colocar todos como iguais perante a lei; iguais perante a lei é uma piada num país capitalista. Os EUA inventaram agora uma coisa: se você tem algum dinheiro e não cometeu nenhuma infração grave, você paga a sua prisão (82 dólares) e tem direito a geladeira, televisor, uma prisão decente; você está preso e paga por sua própria prisão. Há uma separação entre os que podem pagar a auto prisão e os que não podem pagar e vão para as valas comuns.

Temos um quadro de falência generalizado em todo sistema prisional brasileiro, inclusive, no que diz respeito aos adolescentes. Essa falta de respeito por uma população em estado de fragilidade social, em estado de risco, em estado de agressão, como quer que chamemos, nos dá o nosso padrão de civilização, o padrão de civilização que aceitamos. E quanto mais nós construímos relações bárbaras, mais a sociedade se torna uma barbárie.

E chegamos a um ponto tal de ultrapassarmos todos os indicadores do consenso civilizatório. Acima de 10 homicídios por grupo de 100.000 habitantes já é margem intolerável, já começa a se considerar a perda do controle da segurança. Nós estamos em torno de 42 por 100.000 aqui em Salvador. Nas estatísticas oficiais, 37,5, e há outras que afirmam ser de 42. Quando a gente vai observar isso em Tóquio, deve ser de 0,25. Se formos observar em algumas cida-

des do Canadá, é de 0,7. Em Paris talvez chegue a 3; Nova Iorque, 9. Em alguns lugares aqui de Salvador, 180, 220, a depender do bairro; não é pela cidade como um todo que a gente pode imaginar periculosidade. Quem mora Barra, Rio Vermelho, Ondina, a probabilidade é a mesma de Nova Iorque, de 9 por grupo de 100.000. Mas se a gente se desloca para Fazenda Grande, Sussuarana, Mata Escura, Subúrbio Ferroviário, aí ultrapassa o patamar dos 100. Em alguns bairros de São Paulo se chega a 320, algo assustador, embora a gente tenha observado – curiosamente – que os homicídios decresceram no Rio e São Paulo, em alguns casos em 30% nos últimos anos. Em que pese ter uma violência muito significativa, há um decréscimo da violência no Rio e em São Paulo. Salvador tem mantido uma curva ascendente nesses últimos anos.

Esses dados não são falados aqui como intuito de denúncia, são dados citados por quem está preocupado em buscar soluções. E a solução só pode vir se a gente tiver um diagnóstico o mais aproximado possível, em que a gente possa ver que o problema é incrivelmente grave. Está ligado a um conjunto, uma noção de Justiça, Cidadania e Segurança Pública que se conjugam e envolvem sociedade como um todo. Não posso jamais imaginar segurança pública sem saúde e sem educação. E sem política urbana. Ninguém pode viver bem em lugar feio, desumano, um lugar que humilha. E as urbanizações de Salvador são feias, são humilhantes e desumanas. São casas que se recusam a ter reboco e pintura; casas sobre casas em um padrão de clandestinidade urbanística que opera em pelo menos 2/3 da cidade. São exatamente nesses bairros que os altos índices de violência se verificam.

As pessoas têm um prurido muito grande de não fazer a relação entre pobreza e violência: a pobreza não é causa de violência. Ora, não estamos discutindo o que é causa “de”, nós estamos discutindo quais são os fatores contribuintes “para”, e pobreza é um fator contribuinte de violência

sim, em que pese a posição daquelas pessoas que têm um pudor franciscano na alma e que acham que pobreza é virtude. Pobreza na civilização urbana não é virtude, é um pecado tremendo, é um pecado que ofende, humilha e que embrutece as pessoas.

Não ter poder aquisitivo para comprar as coisas mais do que necessárias: “esse consumidor falho é a sujeira social”, como diria Bauman. Nas sociedades pós-modernas a “sujeira social” tem que ser eliminada. Porque nós sabemos como os grupos de extermínio eliminam essa sujeira social. Devemos pensar nessa possibilidade e pensar numa metáfora proposta por Bauman para que a gente entenda as nossas responsabilidades. A partir de Ítalo Calvino, na cidade de Leônia, onde todos compravam tudo que era novidade e evidentemente se desfaziam de tudo que estava obsoleto, e em um belo dia descobriram que a cidade estava cercada de montanhas de coisas indesejáveis, se deteriorando. E se reuniram e chegaram a uma conclusão belíssima e óbvia: o lixo que está aqui fomos nós que o fizemos. Fomos nós que fizemos, somos responsáveis pelo que fizemos, somos responsáveis pelo que faremos e seremos responsáveis pelo que não fizemos.

É simples. A sociedade que nós temos decorre dessas coisas todas que nós construímos, com o nosso fazer ou com a nossa omissão. E toleramos uma polícia ruim, uma justiça ruim e entra, então, aquela pergunta que Foucault nos incita a fazer: “por que queremos ser governados?”. Quem responder que quer ser mal governado é masoquista, já escolheu seu próprio caminho. Não queremos ser mal governados, queremos uma sociedade generosa que permita a todos nós a realização dos nossos projetos de vida, que a sociedade seja para cada um de nós um projeto e que nós possamos ser, também, para a sociedade, um projeto.

E teremos uma sociedade com outro padrão e com outra perspectiva. O ponto fundamental é o sentido de justiça. Todos nós sabemos que todas as vezes que procura-

mos resolver um problema e que nesse problema fomos humilhados por uma decisão, seja porque essa decisão foi postergada, seja porque essa decisão foi contra nós de uma forma ilegítima, a gente sabe o quanto isso nos fere.

O ser humano é indivíduo, não adianta a gente dizer que a sociedade é isto, é aquilo, pois a sociedade é constituída de pessoas, pessoas com histórias particulares, com vontades e desejos singulares e esses desejos singulares frustram, incitam, promovem e levam as pessoas a fazerem coisas boas ou ruins. Precisamos ver que todas as vezes que não reconhecemos as outras pessoas, nós as humilhamos... E as humilhamos na escola. A nossa escola pública é uma escola que fracassa o aluno, que humilha o aluno, e esse fracassar e humilhar não é exclusivo de escola. É também do Tribunal de Justiça, de todas as instâncias dos setores públicos que estamos acostumados a nos contatar.

Falando da inversão da ordem das coisas, primeiro falando das coisas mais duras e críticas antes dos fatos consumados, é no sentido de chamar atenção para uma ordem de problemas. Vários estudos nos fornecem uma documentação por parte da população, das pesquisas que fazemos diretamente com a população, do descontentamento com todas essas instâncias. E se nós olharmos a cidade de Salvador, no que ela se transformou nesses últimos tempos, temos os bairros populares completamente gradeados, todas as casa têm grades. Toda a Avenida Sete, todos os prédios são gradeados para impedir que o morador de rua durma no recuo dos prédios. É de uma desumanidade total, de uma agressão espantosa. Veja Salvador num dia de domingo, quando o comércio está fechado e você verão uma cidade se tornar uma prisão. E as escolas públicas de Salvador são imitações de Carandiru, todas gradeadas, todas feias, todas sujas, são raríssimas as escolas que fogem a essa regra.

Criamos um diabo de sociedade muito ruim, muito feia, muito desumana. Nós pre-

precisamos ter os grandes pontos de apoio para resolver isso: educação, saúde, justiça e segurança pública; que são os pontos que as pessoas têm em suas individualidades todas as vezes que têm uma dificuldade na vida, de ordem conflitual. Temos o estatuto da vingança instituído na cidade como uma norma tácita: deveu a

droga, morreu; brigou, ameaçou, morreu. E a morte ficou banal. E as pessoas começaram a dizer desde muito jovens: "eu não tenho nada a perder". E quando alguém não tem nada a perder, esse alguém se torna extremamente perigoso. Eu paro por aqui e fico com a discussão para depois a gente dialogar.

Frederico Fernandes – Visão estratégica da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH)

Boa tarde a todos. Quero agradecer em nome da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos essa possibilidade de estar debatendo com vocês. A denominação da Secretaria de “cidadania e direitos humanos” é recente, ela incorporou direitos humanos há alguns anos e uma superintendência foi criada para isso, há uns três anos. Mas, efetivamente, era quase como um adereço da Secretaria. A sua função histórica sempre foi da responsabilidade pela custódia do sistema prisional no Estado da Bahia.

Alguns dos indicadores que o Gey colocou aqui, que situam a Bahia e a Região Metropolitana de Salvador no último lugar nessa avaliação recente do sistema educacional, também o IDH; quaisquer indicadores que se considere no Estado vão apontar um quadro de exclusão e de precariedade notório. E aqui nessa casa, na SEI, os estudos e indicadores já aprofundaram essa exclusão e demonstraram esses anos todos essa situação.

Nesse novo governo, na gestão da secretária Marília Muricy, um grande desafio se impõe a todos nós da Secretaria. O primeiro deles é fazer com que os termos que estão na designação da Secretaria (justiça, cidadania e direitos humanos) realmente se efetivem. Que essa noção de justiça incorpore com muita clareza a garantia de direitos, não apenas as atribuições históricas da Secretaria de fazer a gestão do sistema penitenciário, mas na garantia de direitos a várias políticas públicas na proteção, na defesa, na efetivação, na reparação de direitos de vários segmentos dessa sociedade que, historicamente, estiveram sempre fragilizados.

Nesse sentido, um grande e primeiro desafio da Secretaria é de reativar e fortalecer os Conselhos de Direitos que estão ali abrangidos, que estão em outras secretarias. Infelizmente há uma lógica de fragmentação de conselhos, que se reproduz agora com a criação da Sepromi, para onde vão os conselhos de direitos da mulher, da população negra. E essa lógica de fragmentação que, aparentemente, reforça, por um lado, a afirmação de políticas setoriais, também fragiliza no sentido de que essas políticas vão segmentando-se cada vez mais. A despeito disso, o avanço que ocorreu no País nas últimas décadas na afirmação de políticas para esses setores e na criação de conselhos é evidente. Nos deparamos com uma fragilidade da articulação entre os conselhos, não por responsabilidade deles, mas sim

pela postura do Estado com relação a esses conselhos, do reconhecimento da sua importância no sentido de fortalecer e fazer com que eles de fato operem no sentido de formulação de políticas e controle social das políticas. Portanto, uma das nossas prioridades deve ser a de reativar, fortalecer e buscar interiorizar, descentralizar os conselhos.

As instituições anteriores, historicamente, na área da Justiça tinham como preocupação fundamental a gestão do sistema penitenciário, com uma lógica que prevalece em todo o País, da construção de presídios, do agravamento de penas – essa discussão que estamos tendo agora da redução da maioria penal é muito indicativa dessa visão que prevalece. O Brasil, a despeito de ter duplicado, de 2000 a 2006, o número de pessoas em reclusão, não por isso minimizou a questão da criminalidade. Pelo contrário, temos uma elevação crescente da criminalidade e, mesmo dentro dessa lógica da construção de presídios, da superlotação dessas unidades prisionais, o quadro é estarrecedor. As condições físicas, de saúde, de alimentação, de higiene, por qualquer aspecto que se considere para essa população, a situação é estarrecedora. Constatar *in loco* as condições é indescritível, não apenas nas unidades prisionais, mas nas delegacias também (...). O Estado da Bahia conseguiu, muito recentemente, estruturar minimamente a defensoria. A gente chega nas delegacias e nas prisões e pergunta, e a grande maioria das pessoas nunca viu defensor público. Há uma fragilidade, portanto, muito grande dos vários elos desse sistema penal que extrapolam a própria Secretaria. Ali o problema se evidencia, explode, mas ele decorre de toda uma desarticulação, uma ausência, uma fragilidade, uma omissão de vários segmentos do Estado. O Judiciário, o Executivo, a ausência e a fragilidade das corregedorias e ouvidorias. E uma visão do Estado que foi sempre, historicamente, de construir presídios e amontoar pessoas nas condições mais indignas e ab-

surdas que você pode imaginar. É preciso começar a tentar a reverter essa situação, essa é uma missão dessa gestão. Isso é uma tarefa extremamente complexa, significa introduzir efetivamente nas unidades, serviços de saúde – os níveis de incidências de várias doenças são assustadoramente elevados, alarmantes –, portanto, uma ação na área da educação, da saúde, do trabalho, na ressocialização efetiva dos presos, do tratamento e assistência às famílias. Esse é um caminho longo e que tem sido iniciado agora nesses meses, a despeito da situação que foi encontrada na Secretaria.

A situação orçamentária encontrada pela Secretaria, para vocês terem idéia, uma Secretaria que tem a responsabilidade de fazer a gestão das unidades prisionais, o serviço de alimentação do sistema penitenciário deixou de ser pago desde outubro. Os fornecedores, em fevereiro, estavam há quatro ou cinco meses sem receber, em uma área extremamente vulnerável, estratégica, uma barril de pólvora que é a alimentação dos presos. Tem sido um grande desafio da Secretaria, em articulação com outras esferas de governo, tentar rever esse quadro pelo menos em algumas situações mais críticas. As condições físicas, presídios que há anos tinham problema de falta de água, isso era encarado como uma coisa sem importância: “Para que água para preso?” Essa é a visão predominante.

Muitos dos agentes penitenciários que lidam com essa população, com uma visão marcadamente viciada, promíscua, com a cultura da violência, da intimidação, o que vai exigir todo um processo de requalificação, de formação e nova seleção de agentes numa outra perspectiva. É algo que começa dentro de casa. A Secretaria tem três superintendências que atuam em três áreas distintas, uma mais pesada do ponto de vista de recursos humanos e financeiros, que são: a superintendência de Assuntos Penais, uma de defesa do consumidor e a de direitos humanos. Essas três superintendências têm que trabalhar de forma integrada, com

uma visão de garantir os direitos. Uma política de direitos humanos vai muito além disso. Encontramos uma superintendência que era quase virtual.

Dentre os projetos que a gente tem priorizado está a construção efetiva de um Plano Estadual de Direitos Humanos em consonância com o programa nacional, construído pelos conselhos, pelas diversas regiões do Estado, garantindo a representatividade de vários segmentos sociais, da sociedade civil, das universidades, das entidades que atuam na defesa e garantia de direitos. Esse plano se desdobra num plano que é crucial, no Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos, que também foi construído recentemente, no plano nacional, e que tem um papel fundamental no enfrentamento da visão cultural que está entranhada no Estado, que é do desrespeito aos direitos fundamentais da população. Isso é mais visível na área da segurança pública, da justiça, isso é um grande desafio desse governo, criar um diálogo entre a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos e a de Segurança Pública para reverter toda uma cultura da violência, do desrespeito.

Temos como prioridade – Gey se referiu a algumas estatísticas, mas a gente sabe como essas estatísticas subestimam e minimizam a realidade. Acertadamente, Gey falou: “Se a gente não conhece as características e dimensão do problema, fica difícil de você atuar”. Infelizmente há uma ausência e uma fragilidade de indicadores nessa direção. Essa é uma das nossas prioridades, a construção de sistema de informações em direitos humanos, inclusive, numa articulação da nossa superintendência com a SEI, vai ser crucial no sentido da efetivação desses indicadores.

Uma outra prioridade da Secretaria é a implementação de Balcões da Cidadania e Direitos Humanos; esses balcões têm uma preocupação em ouvir, não só ouvir, mas encaminhar denúncias e, também, atuar na mediação de conflitos.

Uma outra prioridade é a implementação, de fato, de políticas para os povos indígenas. Políticas de enfrentamento ao tráfico de pessoas têm sido muito recentemente construídas por uma política nacional e tem nos levado, também, a construir um planejamento no plano do Estado, no sentido de enfrentar uma ação que tem sido recente no País: o tráfico de pessoas, de crianças e mulheres, não só para fins sexuais, mas para trabalho escravo. Trabalho escravo e degradante é uma outra preocupação central nossa; a questão da exploração sexual da criança e do adolescente. Sempre que a gente fala dessas políticas estamos falando não necessariamente de uma ação direta da superintendência, mas de uma articulação no sentido da garantia de que essas políticas se efetivem. Também na área do idoso e da pessoa com deficiência temos que atuar de maneira decisiva. Na verdade, nessa última década, do ponto de vista da construção de instrumentos jurídicos e de planos nacionais tanto na área da infância e adolescência quanto da pessoa com deficiência e do idoso, houve um avanço significativo na construção dessas políticas. Mas há uma distância gigantesca entre as concepções e as proposições que essas políticas apontam e a sua efetivação.

Na verdade este perfil populacional de excluídos e segregados a que Gey se refere, ele é nitidamente aquele que está nas prisões, nas unidades dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. Se a gente vai a uma delegacia, a uma prisão, a uma unidade da Fundac, o perfil é o mesmo: jovens, predominantemente negros, pobres, que não tiveram acesso à educação. De um Estado que tem essas taxas de desempregos tão alarmantes, esses níveis de exclusão e de precariedade dos serviços e do acesso das pessoas aos serviços. O resultado está claro nas prisões, na unidade de internamento do adolescente, está claríssimo nas delegacias que, aliás, estão atuando de forma incorreta, com suas prisões que deveriam ser temporárias e estão superlotadas.

O nosso desafio, da Secretaria, que evidentemente tem que estar articulado com um conjunto de outras políticas de outros órgãos do Governo do Estado, do Governo Federal, é um desafio gigantesco no sentido de iniciar um processo de reversão desse quadro. Não por acaso, as pesquisas mais recentes que abordam temas como redução da maioria penal, pena de morte, aborto, indicam uma posição predominante da população brasileira no sentido de contrariar a visão afirmativa da cidadania. Esse desafio é gigantesco, um desafio na área de educação em direitos humanos, estar trabalhando essas questões em várias esferas de governo, dentro das universida-

des, dentro de todo o ensino formal, de toda uma rede vasta e diversificada de instituições que atuam na educação não formal, em uma área crucial que é essa área da justiça e da segurança pública, e numa outra área que é fundamental, que é a mídia. A gente observa, nos últimos meses, o papel da mídia no debate da discussão da redução da maioria penal, e observa a dificuldade dos que atuam na defesa de garantias de direitos, que enfrentam hoje esse debate. É extremamente desfavorável, hoje.

São alguns pontos que trouxe aqui para depois a gente tentar aprofundar e detalhar mais um pouco. Obrigado.

Ten Cel Francisco Luiz Telles de Macedo

Boa tarde, pessoal! Eu trouxe alguns *slides* muito mais para ilustrar as ações que nós realizamos nesses primeiros dias de governo e uma parte de estatísticas que corroboram as afirmações tanto realizadas pelo professor Gey quanto pelo nosso parceiro da Secretaria de Justiça.

Temos certeza que as políticas públicas brasileiras referentes à segurança pública sempre foram, via de regra, soluções pragmáticas e de curto prazo. Como as que estamos assistindo agora no Congresso Nacional. Todas elas não vislumbram soluções para os problemas, vislumbram uma resposta social imediata. Nenhum dos membros do Congresso está pensando na discussão em diminuir para 16 anos a idade de maioridade penal. Nenhum deles está preocupado em ajustar a condição social do brasileiro, tanto que de um lado eles discutem isso, e de outro lado eles discutem aumentos dos subsídios; quando não conseguem, aumentam as verbas de gabinete etc.

Por isso, segundo o IBGE, 80% dos crimes contra o patrimônio (roubos e furtos, excluídos os vinculados aos crimes contra veículos – normalmente esses são levados ao conhecimento do sistema policial) não são denunciados às autoridades. A nossa estatística implica que apenas 20% do que conhecemos é o que acontece na realidade social em termos de violência e criminalidade. Essa é a idéia do IBGE. Desses 20%, na realidade, pouco mais de 7% efetivamente são apurados, ou seja, efetivamente chegam a algum resultado proativo para a sociedade. Veja: 80% não são nem denunciados, e dos 20% que são, apenas 7% conseguem realizar alguma situação proativa, os outros ficam apenas na situação de queixa. E temos situações difíceis de serem entendidas, por exemplo, a situação do celular: só damos queixa de roubo ou furto de um celular quando temos que cancelar o número; se esse celular for a cartão e não for cadastrado nos nossos nomes, nós não vamos nem lá. O brasileiro faz assim, porque sabe que a queixa tem só como objetivo – para nós brasileiros – retirar a responsabilidade sobre o que acontecer com o uso indevido.

Temos, como diz o professor Gey, no Estado 22,8 homicídios para cada 100.000 habitantes; e na região metropolitana 37,5. É um absurdo. Tudo isso vem da falta de políticas públicas para a sociedade, para proteção da sociedade nas áreas de segurança, saúde, educa-

ção, que são as funções do Estado.

Nessa situação, roubos em ônibus coletivos na capital do Estado até março: verificamos que tivemos uma média mensal de 398 em 1997; houve um decréscimo até 2001 e em 2007 foram 211 em média. Difícil conviver com isso. Presos em flagrantes por roubo em ônibus: 94 pessoas. Roubo a banco: em 2007 tivemos 5, sendo que até março o nosso melhor período foi em 2005. Veículos subtraídos – todos nós que temos um seguro, ele é muito superior a mil reais para um carro popular de mil cilindradas, por quê? Por causa desses índices. Em 2007 já temos 1.632 veículos, até 30 de março, furtados ou roubados em Salvador. Homicídios, evolução entre 2003 e 2007: temos no período de janeiro a março, 875; toda essa situação que estamos vivendo no Brasil nos conduz a esse recrudescimento de taxas. Por quê? A política de segurança não pode ser sozinha, não adianta realizar na segurança se não se realiza na educação, na saúde, se não se faz pela proteção à vida e à sociedade.

Prisões – o entendimento da segurança pública é que, normalmente, os crimes vinculados a grupos organizados perpassam o uso de drogas; o uso de tóxicos e entorpecentes ilícitos, normalmente, permeia boa parte desses crimes. Tivemos essa situação de prisão de tóxicos e entorpecentes em 2007. Presos e removidos para presídios. Evolução do número de prisões em flagrante, acontecida entre janeiro e março desse ano e dos anos anteriores. Estamos com um problema seríssimo. Por quê? Como está se atuando mais, está se buscando realizar uma segurança melhor, o número de prisões tem aumentado consideravelmente; só que o sistema prisional está superlotado, as delegacias foram projetadas para terem apenas presos temporários (em situação de investigação), tanto que, como o nosso amigo falou, são para 16 presos, mas na situação atual, têm 87. A situação das delegacias é muito pior do que nos presídios. Muitas vezes, nessa situação de 87, existem aidéti-

cos, tuberculosos etc., convivendo com outros presos na mesma sela e dividindo tudo. Percebam o absurdo da situação, são situações que teriam que ser resolvidas, mas não temos como resolver porque não temos para onde mandar. E o pior, a cada dia nós prendemos mais do que são soltos. Primeiro, porque a nossa justiça não julga ou não julga como deveria fazer; outra, é que temos um problema que estamos ajustando em mutirão, para os crimes de menor poder ofensivo, para que possamos liberar aqueles que a lei manda que sejam liberados e continuam encarcerados e poder encarcerar aqueles que cometem crimes de maior poder ofensivo e não temos onde colocar. Temos 87, caberiam 16 e pode chegar a 110, a qualquer momento, o que significa que não dá nem pra dormir, dormem em pé, porque não dá para sentar. Essa é a degradação pela qual passamos. Número de prisões em flagrante, porque presos em flagrante deveriam ir para a casa de detenção, mas a casa de detenção está superlotada, prende em flagrante e não tem para onde conduzir; então, temos um depósito de pessoas como se animais fossem. O número de presos removidos para o sistema penitenciário: isso tem causado um problema sério entre as secretarias, porque as delegacias querem colocar todos no sistema e o sistema quer devolver para as delegacias, porque lá não cabem.

Essa passagem é de janeiro até 13 de abril. Principais ações desenvolvidas: integração operacional entre os órgãos (hoje estamos trabalhando áreas integradas de segurança pública para permitir um melhor planejamento entre delegacias e companhias independentes, principalmente da RMS); utilização de tecnologia de geoprocessamento, uma integração que está acontecendo com a Conder; maior controle da violência e da criminalidade por meio de sistema – inclusive, com apoio do Governo Federal, está nos chegando o sistema “guardião”; planejamento integrado; ampliação da eficiência policial, que será possível por meio

da integração de áreas – uma portaria advinda da reunião do GGI, que faz parte de um dos pré-requisitos do Sistema Único de Segurança Pública, determinado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, para que o Estado tenha condições de receber doações voluntárias do Fundo Nacional de Segurança Pública (...). Estamos com esse sistema pronto, só aguardando o agendamento do nosso governador para a inauguração do Centro de Identificação Digital e Criminal, que vai nos permitir, em convênio com a Polícia Federal, fazer com que qualquer marginal que esteja apenas não tenha como retirar uma nova habilitação. O marginal, uma vez apenas, só vai poder retirar habilitação dentro dos trâmites legais. Hoje ele chega em qualquer interior, no cartório de algum conhecido ou que queira fazer uma ação nefasta, em qualquer Estado, passa de um Estado para o outro e tira uma identidade com muita facilidade. Só para conhecimento dos senhores, temos situações de pessoas que têm dez registros diferentes, e cada registro desses implica na possibilidade de tirar uma nova carteira de trabalho, um novo CPF, conta bancária em nome de qualquer um de nós etc. Num primeiro momento de identificação digital criminal, nenhum marginal vai poder tirar uma nova identidade. Hoje, se alguém arrombar um carro nosso e deixar as impressões bem claras, a gente só tem condições de identificar de quem é aquela impressão se tivermos um suspeito, se prendermos o suspeito e fizermos uma comparação analógica, só assim. Essa é a situação do Brasil. A partir desse sistema – a Bahia é pioneira, inclusive, piloto do Brasil –, se já for um marginal com entrada em delegacia, teremos a possibilidade de fazer a identificação do suspeito. No segundo semestre está previsto esse mesmo sistema para toda a população civil do Estado.

Para nós, enquanto indivíduos, teremos mais segurança, porque a partir daí – não é que todos nós passaremos a ter –, à medida que formos tirando novas identidades

seremos identificados digitalmente. Por qualquer das razões de novas identidades; e a partir de um determinado momento, seremos levados a trocar de identidades, porque muitos não sabem, mas identidade tem um prazo legal de validade. E tem gente que aparece com identidade de quando era menino, e só descobre que ela não vale mais quando vai fazer vestibular, concurso público. O prazo de validade de uma identidade, em adultos, são dez anos. Porque aquele que tira identidade enquanto adolescente é de cinco anos por conta da mudança de fisionomia.

Outro sistema que estamos instalando é um sistema de balística que faz mapeamento georeferenciado de projéteis e características de projéteis, e vai, inclusive, nos permitir identificar se uma arma é a mesma que atirou em outros lugares da Bahia. Por exemplo: se o grupo de extermínio mata alguém aqui, esse cartucho é retirado aqui, e ele mata alguém em Barreiras, depois, com a verificação dos projéteis, dá para identificar de que arma saiu e se foi da mesma arma. Vai dificultar a ação de quadrilhas agindo em vários lugares e a gente vai poder fazer os vínculos causais. Esse sistema está pronto, com inauguração prevista para 28/05/2007, por razões de treinamento.

Estamos buscando fortalecer as operações por meio do Batalhão de Choque, das companhias especializadas e dos centros de operação da Polícia Civil, fazendo represão qualificada, principalmente no combate ao tráfico de drogas e ao crime organizado. Fizemos uma operação nacional para cumprimento de mandatos de prisão, a pedido do Poder Judiciário. Estamos com ações mais efetivas para combater os policiais marginais.

Celebramos convênio com a Polícia Rodoviária Federal, porque, pasmem, se um crime acontecia no Bonocô e o indivíduo criminoso adentrava numa BR, a Polícia Estadual não podia entrar – as vezes que entrou houve representação do Ministério Pú-

blico, representação da Polícia Rodoviária Federal em razão da polícia estadual estar realizando atividades fora dos seus domínios, como se ali fosse um país diferente.

Conseguimos implantar mais quatro companhias de Polícia Militar: Gandu, Ibaitaba, Ibicarai e Camacã, fazendo o cerco em todo o Estado para produzir melhor policiamento, e dois grupamentos de bombeiros.

Houve aquela reportagem que todos viram sobre a questão dos arquivos, que estavam guardados e foram abertos. Estão acontecendo operações integradas, entre as polícias Militar e Civil, atuando de forma conjunta no combate ao crime; ainda é um processo lento de integração. Na verdade, todos sabemos que deveríamos ter polícia única, como em qualquer lugar do mundo que busca realizar um combate eficiente ao crime; essa dualidade só trouxe prejuízos para nós, enquanto cidadãos.

Estamos realizando, neste momento, cursos à distância para capacitar os policiais com vistas a um melhor atendimento. Na realidade temos onze cursos à disposição e doze tutores no Estado. Esses cursos, por enquanto, são para o sistema de segurança pública e estão abertos à Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, inclusive, temos uma quantidade bem significativa de agentes penitenciários. Para fazer esse curso basta ter um computador com acesso à Internet. A polícia está olhando para dentro e entendendo que o soldado, o sargento, também é cidadão. Porque, historicamente, sempre entendemos que o soldado deveria servir à sociedade, mas internamente ele era tratado como máquina, como se fosse objeto. Estamos buscando investir nessa situação.

Temos um projeto de criação de delegacias móveis e flutuantes para a população das ilhas, que hoje se encontram completamente carentes.

A visita obrigatória e periódica em delegacias com custodiados. Hoje temos uma situação de fugas nas delegacias. A gente agora está fazendo uma vistoria periódica,

são duas visitas por semana com pessoal que não pertence àquela unidade policial. E, da mesma forma, a Polícia Militar está fazendo segurança de delegacias.

Instalação de uma Companhia Independente. Temos um problema sério, porque as indústrias não querem vir para a Bahia alegando falta de segurança. Estamos com um projeto para Companhias de Áreas Industriais.

Estamos trabalhando o Projeto Valéria de reeducação de crianças e adolescentes com cidadania, junto com a Setras.

Temos que instalar cinco delegacias; precisamos de 1,2 milhão, aproximadamente, para concluir a coincidência de áreas da região metropolitana e a partir daí podermos exigir mais, inclusive, no momento que aconteça uma situação mais grave, imputar responsabilidades ao delegado titular e ao comandante da área.

Criação do Centro de Operação de Inteligência do Nordeste, porque entendemos que com o PAN, na hora que apertarem o Centro-Sul, os grupos criminosos tendem a migrar para os Estados do Nordeste.

O Batalhão Turístico, essa guerra com a Globo que massacra a gente com notícias ruins e na maioria das vezes inverídicas. As formações sanitárias são projetos que estamos tentando instalar: são dentistas nas unidades independentes da polícia militar. O Hospital da PM, que estava entregue a terceirizados e agora retornou e está sendo requalificado. Auxílio alimentação para policiais do interior do Estado. Todos nós, funcionários públicos, recebemos em nosso contra-cheque um valor referente à alimentação; o policial da capital conseguiu isso naquele movimento de 2001, o policial do interior continua sem receber.

As principais dificuldades: concurso público para formação de soldados. Pasmem: a PM tem uma previsão de 44.000, já teve 39.000 e hoje tem 28.000 na ativa, porque há uma perda anual significativa em torno de 700 homens e o Estado, historicamente, fazia concursos longos.

O investimento na segurança pública, historicamente, foi muito baixo. A frota de veículos (pasmem!): existe um decreto do Governo do Estado para que todos os veículos com mais de dez anos de uso sejam devolvidos para que o Estado os preparem para leilão. Só que hoje, se a segurança pública devolver, ela vai ter que devolver 564 veículos e pelo menos umas 200 cidades ficarão sem veículos policiais. Se pensarmos em cinco anos de uso, nós temos 2.055 viaturas. Os veículos adquiridos em 2004, esses Ecosports que estão rodando, a gente acha que eles estão novos, mas já têm mais de 200.000 km rodados, eles estão completando três anos ou pouco mais de uso.

Estou colocando essas questões para que vocês percebam que a situação de segurança pública é uma situação que a gente olha e diz "o policial é que está mal capacitado". Hoje o Estado investe muito em segu-

rança pública, o Estado tem investido em capacitação, mas infelizmente não temos tido recursos para equipamentos. Estamos estudando a proibição de uso de celulares dentro de bancos. Estamos tentando instalar companhias e delegacias nas periferias porque, normalmente, as elites nos conduzem para os seus locais de moradia. Todos nós queremos policiamento em nossa porta, mas onde tem mais problema é lá na periferia, que não tem policiamento.

Quem quer progredir não pode repetir uma história, a gente tem que fazer uma nova. Infelizmente a gente tem que buscar juntos fazer essa nova história, porque a segurança pública, na prática, depende de ações de todos nós. E a população brasileira está acostumada a olhar segurança pública, saúde, educação como se fossem funções do Estado apenas. E temos que trabalhar para modificar esse paradigma. Obrigado!

3.3 Estatística dos participantes

As rodadas de discussões aconteceram nos meses de Março e Abril de 2007, contemplando dentro do foco Economia, Espaços Sócio-territoriais e Políticas Públicas, temas estratégicos, com recortes territoriais, de forma a subsidiar a formulação do PPA 2008-2011.

Na primeira rodada, no período de 20 a 29 de Março, foram tratados os temas da Indústria, Comércio e Serviços, Agricultura e Infra-estrutura, além de Rede de Cidades e Territórios de Identidade.

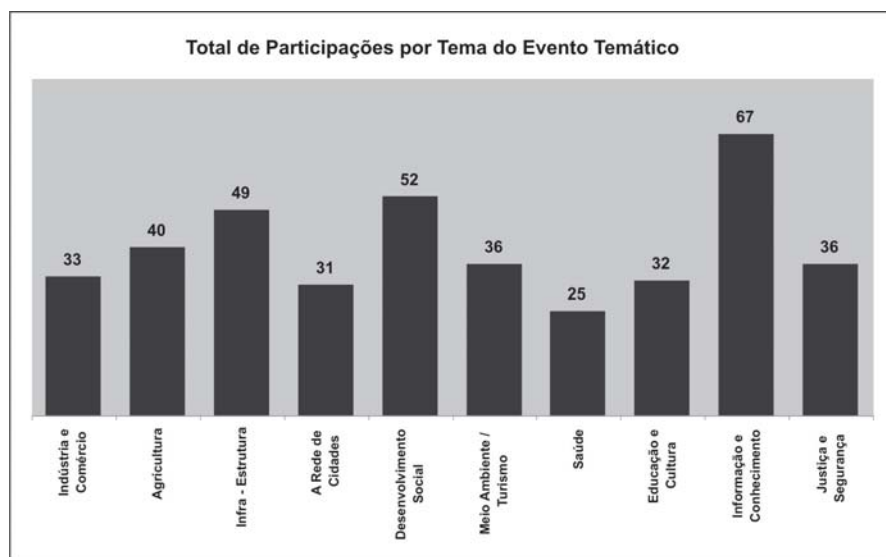
Entre os dias 10 e 26 de Abril, na segunda rodada, foram trazidas à mesa de discussões, questões relacionadas ao Desenvolvimento Social: Combate à Pobreza, Trabalho, Emprego e Renda, Meio Ambiente, Turismo, Saúde, Educação Cultura, Informação e Conhecimento.

Dentre os 34 órgãos e secretarias participantes: Casa Civil; CRA; Desenhahia; Flem; Polícia Militar; Fundação Odebrecht; IBGE; ISC; Saeb; Seagri; Sec; Secti; Secult; Sedes; Sedir; Sedur; SEI; Seinfra; Semarh; Seplan; Sesa; Setre; Setur; Sicm; SJCDH; SSP, Ucsal; Uefs; Uesb; Uesc; Ufba; Uneb; Unirb) com um número médio diário de 40 técnicos, houve uma participação geral de 401 pessoas, nos 10 dias de programação do evento.

Conforme ilustram os gráficos, alguns temas obtiveram maior público, ao passo que algumas secretarias e órgãos participaram de forma mais expressiva. Todos colaboraram, a partir de uma abordagem transversal para o aprofundamento de temas emergentes na formulação de políticas públicas para Estado.

A) GRÁFICO 1

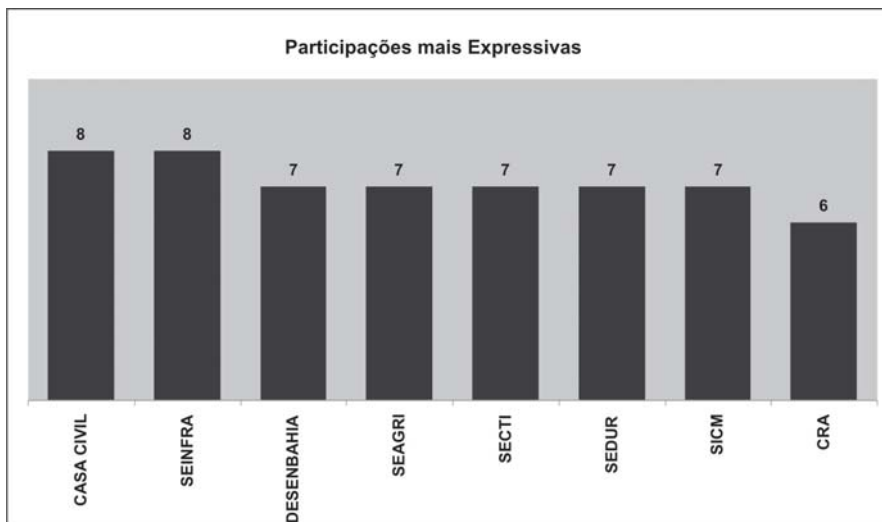
Temas Tratados x Níveis de Participação



Os Temas - **Informação e Conhecimento para o Desenvolvimento da Bahia, Desenvolvimento Social: Combate à Pobreza, Trabalho, Emprego e Renda, Infra-Estrutura e Agricultura** foram os que obtiveram maiores níveis de participação.

B) GRÁFICO 2

Participações mais expressivas dos Órgãos e Setoriais



Entre os Órgãos e Secretarias participantes, os que obtiveram maiores níveis de participação foram Seinfra e Casa Civil, seguidos de Sedur, Secti, Seagri e Desenhahia, seguidos do CRA, respectivamente.

Entre os Órgãos e Secretarias participantes as que obtiveram maiores níveis de participação foram a Seinfra e Casa Civil, seguidos de Sedur, Secti, Seagri e Desenhahia, respectivamente.

3.4 Participantes

Adelaide Mota de Lima	DESENBAHIA
Adelmo Irineu Severino	SEDES
Adriana Cunha	UNEB
Adriano Zeferino	SEMARH
Aida Tavares Bahia	SEI
Air de Brito	SEINFRA
Aldo Pinheiro	SEINFRA
Alex Bastos	SEAGRI
Alexandre Gustavo	CASA CIVIL
Aline B. Costa	SETRE
Álvaro Pinheiro	SEINFRA
Ana G. Cordeiro	CRA
Ana Maria Guerreiro	SEI
Ana Maria Santos Chagas	SICM / COPEME
Ana Mônica Hughes	SEI
André Pomponet	SEI
André Vasconcelos Pinto	SEINFRA
Antonio A. Valença	SEPLAN
Antônio Celso Pereira	SICM
Antonio Cunha	SEI
Antonio Joanielson Borges	IBGE
Bárbara Lira	SEDIR
Benedito Simões	SETRE
Benito Juncal	SEPLAN/DPR
Cândida Ribeiro dos Santos	SEI
Carla Janira do Nascimento	SEI/CAC
Carla Pinheiro	SEINFRA
Carmen Teixeira	ISC/UFBA
Cecília M. Cafezeiro	SEINFRA
Célia Regina Sganzerla	SEI
Celso Rodrigues	SEINFRA
Celso Serpa	Casa Civil/FUNCEP
Cida Tripodi	SEPLAN
Cláudia Monteiro Fernandes	SEI
Clóvis Caribé Menezes	SECTI
Cel. Telles	SSP
Creomar Batista	SECTI
Cristiane Silva	UESB
Daniela Franco	SEI
Danilo Cruz	SECTI
Dante Lauria	SEINFRA

Denis Veloso	SEI
Deralúcia Pereira de Brito	SESAB
Dionísio Juvenal	SEINFRA
Djalma Ferreira	SEI
Dóris Serrano	SEI
Edgard Porto	SEI
Edmundo Figueirôa	SEI
Eduardo Gomes	SEDIR
Eduardo H.S.Teixeira	SEDUR
Elba Britto	SEINFRA
Eliana Melo Abreu	SESAB
Elisabete V. da Costa	SECTI
Elúcia Cristina de C. Costa	SEI
Elza Souza Kraychete	UCSAL
Eny Amoray Barros Paim	SEINFRA / SUPEC
Erica Campos	CRA
Eva Cardoso Borges	SEAGRI
Everaldo Mendes	Polícia Militar
Fabiana Cezar F. Andrade	SICM / SCS
Fabiana Pacheco	SEI
Fábio Andrade	SEI
Fernando Guerreiro	DESENBAHIA
Flávia Santana Rodrigues	SEI
Floriano Alvarez Soto	SEMARH/DUC
Francisco B. Vidal	SEPLAN
Frederico Fernandes	SJCDH
Gabriel Carvalho	SECTI
George Calmon Filho	SEINFRA
Geraldo José Belmonte	UEFS
Geraldo Reis	SEI
Gey Espinheira	UFBA
Gilvana Feitosa	SEDIR
Guilherme Souza	SEAGRI/SUAF
Gustavo Casseb Pessoti	SEI
Hamilton Ferreira	UFBA
Hans Guerrieri Schleier	SECTI
Helbeth L. Oliva	SETRE/SESOL
Homero Sales	SEDUR
Iara Normando Tude	SEI
Ilce Carvalho	SEDUR
Ildes Ferreira de Oliveira	SECTI
Índia Clara S. Nascimento	SEC
Inez Garrido	SETUR
Ítalo Guanais Águiar Pereira	SEI / COREF
Ivana Muricy	SEI
Ivone Maria de Carvalho	SEMARH
Jaci Lara S. de Oliveira	SECULT
Jackson Ornelas	SEPLAN

Jair Soares	SEI
Jayme Lemos	CRA
Jefferson Viana	CRA
João Paulo P. Ribeiro	SEMARH
Joaquim Cardoso	Fundação Odebrecht
Joilson Rodrigues de Souza	IBGE
Jorge Henrique Mendonça	SETRE/SESOL
Jorge Solla	SESAB
Jorge Tadeu Caffé	SEI
José Carlos S. Oliveira	SETUR
José Mário Carvalho de Oliveira	SEAGRI
José Murilo Philigret Baptista	SEMARH
José Raimundo Rêgo	SEINFRA / DERBA
José Ribeiro Soares Guimarães	SEI
José Ricardo	SEMARH/DAF
Juarez de Jesus Filho	UNIRB
Júlia Sá Trancoso	SEPLAN
Júlia Salomão	CRA
Juliana Sá Barreto P. Francosa	SEPLAN
Laerte S. Ferreira	SEINFRA
Lara Sousa Matos	SETRE/SESOL
Laumar Neves de Souza	SEI / COPES
Libronio Bastos	CPA
Lilian Matos	SEPLAN
Lino Mosqueira Navarro	SEI
Lívia Castelo Branco	SEDUR
Lívia S. Dos Santos	SEI / COPES
Lucas Marinho Lima	SEI / COPES
Lucas Santana	SEI
Lucia Aquino de Queiros	SETUR
Luis André de A. Alves	SEI
Luiz Carlos Cajazeira Rêgo	Casa Civil/FUNCEP
Luiz Chateaubriand	SEI
Luiz Mário Vieira	SEI
Luiz Vasconcelos	SEMARH
Luiza Amélia Mello	SEPLAN
Lukas Campello	SEI / COREF
Luzia Luna	SEI
M ^a das Graças Leite	SEDIR
Manoel José Duplat	SEINFRA
Marcelo Santana	SEI
Márcia Mazzei	SESAB/DIS
Márcia Pedreira	SEAGRI
Marco Antonio de S. Andrade	SEPLAN/SPE
Marcos Guedes Vaz Sampaio	SEI
Margarida Motta	SEI
Maria Carolina Santos Soares	UNEB/PROEX
Maria Cleide Anjos	Casa Civil/FUNCEP

Maria Cristina Coelho	SEPLAN
Maria das Graças Torreão	SEDUR
Maria Gravina Ogata	SEMARH/SDS
Maria Leonor Santos	SESAB
Maria Moraes Mota	Casa Civil/FUNCEP
Maria Regina Pitta Lima	SEINFRA
Mariana Machado	SECULT
Marília Jane Dourado Campos	SEI
Mário Jorge Gordilho	FLEM
Mateus Dias	SEINFRA
Milena França	SEPLAN
Milena Guerreiro	SEDIR
Mirian Capistrano	CRA
Neidejane Mota	SEDUR
Neilto Barreto	SEI
Nelson Pretto	UFBA
Neville Barbosa	SEINFRA/DERBA
Nordange Gomes	SEINFRA
Pablo F. Cuevas	SEINFRA
Palmiro Torres de Oliveira	SEPLAN
Patrícia Chame Dias	SEI
Patrícia da Silva Cerqueira	SEI
Patrícia Teixeira	SEPLAN
Paulo Figueiredo	SEINFRA
Paulo Henrique Leitão Lopes	Casa Civil
Paulo Oliveira	SEINFRA/SUPEC
Paulo Pontes da Silva	SECTI
Rejane Helenaey Coutinho	SEPLAN
Renata M. Savoy	SICM / SCS
Rita Pimentel	SEI
Roberta Levita de Almeida	SEDIR
Roberval R. Cidreira Júnior	Casa Civil/FUNCEP
Robson V. Santiago	SEMARH
Rogério A. S. Pinto	SEAGRI/SUAPE
Romeu Temporal	SEPLAN
Romilson da Silva Sousa	UNEB/PPG
Ronald Lobato	SEPLAN
Ronaldo Silveira Lyrio	
Rosa Hashimoto	FLEM
Rosa Maria Reis	SESAB/FESBA
Rosângela F. Conceição	SEI/CAC
Roseane Patriota	SEAGRI
Rosely Cabral de Carvalho	SECTI
Rúbia Fadul	SESAB
Ruy Muricy	CRA
Salvador D. P. Trevizan	SEC
Samuel L.O. de Mattos	UESC
Sandra Dórea	SEINFRA

Sérgio Berbert	SEPLAN
Sérgio Miranda	SEPLAN
Sérgio Roberto	SEI
Silvano Ragno	SEINFRA
Silvestre Teixeira	SETUR
Simone Araújo de Pinho	SEI
Sônia Pereira Ribeiro	SEPLAN/SPE
Sônia Pina Santos Rebouças	SAEB
Tatiana Dias Silva	SETRE
Teresa Muricy	CRA
Thomaz Araripe	SEI
Vânia Moreira	SEI
Vera Queiroz	FLEM
Vera Spínola	DESENBAHIA
Vitor Lopes	DESENBAHIA
Waldélio Almeida de O. Filho	SEI
Washington Luiz A. de Jesus	SESAB/GASEC
Welito Mendes	SETRE / SESOL
Zélia Queiroz	SEINFRA

3.5 Clipping

Notícias

(26/03/2007) SEI na Mídia

Agricultura familiar é indicada como saída para desenvolvimento sustentável

Harmonizar as ações das secretarias e órgãos setoriais do governo relacionadas à agricultura foi o objetivo da segunda Rodada de Temas Estratégicos - Agricultura na Bahia, realizada ontem (22), pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia da Secretaria de Planejamento (SEPLAN). Seguindo as diretrizes do plano estratégico, a conversa girou em torno de políticas que conciliem competitividade econômica, inclusão social e sustentabilidade ambiental no agronegócio.

As vantagens de incentivar a agricultura familiar visando o desenvolvimento foram o ponto de convergência entre os presentes: "A agricultura familiar gera 40% da produção do agronegócio do estado, com quase nenhum investimento do governo. Produz também a grande maioria dos alimentos que vão para a mesa do brasileiro: 84% da mandioca e 67% do feijão. Dos empregos gerados pela agricultura, sete em cada 10 estão na agricultura familiar", apresentou Rogério Augusto Pinto, da Superintendência de Agricultura Familiar da Secretaria de Agricultura (SEAGRI).

Também foram citadas como vantagens a menor interferência no meio-ambiente quando comparada às grandes monoculturas e o fator de agregação social e criação de identidade das comunidades. "A Bahia deve assumir a preferência pela produção pequena e olhar, na perspectiva do pequeno produtor, para a região cacaueteira, há 300 anos com problemas pendentes", disse o professor Joaquim Cardoso, da Fundação Odebrecht. Segundo ele, o plantio do cacau é o único que pode ser

conciliado com outras culturas (jaca, banana, hortelã, etc), permitindo um sistema agroflorestal sustentável no sul do Estado. Essa também foi a região citada como uma das maiores referências da Bahia em número de assentamentos e de acampamentos de famílias sem-terra.

A agricultura familiar foi indicada por "conversar" mais com a natureza, sendo a melhor solução na vertente agroecológica, receptiva à redução de insumos trazidos de fora da propriedade. "O apelo comercial dos orgânicos, inclusive no mercado externo, é maior do que dos alimentos produzidos com fertilizantes químicos", chamou atenção um dos debatedores do Centro de Recursos Ambientais (CRA) da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH).

Desigualdade fundiária

Além do meioambiente, outros gargalos apontados para o desenvolvimento agropecuário estão na infra-estrutura (estradas e suporte à formação de cadeias produtivas) e na questão fundiária. A falta de atenção do Estado até hoje em relação à estrutura fundiária contribuiu para a enorme desigualdade no aproveitamento do solo rural: 76% dos estabelecimentos rurais ocupam apenas 12% da área, ou seja, pequenas propriedades produtoras estão espremidas entre grandes latifúndios.

A questão da infra-estrutura será tratada na próxima Rodada de Temas Estratégicos - Infra-Estrutura para o Desenvolvimento, quarta-feira (28), quando serão discutidos: principais eixos de circulação intermodal e suas articulações com regiões do Brasil, portos e aeroportos prioritários, energia e comunicações para a descentralização do desenvolvimento, equipamentos e serviços

de transportes de apoio à produção e circulação e vias de escoamento para a agricultura familiar. "Este é só o início da conversa. Os órgãos começam a afinar suas políticas e projetos para evitar a "esquizofrenia" de algumas secretarias investirem em ações de incentivo à agricultura que possam vir a ser fiscalizadas e repreendidas por outros órgãos do próprio governo", alertou Geraldo Reis, diretor-geral da SEI.

Além da SEI, Seplan, Seagri e Semarh, participaram da conversa representantes da Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia), Secretaria da Indústria Comércio e Mineração (SICM), Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), Casa Civil, Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional (SEDIR) e Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR).

Fonte: SITE AGEKOM

(10/04/2007) SEI na Mídia

SEI inicia segunda rodada de discussão de temas estratégicos

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia da Secretaria de Planejamento (SEPLAN), começa hoje (10) a segunda Rodada de temas estratégicos - Economia, espaços sócio-territoriais e políticas públicas na Bahia. Serão mais cinco encontros entre secretarias setoriais durante este mês, desta vez com a ampliação das discussões para 20 órgãos.

Em março, cerca de 10 órgãos participaram dos quatro encontros da primeira rodada. Os temas dessa próxima etapa são Desenvolvimento social: combate a pobreza, trabalho, emprego e renda (10 de abril); Questão ambiental e o turismo na Bahia (12); A saúde na Bahia (17); Educação e Cultura na Bahia (19); e Informação e conhecimento para o desenvolvimento da Bahia (26). Os encontros acontecem das 14h30 às 17 horas, no Auditório da Agerba, exceto dia 26, que será realizado no Salão Azul da Fundação Luís Eduardo Magalhães (Flem).

Os debates vão girar em torno das intervenções setoriais e espaciais prioritárias para redução das desigualdades sociais e regionais, com foco no semi-árido. Serão abordados também os setores de atividade mais vulneráveis, o uso sustentável dos recursos naturais, o zoneamento econômico ecológico, a política de atração de fluxos turísticos, a saúde e educação como vetores de desenvolvimento econômico, o papel das universidades públicas e da ciência e tecnologia como fatores estratégicos do desenvolvimento, entre outros.

Fonte: SITE AGEKOM

(16/04/2007) SEI na Mídia

Rodada discute soluções para a saúde no estado

A Saúde na Bahia é o tema da próxima Rodada de discussão de temas estratégicos, amanhã (17), das 14h30 às 17h, no auditório da Agerba, no CAB. A conversa faz parte da série de encontros promovidos pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia da Secretaria de Planejamento (Seplan), a fim de levantar insumos para construir coletivamente políticas públicas alinhadas com o plano estratégico do governo.

O secretário da Saúde, Jorge Solla, e a técnica Carmen Teixeira, do Instituto de Saúde Coletiva da Ufba, são os palestrantes. Participam também representantes de 20 órgãos e secretarias setoriais buscando soluções para a área. Os debatedores conversarão sobre questões estratégicas da saúde, aspectos mais críticos, acesso das famílias pobres aos equipamentos, relação da saúde com a infra-estrutura urbana, entre outras questões.

A programação da Rodada continua dia 19 com o tema Educação e Cultura na Bahia e no dia 26 com Informação e conhecimento para o desenvolvimento da Bahia.

Fonte: SITE AGEKOM

(23/04/2007) SEI na Mídia
Rodadas da SEI discutem ações estratégicas para o crescimento do estado

Harmonizar as ações das secretarias e órgãos setoriais do Governo Estadual. É o objetivo da Rodada de Temas Estratégicos, uma série de encontros que estão sendo realizados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia da Secretaria de Planejamento (Seplan). Cerca de 20 órgãos estão participando das discussões, que começaram em março e prosseguem durante este mês.

"Estamos debatendo saídas que compatibilizem a inserção competitiva da Bahia na economia nacional e internacional, sem perder de vista o objetivo do governo de reduzir as desigualdades sociais e regionais. Buscamos pontos de convergência entre democratização, sustentabilidade e crescimento", resumiu o diretor-geral da SEI, o sociólogo Geraldo Reis. O desafio é construir coletivamente políticas públicas que reduzam as desigualdades, promovam a descentralização territorial e priorizem o semi-árido. Alguns requisitos indispensáveis para atingir essas metas já foram apontados, como a formação da rede de cidades e o fortalecimento e integração dos 26 territórios de identidade baianos.

O diretor regional da Superintendência de Planejamento Estratégico da Seplan, Benito Juncal, lembrou, durante as conversas, que "quase metade das cidades baianas são apenas sedes de municípios, e não se configuram como espaços urbanos, com oferta de serviços, comércio e infra-estrutura".

A ampliação e a diversificação dos transportes e do fornecimento de energia são fatores de convergência para o desenvolvimento das cidades. Nesse sentido, uma ação já iniciada pelo governo, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedur), vai investir na mobilidade urbana da Megarregião Metropolitana de Salvador (capital, Simões Filho, Camaçari, Dias D'Ávila, Mata de São João, Pojuca, Catu e Alagoi-

nhas), com a implementação do trem regional. O superintendente de Energia e Comunicações da Secretaria da Infra-estrutura (Seinfra), Silvano Ragno, citou a importância da energia, dizendo que "onde tem energia elétrica tem irrigação, indústria, desenvolvimento. Os quadros que ilustram a distribuição da eletrificação e do IDH são muito parecidos". Entre as medidas apontadas estão acordos firmados com a Coelba para promover a ampliação do fornecimento de eletricidade, além da implantação de células fotovoltaicas para aproveitamento da energia solar.

Agricultura familiar

A Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (Seagri), por sua vez, vem destacando as vantagens da agricultura familiar, que "gera 40% da produção do agronegócio do estado, com quase nenhum investimento do governo. Produz também a grande maioria dos alimentos que vão para a mesa do brasileiro: 84% da mandioca e 67% do feijão. Dos empregos gerados pela agricultura, sete em cada 10 estão na agricultura familiar", disse o técnico Rogério Augusto Pinto, da Superintendência de Agricultura Familiar da Seagri. A pequena produção também é tida como a melhor solução na vertente agro-ecológica, receptiva à redução de insumos trazidos de fora da propriedade, à produção de alimentos orgânicos, à menor interferência no meio-ambiente e com alto fator de agregação social e criação de identidade das comunidades.

Na área da saúde, as conversas indicaram a necessidade de construir um novo pensamento em torno do sistema, que deve ser visto como investimento socio-econômico. "A saúde é um motor da economia", disse o secretário da Saúde Jorge Solla. Nesse sentido, o projeto Bahiafarma é uma das ações prioritárias do Governo Estadual, que vai iniciar em 2007 a produção de medicamentos para consumo na rede pública de saúde. "Podemos chegar a produzir meta-

de dos anti-concepcionais em pílulas consumidos no sistema público do país", disse o secretário. Os medicamentos são causa de cerca de R\$ 45 milhões da dívida herdada da Saúde.

No aspecto ambiental, uma das etapas fundamentais rumo ao desenvolvimento sustentável é a implementação do zoneamento ecológico-econômico (ZEE). "Trata-se de um instrumento que possibilita recuperar uma visão de conjunto entre aspectos diversos do estado, bem como subsidiar políticas autônomas para uso estratégico do território", explica a diretora de Planejamento e Integração de Ações Ambientais da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Maria Gravina Ogata. "Este é só o início da conversa. Os órgãos começam a afinar suas políticas e projetos para evitar a "esquizofrenia" de algumas secretarias investirem em ações que possam vir a ser incompatíveis com políticas de outros órgãos do próprio governo", disse o diretor-geral da SEI. Ao final das rodadas, a SEI vai divulgar um relatório indicativo de soluções.

Fonte: SITE AGEKOM

(24/04/2007) SEI na Mídia Rodada da SEI discute informação e conhecimento

A próxima Rodada de temas estratégicos realizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI), autarquia da Secretaria do Planejamento (Seplan), vai

debater Informação e Conhecimento para o Desenvolvimento da Bahia. O encontro deve reunir representantes de 20 órgãos e secretarias setoriais do Estado no Auditório da Seplan (Av. Luís Viana Filho, 2ª avenida, Nº 250, CAB), quinta-feira (26), das 14h30 às 17h30.

Participam o secretário de Ciência, Tecnologia e Informação (Secti), Ildes Ferreira, o diretor da SEI, Geraldo Reis, representantes da Universidade Federal da Bahia (Ufba) e do Fórum de Reitores das Universidades Estaduais. Na pauta, o papel das universidades para o desenvolvimento do Estado e regiões, a função estratégica da ciência e tecnologia, e o uso e interiorização da informação e do conhecimento.

Fonte: SITE AGEKOM

(23/04/2007) SEI na Mídia 15:28:00 Encontros da SEI discutem crescimento do estado

Uma série de encontros que estão sendo realizados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia da Secretaria de Planejamento (Seplan) vão buscar harmonizar as ações das secretarias e órgãos setoriais do Governo Estadual. Cerca de 20 órgãos estão participando das discussões, que começaram em março e prosseguem durante este mês.

Fonte: <http://www.samuelcelestino.com.br/>

Bahia Notícias - Samuel Celestino

